

371
SERE

pro
unep

PRO

UNEP

comissão pró-união nacional dos estudantes
portugueses

R. D ESTEFÂNIA 14 - LISBOA - PORTUGAL

TEL 41883/4 533244

NAS NOSSAS MÃOS UM GUIA PARA A ACÇÃO !

CONCLUSÕES

do

SEMINARIO

sobre a

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

1º TEMA - O ENSINO HERDADO DO FASCISMO.

2º TEMA - A LUTA DOS ESTUDANTES PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO: A P. O. D. E.

3º TEMA - AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES NA LUTA PELA PAZ E
DEMOCRACIA.

4º TEMA - A SITUAÇÃO DO ESTUDANTE TRABALHADOR PERANTE O ENSINO.



COIMBRA 13 A 17

NOVEMBRO 1974

CONCLUSÕES DA PRIMEIRA SESSÃO DE TRABALHOS DO
SEMINÁRIO SOBRE A "DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO (14-11-74)

1º TEMA - "O ENSINO HERDADO DO FASCISMO. CARACTERÍSTICAS
ACTUAIS DO ENSINO EM PORTUGAL"

O Ensino em qualquer país é indissociável da sua vida socio-económica e política. Nos países dominados pelos monopólios ele desempenha importante papel na reprodução das relações entre classes sociais existentes, no domínio ideológico pelas forças mais reaccionárias, na manutenção da injustiça social.

Entretanto em Portugal, e sob o fascismo, o Ensino adquiriu características específicas, particularmente duras para o progresso cultural das massas populares e dos estudantes.

É este Ensino que em larga medida ainda existe, representando parte da herança legada dos fascistas.

O anterior regime utiliza, com vista à prossecução dos seus objectivos, duas armas fundamentais: a selecção de classes nos diversos graus de Ensino e um profundo obscurantismo que fez recair, não só entre as massas estudantis, como sobre todo o Povo Português.

Sobre este ponto é eloquente, por um lado, o elevado índice de analfabetismo, que os estudantes já começaram a combater levando a cabo campanhas de alfabetização. No plano escolar este ponto materializa-se pelo estímulo ao uso da "pedagogia" alienatória, de programas e quadros directivos fascizantes, de práticas militarizadas nas escolas, de pseudo-programas culturais e recreativos, o estímulo ao individualismo, de entre outros.

A selecção socio-económica começava no ensino pré-primário, existente apenas para certos sectores da burguesia urbana e continuava na escola primária, sector do Ensino que abrangendo a maior massa escolar, dispõe contudo menor quantitativo de verbas. Os índices da crise passam pelo número diminuto de escolas, reduzido tempo escolar, mau apetrechamento, número insuficiente de professores, além do mais mal apoiados, receptividade e desígnios reaccionários nos meios rurais, de entre outros. O trabalho infantil é indispensável entre as massas trabalhadoras, à manutenção de uma estrutura económica precária. As desigualdades de classe traduzidas no plano alimentar, sanitário e do desenvolvimento físico, afectivo, apetrechamento escolar, influências culturais, de entre outras, modelam a criança desde cedo.

O Ensino Secundário, acessível apenas a uma minoria, encerra novo processo de selecção de classe, com a coexistência de duas vias de Ensino independentes e separadas, frequentadas por alunos recrutados em classes sociais di-

ferentes e cumprindo funções distintas.

O Ensino Técnico-profissional treina os filhos das classes economicamente mais desfavorecidas para se tornarem futuros operários qualificados. O Ensino Liceal canaliza os filhos das classes mais favorecidas para o acesso ao Ensino Superior. Um conduz ao mercado de trabalho; outro ao exercício do poder político. Urge eliminar a dupla via e, sob pena de esta medida se esvaziar de sentido, avançar com a democratização mais geral do sistema educativo.

O regime fascista concentrava profundamente os seus esforços no Ensino Superior. Importante meio de produção dos quadros ideológicos do regime, aquele servia ainda para a preparação de quadros técnicos que, pela ausência de qualquer perspectiva social no Ensino, ajudavam à fortificação das condições de exploração nos centros de produção. A história do Ensino está profundamente inserida na história da dominação da grande burguesia monopolista e dos latifundiários. num contexto económico de dependência do imperialismo, em que não só os capitais como a técnica alheios eram utilizados para perpetuar a exploração da mão de obra barata no nosso país, não havia nenhum estímulo ao desenvolvimento das rudimentares estruturas educativas. Atestam-no o reduzido número de professores e instalações, a sua fraca capacidade, o mau apetrechamento e dimensionamento da investigação e o fraquíssimo apoio social ao aluno. Bebendo as suas raízes no fascismo e vivificado por factores mais recentes, insere-se neste contexto o actual problema da super-população escolar.

As escolas são, acompanhando a situação mais geral da sociedade portuguesa: micro-sistemas de repressão. As massas estudantis, em especial as universitárias, mobilizam-se com a palavra de ordem: abaixo o fascismo. Desempenham um papel imponente na luta contra o fascismo e o colonialismo, dentro e fora das escolas. O aparecimento da demagógica, falhada e pretensa "Reforma de Veiga Simão", além de inserida num momento de adaptação da burguesia nacional à manutenção das dispendiosíssimas e impopulares Guerras Coloniais, insere-se na pressão das lutas levadas a cabo pelas massas estudantis e professores progressistas, além de reflectirem a necessidade de captação de sectores da pequena burguesia através de uma pretensa "liberalização". Qualquer "reforma" do Ensino em Portugal pressuporia a transformação radical da sociedade. O primeiro passo para tal objectivo seria a eliminação do fascismo e do colonialismo. A "Reforma Veiga Simão" morreu nos escombros de um aparelho putrefacto que era o aparelho do Estado fascista.

Amplas possibilidades se colocam desde já para uma alteração radical das estruturas do Ensino, colocando-o ao serviço do Povo Português. Para tal muito contribui o trabalho organizado das amplas massas estudantis, com vista ao lançamento de uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.

2º TEMA - "A LUTA DOS ESTUDANTES PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
PARTE INTEGRANTE DA SOCIEDADE EM GERAL. A R.G.D.E., PRO-
GRAMA DE ACCÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES:

A pesada herança do fascismo em todos os aspectos da vida do país são os materiais de que dispomos à partida para levar a cabo a grande tarefa de reconstrução nacional.

Não só o ensino mas, todo o contexto sócio-político-económico, no qual só insere o sistema educativo, são alvo de modificações que prosseguem ao ritmo da Revolução Democrática que vivemos. Será este mesmo contexto que determinará, nas suas novas formas, o que será o ensino em Portugal, qual a extensão e a nova qualidade de um precioso aparelho ideológico de estado.

A profundidade a que possamos levar as transformações no ensino e na educação, depende do nível de desenvolvimento de todo o processo revolucionário e do ponto ao qual conseguimos "trazer a própria revolução para dentro da Escola". No entanto os objectivos mais gerais da revolução democrática só serão alcançadas na totalidade se, de imediato, forem avançadas medidas no sentido da concretização da R.G.D.E.

Existe de facto uma interacção entre a estrutura económica da sociedade e a sua supra-estrutura, interacção que se desenvolve, no nosso caso, tanto mais quanto a situação original da dualidade de poderes emissores em Portugal o permite: neste momento, desde o 25 de Abril, o poder económico nas mãos dos monopólios capitalistas, não coincide com o poder político, no qual tem maior peso o conjunto das forças democráticas. Esta situação não se poderá manter: ou a Revolução atinge profundamente a estrutura económica, alterando qualitativamente as relações de produção existentes permitindo assim o prosseguimento do processo de democratização do ensino ou mais tarde, todo o sistema de educação e ensino se vê novamente determinado segundo as exigências de um poder económico que permanece intacto.

Na segunda solução, caem invariavelmente, tanto os que estão directamente empenhados na contra-revolução, como os que incorrendo em vícios economicistas se votam ao imobilismo, à demissão perante os objectivos imediatos da R.G.D.E.

A posição dos estudantes portugueses é bem clara, mostrando o seu empenhamento no processo democrático em curso ao apontarem os aspectos e conclusões mais importantes que emanam da elaboração teórica e da análise que fizeram sobre o tema em questão:

- 1- A R.G.D.E., grande objectivo dos estudantes e do povo português, na qual se inserem todas as tarefas parcelares aqui expressas, só avançará decisivamente se forem introduzidas profundas alterações na estruturação económica da nossa sociedade, se forem avançadas as medidas

ência do imperialismo em Portugal.

2 - Só a unificação de toda a formação profissional com o sistema educativo, e a respectiva interação permitirá do ponto de vista da educação permanente por um lado a elevação do nível científico e cultural das massas trabalhadoras, por outro a aproximação e inserção dos estudantes no contexto social em que vivemos.

3 - Acompanhando a construção de um estado verdadeiramente democrático, as escolas não poderão deixar de se reger na sua vida interna pelo princípio da democraticidade. A participação de representantes dos vários corpos da Escola na gestão da mesma, nomeadamente de Comissões Directivas, Democraticamente eleitas, por parte dos estudantes. É uma das condições da democratização de outros sectores do ensino.

Se a vida interna das escolas não se reger por aquele princípio, estas serão sempre um entrave à democratização de ensino em geral.

4 - Só levando até ao fim, tanto de pessoas como de métodos, se poderá preservar a democratização do ensino.

5 - Um dos factores determinantes do carácter do ensino fascista foi precisamente a impossibilidade dos estudantes filhos das massas trabalhadoras o atingirem. Por isso a democratização geral do ensino passa necessariamente pela democratização do seu acesso.

Desde já, e conscientes de que a verdadeira democratização do acesso ao ensino só se dará com a construção de uma sociedade sem exploradores, sem explorados e sem classes, os estudantes portugueses apontam algumas medidas a curto prazo (pois que só a transformação profunda da sociedade permitirá a realização plena deste problema) no sentido de eliminar alguns dos entraves que se punham e põem à entrada de alunos provenientes das classes laboriosas à nossa Escola:

A) Institucionalização de uma via de ingresso nas escolas superiores, destinada aos trabalhadores que nela queiram ingressar, sem que tenham de realizar o currículo naturalmente exigido para o aluno normal.

B) Aumento radical das bolsas de estudo, tal como o seu quantitativo. Definição de um critério de concessão, que tendo em consideração as capacidades do estudante, se baseia fundamentalmente nas suas possibilidades económicas.

C) Incentivo oficial à criação de um amplo serviço de residências e cantinas para estudantes.

D) Melhoramento qualitativo dos estabelecimentos de ensino existentes e a criação de novos, orientados sobretudo para as necessidades do desenvolvimento regional.

E) Apoio estatal à edição e produção de material didáctico a preços acessíveis.

F) Obrigatoriedade das empresas cumprirem a legislação que faculta aos trabalhadores tempos livres para estudar.

G) Abertura imediata de cursos nocturnos. (1)

7- Reconstrução do novo sistema educativo, deve ocupar um lugar central o estabelecimento da via escolar única, parte integrante da luta da R.G.D.E.

Hoje o carácter e a tendência expressos pela evolução da situação política, permitem-nos concluir que existem condições objectivas para, na actual etapa da luta do Povo Português pela instauração de um Estado ampla e realmente democrático, se levar à prática a concepção da "via única".

São alguns aspectos da sua concretização:

- a) Criação de um Ensino básico unificado e obrigatório, extinção das diferenças que existem entre o ensino liceal e o ensino técnico.
- b) Restrição e progressiva extinção do ensino particular.
- c) Fim da divisão entre o ensino teórico-académico e o ensino prático-pragmático.
- d) Extinção total da divisão em Ensino Médio e Superior. Aqui um passo importante será dado através da transformação dos Institutos Industriais em Escolas Superiores de Engenharia, verdadeiramente democráticas e orientadas para os verdadeiros interesses do Povo Português.
- e) Estabelecimento de uma idade mínima legal para efeitos de trabalho, pensado em termos de garantir uma eficaz escolaridade obrigatória.
- f) Criação de centros de estudo politécnico.

8- Como veículo e instrumento de vinculação ideológica que são, devem os métodos pedagógicos, tal como a sua elaboração crítica, devem visar o desenvolvimento racional de todas as capacidades físicas e intelectuais dos estudantes.

O espírito de equipa, de cooperação, criatividade e a capacidade crítica dos alunos são constantes que devem estar presentes na formulação dos novos métodos pedagógicos.

A nova pedagogia pressupõe, por um lado, a formação dos professores em moldes modernos que lhes permitam pôr em prática os aspectos mais avançados da ciência da Educação.

É necessário que se organizem em Portugal cursos de reciclagem e se criem cursos sérios de pedagogia e sociologia bem como de psicologia, e se reestruturem os que já existem.

(1) h) Início de uma política eficiente de transportes, atendendo ao anacronismo dos horários escolares e centralização dos estabelecimentos de ensino.

3º TEMA - "AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES
NA LUTA PELA PAZ E DEMOCRACIA"

O Fascismo caracterizou-se sempre por uma feroz repressão sobre as organizações democráticas. Mas tanto os estudantes como os professores, através das AA.EE. e dos GEPDESP (Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório), resistiram à tentativa de aniquilamento do seu Movimento Associativo, que se desenvolveu e radicou progressivamente.

Os GEODESP constituíram, nos últimos anos do regime fascista, o único movimento pró-associativo organizado e progressista dos professores portugueses, em defesa dos seus interesses e direitos profissionais e cívicos e de uma real democratização do Ensino e da Educação em Portugal. A sua luta identificava-se com a do Povo Português pelos seus direitos e liberdades fundamentais.

Os GEPDESP, mobilizando os professores em torno de objectivos profissionais, foram na prática uma autentica escola de consciencialização política e prepararam objectivamente e subjectivamente a criação do actual Sindicato de Professores.

Presentes no Sindicato de Professores, os animadores dos GEPDESP continuam a mesma luta de defesa intransigente dos interesses comuns e unitários dos professores portugueses, os quais, em última instancia, coincidem com os interesses dos estudantes, do povo e da implantação da democracia e seu desenvolvimento em Portugal.

As AA.EE. agrupam as grandes massas de estudantes, em seu torno unidos na luta pelos seus interesses, contra o fascismo e o colonialismo, fazendo da RGE (Reforma Geral e Democrática do Ensino) a sua bandeira de luta. As AA.EE. foram o motor das grandes lutas estudantis nas escolas e nas ruas, numa resistência tenaz e persistente à ditadura terroísta dos monopólios e latifúndios.

Os participantes consideram que seria um grave erro pensar que com o derube do regime fascista teria terminado o papel das organizações democráticas unitárias e sindicais dos estudantes e professores. Pelo contrário, há que reforçar essas organizações, únicas capazes de unir na acção grupos sociais tão heterogéneos, sujeitos a influências tão contraditórias, como são os estudantes e os professores num país capitalista.

Por um lado, como educadores democráticos de massas, na defesa dos seus interesses específicos, integrando-os na luta mais geral do Povo Português e no processo político em curso, na luta pela consolidação das conquistas já alcançadas e particularmente pela democratização do Ensino.

Por outro lado, como plataforma de acção comum na luta pela Paz, a independência nacional e o progresso social, contra o fascismo, o imperialismo e o colonialismo ou o neo-colonialismo.

Os participantes chamam particularmente a atenção para o papel que o sindicato dos professores e as AAEE podem ter na alteração da ideologia colonial, racista, classista em sentido lato, vinculada pelos programas de ensino, substituição pelas ideias da paz e da democracia. Também devem actuar rápida e determinadamente de molde a elevar o nível dos professores de província, nomeadamente os do ensino primário das aldeias mais afastadas, que devido à falta de acesso aos centros informativos e culturais das grandes cidades, são quase sempre indivíduos fossilizados, para quem o tempo parou, incapazes das tarefas acima apontadas, bem como de um auxílio efectivo à alfabetização dos adultos, em moldes que têm de ser forçosamente muito diferentes dos até agora utilizados nas escolas do país.

Chamam igualmente a atenção para o papel que as suas organizações unitárias podem ter no lançamento de campanhas que levem à irradicação total do analfabetismo, que experiências noutros países, nomeadamente em Cuba, demonstram ser possível em período de tempo relativamente curto, de acordo com a consigna "ser culto para ser livre". Donde a necessidade de continuar a desenvolver campanhas de alfabetização, mobilizando largo número de pessoas, e com efectivo apoio governamental, que possibilite uma grande publicidade nas regiões a atingir, e uma preparação mais cuidada e prolongada dos alfabetizadores. Impõe-se também assegurar um trabalho de pós-alfabetização, que não deixe cair novamente no analfabetismo, pessoas que já deram passos muito significativos e decisivos para dele saírem. Para isto deve-se alertar a Direcção Geral da Educação Permanente, que não pode ser uma estrutura de gabinete, e deve começar a pôr em prática imediatamente, uma pedagogia aberta, funcional, significativa e perspectivante.

O reforço das organizações democráticas de estudantes e professores passa pelo respeito intransigente dos princípios dos seus movimentos associativos: da unicidade, da representatividade, do apartidarismo e da arreligiosidade. Passa por um combate sem tréguas às tendências divisionistas venham dos reaccionários, venham daqueles que, embora usando uma linguagem radicalizada, recheada de subjectivismos pequeno-burgueses, em nada contribuindo para o avanço do processo democrático em curso, colocando-se assim objectivamente ao lado da reacção.

Faz-se realçar o papel extraordinariamente importante da imprensa associativa dos estudantes e professores, nomeadamente a existência de um órgão nacional único organizador das massas e coordenador das suas acções, função que o jornal da Comissão pró-UNEP e a revista "O Professor" têm procurado desempenhar.

Lembra-se que tais organizações sindicais e unitárias, pelo seu importante papel no processo de democratização da vida nacional, devem ser o mais rapidamente reconhecidas legalmente, tendo por base estatutos e bases programáticas amplamente discutidas e assentes em decisões massivas.

Só a cooperação a nível nacional e internacional das AAEE e sobretudo de fortes Unões Nacionais de Estudantes congregadas em torno da única organização do Movimento Internacional dos Estudantes, - a U.I.E.- permitirá ganhar e mobilizar as amplas massas estudantis para acções concretas contra o imperialismo e de solidariedade para com os povos a ele submetidos.

Tambem serão francamente frutuosas formas de cooperação e troca de experiencias entre organizações progressistas de professores, a nível internacional, particularmente com os professores dos países socialistas.

CONCLUSÕES DO 4º TEMA

" O ENSINO REFLEXO DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA DE UM DADO PAÍS "

1. O ensino reflecte sempre as condições objectivas, sócio-económico-políticas de uma dada sociedade.
 - Assim, na sociedade medieval, o ensino veiculava a ideologia dominante do modo de produção feudal.
 - Na sociedade capitalista, onde há apropriação privada dos meios de produção, o ensino está ao serviço da classe dominante - veicula uma ideologia que perpetua a sua dominação.
 - Na sociedade socialista, onde existe a apropriação colectiva dos meios de produção, o Estado é o poder dos trabalhadores - o ensino está ao serviço da maioria da população
2. No entanto, o capitalismo encerra em si contradições inevitáveis, que são irreversíveis e tendem a agudizar-se.
3. A luta de classes reflecte-se necessariamente nas escolas. A força do movimento popular, das organizações democráticas repercutem-se na Universidade e nas escolas. Os estudantes tomam consciência dos problemas da sociedade; por sua vez as suas movimentações vão também contribuir para engrossar a luta popular.

Esta consciencialização política determina que os quadros técnicos no sistema capitalista não vinculem necessariamente a ideologia da classe dominante, e isto, apesar da feroz selecção de classe do sistema de ensino.
4. Para além deste factor, os quadros técnicos que saem das escolas capitalistas vêm integrar-se na produção, vêm trabalhar na sociedade - em sectores públicos ou privados. O seu trabalho vem reforçar as forças produtivas da sociedade. Logo, vem agudizar a contradição fundamental do sistema capitalista - a apropriação privada dos meios de produção e o carácter social da produção.
5. Os dois pontos acima apontados não permitem tirar conclusões esquemáticas. Isto porque é determinante a situação política do país, o desenvolvimento da luta popular de massas, e o isolamento da classe dominante.
6. Daqui se conclui que, nos países capitalistas não é correcta a utilização em abstracto da fórmula " O ensino serve a burguesia ". Tal concepção não reflecte as condições objectivas existentes na sociedade - é reaccionária porque ignora a força política do movimento popular.
7. Em Portugal vive-se uma situação revolucionária, em que se processam profundas alterações políticas. Mantem-se o capitalismo, mantem-se o poder dos monopólios. Mas o Governo não representa os monopólios, antes, pelas medidas

que tem levado, e pode continuar a levar a cabo, corresponde aos interesses das massas trabalhadoras.

Há portanto uma dissociação entre o poder político e o económico.

3. Além de ter sido posto fim à guerra colonial e encetado o processo de independência das colónias, foram instauradas as liberdades fundamentais. Está a ser conduzida uma política que visa cortar o passo à reacção, melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras, levar a cabo medidas anti-monopolistas que façam pagar aos monopólios as dificuldades económicas que o país atravessa - que são unicamente o resultado da sua política anti-nacional.

9. Das conquistas hoje alcançadas, dos passos hoje dados no processo de Democratização - dependerá a evolução futura da situação política em Portugal.

10. No terreno do ensino, já importantes passos foram dados, que se traduzem hoje na participação dos estudantes em estruturas paritárias de gestão das Faculdades, no saneamento de elementos comprometidos com o regime fascista, na abolição do conteúdo reaccionário de algumas cadeiras e modificação dos métodos de ensino, de forma a que ele não vise servir os monopólios mas, os interesses nacionais.

11. Importa agora avançar também em medidas que progressivamente vão eliminando o carácter de classe do ensino, em especial do universitário. Para isso preconiza-se a prioridade de acesso, em especial, ao ensino superior, aos filhos das classes trabalhadoras.

Medidas que garantam desde já a todos os jovens o efectivo direito e a possibilidade prática de acesso a todos os graus de ensino unicamente na base das suas capacidades. Medidas que institucionalizem já as facilidades de acesso aos filhos dos trabalhadores.

12. Devem ser tomadas medidas imediatas que solucionem os problemas específicos dos estudantes trabalhadores, pois mesmo alteradas as condições globais de funcionamento das escolas, continuam a ser das mais difíceis as condições de estudo do estudante trabalhador, pela sobrecarga de esforço que as aulas vêm trazer após um dia de trabalho. Esta sobrecarga leva ao adormecimento das capacidades intelectuais, à aprendizagem acrítica, à impossibilidade de investigação, de procura de caminhos novos, tudo se traduzindo em perda de Recursos Humanos.

É forçoso que se encontrem formas de tornar viável um estudo mais completo, mais crítico, mais criador, impossível sem enormes sacrifícios se não se resolverem problemas imediatos e que apontaremos.

Assim:

I- Por serem estudantes ou pretenderem estudar, é-lhes negado ou o direito ao trabalho ou o direito ao ensino, situações que se têm verificado com bastante frequência, violando cláusulas convencionais e que na ordem democrática instaurada em 25 de Abril não poderão continuar;

II- Verifica-se que a maioria dos estudantes-trabalhadores desempenham funções de forma alguma compatíveis com a sua qualidade escolar, funções essas que se tornam rotineiras e adormecedoras das suas capacidades intelectuais, desempenhando uma influência negativa no seu aproveitamento escolar.

III- Que a actividade escolar é bastante prejudicada pelos horários do trabalho em vigor e se considera possível proceder à sua alteração.

Sendo o acesso ao ensino e à cultura um direito inalienável das classes trabalhadoras e um ponto preciso do programa do M.F.A., entendemos que este direito deve ser não só reconhecido como sobretudo o seu exercício incentivado por medidas legais e condicionais; entendemos também que na actual conjuntura política a designação de estudantes-trabalhadores se manterá e deste modo, tem todo o cabimento a caracterização rápida dos nossos objectivos.

A - No Campo do Trabalho:

a) Que seja garantido por via legal, que a nenhum estudante-trabalhador seja negado trabalho pelo facto de pretender ou se encontrar a estudar, proibindo-se as cláusulas dos contratos individuais que limitem por qualquer forma esse direito;

b) Que por via legal ou convencional se assegure a atribuição pela entidade patronal ao estudante-trabalhador de actividades compatíveis com o ensino professado, em ordem a evitar prejuizos para a actividade escolar e para o próprio trabalho desenvolvido, no âmbito da empresa, pelo trabalhador;

c) Que, de acordo com os periodos de laboração e funcionamento normais das empresas e serviços seja possibilitado aos estudantes-trabalhadores desenvolverem a sua actividade profissional num periodo único, ou para cada caso, encontrar outras soluções de horários diferenciados que, tenham sempre por objectivo a criação de tempos livres a utilizar nas actividades escolares;

d) Que por via convencional se consigam reduções da duração do trabalho para os trabalhadores que, comprovadamente, frequentem estabelecimentos de ensino.

B - No Campo do Ensino:

a) Ensino gratuito e criação de novas escolas;

b) Elaboração de horários que possibilitem uma normal frequência da escola aos estudantes trabalhadores;

c) Reformulação do conteúdo das cadeiras, tendo em conta não só a eliminação do carácter fascista do ensino como a ligação entre o trabalho prático e o estudo;

d) Adaptação dos métodos de ensino às características pedagógicas dos estudantes-trabalhadores;

e) Por último a criação de uma comissão inter-ministerial que estude as propostas aprovadas neste Seminário com vista à sua execução prática

13. Tendo em conta os graves problemas com que se debate hoje o ensino, que são resultado unicamente da política fascista do anterior regime, os estudantes a desenvolver desde já todos os esforços no sentido da reconstrução do ensino novo que sirva os interesses nacionais e os interesses do povo português.

1.ª SESSÃO

O Ensino herdado do fascismo
características actuais do Ensino em Portugal

INEP

2.ª SESSÃO

A LUTA DOS ESTUDANTES
PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
A RGDE PROGRAMA DE ACÇÃO
DOS ESTUDANTES PORTUGUESES

1970
uneop

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela "ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES"

do INSTITUTO INDUSTRIAL de Coimbra

COIMBRA

1974

A "via única" como concepção do Ensino é a única tomada de posição justa para todos os estudantes e professores progressistas.

As duas concepções expressas respectivamente pelas chamadas "duas vias" e "via única", são momentos socialmente determinados na história da educação do ensino e da cultura em Portugal. São mais que expressões verbais, a revelação dos aspectos contraditórios de uma sociedade dividida em classes, de uma sociedade caracterizada por um modo de produção que as determina.

A contradição e a obsolência de "duas vias" diferentes no ensino e na educação são por demais evidentes. Por outro lado a justeza da "via única" é reflexo dos verdadeiros anseios do povo português.

O governo fascista procurava defender a necessidade das "duas vias" num plano tecnológico pela falta de quadros técnicos e hierárquicos, mas sendo assim como se explica que por ano se formassem muitas vezes mais engenheiros que agentes técnicos, por exemplo? Dizia-se que os Institutos Industriais devem uma razoável preparação técnica, que eram mesmo boas escolas mas o que é certo é que toda a demagogia à volta dos seus cursos vinha só contra a emancipação intelectual dos alunos e era travão das consciências cuja razão de classe fica demonstrada pela análise da composição e da proveniência social desses mesmos alunos. Eis alguns aspectos que caracterizam o problema: a "via única" ou as "duas vias".

A concepção das "duas vias" não é mais do que uma resultante de uma nítida segregação de classes, dum vincada discriminação social que começa precisamente com a criação do "ensino técnico". O "ensino técnico" não foi criado por acaso, foi-o intencionalmente, não para democratizar o ensino, não para servir o povo português, também não para recolher os filhos da elite dominante, mas sim para melhor aproveitar em condições mais lucrativas a força de trabalho do próprio povo. É obviamente mais vantajoso para a classe dominante, um operário ou técnico especializado do que um trabalhador de formação pouco mais que artesanal.

A Escola Técnica desceu à província enquanto que o Liceu não saía do seu pedestal na cidade precisamente para recolher os filhos dos trabalhadores que passam agora a poder "estudar".

A feroz discriminação social era bem marcada no ensino. É bem nítida a distinção que havia e ainda há entre Liceus e Escolas Técnicas, entre os Institutos Industriais e Universidades, etc.

Reflexo supra-estrutural de todo um modo de produção historicamente determinado, o sistema de ensino fascista, precioso aparelho ideológico de estado, foi sempre mantendo o seu conteúdo de classe e o seu papel fundamental na reprodução das relações de produção existentes. Não obstante o freu significativas modificações formais que acompanhavam o contínuo aperfeiçoamento de toda a máquina estatal e eram postas às necessidades concretas da crescente concentração monopolista e da crescente influência do imperialismo. A estrutura económica da sociedade exige sempre dos aparelhos ideológicos que determinam em última análise, a contínua reformulação, o readaptar às suas próprias necessidades sempre renovadas.

O aparelho de estado fascista de Salazar deixou a certa altura de corresponder às exigências ditadas pelo nível de desenvolvimento do poder económico dos monopólios e latifúndios, sua base social. Tornara-se necessária uma fantochada liberalizante. As novas perspectivas de trocas comerciais com o Mercado Comum, os crescentes interesses económicos e políticos do imperialismo em Portugal, entre outros fenómenos, levaram à necessidade de criar unidades industriais e agrícolas de "dimensão europeia" em condições razoavelmente competitivas o que teve como consequência, por outro lado, o aumento da necessidade de quadros técnicos minimamente aptos a maximizarem a produtividade sem causarem "perturbações políticas".

O "marcelismo" veio como reflexo político deste estado de coisas e a reforma do MEN para o Ensino Técnico veio igualmente como reflexo ideológico da estrutura da sociedade portuguesa nas suas novas formas. A concepção das "duas vias" aparece-nos também sob nova forma, mas satisfeita e estigmatizada. Dá-se uma envernizadela nas escolas existentes, mudam-se os nomes e títulos académicos, concedem-se mais facilidades para melhor produzir por um lado, para melhor explorar por outros: projectam-se os Institutos politécnicos, etc.

A concepção das "duas vias" têm raízes sociais, é uma imposição ao povo português e aparece-nos mais como resposta ideológica a uma situação concreta, a uma necessidade específica da estrutura (monopolista e latifundista mas historicamente determinada em Portugal), do que propriamente como fruto da ideologia burguesa em geral e em abstracto. Este facto fundamenta, cientificamente a possibilidade de, depois do 25 de Abril e na actual etapa anti-monopolista e anti-imperialista do povo português pela instauração dum regime verdadeiramente democrático, mesmo sem pôr em causa o capitalismo em geral, se possa efectivamente abolir essa concepção das "duas vias" e encarar com grandes probabilidades o estabelecimento da "via única" no ensino geral, no ensino de engenharia em particular.

A educação fascista vinha satisfazer as necessidades da classe económica e politicamente dominante, mas com o derrubamento do regime fascista essa mesma classe perde o poder político gerando-se uma situação de desfazamento entre este e o poder económico. Não obstante a miopia política de alguns, esta situação é evidente: é agora o Gabinete de Estudos e Planeamento do MEC que apresenta o projecto de transformação dos Institutos Industriais. Mais que meramente receptivo às tendências progressistas, é agora na nova situação política, um dos instrumentos ideológicos do aparelho de estado quem surge como dinamizador do processo de democratização do ensino e disposto a encarar a "via única".

A luta pela "via única" não é de hoje e arrastou-se até ao 25 de Abril sem que alguma coisa de verdadeiramente significativo ficasse feito nesse sentido senão as pseudo-reformas do MEN. O desmantelamento consequente do aparelho de estado fascista passa necessariamente pela escola abrindo novas perspectivas àquela luta, pela formação concreta de cada quadro intelectual ou técnico de acordo com a realidade e os verdadeiros anseios do povo português. Mas o cariz social da "via única" tem levado à existência de tendências opostas, por um lado a vontade firme dos sectores progressistas que interpretam a vontade popular, por outro lado a posição que se caracteriza pelo medo de perder privilégios, pela sua natureza elitista, pela defesa de posições fruto duma educação que assentava em bases falsas..

A luta pela "via única" faz parte da luta pela reforma Geral e Democrática do Ensino sendo assim uma importante tarefa parcelar que se insere na instauração de um estado efectivamente democrático.

O projecto de transformação dos Institutos Industriais na base do qual se encontram as teses do Sindicato dos Engenheiros-Técnicos, apresentado pelo GEP, é um passo significativo no sentido da "via única" e deve ser ponto de convergência de todos os estudantes e professores progressistas, sejam eles dos Institutos ou das Universidades.

A "via única" não se estabelece modificando apenas uma das espécies de escolas deixando intactas as outras, e aqui têm um papel importante os estudantes universitários sobretudo das Escolas de Engenharia. A proposta do GEP é, como ficou evidente, um passo importante, mas é necessário que sejam eliminadas progressivamente as diferenças entre o ensino nas Universidades e nas novas Escolas criadas a partir dos Institutos Industriais.

Em conclusão podemos dizer que a concepção das "duas vias" tem uma raiz social determinada e um carácter de classe demarcado. A concepção da "via Única", parte integrante da Reforma Geral e Democrática do Ensino, é por oposição às "duas vias" a resposta racional e científica aos verdadeiros interesses do povo português. O 25 de Abril e a nova situação política que o sucedeu criaram desde já condições para o estabelecimento da "via Única". A luta pela "via Única" é tarefa primordial de todos os estudantes e professores progressistas, e insere-se na luta geral do povo português contra o poder dos monopólios, por um regime verdadeiramente democrático.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela COMISSÃO DE ALFABETIZAÇÃO
e EDUCAÇÃO SANITÁRIA de Coimbra

COIMBRA
1974

SUMÁRIO

A - UMA CERTA POLÍTICA EDUCATIVA

I - Introdução

II - História do sistema escolar fascista

1 - Até ao fim da década de 60

2 - Reforma Veiga Simão

a) - Lugar do sistema escolar no modo de produção

b) - Noção de rede de escolarização

c) - A reforma Veiga Simão não é Democratização do ensino

III - Conclusão

B - CONSEQUÊNCIAS DA SITUAÇÃO ACTUAL E MEIOS DE A ATACAR

I - Panorama geral da situação económica regional

II - Meios de atacar a situação

1 - Aproveitamento dos meios existentes

2 - Campanhas de alfabetização

3 - Educação permanente

C - CONTRIBUIÇÃO DAS CAMPANHAS DO VERÃO DE 74 E PERSPECTIVAS ABERTAS POR ELAS

D - O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO MUNDO - CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS A TIRAR

A - UMA CERTA POLÍTICA EDUCATIVA

I - Introdução

Tendo presente o conjunto e a gravidade dos problemas relativos à educação nacional, comecemos por ver como e para quem tem sido até agora a Educação.

Uma sociedade capitalista caracteriza-se pelo antagonismo de classes sociais, em que os interesses das menos favorecidas (a maioria) são subestimados. O aparelho de estado fascista, por sua vez, leva essa subestimação ao extremo. O seu sistema educacional, longe de servir os interesses do Povo, destina-se apenas à obtenção e maximização do lucro e da acumulação de capital e à garantia do exercício do Poder. Reprimir e dificultar o acesso ao ensino, limitá-lo aos filhos das classes dominantes para que só a estes sejam fornecidos os conhecimentos que lhes permitam mais tarde assumir posições de chefia, côncio de que sem o poder cultural o poder político não se consegue manter, o estado fascista implantado em 1926 inicia uma série de reformas na educação que lhe vão permitir conservar durante décadas a população portuguesa no analfabetismo mental e literário, político e cultural, em suma em todos os níveis. Em 1964 mais de 40% do orçamento do estado era gasto na guerra, para matar, oprimir, defender nas colónias interesses que nem de longe eram do Povo Português; vendê-las ao imperialismo estrangeiro como vendido era o nosso próprio País. Menos de 10% do orçamento era reservado à educação. Num País em que mais de 30% da população não sabe ler nem escrever, diminuía de ano para ano o número de construções escolares.

II - História do sistema escolar fascista

1 - Até ao fim da década de 60

Para que se compreenda até que ponto o Povo Português foi atraído pelo Estado fascista durante quase meio século, comecemos por um Discurso do então MEN, Carneiro Pacheco, que a certa altura afirmava:

"Estão feitas ou em preparação as reformas necessárias para que a escola, orientada por um programa bem definido, aliviada de ensinamentos desperdiçadores de inteligência, defendida de infiltrações anti-nacionais melhor possa entregar-se à sua sagrada missão".

Sintetizemos, então alguns decretos-lei publicados:

1926 - Extinção do Ensino Primário Superior (criado pela 1.^a República; ia dos 12 aos 15 anos e era facultativo).

1927 - Divisão do Ensino Primário Inferior (criado pela 1.^a República; ia dos 7 aos 12 anos e era obrigatório) em elementar, dos 7 aos 11 anos e complementar, dos 11 aos 13 anos.

1928 - Abolição do Ensino Primário Complementar.

1930 - O Ensino Primário Elementar é dividido em dois graus. O 1.^o, até à 3.^a classe, é obrigatório; o 2.^o, 4.^a classe, é facultativo.

Esta situação manteve-se até 1956 para o sexo masculino e 1960 para o sexo feminino.

1938 - Extinção das escolas móveis de alfabetização, as quais se destinavam à educação da

4

população das aldeias remotas ou às populações em constante movimento das zonas pastorais.

Estas escolas tinham sido criadas pela 1.^a República. Existiam em 1929/30, aquando da sua extinção, 302 escolas móveis, dando aulas a 13 991 alunos.

1931 - começaram a criar-se os Postos Escolares em detrimento das Escolas Primárias, medida justificada de um modo poético no preâmbulo do Dec.-Lei nº 27 279:

"Afirma-se desde já, pondo termo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas ainda que de simpático bairrismo, que o problema da Educação Popular só pode ser resolvido por meio da maior difusão de postos escolares, forma embrionária de Escola Elementar. Instalado, como está, em edifício próprio, regido por quem possua idoneidade comprovada na falta de um diploma tantas vezes só decorativo, ministrado o ensino por todo o ano lectivo e fiscalizada a sua acção, o Posto Escolar será a escola accnchegada da terra pequenina, onde outra maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que pelo desperdício, inimiga da restante terra portuguesa".

Resta-nos apenas acrescentar que os Regentes de idoneidade comprovada tinham um grau de preparação menos que rudimentar e só ministravam ensino até à 3.^a classe. (uma forma de evitar que as populações das regiões onde esses postos eram colocados tivessem a ousadia de se permitirem ao luxo de tirarem a 4.^a classe).

1936 - Encerramento das Escolas do Magistério Primário com a suspensão das matrículas no seu 1.^o ano e substituição da maior parte dos professores por Regentes Escolares habilitados com a simples instrução primária.

1937 - Extinção do Ensino Infantil Oficial criado pela 1.^a República.

Da dos 4 aos 7 anos. Em 1931/32 existiam 65 escolas com 100 professores e 14 134 crianças.

Em 1960, Portugal contava com cerca de 1 250 000 crianças de menos de 7 anos (mais de 13% da população - Continente e Ilhas Adjacentes).

O Ensino pré-Primário, desoficializado em 1937, é ministrado em Portugal devido à iniciativa particular e sob a designação de Ensino Infantil. Interessava em 1960, 6 528 alunos em todo o País, ou seja 0,6% do número total de crianças. O reduzido número de estabelecimentos (159), a sua distribuição pelo País e as mensalidades cobradas são factores decisivos na sua reduzida importância, apresentando-o como totalmente insignificativo no quadro geral do ensino. Estes condicionamentos evidenciam que é a média e alta burguesia quem principalmente alimenta o ensino infantil.

É no Ensino Primário que a falta de infraestruturas se vai sentir com maior relevância, sem no entanto se poderem avaliar em toda a sua extensão aquelas incidências, por falta de um ficheiro antropométrico e sanitário. Acrescente-se que os problemas carenciais determinados por uma alimentação insuficiente e deficientes condições sociais, não são os únicos que agravam o panorama educacional primário. A falta de professores e a elevada percentagem de regentes escolares (em 1964/65 era ainda de 4 223 o número destes regentes, que pelo seu contributo para a Educação Nacional recebiam a fabulosa fortuna de 720\$00 mensais), uma rede escolar deficiente, turmas com um número excessivo de alunos e em muitos casos com várias classes, escolas funcionando em desdobramento completam e caracterizam sem margem para dúvida, o que era o Ensino - base em Portugal.

No que diz respeito à alarmante situação dos professores que, não vivendo da profissão, também vivem para ela e antes a utilizam como plataforma de onde estão sempre prontos a partir, o Dr. José Alberto de Carvalho se lhes referiu nestes termos:

"O Ministério da Educação Nacional não parece que esteja em condições de dispensar os seus professores primários, principalmente neste momento em que muitas das escolas se encontram fechadas por falta de agentes de ensino, lançando-se na escuridão do saber alguns milhares de crianças (...) não foi ainda possível ao Ministério da Educação encontrar outra solução senão a de voltar a abrir nomes para regentes escolares, numa manifestação de mais uma cedência que virá a criar novas situações de injustiça social amanhã, quando esses regentes, com mais de 5 ou 10 anos de serviço, tiverem de ser dispensadas e então lançadas no desemprego e na miséria".

Quanto aos aspectos negativos (não tem outros) desta acção, foram encarados unilateralmente pois com o ordenado que estes agentes do ensino venciam (720\$00) ninguém é lançado na miséria, vi ve nela. Acrescendo ainda o facto de relevante importância de as crianças virem a sofrer de um ensino defeituoso de que nunca mais ficarão curadas.

Um pálido aspecto da situação existente pode inferir-se do que "Estatísticas da Educação" re vela para o ano de 1960-61. No ensino oficial a percentagem dos que não obtiveram passagem de clas se ou aprovação no exame do ensino primário foi de cerca de 28,3% enquanto que no ensino particular foi de 18%. Se a taxa de reprovação no Ensino Oficial fosse igual à do Ensino Particular, te riam passado de classe ou obtido aprovação em exames mais de 6/ 740 alunos. Neste numero afluem to dos os condicionalismos apontados (sociais, económicos e pedagógicos), e que não resulta totalmen- te expressivo dado que uma alta margem de tolerância nas passagens, nele introduziu forçosamente um erro.

"Como os directores escolares querem apresentar serviço no Ministério, como os delegados es colares querem ser dedicados aos Directores, e como os professores, por sua vez, não querem arros tar com a má-vontade dins e doutros, todos porfiam em ajudar a doce e suave ilusão das estatísti cas; se a recomendação de passagens foi da ordem dos 80%, todos cuidam de assegurar estatísticamen te esse número - para mostrar serviço - ainda que para isso obtenham passagem alunos insuficiente mente preparados, que são com uma repetição de classe poderiam suprir as suas deficiências".

Uma tal recomendação visa principalmente atenuar o flagelo do excesso de repetências que se traduz no alongamento improdutivo da escolaridade, resultando em mais uma dificuldade agravante dos males consequentes de uma rede escolar insuficiente e duma carência de professores.

A referida benevolência não é uma consequência dos problemas se apresentarem excessivamente sobrecarregados, longe disso. Enquanto houve exame de admissão todos reconheceram que a matéria en sinada na instrução primária era insuficiente para vencer as dificuldades postas pelo referido exa me. E assim, os pais eram obrigados a dar aos filhos uma preparação suplementar de que recebiam du rante a 4.^a classe. E esta verba que os pais forçadamente tiveram de despendar, foi a primeira difi culdade que a muitos se levantou no caminho de um desejado prosseguimento dos estudos para os fi lhos. Isto, a propina e os livros e em tantos casos (a maioria), os transportes, justificam que ten do concluído o Curso Primário, em 1960/61, 132 920 alunos, apenas 47 849 se tenham inscrito no En- sino Secundário, pertencendo 21 631 ao Ensino Liceal. Daquí se conclui que atingiram este ensino 35,9% dos que concluíram o Ensino Primário.

E para concluir, mostrando como a grande e média burguesia alimentava o Ensino Superior, Superior, bastará reparar no seguinte gráfico, relativo a 1960/61. Os alunos que frequentavam o Ensino Superior eram:

- 0,25% do total da população
- 1,1% do total dos alunos do ensino primário
- 5,5% do total dos alunos do ensino Secundário
- 8,2% do total dos alunos do Ensino Liceal

Os dados anteriores permitem-nos avaliar porquê em 1960 os analfabetos, os que sabiam ler mas não tinham qualquer grau de ensino e os que possuíam apenas o Ensino Primário, totalizavam 96% da população com mais de 7 anos residente em Portugal.

Posto isto poder-se-ia fazer a pergunta: seria este nível de analfabetismo a sagrada missão da escola apregoada por Carneiro Pacheco? Da escola, concerteza, não seria, mas do Estado Fascista, era!

E qual era o programa educativo bem definido desta escola fascista que eles afirmavam defen dida das infiltrações anti-nacionais?

Vejamos o que eles entendiam por Educação.

1 - Quanto ao Ensino Primário:

Preâmbulo do Decreto-Lei nº 27279 - "Os programas do ensino na Escola Primária deverão restringir-se ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, (...), e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal, substituindo-se assim um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança".

2 - Quanto ao Ensino Superior (cujas propinas aumentaram progressivamente após 1926), vejamos um despacho que anulava os cursos livres permitidos pela 1.ª República depois de grandes lutas estudantis:

"A Universidade, centro do mais alto saber e instrumento do Estado para a formação do escol espiritual da Nação, tem de integrar-se no quadro social em que esta vive".

Já agora só mais um exemplo para salientarmos até que ponto os pregadores fascistas pretendiam estuprificar o Povo Português.

Decreto-Lei nº 22 040: "Que se afixem nas Escolas Primárias, Liceus, Bibliotecas, etc., quadros murais com frases como a seguinte:

Advogados sem causas, médicos sem clientela, arquitectos sem trabalhos, a vossa instrução nem sempre vos servirá para combater a adversidade, ao passo que um bom ofício salvou sempre o operário corajoso, permitindo-lhe afrontar a inclemência da sorte".

Pelo que acabamos de escrever pode-se avaliar até que ponto a ideologia e a prática instauradas no Ensino estavam ao serviço dos interesses de uma minoria de latifundiários e financeiros que o aparelho fascista passara a servir após o Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926.

2 - Reforma Veiga Simão

É enorme a acumulação de capitais entretanto realizada, concentrados na mão de uma burguesia capitalista, que os quer aplicar em investimentos de grande rendimento.

a) Lugar do sistema escolar no modo de produção

O capitalismo, detentor dos meios de produção, tem necessidade de que se apresentem, no mercado de trabalho, forças capazes de assegurar ao lado de trabalhos simples, outros mais complexos. Dentro do regime capitalista, cabe ao sistema de educação assegurar essa desigual formação e qualificação da força de trabalho, que como tudo o resto, está colocada em situação de mercadoria. Ao contrário das épocas anteriores, a época burguesa caracteriza-se por uma transformação constante no modo de produção, dado que a indústria moderna nunca considera como definitivo o modo de um processo de fabrico. A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente as condições de produção. A acompanhar o Modo de Produção Capitalista, também o sistema escolar sofre diversas modificações que procuram elevar o nível médio da força de trabalho.

Mas como elevar esse nível médio de trabalho se o aparelho governamental está comprometido com uma classe até aí dominante, constituída por uma aristocracia financeira e latifundiária? Como conjugar o interesse duma aristocracia que pretende a continuação do analfabetismo (para cavar a terra e guardar gado não é necessário saber ler - diziam eles) com os interesses de uma burguesia que deseja mão de obra qualificada?

A mente previligiada do ditador rapidamente concebe a ideia mágica baseada em três pontos fundamentais:

- 1 - Protecção à classe agrário-financeira;
- 2 - Mini industrialização;
- 3 - Manutenção da estuprificação do Povo.

Os problemas da classe dominante resolvem-se com a criação do corporativismo; os da burguesia industrial com as leis de condicionamento, protecção aduaneira e congelamento de salários; quanto ao carácter elitista do sistema educativo, é preservado, com a criação das Escolas Técnicas.

Mais uma vez o MEN atraiçoa o Povo Português a bem do Poder Político.

É sob a égide de Pires de Lima que o ensino secundário (pago evidentemente) se divide em duas partes: ciclo preparatório do Ensino Técnico (que depois prosseguirá com o ciclo complementar do Ensino Técnico) e 1º ciclo do Ensino Liceal.

Para analisarmos os efeitos do poder político sobre a educação, vejamos a justificação dada pelo MEN às críticas entretanto surgidas a uma medida tão ostensivamente discriminatória. Dizia ele que:

"Não julgo possível enquadrar num tipo único de cultura tudo o que é necessário e conveniente à luta pela vida (...). Compreenderia melhor que se pusesse o problema com maior generalidade, como seria a supressão do 1º ciclo dos Liceus. Temos de reconhecer, no entanto, que é preferível manter com carácter tendenciosamente técnico, nas Escolas Técnicas esse ensino e com carácter tendenciosamente cultural, esse mesmo ensino ou um ensino paralelo, nos Liceus".

Como justificação não nos parece convincente mas tem a virtude de clarificar as intenções.

Vão surgindo assim, várias tentativas para remodelar o aparelho escolar, de molde a fazê-lo corresponder às necessidades crescentes de força de trabalho qualificada. A mais recente dessas tentativas compreende um conjunto de medidas, genericamente denominadas por Reforma Veiga Simão.

b) Noção de rede de escolarização

Torna-se aqui necessário introduzir a noção de rede de escolarização. As duas redes de escolarização que consideramos são:

- o ensino secundário-superior que se destina massivamente à burguesia e conduz ao exercício do Poder Político. Formam-na o Curso Geral dos Liceus, o Curso Complementar dos Liceus e a Universidade;

- a outra rede, a Primária-Profissional, serve o ensino primário, o ciclo preparatório, o curso geral técnico e o curso complementar técnico. Esta segunda rede de escolarização assegura a desigual formação da força de trabalho e a maior ou menor especialização, consoante é totalmente percorrida ou interrompida nalgum ponto do seu percurso. É ela que escolariza massivamente as classes trabalhadoras e as conduz ao mercado de trabalho. Entre as duas redes de escolarização, as comunicações são excepcionais, assegurando na prática um carácter absolutamente estanque. Perpetua-se assim, a divisão social do trabalho, característica do Modo de Produção Capitalista.

c) A Reforma Veiga Simão, não é Democratização do Ensino

Por volta dos anos 60, torna-se já evidente o desfazamento entre o desenvolvimento capitalista e o aparelho escolar. Este caracterizava-se por: 1º - Baixíssimo nível de escolarização na rede primária-profissional; 2º - Os quadros que o capitalismo precisava ia-os buscar à rede Secundária-Superior, o que, no entanto, não satisfazia os seus objectivos, já que:

- a) Estes quadros eram em número insuficiente e a sua preparação técnica inadequada.

- b) O seu elevado "nível social" obriga a altos honorários.

- c) Eram geralmente portadores de uma ideologia anacrónica, abstratizante e imobilista.

É nesta situação que vai aparecer, no fim da década de 60, a Reforma Veiga Simão e através dela materializa-se um aparelho escolar: aquele que corresponde à dominação da burguesia monopolista sobre as outras classes e fracções de classes.

A oportunidade da Reforma é tanto maior, porquanto pretende responder à luta dos estudantes portugueses e às aspirações populares por uma Reforma Geral e Democrática do Ensino. Como tal vem carregada de uma demagogia "democrática" para êxtase das populações, de uma mistificação ideológica através da qual a burguesia monopolista procura fazer passar os seus interesses pelos interesses nacionais.

A resposta dos estudantes não se faz esperar e cedo o Governo fascista compreende com que participação estudantil pode contar para cobrir a Reforma do seu aparelho escolar: nenhuma. A partir desse momento restava-lhe recorrer aos processos habituais de segurança (escolares e extra-escolares) que garantissem a total imobilidade dos estudantes. Abatem-se sucessivamente as AEEE e as

suas formas de expressão colectiva. Proíbem-se reuniões. Aparece um novo tipo de polícia escolar: os vigilantes-gorilas. A PIDE recrudesce a sua actividade: prende e tortura os dirigentes associativos e muitos outros estudantes.

Com a Reforma Veiga Simão assistiu-se de facto ao aumento da população escolarizada, aumento esse que logo quiseram fazer passar pela autêntica democratização. Os que baseavam as suas críticas apenas na desigualdade de oportunidades, não souberam neste momento, fornecer resposta coerente. Não poderemos nunca separar o conceito de igualdade de oportunidades com o de recrutamento para uma ou outra das redes de escolarização. O filho de trabalhadores tem, para ser escolarizado pela rede Primária-profissional, as mesmas oportunidades que o filho de burguês de o ser na rede Secundária-Superior (noção-estatística). O aumento de escolarização não significa, pois, democratização. Na linguagem Veiga Simão, dizer aumento de escolarização é dizer diferente escolarização (numa ou noutra rede) consoante a classe de origem, e portanto diferente destino na pouco democrática sociedade capitalista. Vemos assim, como consegue o capitalismo manter o axioma fundamental da sua sociedade: que o filho de explorador seja explorador, que o filho de explorado seja explorado.

III - CONCLUSÃO

O sistema escolar de uma sociedade capitalista, autêntico escravo do modo de produção, rotunda e consoante a classe de proveniência e canaliza conforme o rótulo; transforma em mercadoria os próprios valores humanos; compra, vende e troca a cultura. Não pode, portanto, responder aos anseios mais justos das vastas massas de população.

Compreendemos, já, a afirmação de um ministro de Salazar: é preciso conservar da invasão das massas, as Universidades e os Institutos post-graduados. Compreendemos também uma outra frase do próprio Salazar: saber ler, escrever e contar é bastante para a grande maioria dos portugueses. Compreendemos os números que as estatísticas nos dão. Compreendemos mas não aceitamos. Porque lutamos por um ensino verdadeiramente democrático; porque nos lembramos que em meia dúzia de anos se acabou com o analfabetismo em Cuba; porque sabemos que na União Soviética e nos outros países Socialistas a instrução e a cultura não são privilégio de alguns e encontram-se realmente ao serviço do povo; porque a história nos diz que, mais cedo ou mais tarde, isso acontecerá também em Portugal.

População Residente	ESTABELECEMENTOS Ensino Primário				PESSOAL DOCENTE				A L U N O S (1)			
	TOTAL	Do Ensi- no Ofi- cial	Do Ensino no Par- ticular	TOTAL	No Ensi- no Ofi- cial	No Ensi- no Parti- cular	TOTAL	Ensi- no Parti- cular	Ensi- no Ofi- cial	TOTAL	Ensi- no Parti- cular	Ensi- no Ofi- cial
		1 169	1 070	99	3 840	3 364	456	97 824	6 769	15 988	18 064	6 769
Aveiro	545 230	1 070	99	3 840	3 364	456	97 824	6 769	15 988	18 064	6 769	15 988
Beja	204 440	474	44	1 181	1 018	163	27 564	2 762	4 745	5 447	2 762	4 745
Braga	609 405	1 502	102	4 153	3 542	611	119 135	9 792	18 888	21 366	9 792	18 888
Bragança	180 395	680	40	1 441	1 275	166	31 990	2 332	5 827	6 545	2 332	5 827
Castelo Branco	254 355	586	68	1 693	1 371	322	38 765	5 642	6 310	7 700	5 642	6 310
Coimbra	389 380	998	120	3 829	2 985	644	75 026	9 516	11 619	13 844	9 516	11 619
Évora	178 475	315	46	1 294	1 044	250	27 102	4 228	4 533	5 567	4 228	4 533
Faro	268 635	549	55	1 763	1 568	195	39 201	3 797	6 804	7 843	3 797	6 804
Guarda	210 720	782	65	1 829	1 265	364	33 983	4 591	5 258	6 539	4 591	5 258
Leiria	376 940	902	95	2 458	1 970	488	61 703	7 568	9 991	11 990	7 568	9 991
Lisboa	1 563 020	1 235	817	14 867	10 817	4 050	313 145	80 024	40 500	58 558	80 024	40 500
Portalegre	145 545	261	36	891	746	145	19 644	2 618	3 487	4 152	2 618	3 487
Porto	1 309 560	1 799	302	10 686	8 668	1 803	262 069	27 851	38 654	45 427	27 851	38 654
Santarém	427 995	851	126	2 907	2 209	698	66 698	11 350	10 160	13 249	11 350	10 160
Setúbal	489 555	508	92	2 981	2 628	353	76 996	9 843	12 094	15 094	9 843	12 094
Viana do Castelo	250 510	694	56	1 467	1 189	278	41 546	4 186	6 300	7 528	4 186	6 300
Vila Real	265 605	1 037	44	1 805	1 585	220	48 603	3 840	7 580	8 424	3 840	7 580
Viseu	410 795	1 408	91	2 717	2 235	482	69 554	6 689	11 061	12 610	6 689	11 061
Conti- nente	8 074 860	19 105	2 433	64 711	52 451	12 260	1 547 330	215 667	285 961	233 566	215 667	285 961

(1) Não inclui os dados respeitantes aos cursos do ensino primário destinados a adolescentes e adultos.
 NOTA - dados referentes ao ensino primário 1972

	População residente	Estabelecimentos Primários	Docentes	Adolescentes e Adultos			
				Alunos em idade escolar	Pessoal Docente	ALUNOS	
						Inscritos	Dos quais Autopropostos
Aveiro	545 230	1 035	2 231	73 021	18	2 561	2 0 95
Beja	204 440	464	707	20 228	14	1 031	686
Braga	609 405	1 472	2 529	93 289	12	1 768	1 487
Bragança	180 395	655	839	22 638	5	517	305
Castelo Branco	254 365	583	885	25 306	27	1 351	620
Coimbra	399 380	982	1 302	40 129	18	1 366	954
Évora	178 475	287	561	16 037	25	1 871	773
Faro	268 035	535	853	24 048	16	1 453	1 034
Guarda	210 720	741	898	24 411	6	684	563
Leiria	376 940	889	1 318	44 188	15	2 258	1 866
Lisboa	1 568 020	1 438	4 350	131 295	182	12 749	7 653
Portalegre	145 545	261	449	12 724	30	1 664	542
Porto	1 309 560	1 774	4 980	174 214	76	5 643	3 903
Santarém	427 995	830	1 350	41 233	48	2 485	858
Setúbal	469 555	510	1 256	43 321	23	3 725	3 184
Viana do Castelo	250 510	685	939	33 282	1	147	123
Vila Real	265 605	1 004	1 158	37 617	46	895	345
Viseu	410 795	1 383	1 789	55 456	9	1 161	904
Contínente	8 074 860	15 538	28 394	912 437	571	43 329	27 895

Pessoal docente (Adolescentes e adultos)

	Profess. Primários (Magistério)	Regentes Escolares	Outros
Aveiro	18	1	16
Beja	14	-	13
Braga	12	3	8
Bragança	5	1	4
Castelo Branco	27	9	18
Coimbra	18	4	14
Évora	25	1	22
Faro	16	2	11
Guarda	6	-	5
Leiria	15	3	12
Lisboa	182	31	145
Portalegre	30	-	30
Porto	76	23	48
Santarém	48	-	48
Setúbal	23	6	15
Viana do Castelo	1	-	1
Vila Real	46	-	46
Viseu	9	-	9
Contínente	84	22	465

(1) nesta coluna estão incluídos os militares
 NOTA: dados referentes ao ensino primário 1972

População Residente	ESTABELECIDAMENTOS Ensino Primário			PESSOAL DOCENTE			Matriculados			A L U N O S (1)		
	TOTAL	Do Ensi- no Ofi- cial	Do Ensi- no Par- titular	TOTAL	No Ensi- no Ofi- cial	No Ensi- no Parti- cular	TOTAL	No Ensi- no Ofi- cial	Ensi- no Parti- cular	TOTAL	Ensi- no Parti- cular	Ensi- no Parti- cular
Aveiro	545 230	1 070	99	3 840	3 364	456	97 624	90 855	6 769	18 084	15 988	2 096
Beja	204 440	474	44	1 181	1 018	163	27 584	24 822	2 762	5 447	4 745	702
Braga	609 405	1 502	102	4 153	3 542	611	119 135	109 343	9 792	21 366	18 668	2 476
Bragança	180 395	660	40	1 441	1 275	166	31 990	29 658	2 332	6 545	5 827	718
Castelo Branco	254 355	596	68	1 693	1 371	322	38 765	33 123	5 642	7 700	6 310	1 390
Coimbra	398 380	998	120	3 629	2 985	644	75 028	65 512	9 516	13 844	11 619	2 225
Évora	178 475	315	46	1 294	1 044	250	27 102	22 874	4 228	5 567	4 533	1 034
Faro	268 635	548	55	1 763	1 588	195	39 201	35 404	3 797	7 843	6 804	1 039
Guarda	210 720	762	65	1 629	1 265	364	33 983	29 452	4 531	6 539	5 258	1 281
Leiria	376 940	902	95	2 458	1 970	488	61 703	54 137	7 566	11 990	9 991	1 999
Lisboa	1 563 020	1 235	817	14 867	10 817	4 050	313 145	293 121	80 024	58 558	40 500	18 058
Portalegre	145 545	281	36	891	746	145	19 644	17 026	2 618	4 152	3 467	685
Porto	1 309 560	2 101	302	10 686	8 888	1 803	262 069	234 738	27 851	45 427	38 854	6 573
Santarém	427 995	851	128	2 907	2 209	698	66 698	55 348	11 350	13 249	10 160	3 089
Setúbal	468 555	506	92	2 981	2 626	353	76 996	67 153	9 843	15 084	12 094	2 990
Viana do Castelo	250 510	694	56	1 467	1 189	278	41 546	37 360	4 186	7 528	6 300	1 228
Vila Real	265 605	1 037	44	1 805	1 585	220	48 603	44 663	3 640	8 424	7 580	844
Viseu	410 795	1 499	91	2 717	2 235	482	69 554	62 885	6 669	12 810	11 061	1 749
Conti- nente	8 074 860	19 105	2 433	64 711	52 451	12 260	1 547 330	1 331 663	215 667	265 961	233 566	52 395

(1) Não inclui os dados respeitantes aos cursos do ensino primário destinados a adolescentes e adultos.
 NOTA - dados referentes ao ensino primário 1972

Adolescentes e Adultos

	População residente	Estabelecimentos Primarios	Docentes	Alunos			
				em idade escolar	Pessoal Docente	Inscritos	Dos quais Autopropostos
Aveiro	545 230	1 035	2 231	73 021	18	2 561	2 0 95
Beja	204 440	464	707	20 228	14	1 031	686
Braga	609 405	1 472	2 529	93 289	12	1 768	1 487
Bragança	180 395	655	839	22 638	5	517	305
Castelo Branco	254 365	583	885	25 306	27	1 351	620
Coimbra	399 380	982	1 302	40 129	18	1 366	954
Évora	178 475	287	561	16 037	25	1 671	773
Faro	268 035	535	853	24 048	16	1 453	1 034
Guarda	210 720	741	898	24 411	6	684	563
Leiria	376 940	889	1 318	44 188	15	2 258	1 866
Lisboa	1 568 020	1 438	4 350	131 295	182	12 749	7 653
Portalegre	145 545	261	449	12 724	30	1 664	542
Porto	1 309 560	1 774	4 980	174 214	76	5 643	3 903
Santarém	427 995	830	1 350	41 233	48	2 485	858
Setúbal	469 555	510	1 256	43 321	23	3 725	3 184
Viana do Castelo	250 510	685	939	33 282	1	147	123
Vila Real	265 605	1 004	1 158	37 617	46	895	345
Viseu	410 795	1 383	1 789	55 456	9	1 161	904
Continente	8 074 860	15 538	28 394	912 437	571	43 329	27 895

Pessoal docente (Adolescentes e adultos)

	Profess. Primários (Magistério)	Regentes Escolares	Outros
Aveiro	18	1	16
Beja	14	-	13
Braga	12	3	8
Bragança	5	1	4
Castelo Branco	27	9	18
Coimbra	18	4	14
Évora	25	1	22
Faro	16	2	11
Guarda	6	-	5
Leiria	15	3	12
Lisboa	182	31	145
Portalegre	30	-	30
Porto	76	23	48
Santarém	48	-	48
Setúbal	23	6	15
Viana do Castelo	1	-	1
Vila Real	46	-	46
Viseu	9	-	9
Continente	84	22	465

(1) nesta coluna estão incluídos os militares
 NOTA: dados referentes ao ensino primário 1972

B - CONSEQUÊNCIAS DA SITUAÇÃO ACTUAL E MEIOS DE A ATACAR

I - Panorama geral da situação económica regional

Em Agosto de 1966, Correia de Oliveira, então Ministro da Economia dizia ao Diário de Lisboa:

"Assentámos o fomento industrial em salários baixos, e estes numa alimentação barata, e esta na fixação e no congelamento por largos períodos, de preços para os produtos agrícolas que, mantidos ao longo do tempo, desencorajaram o investimento neste sector".

As décadas de 50 e 60 encontraram-se inteiramente contidas nestas palavras: com efeito, a limitação dos preços dos produtos agrícolas, exigida por uma política global de baixos salários na Indústria, conduziu não só a uma deficiente rendibilidade do sector agrícola, mas, obrigando-a a manter os seus próprios salários a níveis de miséria, acabou por empurrar a mão-de-obra agrícola para o estrangeiro, acentuando ainda as dificuldades dos empresários do campo.

Paralelamente, o esquema de desenvolvimento industrial praticado em Portugal a partir da Guerra, assentou na criação de uma indústria protegida alfandegariamente da concorrência externa, ao abrigo de pressões salariais (mercê de legislação repressiva apropriada), lentamente concentrada dentro de um quadro de instrumentos proteccionistas e de condicionamento. De tal estratégia nasceu uma estrutura industrial caseira, à medida das diminutas dimensões do mercado interno, podendo viver até há pouco sem sobressaltos de maior, desconhecidos os problemas de gestão e usando de mão-de-obra não qualificada. Em 1960, 65,8% dos activos da indústria extractiva e 46,7% dos activos na indústria Transformadora não possuíam nem frequentavam um Grau de ensino; considerando os estabelecimentos que em 1964 empregavam de 21 a 50 pessoas e de 501 a 1000 pessoas verificou-se que só possuíam cursos secundários, médios ou superiores 2,6% e 5% respectivamente da mão-de-obra empregada.

Assim sucedeu até 1960, altura em que a evolução do sistema económico, completamente subordinado ao poder monopolista, permitiu aos tecnocratas portugueses a sua "reorganização" e "modernização" para reforçar a competitividade internacional da oferta, fruto natural do estado do capitalismo português: melhorar a produtividade industrial, passo necessário para alcançar tal objectivo: nesta óptica se inscreve um crescimento salarial como motor de produtividade, de modernização, de aumento de dimensão, tomando preferências industriais tecnologicamente avançadas, onde se praticam salários mais elevados, e com grande capacidade de criar empregos de elevada qualificação profissional, o que implica a adopção paralela de medidas no campo do alargamento do acesso ao ensino: não é por acaso que o acento é sempre posto na formação profissional e nunca na educação de base, em particular por parte dos industriais: o seu interesse reside, de facto, em pôr os Trabalhadores em condições de "produzir mais" e não de "pensar mais" (objectivo da reforma Veiga Simão).

É de salientar, contudo, que entre 1960-67 os aumentos de produtividade industrial foram mesmo assim superiores aos aumentos de salários: segundo o Rel. nº 4 do Colóquio de Política Industrial "Mão de obra industrial", a taxa média anual do crescimento da produtividade na indústria transformadora foi de 6,1% sendo os salários reais de 3,5%.

Se analisarmos o desenvolvimento económico de Portugal por cada uma das regiões que o constituem, encontraremos assimetrias regionais evidentes, iludidas pelas estatísticas médias do País, sobressaindo uma mais acentuada pauperização de algumas regiões relativamente a outras, recaindo todo o seu peso nos grupos sociais cuja única fonte de rendimento é a sua força de Trabalho; através dos diversos mecanismos sócio-económicos e políticos que dominavam o País o que se observava era a exploração de umas regiões por outras. Verifique-se, por exemplo, que de acordo com as estimativas incluídas no III Plano de Fomento em 1965 os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal terão contribuído com 78,2% do Produto Interno Industrial e em 1967 75% dos investimentos industriais concentraram-se nestes 5 citados distritos. Pormenorizando mais, o rendimento per capita na Zona de Lisboa era em 1962 5 vezes superior ao de Bragança e o do Porto 3 vezes; a soma dos rendimentos/habitante de Bragança, Vila Real e Viseu foi inferior à capitação registada no Porto e na capital; dos 18 distritos, catorze tiveram um rendimento por habitante inferior à média geral do continente.

Para reforçar o que ficou dito sobre salários agrícolas, cite-se que em 1969 o salário rural médio do Trabalhador masculino foi de 58.00; na hipótese favorável de haver 300 dias de trabalho efectivo ele receberia mensalmente 17.400\$00.

O reflexo desta situação é frisante em todos os níveis: Em 1969 nos distritos de Beja, Vila do Castelo e Vila Real o numero de habitantes por médico é superior a 3.000, e com excepção de Lisboa, Coimbra, Porto e Aveiro todos os restantes distritos apresentam para a citada relação valores superiores a 2000.

Em 1964 somente 42% dos alojamentos em prédio tinham luz eléctrica e 80% das habitações não tinha casa de banho. Considerando as zonas rurais, não havia mais de 14% de habitações com água, 19% com esgotos, 27,4% com electricidade e 9,1% com casa de banho. Em contrapartida, nos centros urbanos aquelas percentagens ultrapassam em geral os 80%, exceptuando a relativa às casas de banho que iguala aos 53%.

Esta divisão económica regional reflecte-se naturalmente no campo cultural, à qual está intimamente relacionada. Por isso a luta pela democratização da cultura insere-se forçosamente numa respectiva antimonopolista.

II - Meios de atacar a situação

1 - Aproveitamento dos meios existentes

A luta contra o analfabetismo em Portugal é uma tarefa que pela sua premente necessidade, tem de ser executada por todos os indivíduos para tal disponíveis.

Para isso, tem que ser uma iniciativa nacional, com caracter permanente, que aproveite as instalações escolares e os professores já existentes na realização de cursos nocturnos para adultos.

Há no entanto um grave problema: a maior parte dos professores das aldeias não está devidamente preparada para alfabetizar o adulto em moldes que tem de ser forçosamente muito diferentes dos até agora utilizados nas escolas do país.

Devido à política de ensino de estado fascista, as zonas mais pobres do país são uma espécie de caixote do lixo dos professores portugueses.

As péssimas condições de vidas das aldeias do interior do Portugal, fazem com que os professores primários vão para lá quando não podem escolher mais nenhum sítio.

Os professores que por serem naturais da região ou por quaisquer outras razões se radicam nessas aldeias, devido à falta de acesso aos centros informativos e culturais das grandes cidades,

facto agravado em geral pela falta de habilitações, são quase sempre indivíduos fossilizados para quem o tempo parou.

É portanto necessário elevar o mais rapidamente possível o nível dos professores da província, de maneira a torná-los aptos a um ensino não tradicional mas funcional, que para além de alfabetizar, dê a todos os indivíduos uma maior consciencia dos problemas que os afectam.

É preciso que as grandes cidades deixem de ser os únicos centros de cultura, que se criem condições para que o maior número possível de professores competentes, se espalhe pelas zonas mais desfavorecidas de Portugal.

É evidente que por o nível geral dos professores das aldeias ser baixo, não se vai ficar à espera que este se eleve para se iniciar as campanhas de alfabetização e consciencialização.

Pelo contrário, impõe-se a utilização imediata de todos os elementos disponíveis para a realização de cursos nocturnos para adultos e de grande número de iniciativas culturais, ao mesmo tempo que se empreende uma campanha de melhoramento do nível cultural e da mentalidade dos professores da província.

* * *

À semelhança do que se faz noutros países, para além de cursos nocturnos, é necessária uma grande campanha nacional de alfabetização que mobilize largo número de pessoas.

As campanhas estudantis, iniciativa da comissão PRO-UNEP foram um valioso contributo e devem continuar, como exemplo de "unidade estudantil com o povo trabalhador" e incentivo ao aparecimento de um número muito maior de alfabetizadores. Mas mais que uma iniciativa dos estudantes, as campanhas de alfabetização devem ser uma tarefa oficial nacional, que mobilize os portugueses o mais massivamente possível.

É necessário que se criem cursos por todo o país para a preparação de alfabetizadores, que se faça uma ampla propaganda que esclareça o que é e no que se baseia a alfabetização funcional.

Claro que o contexto socio-político Português é bem diferente do cubano, não parecendo provável que no nosso país se fechem as escolas temporariamente e todos os estudantes sejam enviados para as campanhas de alfabetização. No entanto podiam ser dados incentivos à participação nas campanhas, como a possibilidade de substituição do serviço militar por estas, a exemplo do que outros países já fizeram.

Embora tudo isto ainda esteja longe de ser uma realidade, lançaram-se já iniciativas importantes, que podem ser o embrião doutras organizações de luta contra a extinção do analfabetismo e da ignorância em Portugal: um exemplo muito significativo é a formação de grupos de animação cultural, patrocinados pelas forças armadas, com o fim de esclarecer o povo e combater a reacção que aproveita a sua ignorância para os seus conhecidos fins.

Se queremos extinguir o analfabetismo, temos que criar rapidamente condições para que grande número com preparação e cultura necessárias para esta difícil tarefa, jovens a partir dos 17 ou 18 anos, homens e mulheres, sejam mobilizados para uma luta, que servindo as populações analfabetas, serve afinal a todos nós.

2 - Campanhas de Alfabetização

O problema do analfabetismo e a sua estreita relação com o subdesenvolvimento e consequentes condições infra-humanas de alimentação, higiene, educação e trabalho, é um dos que mais aflije o mundo, principalmente as várias zonas subdesenvolvidas da Ásia, África e América Latina.

A opressão colonial e imperialista impediu o florescimento dos valores intelectuais dos povos dos países dominados, ao negar às massas o direito à educação e aos benefícios dos produtos ma

teriais por elas próprias fornecidos.

Partindo da relação de causa e efeito entre o analfabetismo e o subdesenvolvimento, a Conferência de TEERÃO, realizada em Setembro de 1965 com a participação dos ministros da educação da maioria dos países do mundo, decidiu levar avante uma campanha mundial de alfabetização com o apoio de organizações internacionais como a U.N.E.S.C.O. e introduzia o princípio de Alfabetização funcional. Este processo ao contrário do tradicional, não visa a alfabetização como um fim em si; considera o analfabeto numa situação de grupo, em função do meio dado e numa perspectiva de desenvolvimento (este em relação com as necessidades colectivas e individuais). Isto significa, que a alfabetização é importante por ser o mais fácil veículo de comunicação social e de entrada de cultura, principalmente nos locais onde os meios audiovisuais não têm fácil acesso.

Na alfabetização funcional não se ensina simplesmente as palavras, mas discute-se e tira-se conclusões sobre o significado e importância dessas mesmas palavras no contexto social.

Para um método de alfabetização funcional ser aplicável, necessita sempre do estudo prévio do meio a que se destina: é necessário um inventário completo das necessidades económicas técnico-profissionais, das características demográficas, linguísticas e sociais, do meio das estruturas administrativas e políticas da região, para se poder elaborar um programa funcional.

Já se utilizaram no mundo vários métodos de alfabetização funcional, cada um adaptado às circunstâncias do meio onde se aplica, mas todos no essencial revestem as características acima apontadas.

A luta pela alfabetização funcional, pela cultura, faz parte do combate para tornar efectivas a independência e a autodeterminação dos povos, para um desenvolvimento económico acelerado.

Por isso ela é uma tarefa de todas as forças progressistas conscientes, que sabem que para o fim do analfabetismo é necessário um esforço unitário e permanente.

Devido à política fascista de alienação das necessidades nacionais e de submissão aos interesses económicos do imperialismo, Portugal está bem mais próximo das características de subdesenvolvimento dos países do 3º mundo, do que da sociedade de abundância da Europa, a que pertence geograficamente. Também em Portugal o analfabetismo é uma realidade e um entrave à política de desenvolvimento económico e da democracia iniciada pela revolução de 25 de Abril. Também em Portugal esta situação tem que ser encarada e combatida pelas forças progressistas.

Iniciada a nível experimental no tempo do fascismo, com todas as restrições e condicionamentos dele advindas, a alfabetização funcional estava já graças a isso suficientemente estudada e adaptada para a realização das campanhas estudantis do verão de 1974, iniciativa da comissão PRÓ-UNEP que tiveram uma projecção já considerável.

O método de alfabetização funcional utilizado no nosso país, deve-se a Paulo Freire, que o aplicou no miserável nordeste brasileiro com tal êxito que atemorizou as autoridades do país nada interessadas com o possível início dum surto de reivindicações populares altamente desfavoráveis aos grandes monopólios por elas protegidos e o fim dum modo de obra barata, de fácil exploração. No entanto, a repressão Brasileira, que fez de Paulo Freire um exilado político, não impediu que o seu método fosse considerado mundialmente e aplicado com êxito noutras terras, como em Portugal.

Este método, feito para zonas onde o obscurantismo e a miséria grassam, faz da alfabetização um meio de os combater.

Tecnicamente baseia-se na aprendizagem da leitura escrita dum grupo de palavras chave. Estas, não só incluem todas as sílabas da língua Portuguesa, (alfabetiza-se considerando a unidade básica da palavra a sílaba e não o fonema) como abarcam todos os problemas económicos sociais e políticos que afectam a região a alfabetizar.

Simultaneamente com a alfabetização, uma boa dinâmica de grupo permite que sejam discutidos pelos interessados todos os problemas inerentes à sociedade a que pertencem.

É isto que consiste o grande interesse do método de Paulo Freire para Portugal. Não só se acaba com o espectro do analfabetismo, como se desperta na população o hábito de discutir em comum

os problemas da terra e a ideia de que são eles, unidos e organizados que os hão-de resolver.

Na medida em que o método leva a uma consciencialização política, contribui para a libertação das aldeias do jugo reaccionário do clero tradicional e dos grandes proprietários e para o fim da triste e perigosa situação de serem certas regiões rurais do país grandes bastiões da reacção.

Como veículo de cultura e informação, a alfabetização ajudará também a que as zonas rurais do país saiam da estagnação económica que sempre as caracterizou.

É neste acordar para a consciencia dos grandes problemas socio-económicos de zonas à muito adormecidas por uma política de obscurantismo e opressão que consiste a fundamental importância das campanhas de alfabetização em Portugal.

3 - Educação permanente

A rápida transformação da vida, em todos os sectores, obriga a que o homem, seja qual for a sua ocupação, tenha de se adaptar a novos métodos e a novas técnicas, num esforço constante de civilização, para que não se sinta ultrapassado. Surge assim a ideia da Educação como necessidade permanente, que pouco tem a ver com a ideia de Educação usual, escolar, de conjunto particular de conhecimentos apresentado como um todo acabado. A primeira ideia, a da Educação permanente, tem em vista um processo educativo que se estende a todo o percurso da vida do Homem: escolar, circum-escolar, profissional, familiar, sanitária, de adultos, nos tempos livres, nas férias, etc., portanto um processo integrativo totalizante, que além da educação escolar compreende as formas que a precedem, a marginam e a prolongam.

Tendo em consideração que cada pessoa tem o seu próprio caminho e uma missão determinada a desempenhar, a educação permanente terá de ser também um processo adaptativo que satisfaça as múltiplas tendências individuais e sociais. São alguns dos seus mais importantes objectivos:

Adaptar os programas e os métodos aos objectivos particulares, específicos de cada sociedade.

Favorecer o estabelecimento de estruturas e de métodos que ajudem o ser humano, ao longo de toda a sua existência a prosseguir a aprendizagem e formação.

Equipar o indivíduo para que ele se torne, o mais possível, o agente e instrumento do seu próprio desenvolvimento.

Desenvolver no Homem o espírito crítico e a capacidade de opção.

Levar os indivíduos a não dar valor negativo ao tempo, considerando-o um factor de enriquecimento.

Garantir a continuidade da educação de modo a evitar a erosão dos conhecimentos.

Estabelecer formas de diálogo.

Formar homens livres, capazes de actuar segundo um critério próprio.

Integrar as acções educativas no trabalho diário.

Em resumo, a Educação permanente visa a personalização do indivíduo na certeza de que ao longo da existência do Homem há inúmeros sectores de vida física e intelectual que se mantêm abertos, razão pela qual não há uma idade própria para aprender antes o preenchimento desses sectores se pode fazer em todas as idades, educando-se instruindo-se o indivíduo durante toda a vida.

Para pôr em prática a Educação Permanente é necessário uma pedagogia com as seguintes características:

Aberta - a novos valores do conhecimento.

Funcional - porque só tem sentido quando integrada na vida do Homem.

Significativa - intimamente relacionada com a experiência do aluno.

Prospectiva - visando não apenas o mundo de hoje mas um mundo em plena transformação.

Para a sua instituição é necessário vencer a inércia, Tradicionalismo passivo e a incapacidade inovadora, com vista a criar atitudes favoráveis ao novo curso da história uma metodologia de Tra

balho tem de prever a instalação de Centros de Educação Permanente em vários pontos do País, criação de salas de estudo, centros de convívio, ampla difusão de jornais e revistas, escolas comunitárias onde todos possam ensinar e todos possam aprender, estruturas que permitam o aproveitamento das férias e dos tempos de ócio, desde os ginásios aos cinemas, das bibliotecas ao teatro. Por outro lado a inerente democratização do ensino não pode referir-se apenas às estruturas educacionais, mas tem de visar a destruição de todas as desigualdades para que as oportunidades de todos sejam iguais, com a criação de um Processo em que todos os indivíduos tenham um mínimo de condições sociais necessárias a um aproveitamento integral da democratização das estruturas educacionais.

A Educação Permanente pressupõe ainda:

Escolaridade geral, gratuita e obrigatória para todos, não fazendo nenhuma discriminação baseada na raça, nacionalidade, sexo, opinião política religião ou ordem social.

Cobertura de rede a todos os interessados, estudantes ou não, diminuindo assim o isolamento forçado da camada estudantil por uma política de ensino que os mantenha desligados das actividades produtivas.

Como complemento da acção educativa escolar, as Universidades Populares terão um papel prioritário na ligação à Educação Permanente. (Existiu já em Portugal, entre em 1930 e 1940, em várias localidades, a Universidade Popular, de quem foi presidente Bento de Jesus Caraça, com uma acção e um conteúdo ao encontro dos interesses da população, com Programas adequados e horários compatíveis).

O último aspecto fundamental a considerar e a ter em conta em projectos futuros é que a Educação Permanente também visa fornecer ao homem livre o saber dar o seu justo lugar ao trabalho e ao repouso, à participação e ao isolamento, ao divertimento e ao estudo: isto implica um planeamento de aumento de tempos livres, pelo que a duração do horário profissional tem de ser progressivamente reduzido.

C - CONTRIBUIÇÃO DAS CAMPANHAS DO VERÃO DE 74 E PRESPECTIVAS ABERTAS POR ELAS

1 - Da experiência própria do alfabetizador e do conhecimento de muitos outros colegas pode-se fazer um balanço provisório do que foram as campanhas de Alfabetização do Verão de 74. Levando em conta todas as deficiências de organização, a escassez de tempo em que esta foi conseguida e as verbas disponíveis, não se pode deixar de classificar como um êxito esta iniciativa da Comissão Pró-Unep.

Como primeiro ponto avulta o contacto e a troca de experiências entre os cerca de 1000 participantes nas Campanhas, quase todos estudantes citadinos, e os habitantes das comunidades rurais em catastrófica situação. Os primeiros muito aprenderam do sentir e das condições de vida do Povo trabalhador rural verificando localmente quais os seus problemas e anseios, os segundos ficaram a conhecer alguns aspectos de mundos intelectuais que desconheciam e ficaram motivadas para o ataque a determinados problemas latentes, dando o primeiro passo a caminho da Democracia, sacudindo preconceitos e submissões seculares. Do diálogo estabelecido, ambas as partes se enriqueceram numa base de compreensão recíproca.

Como segundo ponto é de referir que os resultados quanto à alfabetização propriamente dita não foram aqueles que se poderiam desejar, embora em alguns casos se tenha ido também bastante longe neste aspecto, não perdendo de vista que a alfabetização de adultos, não sendo uma prática puramente mecânica e memorizada deve ser um processo que lhes possibilite consciencializarem-se para que se alfabetizem, isto é, que lhes permita o domínio das técnicas de ler e escrever em termos conscientes. Assim, sendo, além das em média 5 pessoas por brigada que ficaram capazes de comunicar graficamente, muitos mais analfabetos, mercê das conversas e discussões espontaneamente havidas entre os que se propuseram alfabetizar e as populações, ficaram despertos, prontos a avançar, com a noção de que a aprendizagem da escrita e da leitura é como uma "chave" com que iniciarão a sua introdução no mundo da comunicação escrita, algo que também lhes possibilita a passagem ao papel de sujeito, deixando de ser mero e permanente objecto.

É agora preciso não frustrar estas esperanças e desejos nascentes.

É preciso não deixar perder a prática daqueles que adquiriram alguma, evitando que voltem a cair no analfabetismo pessoas que deram já passos muito significativos, e decisivos, para dele saírem.

É necessário uma resposta rápida que também englobe o trabalho de Post-alfabetização, que só pode ser conseguida a nível governamental, talvez a partir da D.G. de Educação Permanente do M.E. C., e paralelamente uma vagarosa acção contra certos sectores do clero e das autoridades locais não saneadas, que boicotam a acção dos alfabetizadores, em nome de perigos só existentes e forjados nas suas mentalidades reaccionárias. Afinal as mesmas mentalidades que impediram que, durante longos anos de obscurantismo se oferecessem aos analfabetos os instrumentos para que se alfabetizassem.

2 - Sabemos que à medida que a democratização se generaliza, impossível se torna que as massas permaneçam num estado de ignorância, havendo a missão política de contribuir para a participação dessas mesmas em termos críticos, que por sua vez implica uma muito mais perfeita integração na realidade.

E agora, compreendido que foi pelo verdadeiro alfabetizador quão errado e mesquinho é o espírito elitista de detentor único da sabedoria e cultura, a partir do qual se raciocina e vive, e gradualmente perdido pelas populações o medo de falar, ao mesmo tempo que reconhecem quem são os seus verdadeiros inimigos, ressalta a possibilidade de inserção dos primeiros como peças actuantes num processo revolucionário quando ao lado do povo trabalhador.

O campesinato pelo seu isolamento e condição da classe é um grupo social extremamente fechado, relutante às inovações e dominado pela acção reaccionária do padre e dos grandes caciques da região. Mas esse isolamento e a sua vida difícil levam também a que em determinadas condições os camponeses se tornem receptivos e abertos, se contactados corretamente, e se a sua tradicional desconfiança for eliminada.

Na campanha do Verão de 1974 muitas portas foram abertas, o que urge continuar a manter: o aparecimento e a vida do estudante na aldeia veio quebrar um isolamento que existia de facto em relação às realidades rurais deste País - este afastamento, bem patente no conteúdo e objectivos do ensino ministrado aos estudantes actua sobre estes desligando-os das realidades populares e actua nas populações para quem o estudante passou a ser sinónimo de luxo, de Sr. Doutor, de "outra gente", de algo superior e inacessível; deste desfasamento, origem de desenvolvimentos separados e estanques, surge uma desconfiança das camadas populares em relação ao objectivo, extensão, e mesmo à possibilidade, dum descida dos píncaros aos confins remotos das aldeias por parte destes estudantes, desconfiança essa que, nas regiões visadas, foi geralmente vencida à custa da cooperação, do diálogo, do e com verdadeiro trabalho, acima de tudo da real unidade estudantil com o Povo Trabalhador. É esta importante porta, a da confiança, que foi nuns casos entreaberta, noutros completamente escancarada; depois dela surgem os imensos domínios da cooperação, desde o contributo para os benefícios locais e gerais aos trabalhos agrícolas, desde a animação cultural em todos os campos à intensificação da alfabetização.

A partir daqui não podemos deixar morrer os contactos já estabelecidos, avançando, de novo e prioritariamente, para as zonas onde já estivemos; uma "publicidade" nas outras vastas regiões, ou para lá dirigida, previamente bem montada e com recrutamento de alfabetizandos feito com antecedência, e simultaneamente uma preparação mais cuidada e prolongada dos alfabetizadores, tudo assente em centros de organização a trabalhar mais eficazmente, com gente em número suficiente e possibilidades materiais a permitir técnica e culturalmente os Grupos de acção, proporcionará a cobertura de regiões muito maiores e respectiva contribuição para minorar o estado de atraso em que estas se encontram.

Também é tempo de o estudante - todos os estudantes - que querem que as Escolas deixem de ser um "ghetto", se disponham a estar realmente ao lado das classes trabalhadoras, participando efectivamente em iniciativas que serão tanto melhores e tanto mais profundas quanto maior o nº de participantes, não refugiando a sua apatia, preguiça, derrotismo ou medo atrás de palavras de recusa mais ou menos enfáticas e bem sonantes, ou actos de recusa mais ou menos praiais, campos e estrangeiro.

As perspectivas abertas são francamente animadoras - aproveitar e desenvolver parece o corolário lógico da experiência Agosto - Setembro 1974.

C - CONTRIBUIÇÃO DAS CAMPANHAS DO VERÃO DE 74 E PRESPECTIVAS ABERTAS POR ELAS

1 - Da experiência própria do alfabetizador e do conhecimento de muitos outros colegas pode-se fazer um balanço provisório do que foram as campanhas de Alfabetização do Verão de 74. Levando em conta todas as deficiências de organização, a escassez de tempo em que esta foi conseguida e as verbas disponíveis, não se pode deixar de classificar como um êxito esta iniciativa da Comissão Pró-Unep.

Como primeiro ponto avulta o contacto e a troca de experiências entre os cerca de 1000 participantes nas Campanhas, quase todos estudantes citadinos, e os habitantes das comunidades rurais em catastrófica situação. Os primeiros muito aprenderam do sentir e das condições de vida do Povo trabalhador rural verificando localmente quais os seus problemas e anseios, os segundos ficaram a conhecer alguns aspectos de mundos intelectuais que desconheciam e ficaram motivadas para o ataque a determinados problemas latentes, dando o primeiro passo a caminho da Democracia, sacudindo preconceitos e submissões seculares. Do diálogo estabelecido, ambas as partes se enriqueceram numa base de compreensão recíproca.

Como segundo ponto é de referir que os resultados quanto à alfabetização propriamente dita não foram aqueles que se poderiam desejar, embora em alguns casos se tenha ido também bastante longe neste aspecto, não perdendo de vista que a alfabetização de adultos, não sendo uma prática puramente mecânica e memorizada deve ser um processo que lhes possibilite consciencializarem-se para que se alfabetizem, isto é, que lhes permita o domínio das técnicas de ler e escrever em termos conscientes. Assim, sendo, além das em média 5 pessoas por brigada que ficaram capazes de comunicar graficamente, muitos mais analfabetos, mercê das conversas e discussões espontaneamente havidas entre os que se propuseram alfabetizar e as populações, ficaram despertos, prontos a avançar, com a noção de que a aprendizagem da escrita e da leitura é como uma "chave" com que iniciarão a sua introdução no mundo da comunicação escrita, algo que também lhes possibilita a passagem ao papel de sujeito, deixando de ser mero e permanente objecto.

É agora preciso não frustrar estas esperanças e desejos nascentes.

É preciso não deixar perder a prática daqueles que adquiriram alguma, evitando que voltem a cair no analfabetismo pessoas que deram já passos muito significativos, e decisivos, para dale saírem.

É necessário uma resposta rápida que também englobe o trabalho de Post-alfabetização, que só pode ser conseguida a nível governamental, talvez a partir da D.G. de Educação Permanente do M.E. C., e paralelamente uma vagarosa acção contra certos sectores do clero e das autoridades locais não saneadas, que boicotam a acção dos alfabetizadores, em nome de perigos só existentes e forjados nas suas mentalidades reaccionárias. Afinal as mesmas mentalidades que impediram que, durante longos anos de obscurantismo se oferecessem aos analfabetos os instrumentos para que se alfabetizassem.

2 - Sabemos que à medida que a democratização se generaliza, impossível se torna que as massas permaneçam num estado de ignorância, havendo a missão política de contribuir para a participação dessas mesmas em termos críticos, que por sua vez implica uma muito mais perfeita integração na realidade.

D - O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO MUNDO - CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS A TIRAR

Desprovida dos instrumentos de base da instrução, quase metade da população adulta está privada do exercício do direito inalienável do Homem à Educação e encontra-se condenada a viver na ignorância de perspectivas novas que o avanço dos conhecimentos, da ciência e da Técnica está em vias de oferecer ao Homem para facilitar a sua luta contra a miséria, a fome e a doença e a viver à margem deste património comum constituído por realizações morais, culturais e artísticas. Mas o analfabetismo não é somente a violação do direito à Educação - constitui um dos maiores obstáculos ao exercício dos outros direitos do Homem: Pode-se dizer: *"cada Homem pode fazer prevalecer todos os direitos e todas as liberdades proclamadas... sem distinção alguma"*; mas esta declaração é vazia de significado quando se considera que numa parte do Mundo 30% dos jovens podem entrar na Universidade e ascender ao Universo do conhecimento, ao mesmo tempo, que noutra parte do Mundo somente 3% dos adultos sabe ler e escrever. De que serve afirmar que *"Todos os Homens têm direito, sem distinção, a uma igual protecção pela lei"* se um analfabeto não pode utilizar esta protecção da mesma maneira nem com a mesma eficácia dum homem instruído?

Hoje, o número de analfabetos adultos no mundo é cerca de 810 milhões, entendendo-se como tal:

- 1) a pessoa que não sabe ler
- 2) a pessoa incapaz de assinar o nome
- 3) a pessoa incapaz de escrever breve mensagem e de ler a resposta.

É para tentar diminuir este número impressionante que praticamente em todos os Países se fizeram ou fazem experiências de alfabetização de adultos; no entanto, a via seguida foi quase sempre uma via escolar, cópia mais ou menos fiel dos métodos e objectivos utilizados no ensino das crianças em idade escolar, o que, não atendendo aos condicionalismos próprios do adulto analfabeto, teve sempre um êxito reduzido.

Por isso as experiências mais valiosas, e frutuosas foram levadas a cabo num âmbito de alfabetização funcional, ou alfabetização de massas, em metodologias semelhantes à utilizada em Portugal no Verão de 74.

É forçoso referir o Programa experimental mundial de Alfabetização, posto em campo pela UNESCO a partir de 1967, visando fazer da alfabetização um factor de desenvolvimento nacional feita a partir das realidades de cada País: adoptou um método selectivo de experiências-piloto, em que para cada projecto as primeiras tarefas consistiam em precisar a noção de alfabetização funcional e por em campo as estruturas necessárias para a associar aos objectivos económicos do País interessado; seguidamente, um estudo em profundidade das actividades a empreender: metodologia, pedagogia, escolha de técnicas e utilização dos meios de informação.

Distinguem-se 5 grandes categorias:

- Projectos-Pilotos, de grande envergadura, em 9 Países: Argélia, Equador, Etiópia, Guiné, Irão, Madagascar, Mali, Sudão e Tanzânia, beneficiando de assistência financeira do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- Projectos- Piloto, de grande envergadura, mas financiado pelo País em causa - traba-

lha-se na Venezuela, Salvador, Líbia e Zâmbia.

- Projectos-Piloto, de grande envergadura, com financiamento misto, público e privado, no Níger e Afeganistão.

- Projectos em que a alfabetização se integra em programas de desenvolvimento agrícola levados a cabo pela FAO na Índia e na Síria.

- Microexperiências (com novos métodos pedagógicos, preparação de auxiliares pedagógicos e utilização de meios audio-visuais), de âmbito limitado, na Argélia, Brasil, Alto Volta, Jamaica, Nigéria, Tunísia e Chile (1969).

Através da criação de centros de alfabetização em aldeias, umas vezes em casas abertas, iluminadas a petróleo, noutras mesmo ao ar livre, debaixo de grandes árvores, a discussão e reflexão sobre actividades das práticas quotidianas e os melhoramentos propostos por técnicos agrícolas para determinadas questões, nem sempre é espelho das grandes dificuldades encontradas: na África Ocidental, por exemplo, houve que limitar o número de línguas a utilizar e depois transcrever os fonemas para caracteres acordados, já que a grande maioria das línguas não tinham grafia correspondente; houve que fazer um alfabeto, de 45 letras, baseado no latino, e tentar uniformizar a sua prática e ortografia em todos os países em que determinada língua é falada, visando a elaboração dum dicionário.

Além da aplicação do Programa da UNESCO, em muitos outros Países o flagelo do analfabetismo vai recuando mercê de esforços conjugados já efectuados ou em efectivação.

Na Rep. da Guiné até 28 de Setembro 1971 lançou-se um Programa de Alfabetização que mobilizou a Nação inteira: 17 000 centros de alfabetização estão a trabalhar, agrupando 80% da população adulta analfabeta, tendo 49 000 alunos de ensino secundário, 5 000 professores e 600 estudantes universitários recebido uma preparação especial para trabalhar nesses centros.

Nos Camarões, a política governamental exige que todos os membros do Partido da União Nacional Camaronesa sigam cursos de alfabetização.

Na Zâmbia há 200 alfabetizadores profissionais a trabalhar em horário completo e formaram-se mais 500 em part-time, funcionando 2 000 centros de Alfabetização.

No Irão em 1969 havia 862 000 analfabetos inscritos nos cursos. Os jovens em idade militar podem escolher entre o serviço militar e o ensino; estes soldados do livro não somente criam escolas para crianças nas regiões afastadas, mas fazem cursos de alfabetização para adultos durante a noite. Em 1969, além do exército do Saber havia 24 000 voluntários de todos os níveis, trabalhando em 161 comités de alfabetização que organizaram as campanhas locais.

Na Grécia a alfabetização faz-se em cursos nocturnos, que entregam diplomas equivalentes aos estudos primários - estes cursos são obrigatórios para os jovens de 14-20 anos que são considerados analfabetos ou que não terminaram o 1º Grau de ensino, e são facultativos acima de 20 anos.

Na Tunísia fazem-se experiências de alfabetização intensiva em cooperativas agrícolas.

Na China as empresas e fábricas organizam cursos de alfabetização para os seus trabalhadores.

Na Malásia os estudantes candidatos ao ensino de adultos recebem formação apropriada no quadro das actividades circum-escolares; uma vez os cursos de alfabetização a funcionar, estes são continuados por 2 anos de post-alfabetização que permitam aos frequentadores preparação para adquirir conhecimentos em Economia doméstica, agricultura, borrachas e pescas.

Em Israel os Ministérios de Educação e Cultura e do Trabalho associaram-se numa Campanha de Alfabetização: o do Trabalho pagou um salário diário em substituição do dia de trabalho aos trabalhadores que seguissem durante 3 meses um curso de Alfabetização intensivo em horário completo.

Em muitos países os programas de alfabetização de massas são administrados pelos Ministérios de Educação Nacional; noutros casos há o apoio governamental a organizações beneméritas ou ainda de diversos departamentos do Governo que se reúnem para apoiar as campanhas. Mas mais importante que

a acção governamental é a mobilização dos esforços populares: neste campo, o movimento sindical tem sido particularmente eficaz: em França a C.G.T. lançou uma campanha de Alfabetização para os trabalhadores imigrados, e na Guiné e na Argélia os sindicalistas organizam Cursos em várias empresas es tatais. Também organizações femininas espalhadas pelo mundo não só fazem funcionar cursos de preparação mas também criam centros de alfabetização que funcionam regularmente; na Tunísia a União das Mulheres organiza numerosas reuniões nas zonas rurais para explicar aos homens quanto é importante para o futuro dos seus filhos que as mulheres sigam cursos domésticos, de puericultura e de alfabetização.

Recrutamento do corpo de alfabetizadores: nuns casos estes são pagos pelas entidades promotoras do curso consoante o número de horas diárias dedicadas ao trabalho de alfabetização.

Na Guatemala as sociedades privadas melhoram o tratamento dado aos seus empregados que dão os cursos de Alfabetização; se são professores, não são pagos mas recebem pontos que entram em linha de conta nas suas promoções; se são estudantes, os pontos entram no cálculo das notas obtidas no exame final.

Noutros casos, o espaço de alfabetização não proporciona remuneração e é feito por voluntários de todas as categorias socio-profissionais ou por membros das Forças Armadas, da Polícia ou monitores dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento.

No Irão, as autoridades utilizam a Imprensa e a Rádio para o recrutamento; os candidatos devem ter mais de 18 anos e ficarem admitidos num exame de aptidão depois de seguirem um curso de 3 semanas.

Mas entre todas as experiências de alfabetização, a Cubana merece uma referencia especial:

Seis anos antes do triunfo da Revolução existiam em Cuba mais de meio milhão de crianças não escolarizadas o que representava 44% da totalidade. Este número tendia a subir. Basta atentar que havia 5575 escolas rurais, que não chegavam para receber 35% da população escolar rural.

As campanhas de Alfabetização foram anunciadas na ONU por Fidel Castro, numa histórica conferência. Este Governo revolucionário, apenas em 20 meses criou 10 000 escolas novas, quer dizer, neste curto espaço de tempo duplicou-se o número de escolas rurais que tinham sido criadas em 50 anos.

Cuba é hoje o primeiro País da América Latina que tem satisfeitas todas as suas necessidades escolares, que tem um professor até ao último recondito montanhoso.

Para levar a Cuba esta extraordinária campanha criou-se a "Comissão Nacional de Alfabetização" guida pelo seguinte lema "Se no Povo estão os analfabetos estão também os alfabetizadores; os que sabem mais devem ensinar os que sabem menos". Esta comissão organizou-se em quatro secções à frente das quais estava um coordenador; eram elas:

- Secção Técnica
- Secção de Propaganda
- Secção de Finanças
- Secção de Publicações

A primeira secção ocupou-se do aspecto didactico e dos dados estatísticos; redigiu a cartilha "Venceremos", baseada no método analítico-sintético e na graduação das dificuldades, o manual "Alfabetizemos" e o livro de aritmética "Producir-Organizar". Todos os temas tinham real interesse pois eram extraídos dos problemas da vida particular e nacional quotidiana.

Depois de intenso trabalho, foram localizados 979207 analfabetos.

Outra grande tarefa foi a obtenção da força alfabetizadora, que teve a seguinte constituição ção:

Instrutores Populares	120 632
Brigada "Conrado Benitez"	100 000
Brigada de Trabalhadores "Pátria ou Morte"	13 016
Professores	34 772
Total	268 420

Os Instrutores Populares eram donas de casa, trabalhadores e estudantes que se organizavam em Unidades sem responder a qualquer outra configuração ou disciplina.

A Brigada "Conrado Benitez" era constituída por estudantes que, com uniforme verde azeitona, uma lanterna, um manual e um grupo de cartilhas, marcharam pelos locais mais remotos do país para alfabetizar principalmente os camponeses, abrigando-se nas suas casas e com eles trabalhando.

A Brigada "Pátria ou Morte" era constituída por trabalhadores que foram para os campos fortalecer o trabalho das brigadas de estudantes.

Os professores renunciaram às suas férias e desde a suspensão do curso escolar no mês de Maio iniciaram o trabalho de garantir a estrutura técnica da Campanha.

Nunca se trabalhou com um padrão fixo de organização: as características da zona e o trabalho criador das massas permitiram novas formas de acção.

Para controle do trabalho técnico criaram-se os "seminários", para tentarem superar as dificuldades que surgissem.

Havia quatro tarefas paralelas de extraordinária importância:

- Localizar o analfabeto
- Obter e preparar os alfabetizadores
- Organizar o núcleo de alfabetização
- Garantir a estabilidade desse núcleo

Para isso necessitava-se duma propaganda dirigida aos alfabetizadores, aos analfabetos e ao povo em geral, para que todo o País se levantasse cheio de entusiasmo ante a atmosfera mais propícia para o trabalho.

Na correcta avaliação da UNESCO, dos trabalhos de alfabetização em Cuba, dizia-se:

"A Campanha não foi um milagre, mas uma difícil conquista conseguida à força de trabalho, de técnica e organização".

Quatro meses mais tarde, terminada a Campanha de Alfabetização (787 212 alfabetizados, 271 995 não alfabetizados do nº total de analfabetos, ou seja, um saldo de 3,9% de analfabetismo residual sobre uma população calculada em 6 938 700), e levada a educação primária aos recantos mais afastados do País tornava-se necessário empreender o esforço para elevar a escolaridade das grandes massas, especialmente a dos recém-alfabetizados. Iniciou-se assim a Campanha de Post-Alfabetização: prepararam-se milhares de professores para a educação de adultos; criou-se um organismo dentro do Ministério da Educação com vista a dar cursos de iniciação operária e campesina.

Citando Jose Martí,

SER CULTOS PARA SER LIVRES

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela Comissão de Gestão
da FACULDADE DE MEDICINA de Coimbra

COIMBRA
1974

S U M Á R I O

- I - Razões e necessidade das Experiências Pedagógicas
- II - Tipos de experiências nas Cadeiras Básicas Clínicas
- III - Críticas e Conclusões

RAZÕES E NECESSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

I

A compreensão da necessidade e do funcionamento posterior das experiências pedagógicas que tiveram lugar na faculdade de Medicina de Coimbra, bem como das movimentações estudantis que lhe estiveram na base, passa obrigatoriamente por uma análise, mesmo suscinta e incompleta, da situação da Faculdade, da Universidade e de todo o aparelho escolar, nos últimos anos da ditadura fascista.

Nestes anos assistiu-se à propagação e à aplicação de facto de um conjunto de medidas denominadas genericamente "reforma Veiga Simão" através das quais o Governo de Caetano procurou responder por um lado às lutas dos estudantes portugueses e às aspirações populares por uma Reforma Democrática do ensino, por outro lado às necessidades crescentes de uma força de trabalho qualificada e à transmissão de uma perspectiva ideológica menos anacrónica, mais desenvolvimentista.

Através dessas medidas materializava-se um tipo de Escola em correspondência - melhor ou pior - com a dominação da burguesia monopolista sobre a sociedade portuguesa.

Com as suas especificidades próprias, a Universidade era um instrumento de um Estado repressivo, um instrumento de dominação de classe.

O que a história do movimento estudantil sempre demonstrou e com particular agudeza nos últimos três anos, foi que a repressão das massas trabalhadoras através da utilização da Universidade como instrumento ideológico do Estado, era indissociável da repressão às massas estudantis.

II

Essa repressão exercia-se (e isto é verdade para esta Faculdade e para toda a Universidade) não só através de mecanismos a que chamaremos institucionais (próprios da Escola, exercidos através das práticas escolares) mas também de mecanismos extra institucionais. Dos segundos citaremos a repressão sobre a Associação de Estudantes, os grupos culturais estudantis, cooperativas e sociedades recreativas, todas as actividades extra-escolares através das quais se fazia tradicionalmente a "educação" do estudante Coimbrão; as cada vez mais frequentes incursões da polícia na Faculdade: invasão do Salão Nobre, do Instituto de Fisiologia, do àtrio anexo ao Instituto de Farmacologia em 1971, contróle a uma frequência de Química Fisiológica em 1972, ameaças de intervenção em 1973 aquando do funcionamento de uma votação no Bar; os decretos que faziam defender o adiamento militar do bom comportamento e aproveitamento escolar.

Os primeiros, mecanismos institucionais, são os que mais nos interessam para este trabalho: consistiam eles no conjunto das actividades escolares, aulas teóricas/aulas práticas, exames, calendário escolar. O que a imediata revolta dos estudantes contra o conjunto destas práticas veio provar foi que era através delas que se exercia o essencial da repressão estudantil, que a própria inculcação da ideologia dominante (e isto aplica-se a todas as faculdades técnicas) era delas inseparável.

O sistema-de ensino existente na Faculdade até 25 de Abril, tinha como ponto fulcral o exame-final. O exame-final era feito pelo professor catedrático ou em qualquer dos casos pelo respon-

sável maior da cadeira. O ensino assentava na dignidade suprema deste acto decisivo. Não importava que todo o "ano lectivo" tivesse sido profundamente indigno (mesmo se considerarmos a dignidade dentro das pautas morais dos apologistas do ensino que caracterizamos), que as aulas teóricas tivessem sido o papaguear do livro e repetição inevitável da aula dada no ano anterior, não interessava que ao Prof. faltassem as mínimas qualidades pedagógicas, nada interessava se na seriedade do exame, prova de verdade, o aluno era finalmente avaliado e classificado.

O absentismo ultimamente registado era espectacular. Muitas aulas teóricas (onde a frequência era facultativa) não registavam sequer a presença de 10% dos alunos. Nos últimos anos, do curso em que a selecção praticamente já não existia, o absentismo estendia-se às aulas práticas. Mas nada garantia ao aluno submisso e gozado, que religiosamente tivesse cumprido o calendário escolar, que tivesse estado presente em todas as aulas teóricas/e práticas, melhor sorte do que a daquele outro cuja escolaridade consistiu em um mês antes do exame ter lido os apontamentos do mestre ... em casa.

Dirão que nos demoramos tempo de mais na caracterização de uma situação já demistificada. Fazêmo-lo propositadamente por duas razões:

1) Este tipo de ensino assentava numa determinada selecção, hierarquia e organização do corpo docente. Que no essencial se mantêm.

2) Este tipo de ensino só podia existir e manter-se à custa do mais profundo autoritarismo. O autoritarismo interveio sempre para que as práticas escolares não fossem questionáveis (os exames, os testes, as apresentações não eram para serem discutidas, eram para ser feitos). A contrapartida da aparente normalidade de Funcionamento da Faculdade era a espantosa repressão sobre o direito de reunião e associação dos estudantes, sobre as suas capacidades críticas. O produto acabado desta Faculdade era o estudante irresponsável, manhoso, desinteressado de outra coisa que não fosse o seu futuro pessoal. Concluindo:

Em Abril de 1974 as estruturas materiais da Faculdade de Medicina de Coimbra podiam funcionar apenas no quadro de um abstencionismo generalizado e de um autoritarismo exercido a todos os níveis:

III

Depois da queda do fascismo o enorme potencial existente na Faculdade libertou-se. Os professores começaram a reunir. O quadro político geral do país paralisou os elementos reaccionários e nas assembleias impuseram-se e foram eleitos os professores mais progressistas. Os alunos reuniram. Muito deles (caso do 1º, 2º, 3º anos que juntos prefazem quase 2/3 da Faculdade) fizeram-no pela primeira vez na sua vida. Aprendiam o associativismo e diferentes normas de vida ao mesmo tempo que na ordem do dia se punha a tarefa de construir na Faculdade uma nova ordem democrática.

O que foi espantoso em todos estes meses foi que este não era um problema teórico para o uso especulativo de estudiosos de gabinete ou vanguardas estudantis mas um problema que tocava a vida particular de cada aluno. Os problemas gerais saíam assim já contaminados com os interesses pessoais ou de grupos de alunos.

A construção de uma ordem democrática na Escola era inseparável de alterações nos processos de aprendizagem e de avaliação de conhecimentos. O exame tradicional foi imediatamente repudiado, num espaço de tempo muito limitado, na ignorância de experiências históricas anteriores no seio de um debate muito rico e participado mas cheio de ambiguidades. Ambiguidades porque o carácter de emergência das soluções a adoptar impediu uma análise em profundidade dos problemas da escola o que prejudicou a correcção das medidas tomadas, porque a Universidade continua afastada das populações, o ritmo popular não lhe chega, os reaccionários tendem a tratar como pedagógicas, técnicas e administrativas questões que são políticas ou que pressupõem um amplo debate político através do

qual se definem posições, ambiguidades finalmente pela grande ignorância sobre a situação do ensino, meios e recursos e o que é mais geral a das estruturas hospitalares ligadas ao ensino.

As soluções encontradas obedecem em todos os casos a 2 objectivos: quebrar as práticas escolares, anular o poder discricionário dos professores na avaliação de conhecimentos e assegurar a passagem de ano cumpridos requisitos de assiduidade e interesse; desenvolver trabalho e recusar a paralização da Faculdade.

Hoje compreendemos também que uma nova ordem na Faculdade, dependente como está das transformações profundas da sociedade Portuguesa, do papel que as classes trabalhadoras vieram a tomar, da colocação do aparelho escolar ao seu serviço, depende no imediato de um novo papel social, conferido aos estudantes e que estes têm de conquistar. Novos valores têm de substituir os antigos: responsabilidade, análise crítica espírito construtivo e associativismo.

Aliança fraterna com os professores progressistas no saneamento da Faculdade, no desmascaramento de situações de privilégio e de propostas "neutras" através das quais estas se perpetuam.

TIPOS DE EXPERIÊNCIAS NAS CADEIRAS BÁSICAS E CLÍNICAS

II

Nos seus princípios gerais e factores determinantes as experiências pedagógicas em curso nas cadeiras básicas e clínicas foram definidas numa proposta da CPG aprovada em plenário de Faculdade. "Linhas gerais sobre a reestruturação do ensino na Faculdade de Medicina e formas de avaliação de conhecimentos" era o título genérico da referida proposta cujos considerandos transcrevemos:

1º "Na situação actual e como princípio geral (que pode ter excepção a serem definidas em cada caso por docentes e estudantes), as formas clássicas de avaliação de conhecimentos - OS EXAMES - deixaram de ser a forma preferencial de selecção.

As modificações já verificadas a todos os níveis da vida académica e fundamentalmente a recente institucionalização das CPG democraticamente eleitas criaram as condições para uma imediata e radical alteração dos métodos de avaliação de conhecimentos, liquidando neste domínio a herança do fascismo.

2º A CPG considera seu dever combater e chamar os estudantes ao combate contra todas as formas de oportunismo que visem desorganizar o ensino através de soluções de "facilidade" criar o caos na sua escola e desenvolver sentimentos de irresponsabilidade social entre os estudantes.

Considera que isso seria fazer o jogo da reacção.

Considera que a única posição justa e adequada às transformações que se verificam no nosso país, é fomentar a melhoria radical do ensino médico reestruturando-o e modificando-o a todos os níveis; para atingir estes objectivos é essencial a participação ampla e organizada de todos os estudantes e docentes progressistas.

3º Há que passar imediatamente à reestruturação de todas as cadeiras, que para isso devem criar desde já e a todos os níveis comissão de docentes e discentes porque não basta que as propostas que continuamente chegam CPG sejam bem intencionadas e reflectam justas preocupações dos estudantes.

É preciso que atendam à situação concreta da Faculdade e não conduzam à sua paralização!

Discutidas e aprovadas nos diversos cursos estas linhas gerais sobre a reestruturação imediata das cadeiras tanto básicas como clínicas e posteriormente submetidas a apreciação e notação duma Assembleia de Faculdade, consubstanciavam pois o pensar generalizado da massa estudantil e elementos do corpo docente.

Esta afirmação de princípios que continuamos a considerar correcto tendo na altura concitado a aplauso geral e quase unânime nem sempre foi integralmente cumprida como a seu tempo analisaremos.

As experiências Pedagógicas realizadas na Faculdade de Medicina no fim do Ano lectivo de 73/74 vieram introduzir, como inovação fundamental no ensino médico, o Método de Cursos Intensivos. Dadas as características dos mesmos, designadamente a pretensão de superar os métodos clássicos e arcaicos de aprendizagem e avaliação de conhecimentos - os tradicionais e contingentes exames, novos métodos pedagógicos e de avaliação, foram ensaiados.

- A efectivação deste plano decorreu durante os meses de Junho, Julho, Setembro, Outubro e

Novembro, mediante o sistema de Grupos de trabalho de frequência obrigatória, integrando um número limitado de alunos e orientado nalgumas cadeiras por um docente, constituindo assim, uma unidade funcional de trabalho e inerente avaliação contínua.

O trabalho nesses grupos deveria ser dinâmico e intenso, por forma a permitir:

- a) Avaliação individual, quer de docentes quer de discentes através de critérios de interesse e participação efectiva. Dum real trabalho de conjunto deveria resultar uma melhor aquisição de conhecimentos.
- b) Avaliação colectiva de cada grupo de trabalho e da sua responsabilidade nos rendimentos individual de todos os elementos.
- c) Crítica do próprio método de trabalho, com vista à permanente reestruturação e adaptação das necessidades de ensino em cada cadeira.

O resulta do rendimento individual de cada aluno, feito de acôrdo com os critérios mencionados no número anterior, seria expresso em 2 categorias: apto e não apto.

Nas cadeiras onde não fosse materialmente possível a efectivação de grupos de trabalho, teria as respectivas Comissões Pedagógicas de propôr um critério de avaliação de conhecimentos justo e adequado.

Nas cadeiras básicas dada a sua natureza teórica e laboratorial, pretendeu-se instituir:

- a) Aulas teóricas dinâmicas com projecção de slides e filmes e com o objectivo de em termos sintéticos apresentarmos uma visão rápida e de conjunto das matérias versadas.
- b) Aulas práticas em que se desse relevância de facto ao aspecto operativo em contraposição ao aspecto teórico que na maioria das vezes as caracterizava.
- c) Participação activa dos alunos tendo em vista a substituição do seu habitual papel de passividade desinteressada pela estimulação e desenvolvimento da "capacidade crítica" e "sentido de responsabilidade" e "faculdade observação".
- d) Apresentação de trabalhos, temas e monografias com discussões e debate dos mesmos.
- e) Estimulação da crítica e autocritica em cada unidade de trabalho.

Nas cadeiras clínicas, em consequência do número exagerado de alunos, mesmo nas aulas ditas práticas e da escassez do tempo para cada aluno se abeirar do doente, estas aulas tinham pouco valor demonstrativo e apenas um valor informativo, de que resultava um ensino fundamentalmente teórico em detrimento do ensino prático e clínico.

Face à possibilidade de realização de experiências pedagógicas - Curso Intensivo, com modulações dispersas consoantes as Cadeiras, de uma maneira geral pretendeu-se nos Cursos Clínicos:

- a) Constituição de turmas práticas com um número reduzido de alunos (6 a 10).
- b) Ensino à cabeceira do doente.
- c) Organização de grupos de trabalho para estudo domiciliário.
- d) Ensino e discussão em grupo.
- e) Exposição teórica de temas com discussão geral.

Conforme os planos elaborados pelos alunos, estes eram divididos em pequenos grupos. Uns integravam-se no trabalho de rotina do serviço, outros trabalhavam no período da tarde realizando as visitas das enfermarias após o que nas reuniões de grupo debatiam os temas do programa.

De uma maneira em geral o grupo tinha como tarefas práticas: a rotina de enfermagem, consultas externas, serviço de enfermagem, seguimento do doente desde o internamento pré-operatório, operatório, pós-operatório; e como tarefas teóricas - mesas redondas, sobre casos clínicos e matéria

programada.

Dos Cursos Intensivos resultaram aspectos positivos e negativos.

Aspectos positivos:

Nas cadeiras Básicas:

- Conseguiu-se abolir as aulas "magistrais", caracterizadas por um forte absentismo e transforma-las em aulas teóricas dinâmicas e amplamente participadas e dar um cunho mais místico à algumas cadeiras.

- Nas cadeiras clínicas

- Noção mais concreta do funcionamento do serviço, sua dinâmica e suas carências.

- Maior familiarização no diálogo com os doentes, evidente nos seus ângulos psicológicos e sociais (nas enfermarias e nas consultas externas).

- Treinos activos em actos médicos e de enfermagem.

- Benefícios inerentes ao estudo único de uma disciplina e, conseqüentemente, à frequência de um só serviço clínico, em relação às características dispersivas de um estudo simultâneo de várias cadeiras.

- Maior consciencialização quanto à estratégia geral do acto médico.

- Útil convívio e camaradagem entre docentes e discentes com quebra das barreiras tradicionais.

Aspectos negativos:

Não se desenvolveu tanto como se pretendia o sentido de trabalho de grupo e o sentido crítico dos alunos. O número insuficiente de docentes teve como consequência a dispersão fraca rentabilidade do trabalho dos sub-grupos.

Riscos inerentes ao estudo temático em regime intensivo tais como: excessiva discussão dada matéria medieval (estudo unidireccional, em relação a dado aparelho), eventuais dificuldades de integração da matéria no todo das ciências clínicas, devendo a medicina ser como um todo global. Risco de se considerar conhecidas as cadeiras após o curso intensivo, com a tentação resultante de um desinteresse ulterior pela matéria em causa.

- Obtenção pelos alunos de uma variedade de casos clínicos relativamente restrita, por ter sido condicionada à curta duração do curso intensivo.

- Impossibilidade, durante a experiência de se obviar a estes inconvenientes com as técnicas complementares aconselhadas; de natureza integradora.

- Realização de colóquios clínico-radiológicos e medico-cirúrgicos.

- Realização de sessões interdisciplinares.

Repercussões sobre o funcionamento do serviço:

a) Plétora permanente do serviço pelos alunos, com interferência na assistência normal aos doentes por parte dos docentes.

b) Exclusiva dedicação dos docentes, diariamente empenhados no acompanhamento total dos alunos.

c) Prejuízo de estudos em curso, nomeadamente da investigação clínica.

- Pouca eficiência de algumas sessões teóricas dadas a impreparação do corpo discente.

- Curta duração dos Cursos e conseqüentemente impossibilidade de versar conscientemente um número suficiente de casos clínicos.

A PROPOSITO

Da criação de uma nova mentalidade científica suscitada pelas novas condições objectivas de terminadas pelas alterações na instância política ocorridas após o 25 de Abril, deve referir-se a preocupação de análise das deficientísimas e precárias condições MÉDICO-SANITÁRIAS a que está votada a grande maioria da população portuguesa, como consequência de opressão e exploração do capi-

talista agravada pela forma extrema de que este se vinha revestindo entre nós - DITADURA FASCISTA.

Nomeadamente na cadeira de PARASITOLOGIA aprova-se uma proposta que embora não cumprida pela impossibilidade material do momento não deixa de ser significativa como exemplificativa duma nova atitude do estudante face às realidades do povo português.

"1) que em cada doença estudada seja dada prioridade no seu estudo à análise das condições que permitem a existência dessa doença em Portugal.

2) Que sejam analisadas as medidas a tomar para levar à irradiação dessa doença.

3) Que sejam analisadas as suas implicações políticas.

4) Que da discussão sejam apresentadas conclusões, considerando-se já que esse trabalho deva ser uma tomada de posição clara do curso no que respeita às PARASIToses em Portugal e um contributo válido ao seu combate e, para além disso, uma tomada de posição sobre o que deve ser uma política sanitária no nosso país".

Ainda neste ponto é de referir que para dar ao aluno um certo contacto com os problemas sanitários/das populações foi proposta a sua participação organizada em rastreios ou inquéritos sanitários nos agregados rurais. Estes rastreios e inquéritos podiam constituir a base de trabalho estatístico para análise das causas sócio-económico-políticas dos parasitoses e bacteriosas.

CRÍTICA E CONCLUSÕES

III

As experiências pedagógicas que foram recurso visavam, contudo, também abrir novos caminhos numa chamada de responsabilidade participante de toda a Faculdade.

Como recurso, tornaram-se indispensáveis, dado que a brusca alteração sócio-política teria de repercutir-se na Universidade também bruscamente e não deixava mais que uma de duas alternativas: passagem administrativa com os conhecidos inconvenientes, ou adopção rápida de soluções necessariamente imperfeitas, mas com aspectos positivos que conviria explorar ao máximo.

Do que se fez, e ficou dito, facilmente se sumaria o que se conseguiu nesta vertente favorável, ao mesmo tempo que se deixam a descoberto inconvenientes.

O balanço geral todavia julgamo-lo satisfatório, pois houve sempre aproveitamento, ainda que bem distante do ideal, evitaram-se a paralização da Faculdade e as passagens administrativas e os próprios erros assim evidenciados melhor permitem correcção futura.

No abrir de novos caminhos, detectaram-se obstáculos (docentes, discentes, funcionários, orgânica e circunstancialismos materiais emperrantes), passagens difíceis (burocracia a todos os níveis), cruzamentos perigosos (que surgiam da direita ou da esquerda mas nem sempre provenientes do lado por que se apresentam pois haviam passado subterraneamente através de túneis), excesso de trânsito (acumulação de discentes e de problemas que se foram juntando ao longo do ano e dos anos anteriores), ultrapassagens perigosas (com saídas de mão oportunas para eles mas imprevisitas porque acostumados a rodar sempre bem à direita subitamente guinavam à esquerda a ganhar posições na fila de marcha), e maus volantes (não só entre docentes mas também entre discentes o que é até mais perigoso e desanimador pois é que por eles e para eles que se tentou o novo caminho).

Não pôde evitar-se que o nível geral de aquisição de conhecimentos fosse, em muitos casos, bastante fraco. Valeu que se tratasse de alunos que, apesar de todos os inconvenientes do sistema pedagógico em que os tinham inserido, não estavam totalmente fora das matérias. Nas disciplinas ditas básicas o principal inconveniente da experiência residia na própria natureza delas que as tornava de mais fácil adaptação ao novo sistema, enquanto que, em contrapartida, nas clínicas o principal óbice estava nas poucas possibilidades dos serviços hospitalares pelo excesso de discentes, falta de docentes, e de instalações adequadas. Tudo isto conduziu à triste realidade de que em muitas situações, nem sequer resultou a divisão de alunos em pequenos grupos.

Por sua vez, o controlo da maneira como os trabalhos decorriam, na generalidade e em particular para cada aluno ou grupo de alunos, apresentou também sérias dificuldades.

De facto, a necessidade de manter tanto quanto possível sem desvios comprometedores as directivas estabelecidas, impunha, pelo menos, um auto-controlo. Praticado em alguns cursos, teve início francamente animador mas globalmente terminou em fracasso. Só com pequenos grupos e os alunos realmente ocupados e previamente motivados se pode esperar bons resultados de método rico de perspectivas valiosas nos planos pessoais e gerais, por altamente consciencializante.

A par do auto-controlo ensaiou-se a fiscalização por aluno eleito no grupo ou rotativamente o que é melhor, por se aproximar daquele, mas que por isso tem também parte dos seus inconvenientes.

Na primeira hipótese pode cair-se, contudo na compenetração excessiva do escolhido com ares de superioridade que levam a incompreensões, conflitos e dissidências, na segunda a quebra e desigualdades mal aceites.

Finalmente, no aspecto avaliação, há que reconhecer que aí residiu o ponto mais fraco da concretização das experiências. Sabendo-se que interessa o trabalho produtivo e não qualificar este, sobretudo em critério absoluto, a verdade é que, pelo menos, nas estruturas actuais não pode deixar de se atender a critérios avaliadores ou de sondagem.

Propondo-se a avaliação contínua verificou-se que as condições do trabalho em geral, a maior ocupação e preocupação que aos docentes tal método impunha, e ainda atitudes individuais ou colectivas de discentes, torpedearam o método que na prática ou não foi bem aceite ou ficou cerceado na sua realização.

Chegou mesmo, infelizmente, a criar-se entre certos grupos de discentes, um clima contrário a todo e qualquer critério de avaliação que envolvesse docentes, os quais, seja dito de passagem, também não dispunham, em alguns casos, do mínimo de condições para tal. Para além do número excessivo de discentes em relação a docentes, essa recusa obstinada de estes aceitarem tudo o que pudesse sugerir que fosse pergunta e, sobretudo, a notória incapacidade de saírem do impasse propondo negociações de novas formas de avaliação acabaram por tornar simbólica ou abolir tal apreciação. Na segunda época, em consequência de um balanço sumário da situação, foram todavia, introduzidas algumas modificações úteis, como o uso de testes semanais, na Bacteriologia e Parasitologia.

Honestamente temos de confessar que todas estas vicissitudes seriam facilmente de prever.

Tanto docentes como discentes eram produto do ensino livresco e individualista numa sociedade burguesa. Não era, portanto, sobre tal massa, heterogénea e impreparada ou, pior do que isso, de formada e condicionada, que se podia esperar obter resultados francamente positivos. Só uma transformação e uma consciencialização de docentes e discentes num âmbito muito mais vasto do que apenas o das preocupações e problemas escolares, poderá suprir, em parte, o que deveria existir como resultado de uma formação integral e previamente iniciada desde a infância, provinda de uma inserção sadia na comunidade e de uma Escola que fosse a vida e não divórcio ou segmentação desta.

Nas realidades actuais haverá que cuidar atentamente das motivações, o factor interno sempre indispensável para que os externos, isto é, todos os condicionamentos do meio, por mais favoráveis que se possam tornar, sejam verdadeiramente actuantes e eficazes.

Como os externos são fáceis de prever, e, com maior ou menor soma de esforços, concretizáveis, há que, para os não condenar à inoperância e deixá-los como no fascismo apenas no impacto de propaganda de fachada, cuidar com a maior atenção dos internos. Só a consciencialização contínua, os debates francos, a troca ampla de ideias e muito principalmente o exemplo e a participação, podem impor o necessário desmoronar de posições erradas e de preconceitos, como o da superioridade do livresco sobre a autêntica integração do homem nas realidades do povo, única maneira de atingir uma verdadeira cultura que tem pouco a ver com o que se continua a chamar cultura.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela Revista "O PROFESSOR"

COIMBRA
1974

S U M Á R I O

SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO NOVO

- Trajectória Económico-Política
- Período Económico-Pedagógico
- Anti-Cultura
- Necessidade da Economia
- Reformismo Meritório
- Herança Cultural desta Política
- Causas da sua Falência
- Conclusões

SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO "ESTADO NOVO"

Perante a exiguidade do espaço de tempo em que tivemos de preparar o presente contributo para a reflexão colectiva deste Seminário Nacional tão oportuno e louvável, queremos limitar-nos a um tratamento global de tema por que optámos, com a principal preocupação de interpretar alguns dados que a investigação mais especializada nos proporciona, e de modo a permitir que cheguemos a algumas conclusões que sejam de utilidade para a solução de alguns problemas do tempo novo que vivemos.

TRAJECTÓRIA ECONÓMICO-POLÍTICA

"O golpe militar de 1926, que levou à instauração da ditadura fascista, foi preparado e executado pelas forças reaccionárias do grande capital e dos grandes agrários. O objectivo foi pôr, o aparelho de Estado ao seu serviço, arredar do poder a pequena e média burguesia, travar o movimento operário(...). A acção das leis de desenvolvimento do capitalismo, particularmente a livre concorrência, conduzem à centralização, à concentração e ao monopólio(...). A missão histórica da ditadura fascista, ao serviço do grande capital e dos grandes agrários, foi apressar esse processo"(1).

Referindo-se também ao golpe militar de 28 de Maio, lê-se no Boletim das Forças Armadas, *Movimento*:

"(...) O exército derrubou um regime democrático e instaurou uma ditadura militar, a qual veio a perder gradualmente esta característica para se transformar numa ditadura económica, apoiada nas mais altas hierarquias militares. Tal ditadura, chamada fascista por se assemelhar ao regime político da Itália, anterior à guerra de 39-45, prolongou-se por 48 anos, durante os quais o povo, português sofreu os efeitos de um regime que apenas beneficiou meia dúzia de privilegiados à custa das privações impostas à esmagadora maioria dos portugueses."(2)

A industrialização foi dificultada pelo Governo de Salazar, receando o ressurgimento de um proletariado potencialmente revolucionário que pudesse fazer perigar a ditadura.

O que não foi conseguido, pois o corporativismo criou afinal as premissas para a grande acumulação de capitais, especialmente durante a Segunda Grande Guerra, e um proletariado ferozmente reprimido.

Mas a reduzida capacidade de consumo, a baixa propensão para o investimento, a fraca produção industrial, uma economia agrária retrogada e imobilizante, a hipertrofia do sector dos serviços a uma quase incapacidade de concorrência internacional frustraram para longos anos a economia e o desenvolvimento portugueses.

Marcelo Caetano tentou harmonizar os interesses da burguesia nacional na direcção de um desenvolvimentismo tecnocrático. Não se conseguiram, porém, melhores resultados, porque, entretanto, o tempo europeu não deixara de correr a outro ritmo.

O frágil capitalismo português viria a ruir politicamente como um monstro de papel abanado por um vento leve.

Mas, regressando ao golpe militar de 1926, depressa e autoritariamente foram lançadas as colunas de cerca de 50 anos de governo impiedoso, ineficaz, impopular.

"Reduzir o problema português a uma arrumação de forças partidárias" não foi o pensamento inicial do 28 de Maio, conforme o declarou Salazar em 1932.(3) Impunha-se, em sua opinião, aplicar o "princípio ditatorial" em que "muitos preparem, um só resolva e faça executar com meios bastantes"(4), pois a "Ditadura deve resolver o problema político português".(5) E FÁ-lo-ia através de "uma revolução profunda" bastante facilitada pelo facto de que "o povo português apreende por intuição notável o sentido profundo da transformação que se opera e tem por natureza ou educação secular o sentido de um destino nacional que nada tem a haver com a modéstia dos seus recursos e o baixo nível da sua instrução. A Nação tem decididamente a vocação do heroísmo, do desinteresse, da acção civilizadora, da grandeza imperial(...)"(6). Para exercitar, naqueles tempos, estes dotes congénitos e realizar essa vocação de sempre, é necessário construir, "sem riscos de saltos bruscos, o Estado Novo que Portugal tem de ser, encerrando a época de liberalismo individualista e fazendo predominar o equilibrado nacionalismo que se inspira no destino histórico da Nação Portuguesa e nos princípios da verdadeira ciência social".(7) Para tanto, "quando se pensava que a Ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o Governo quase exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisão a ceder definitivamente o passo à preparação científica. Em período algum da nossa história moderna, como no que vivemos, se deu maior lugar à inteligência preparada para a acção".(8).

Assim falava Salazar, nos primeiros anos da Ditadura, com a transcendência de um ex-teólogo e a megalomania dos ditadores.

A realidade interna e internacional, desencantando a sua especulação governativa, começaria cedo a remetê-lo a posições natural e progressivamente reaccionárias e tirânicas.

Logo ao alvorecer da nova ordem houve sucessivas tentativas de contra-golpe militar: em 1927, no Porto, em 1928, em Lisboa, em 1931, na Madeira, Açores, Guiné, e, depois, novamente em Lisboa. Estas tentativas de revolta provocaram o endurecimento da máquina repressiva, que não mais pararia, que depurou os elementos indesejáveis, e atirou com a oposição para Paris, onde a sua actividade foi efémera.

A ascensão de Salazar às rédeas do poder consolidou o rumo dos acontecimentos. Não lhe faltavam modelos, na Europa, para dar vida e enroupar o seu projecto político, que depressa se tornava o espelho onde o ditador contemplava a sua providencial imagem.

A proclamação da República em Espanha (1931) trouxe-lhe alguma inquietação, mas tudo acabou com o Bloco Ibérico (1942). A guerra de 1939-45 foi-lhe favorável, já que suspendeu as hostilidades internas, embora só por acaso o país tenha escapado a uma invasão nazi.

Porém, o fim das hostilidades, com o esmagamento do nazismo e do fascismo na Alemanha e Itália, respectivamente, sobressaltou outra vez o regime, pela movimentação oposicionista interna e ainda devido a uma certa pressão internacional. De tal modo, que, em 1945, a Assembleia Nacional era dissolvida e anunciadas, eleições livres, com a possibilidade de participação de grupos políticos.

Foi então que apareceu o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), "espécie de Frente Popular contra o "Estado Novo"(9). Mas, desorganizada até aí(10), limitada pelo Governo a sua intervenção eleitoral, recusado o adiamento das eleições, a Oposição desistiu das urnas, e a União Nacional recuperou a Assembleia Nacional. Na ressaca eleitoral, foi a PIDE que entrou em campo.

Contudo, a Oposição permaneceu na cena política daí para a frente. Em 1949, outra revolta militar partia do Porto e falhava. Outras foram tentadas, com o mesmo destino.

Nas eleições presidenciais de 1949, Norton de Matos apareceu como candidato do M.U.D.. Não conseguindo, uma vez mais, garantias de lisura eleitoral, a Oposição retirou o seu candidato.

Em 1951, e Rui Luís Gomes o candidato da Esquerda à sucessão presidencial de Carmona. Acusado de comunista, o Supremo Tribunal de Justiça nega-lhe a elegibilidade. Craveiro Lopes tornou-se

o novo presidente.

A OTAN, pacto bélico europeu de que Portugal foi membro fundador, reforçou a posição salazarista.

Com as eleições presidenciais de 1958, novo perigo sobrevém. Salazar envelhecia, esclerosava-se politicamente, no interior do regime aparecia uma ala mais jovem que gostaria de ver o regime adequar-se a tempos diferentes. Craveiro Lopes entrara em atritos com o ditador, Américo Tomás foi o novo candidato da U.N. e o general Humberto Delgado aglutinou em sua volta toda a Oposição.

Fraudulentas e como todas as eleições a que o regime se vira forçado, também estas negam escandalosamente a vitória à oposição, que as terá ganho de facto e apesar de tudo, e o processo da eleição presidencial e, pouco tempo depois, alterado, para que se evite a repetição de outro susto semelhante.

Mais uma vez a PIDE é chamada a "varrer a casa", Humberto Delgado foi demitido de Director-Geral da Aeronáutica Civil, teve de refugiar-se na Embaixada Brasileira em Lisboa, conseguiu fugir para o estrangeiro, mas acataria às mãos da tenebrosa polícia política, em território espanhol fronteiriço. O processo do seu assassinato está, finalmente, nos tribunais portugueses.

Foi nesta altura também que o Bispo do Porto, tendo-se ausentado do país, foi impedido de regressar, por ter criticado abertamente o ditador.

Daqui para diante, a situação não cessaria de complicar-se: em 1961, a captura do paquete "Santa Maria" pelos homens de Henrique Galvão, chamou a atenção internacional sobre o nosso país; no mesmo ano, era tentado outro golpe militar, e Goa, Damão e Diu, foram anexados pela Índia, em 1962, nova rebelião militar eclodia em Beja; ainda nesse ano, partia da Universidade de Lisboa uma vasta agitação estudantil que atingiria o seu clímax nos fins da década, em Coimbra. A resposta a todas as "alterações" da "estabilidade" não variava: prisões, torturas, depurações, perseguições, internamentos.

Os acontecimentos decisivos, a médio prazo, seriam, entretanto, outros: em Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964) rebentam as lutas de libertação dos nacionalistas africanos. A situação económica e política interna e a posição internacional do país agravaram-se cada vez mais, milhares e milhares de trabalhadores e jovens atravessam as fronteiras, pela vida ou pela morte, em procura da subsistência nos países europeus mais desenvolvidos, uns, outros, fugindo ao risco de morte inglória na guerra colonial. Os nossos diplomatas são expulsos de muitas organizações internacionais.

Em Setembro de 1968, o Prof. Oliveira Salazar caiu de uma cadeira e bateu com a cabeça no chão, para, depois, morrer: não mereceu fim político mais digno.

Marcelo Caetano, o mais prestigiado intelectual do regime e aureolado por algum desentendimento com o ex-ditador, sucedeu-lhe. Alguns políticos de certa esquerda apressada e oportunista esperaram desta rendição de comando a modificação do regime, ignorantes de que o poder não se auto-limita. (11)

A pintura de liberalização com que o novo chefe do regime pretendeu envolver os seus primeiros actos de governo deixaram intacto o essencial e não tardava muito que a pressão da fervura social e política o fizesse retroceder às velhas posições defensivas.

As eleições, para a Assembleia Nacional de 1969 seriam a fraude a que o país já estava habituado, mas que a Oposição aproveitava para revitalizar-se e o regime propagandeava como prova da existência de liberdade política no país.

Desta vez, porém, talvez mais que nunca, a Oposição reorganizara-se para continuar com decisão. As últimas eleições para deputados, em tempos do corrupto e decadente fascismo, precedidas pelo corajoso e espectacular III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, revelaram o quanto a Esquerda se reforçara e implantara pelo país. O regime saiu batido em toda a linha da campanha eleitoral, apesar do controle policial que mobilizou, e não conseguiu, com nenhuma ameaça, obrigar os seus adversários a colaborar na tradicional farsa das urnas. Os resultados foram mais uma desar-

vergonhada mentira (embora falsificados, alguns números não conseguiram ocultar a verdade), mas interna e internacionalmente a incapacidade do regime e a superioridade política da Oposição eram insofismáveis.

Disso é extraordinário histórico e patriótico testemunho o Movimento das Forças Armadas e o seu Programa, o "25 de Abril" e a repetida vitória sobre todas as tentativas posteriores de fazer andar o tempo para trás.

PERÍODO ECONÓMICO-PEDAGÓGICOS

Convém lembrar que o entendimento da política portuguesa posterior ao 28 de Maio de 1926 não se pode levar a cabo sem possuímos um conhecimento razoável do que foi a I República Portuguesa. É que grande parte da actuação do "Estado Novo" foi uma intencional negação prática da obra dos republicanos. Claro que estamos impedidos, aqui, de levar estas considerações ao rigor de uma vasta análise nessa direcção. Entretanto, alguma informação do que se passou no campo da Educação poderá exemplificar isso mesmo.

ANTI-CULTURA

Na verdade, um dos aspectos que assumiu a nova política do "Estado Novo" foi a anti-cultura, tomando medidas contra os projectos e realizações da República:

Em 1926, é extinto o ensino primário superior. Em 1927, o ensino primário foi dividido em elementar (7-11 anos) e complementar (11-13 anos), mas a regulamentação do respectivo decreto só abrangia o elementar. Em 1928, são encerradas a Faculdade de Letras do Porto e a Escola de Farmácia de Coimbra (esta, restaurada em 1932). Em 1930, são extintas as escolas móveis, substituídas pelas chamadas "escolas incompletas" (três classes), e é extinta a Associação de Professores de Portugal. Em 1931, são fundados os postos escolares(12), confiados a regentes, às vezes semi-analfabetos, com vencimentos reduzidos e que ministravam, a sua maior parte, apenas o ensinamento até à terceira classe (ensinar a ler, escrever e contar). Em 1932, é abolido o ensino primário complementar, confirmando-se por lei o que é a situação real. Em 1933, é também extinta a Faculdade Técnica do Porto, bem como o Sindicato dos Professores Primários e a Associação do Magistério Secundário. De 1936 a 1942 foram encerradas as Escolas do Magistério Primário. Em 1937, são extintas as Escolas do ensino Infantil Oficial (entregue à Obra das Mães), a Sociedade dos Estudos Pedagógicos, e o ensino obrigatório é reduzido de 4 a 3 anos. As despesas de instrução pública, que representavam, em 1926, aproximadamente 9,3% das despesas totais do Estado, baixaram, antes da Segunda Guerra Mundial, para 8% e, em 1943, estavam reduzidas a 7%.

Em resumo, no que respecta à escolaridade primária obrigatória, conclui Rogério Fernandes que ficou reduzida a 50%(13).

Referindo-se à mudança do nome do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional, em 1940, Vitorino Magalhães Godinho diz que isso "significou essencialmente a subordinação de todo o ensino aos fins políticos que o Estado desde então se marcava, norteados pelo nacionalismo e corporativismo, e à obra de doutrinação religiosa (entende-se: católica) que, com base em acordos formados, passava a incumbir à escola pública como à privada".(14)

Das preocupações e prioridades do "Estado Novo" esclarece-nos também o facto de, em 1946, a verba atribuída a toda a instrução primária do país por ter sido inferior em mais de 10 000 contos à verba ordinária da segurança pública (Polícias e GNR).

Quanto à ideologia desta política anti-cultural ou, pelo menos, de sub-estimação da cultura, ainda em tempos da República, o futuro "salvador" da pátria sentenciava que "são as ideias que governam e dirigem os povos e são os grandes homens que têm as grandes ideias"(15) que a solução está mais em cada um de nós que na cor política dos ministros"(16) "que o problema nacional (...)

era um problema de educação"(17).

Ainda que porventura acsitássemos que o problema nacional era um problema de educação, faltaria saber que a educação o poderia resolver. Vejamos, pelos discursos de individualidades políticas responsáveis, pelos textos legais ou pela boca ou pena dos "intelectuais" do "Estado Novo", alguns fragmentos espantosos sobre a educação que concebiam.

"Portugal não necessita de escolas(...) ensinar a ler é corromper o atavismo(...). Na nossa terra há alguns espíritos sem preparação mental que se interessam pela obrigatoriedade do ensino primário, como se ele fosse uma das primeiras necessidades fisiológicas do povo"(18).

"Ensinar o povo português a ler e a escrever, para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos ou das facécias malcheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garoto da vida airada, ou das mentiras criminosas dos foliculários políticos é inadmissível. Logo, concluo eu: para a péssima educação que possui e para a natureza da instrução que lhe vão dar, o povo português, já sabe demais(...). Um dos factores principais da criminalidade é a instrução".(19)

"O mestre não é um burocrata, mas um modelador de almas e de portugueses. Quem por aberração o não quiser ser, haverá de retirar-se".(20)

"Deformar o espírito de quem aprende é a maior das desgraças; é melhor deixá-los analfabetos do que com o espírito deformado(...). Se nós queremos entregar esses 1 600 000 analfabetos nas mãos de qualquer professor, esses homens podem vir a transformar-se em inimigos da sociedade".(21)

"O analfabetismo em Portugal vem de longe e isso não impediu que a nossa literatura fosse em determinadas épocas extremamente rica".(22)

"(...) Impregnar de espírito religioso as matérias escolares, de tal modo que a religião seja o fundamento e a coroação de todo o esforço educativo".(23)

Mais tarde, Galvão Teles, que foi Ministro da Educação em 1962-68, afirmou que "a sociedade precisa, certamente, de maior número de elementos instruídos, mas também precisa de valores cimeiros, que sejam luz, clarão e guia para os demais, capazes só eles de rasgar horizontes, de abrir caminhos, de aperfeiçoar os espíritos alheios, de fazer grandes obras, de operar transformações profundas, de criar - sejam dirigentes, sábios, inventores, mestres ou artistas"(24, palavras de exemplar discípulo do "mestre", para quem "tanto se apregoaram as belezas da igualdade e da democracia... que se ia operando o nivelamento por baixo, contra o facto das desigualdades naturais, contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada".(25)

Em conferência pronunciada no dia da inauguração da biblioteca pedagógica da Universidade Livre da Figueira da Foz, em 1932, apresentava-se "este quadro de autêntica vergonha nacional".

"Por um lado, há muitas aldeias, muitos núcleos de população que não têm ainda escola nem podem aproveitar-se das escolas vizinhas; por outro lado, a maior parte das escolas existentes não passam de imundos pardieiros, sem ar, sem luz e sem conforto, onde as crianças são encarceradas umas poucas de horas em cada dia. Compreende-se assim o desgosto que a criança toma por uma escola que em vez de ser um lugar de atracção e alegria é um lugar de suplício e de repulsa. A estes factores, já de si tão importantes, junta-se a ineficácia da acção do mestre, por absoluta falta de todos os meios que se promovem e facilitem a frequência escolar e a acção educativa. Efectivamente, ao lado da escola não se encontra nenhuma das organizações pré e circuns-escolares que fazem da escola uma instituição de eficiência e valor social. Faltam as cantinas, as associações de assistência, as caixas escolares, as associações de pais e alunos, as organizações que se dirigem à cultura física e moral, falta tudo(...). Eu penso que será uma obra de violência e iniquidade aplicar multas aos pais que reduzidos a uma negra condição económica e debantendo-se com a miséria, não mandam os filhos à escola-pardieiro, e antes lhes aproveitam o valor económico, empregando-os noutros trabalhos de rendimento imediato e palpável(...). Depois, eu ouse perguntar a todos os homens de coração e bom juízo se será equitativo e humano obrigar uma criança de 6 a 10 anos a encerrar-se num casebre desabrigado e desconfortável durante 5 ou 6 horas em cada dia, quando ec-

sa criança nem tem vestidos que a agasalhem do frio nem tem no estômago alimento que lhe permita produzir trabalho de espécie alguma".(26)

Catorze anos mais tarde, Bento de Jesus Caraça interveio com estas palavras numa sessão do M.U.D..

"O Professor hoje, em Portugal, vive com dificuldade de vida e com medo, esse terrível me- do que se apoderou da quase totalidade da população portuguesa. Tenho já o tempo de vida basten- te para poder ter observado, durante mais de vinte anos, a evolução de uma certa corporação cientí- fica, e ter verificado nela a instalação e o alastramento deste processo de destruição progressiva do professor português. E é preciso registar que, a despeito de casos isolados de resistência he- roica, esse processo de destruição tem produzido os seus efeitos.

A coisa vai mesmo mais longa - a política de medo não atingiu apenas uma determinada camada social ou profissão. Não, essa política foi a todos os sectores da vida nacional e a todos os nú- cleos de actividade privada e pública, procurando transformar-nos num povo aterrado, reduzido à condição deprimente de passarmos a vida a desconfiar uns dos outros. Mas o que é mais curioso, nes- ta questão, é que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu apenas que os pequenos tenham medo uns dos outros e dos grandes, ou os indivíduos tenham medo das instituições. O próprio Estado foi vítima do seu jogo e acabou por ser tomado de medo dos cidadãos. Pois não é verdade que é a polícia polí- tica hoje quem supervisa o recrutamento dos funcionários e até o dos investigadores científicos? Por que é, se não por medo, que se gasta mais com a segurança do que com a instrução primária? E por que ainda, se não por medo, que se não fazem eleições livres?

De forma que, temos de o concluir, a primeira coisa a fazer, para sermos gente, é extrair o medo dos corações dos portugueses, fazendo deles homens generosos e fortes, libertos da grilheta da mais aviltante das escravidões".(27)

Jofre Amarel Nogueira escreveu também acerca da política (anti-) educacional do "Estado No- vo".

"Em nome de uma premente necessidade de compreensão de despesas e porque se desejava pôr "térmo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas"(28), entendeu-se que para a grande maio- ria dos portugueses bastava saber ler, escrever e contar(...). A mentalidade reaccionária dos men- tores da nossa política educacional torna-se bem patente quando lemos no preâmbulo do Decreto 38 968, que programou a campanha de alfabetização dos adultos, que o analfabetismo se devia ao fa- cto de o nosso povo, "pela riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência da sua actividade, não sentir necessidade de saber ler" - recordando-se a frase de Ramalho Ortigão, segundo a qual "instrução fecunda para o povo não é a que os governos lhe abonam, mas sim a que ele por si mesmo solicita" e sustentando-se que "esta afirmação, passados cerca de setenta anos, encerra ainda uma verdade que os factos dia a dia vêm evidenciando.

Em contrapartida, tudo se fez entretanto para converter a escola portuguesa num baluarte do ultramontanismo político e religioso mais retrógado, expulsando do ensino inúmeros professores, de- formando os programas no sentido da ideologia dominante, fiscalizando o teor dos livros escolares e integrando obrigatoriamente os alunos em organizações do tipo fascista, como a Mocidade Portugue- sa".(29)

Culpar-nos-famos, porém, de parcialidade, se não reconhecessemos actos de sinal positivo nesta primeira fase da obra do "Estado Novo", no sector educacional. Contudo, a criação da Univer- sidade Técnica de Lisboa, em 1930, agrupando escolas diversas já em funcionamento, ou o Instituto da Alta Cultura, fundado em 1938, mas bem discriminado politicamente, reperesentam muito pouco, porque "20 anos são 20 anos", como diria o Prof. Caraça, e a República, neste campo, muito fizera e muito mais sonhara.

O analfabetismo, se era de 67,8%, em 1930, continuava ainda em 45%, em 1950. O número de es- colas primárias passou de 7 000 (1927) a 10 800 (1950), mas o número mínimo de crianças para a criação de uma escola e lugar de professor subiu, em 1931, de 30% (na República) para 40-45.Os pre-

fessores primários, de 8 500 (1927) não aumentaram para mais de 14 000 (1950). A instrução secundária e técnica, essa, mereceu mais cuidado, que se traduz no aumento dos seus efectivos escolares: de 32 000 (1926) para 95 000 (1950). Porquê esta preocupação com o ensino técnico?

Foi nos anos Quarenta que a necessidade de reajustamento constante, embora sempre atrasado, levou a um desenvolvimento deste sector do ensino. "Embora a reforma respectiva(...) - comenta Joffre Amaral Nogueira - fosse bastante modesta nas suas ambições chegou-se a discutir se havia ou não necessidade de constarem do currículo de preparação dos futuros "operários especializados" algumas disciplinas de carácter cultural e se os professores desse ramo deveriam ou não possuir o mesmo nível de habilitações e receber os mesmos vencimentos que os professores do ensino liceal!..."(30)

Em 1946, afirmava B.J. Caraça, a propósito de promessas de reforma, de instrução que vinham sendo prometidas pelo "Estado Novo", desde há 20 anos: "nada de reforma, se bem que esteja sempre uma pronta a sair", acrescentando imediatamente que se tinha procedido, sim, a "uma profunda contra-reforma(...) que não apareceu de uma vez, em bloco, nas colunas do "Diário do Governo", mas num conjunto de medidas pequenas, espaçadas, sem nexos aparente, mas não obedecendo menos a uma acção metódicamente planeada, tenazmente executada".(31)

"NECESSIDADES DA ECONOMIA"

Na década de Cinquenta, a estratégia do "Estado Novo" consentiu (entenda-se: foi forçada) uma revisão do lugar da educação no mapa das prioridades. Intensifica-se a política educacional, porque se começa a tornar imperioso o desenvolvimento económico perante as perspectivas cada vez mais nítidas de integração europeia. Esboça-se o que mais tarde as trombetas agónicas do regime hão-de proclamar "democratização do ensino".

Também esta mudança de atitude se enquadra nas influências europeias. Entre as duas guerras mundiais, na verdade, "o sucesso ideológico de uma certa concepção de oportunidades, coincidindo com as "necessidades da economia", provocou determinadas decisões políticas(...). Em 1923, V. Bérard, ministro da Instrução Pública de um governo de direita (em França), aumenta sensivelmente o número de bolsas. O seu discurso sobre este assunto é significativo da adopção de temas políticos igualitários: "E assim, o mérito prevalecerá sobre o privilégio; não haverá um único adolescente, qualquer que seja a sua origem social, que não possa ser admitido ao liceu, desde que demonstre as suas capacidades intelectuais (...). "M. A. Girard(...) escrevia em 1953: "A questão de o ensino adquirir um carácter social cada dia mais acentuado... O progresso técnico e a divisão do trabalho aumentam constantemente o número de empregos que necessitam de uma maior especialização e requerem dos indivíduos que os ocupam uma formação profissional mais desenvolvida".(32)

Ora é justamente no mesmo tom que se pronuncia, em 1959, o ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, ao afirmar num despacho ser "impossível enveredar pela industrialização e pela mecanização agrícola com operários que sabem apenas ler, escrever o contar"(33) e se pronunciará, mais próximo de nós, o ministro Veiga Simão.

São os tempos das "necessidades da economia" e da "meritocracia" que chegam até nós, com o nosso atraso habitual de "relógio atrasado pela Inquisição".(34)

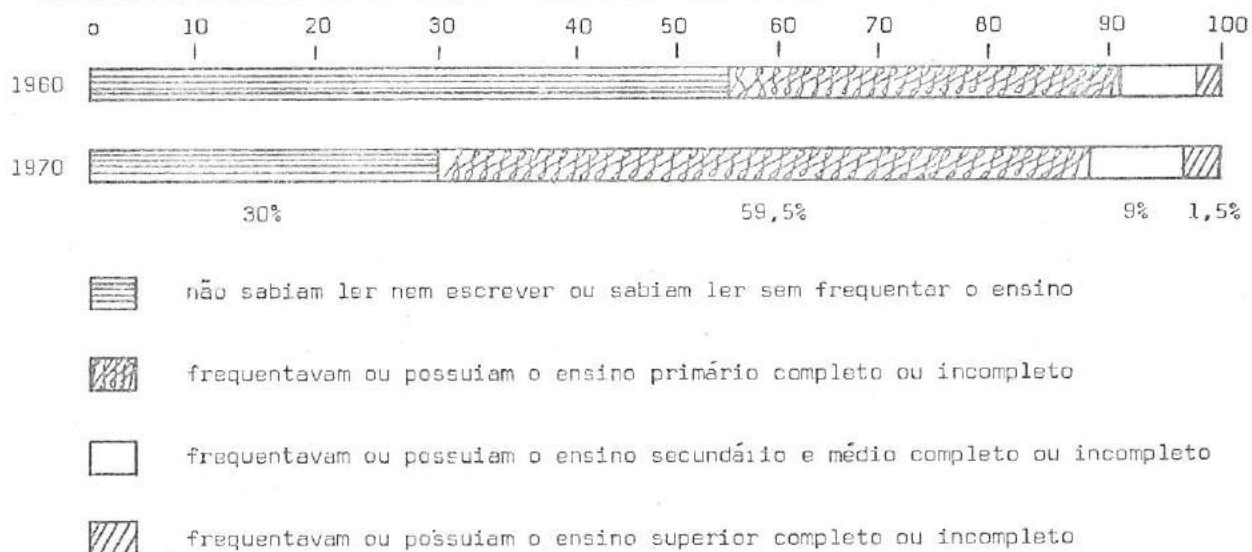
O início da construção de duas novas Cidades Universitárias, uma em Coimbra (1948), outra em Lisboa (1953), assim como já a fundação, em 1946, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, são elementos já de uma nova política. O sistema universitários pôde progredir um tanto, o que é confirmado pelos números: 9 666 estudantes em 1940-41, 35 933 em 1966-67. A Faculdade de Letras do Porto reaparece em 1961, depois de, na mesma cidade, ter surgido uma nova Faculdade de Economia, em 1953.

Apesar disto, o ensino superior não deixou de ser visto com menos desconfiança e "sujeito a

expurgações periódicas que o privavam de alguns dos seus melhores valores e impediam o recrutamento e promoção de pessoal qualificado, por razões extra e anti-científicas"(35), concedendo-se as maiores facilidades e apoio aos "filhos" e "amantes" do regime, criando dificuldades aos estudantes, professores e investigadores inteligentes e honestos, promovendo-se "sábios" de banalidades e "doutores" compiladores ou deturpadores do alheio... As organizações estudantis que não foram ainda dissolvidas tinham os passos estritamente vigiados e não lhes era permitidos contactos directos com organizações internacionais. É um facto, também, que nunca a Mocidade Portuguesa conseguiu intalar-se dentro das Universidades e, a partir de 1960, os estudantes movimentaram-se e organizaram-se, cada vez mais inconformados.

Cuidou-se com maior intensidade da extinção do analfabetismo, promovendo-se, para o efeito, "campanhas de educação de adultos" e de efectivação da escolaridade obrigatória, em 1953 e 1956, mais com objectivos de propaganda do que outra intenção(36). O analfabetismo, com efeito, baixou de 38,1% (1960) para 30% (1968). O número de escolas primárias subiu de 11 500 (1960) para 18 000 (1968). A escolaridade obrigatória passou de 3 para 4 anos, em 1960, e para 6 anos, em 1967. A frequência da instrução secundária e técnica subiu de 79 920, em 1940-41, para 334 432, em 1966-67. Ainda quanto ao ensino primário, a sua frequência passou também de 906 698 alunos, em 1940-41, para 947 651, em 1966-67.

Entretanto, o quadro da instrução do nosso povo não deixava de continuar desolador.



(cópia da figura nº 2 da FLAMA, nº 1378, de 2/8/74, sobre a situação do ensino em Portugal, em 1960 e 1970, de Mário Bacalhau).

O REFORMISMO MERITOCRÁTICO

O mais "liberal" do governo "liberalizante de Marcelo Caetano foi o seu ministro da Educação Veiga Simão. No plano da sobrevivência económica e política do regime foi-lhe confiada uma função espectacular: nada mais nada menos que a "democratização do ensino":

Economicamente, tornava-se urgente explorar a "reserva de aptidões" entre os filhos dos trabalhadores. Politicamente, uma abertura no sector da educação proporcionava-lhe alguns trunfos de crédito entre as nações.

Fazendo da necessidade virtude, mais uma vez democracia foi "o nome que se oferece ao povo cada vez que se sente a necessidade dele" (36), chamando-se "democratização do ensino" a um aumento e prolongamento da escolarização, através de uma política de improvisação de escolas e professores, cuja finalidade era o cômputo estatístico e que resultou numa deterioração do ensino e da profissão docente. As declarações e palavras de ordem do ministro reformista tornaram-se famosas:

"Nós sentimos e sentiremos cada vez mais que temos de progredir numa campanha - a da igualdade de oportunidades (...) que significa dar aos filhos dos pobres e dos ricos as mesmas possibilidades de singrarem na vida". Fala compadecido da "gente da terra que moureja de sol a sol (...) identificada com a terra negra e dura, mas sempre com a alma branca a raçar de esperança, com o coração abrasado de amor pelo próximo e pela Pátria". Declara que "saber ler, escrever e contar já não é quanto basta para os portugueses". Proclama o princípio de que "todos, em regime de igualdade de oportunidades, devem encontrar (...) as vias que garantam o seu inalienável direito à educação". Expressa o desejo de que se elimine "de vez a errada ideia que o liceu é aristocrático e a escola técnica é do operariado" e de "acabar com a aristocracia de determinados ensinamentos e encontrar a natural harmonia, onde o ensino técnico desempenhe o lugar a que tem direito nos quadros da vida nacional". (37) *"Os caminhos da educação são caminhos da liberdade, da responsabilidade e da participação consciente que é necessário trilhar para se edificar uma sociedade mais justa e mais feliz, onde todos tenham as condições de vida que a dignidade humana exige (...) A Educação... é diálogo: aberto, franco, sereno, sem medo e sem eufemismos (...) A Universidade precisa de gente qualificada, não a seleccionando por conceitos ideológicos sectários, mas pela capacidade, pela inteligência e pela seriedade".*

Semelhante oratória idealista e populista não agradou à facção ultra-conservadora do regime, que a criticava e, nalguns órgãos governamentais, rejeitou veleidades. A esses acusava Veiga Simão, quando deplorava "reaccionários"...

As inspiradas declarações de princípios igualitários e as realizações que se anunciavam não conduziram nem conduziram nunca o regime para cedências fundamentais. (38) Representavam apenas uma inovadora tentativa de legitimar culturalmente as desigualdades económicas e sociais inerentes às sociedades capitalistas. Constituiu mais um processo ideológico de impor o "naturalismo" como fundamento das desigualdades, em resposta às aspirações democráticas dos povos, cada vez mais sentidas e incontíveis. À aristocracia de sangue, à aristocracia de bens, sucederia a aristocracia do talento, entregando, nas mãos dos exploradores os mais capazes filhos do povo e, no mesmo acto, roubando-lhe os seus chefes.

É o que se chamou a meritocracia, ideologia da igualdade como promoção através do mérito. Uma certa psicologia experimentalista foi posta ao seu serviço, reduzindo os indivíduos a inteligências medidas por um saber-padrão dominante e arbitrário. A finalidade do procedimento meritocrático é individualizar as causas da falência do sistema social, justificando a existência de "génios" (patrões) e de "estúpidos" (proletários). Neste contexto, a ambição pessoal surge também como grande motor do progresso (o caixeiro americano que chega a multimilionário...), definindo-se o mérito como o resultado de inteligência mais trabalho. Tudo o que diz respeito à sociedade como tal e a incrimina, os factores sociais, não tem lugar, não interessa à explicação meritocrática da di-

ferenciação social e cultural.

Não queremos excluir que, no regime defunto, houvesse cabeças com a clarividência bastante para tomar consciência objectiva dos males e apontar-lhes o remédio. Por exemplo, em conferência intitulada "Prospectiva da educação e do acesso à cultura", pronunciada no Instituto de Altos Estudos Militares, em 6 de Dezembro de 1971, J.J.R. Fraústo da Silva, Director do Instituto Superior Técnico e do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, teceu considerações cuja lucidez, se, por um lado, abonam quem as faz, por outro, agrava a culpa de quem, assim convicto, colabora com um regime visceralmente incapaz das soluções indispensáveis.

Dizia, então, o orador:

"Daqui a nossa opinião, já anteriormente expressa, de que o primeiro trabalho ao encetar a revisão do sistema educativo português tenha de ser mais político do que conjuntural e tático (...) A educação é uma forma de política e sobre ela não se podem tomar decisões que não estejam em relação com uma determinada concepção ideológica da sociedade".

De seguida, passa a considerar três modelos "típicos" de sociedade, seguindo John Galtung (40). Inclui Portugal entre os países em vias de transformação para o modelo liberal que é caracterizado deste modo: "Permanece ainda uma organização vertical da sociedade e do sistema educativo, mas a aristocracia é substituída pela meritocracia. A ideologia predominante é individualista e anti-conformista, a mobilidade acentuada, a promoção segundo o valor de cada um. A educação toma (...) um carácter público e o acesso é condicionado apenas pela capacidade individual medida através de "critérios objectivantes". Pretende-se um sistema educativo mais flexível, menos hierarquizado, com maior liberdade na escolha curricular, mais individualizado (...) formar homens que sejam mais criadores que imitadores, num sistema em que o mérito seja recompensado sem atender à origem de cada um, mas tudo dentro de uma estrutura em que a autoridade seja preservada, mesmo quando concentrada, em exemplos extremos, unicamente nas mãos dos governos respectivos. (41).

HERANÇA CULTURAL DESTA POLÍTICA

Pretendemos proporcionar uma ideia panorâmica do estado da educação e da cultura deste país, ao cabo de quase 50 anos de "Estado Novo". Todavia, a grande parte dos dados que possuímos não são de "última hora". Conhecida, porém, a lentidão do regime que até há pouco tempo sofremos, não é de crer que, no escasso espaço de tempo de 2,3 ou 4 anos os dados fundamentais e indicativos tenham sofrido alteração, sensível. Prevenimos também de que o pouco tempo que nos foi possível dedicar ao presente estudo não nos permitiu elaborar quanto seria desejável os elementos que pudemos juntar, pelo que nos hão-de desculpar uma certa fragmentação expositiva que, bem decerto, já se tornou notada. E vamos ao assunto.

1. A percentagem do P.N.B. aplicada na educação, em Portugal, era das mais baixas, na área da OCDE. Em 1970, por exemplo, gastou-se 2,97% desse produto. A despesa com a educação por pessoa e por mês era, nos últimos tempos, conforme alguém apurou, de 23\$00. Ainda em 1970, cada aluno custava ao Estado:

no ensino primário	1 112\$00
" CPES	3 600\$00
" ensino técnico	3 800\$00
" " liceal	4 800\$00
" " universitário (3 Universidades e a Universidade Técnica de Lisboa)	7 200\$00 (42)

Podemos constatar como a distribuição dos recursos constituía "uma forma quase perfeita de imposto regressivo, pago pelos pobres em benefício dos privilegiados" (43).

2. Quanto a instalações escolares, em 1971, mais de metade dos edifícios escolares primá-

rios possuíam apenas uma sala. Em 1970-71, neste ensino de 11 773 edifícios, só 54% foram "construídos expressamente" (incluindo pavilhões pré-fabricados?); no ensino liceal, de 88 edifícios só 54 "construídos expressamente"; no ensino superior, de 79, apenas 39 tinham sido "construídos expressamente" (44).

Cálculos para o ano lectivo de 1972-73 indicavam que:

12% dos concelhos do Continente e Ilhas não dispõem do ensino directo do CPES;

5,2% têm-no só pelo ensino privado;

3,6% têm-no em estabelecimentos particulares gratuitos.

Salientando o seu trabalho ministerial, disse Veiga Simão que entre 1968 e 1972:

passou-se de 136 escolas do CPES para 316,

criaram-se 280 postos de Telescola com 614 turmas;

passou-se de 84 liceus para 149;

de 96 escolas técnicas para 151;

de 16 escolas do magistério primário a 24;

que, em 1972, existiam mais do dobro dos estabelecimentos de ensino secundário que em 1968.

Entretanto se consultarmos o mapa anexo dos concelhos sem estabelecimentos de ensino secundário pós-obrigatório ou com estabelecimentos particulares, embora ele se reporte a 1969-70, faremos uma ideia mais justa da situação real. O ensino particular, ainda que isso nos pese, tem sido chamado, de facto, a suprir as lacunas da carta escolar nacional.

3. No que respeita à frequência escolar e ao número de professores a sua qualificação profissional, Rui Grácio apresentava-nos, para o ano lectivo de 1972-73, os seguintes dados:

1. — Alunos matriculados, por modalidades e graus de ensino
1972-1973

Graus de ensino	Oficial	Particular	Total
Infantil	—	17 336	17 336
Primário	914 400	56 941	971 341
Preparatório	152 448	17 324	169 772
Liceal	104 121	42 024	146 145
Técnico	131 411	2 043	133 454
Magistério Primário	4 602	232	4 834
Superior universitário	49 684	—	49 684
Superior não universitário	3 733	2 275	6 008
Total	1 360 399	138 175	1 498 574

2. — Pessoal docente, por modalidades e graus de ensino
1972-1973

Graus de ensino	Oficial	Particular	Total
Infantil	—	576	576
Primário	24 010	—	24 010
Elementar	1 991	—	1 991
Complementar	2 365	—	2 365
Postos de ensino	—	—	—
Total	28 366	2 088	30 454
Preparatório	9 954	1 385	11 339
Liceal	5 329	3 058	8 387
Técnico	7 733	239	7 972
Magistério Primário	226	35	261
Superior universitário	2 293	—	2 293
Superior não universitário	818	—	818
Total	54 719	7 346	62 065

3. — Pessoal docente oficial, por categorias
1972-1973

Graus de ensino	Efectivos	Agregados	Total
Primário	16 621	7 389	24 010
Elementar	1 908	83	1 991
Complementar	1 764	601	2 365
Postos de ensino	20 293	8 073	28 366
Total	20 293	8 073	28 366
<i>Provisórios</i>			
Preparatório	1 225	7 990 ¹	9 954
<i>Eventuais</i>			
Liceal	1 805 ²	3 318 ³	5 329 ⁴
Técnico	1 508 ⁵	5 920 ⁶	7 733 ⁷

¹ Provisórios com habilitação = 5347; Provisórios sem habilitação = 2643.

² Inclui professores de Educação Física (92), Canto Coral (38), Liores (31).

³ Inclui professores de Educação Física (339), Canto Coral (91), Liores (87).

⁴ Inclui professores de Religião e Moral (206).

⁵ Inclui professores de Educação Física (102), Mestres (363).

⁶ Inclui professores de Educação Física (282), Mestres (920).

⁷ Inclui professores de Religião e Moral, Higiene, Regulação do Trabalho e Educação Social (305).

Note-se que, em 1971, 12% do pessoal docente do ensino primário era ainda constituído por regentes, isto é, professores sem qualquer habilitação para o ensino, e que ao monitor da Telescola apenas se exigia o 7º ano liceal. Considere-se ainda que o nível de preparação dos alunos das Escolas Normais, no momento da entrada, era dos mais baixos, se não o mais baixo, da Europa.

4. As taxas de escolarização, em 1969-70, eram estas:

ensino infantil 3%

ensino primário elementar	100%
" complementar do ens. prim. e CPES	71%
" liceal	20%
" superior	3%

Como se deduz, além de a escolaridade obrigatória de 6 anos ser a mais baixa de todos os países da OCDE, encontrava-se garantida apenas quanto às 4 primeiras classes. O ensino secundário cobria cerca de 1/5 da população escolarizável. Repare-se ainda nas percentagens do ensino infantil e do ensino superior, que se equivalem, denunciando igual equivalência na origem social da maior parte dos alunos que os usufruem.

5. A rendibilidade escolar apresentava, em 1970-71, as percentagens seguintes:

- 37,5% de reprovações na primeira classe;
- 25 548 alunos na quarta classe com mais de 13 anos;
- 47% de reprovações no ensino técnico.

Relativamente ao ensino superior, a rentabilidade era também bastante baixa, se bem que fosse aquele que envolvia a mais alta despesa por aluno, abrangendo uma pequeníssima fracção da população escolarizável que, ainda por cima, provém dos escalões superiores, (em termos económicos e culturais) da sociedade. Acrescente-se também que as Universidades portuguesas apresentam uma das mais elevadas taxas de feminização, o que, não sendo em si um aspecto negativo, também o não é de todo positivo.

6. Em 1970-71, havia, no ensino primário, 1 616 cantinas de que beneficiavam 124 396 alunos, isto é, cerca de 13% dos alunos matriculados, e apenas cerca de 10% dos estabelecimentos oficiais deste ensino estavam dotados de cantina. Para não falar já no valor nutritivo ou quantidade de alimentação nelas dispensada...

7. Há cerca de 100 000 diminuídos que frequentam classes do ensino primário elementar sem qualquer acção de correcção das suas deficiências, já que praticamente não existe entre nós ensino especializado para esta população escolar.

8. A origem social dos estudantes do ensino secundário e superior oferece-nos estes dados:

Profissão do pai	Escolas Técnicas	Liceus	Colégios
	Percentagem em relação ao número de alunos de cada tipo de ensino		
Grupo I	1	13	24
Grupo II	8	23	46
Grupo III	19	37	19
Grupo IV	65	26	6

Grupo I - elementos do topo directorial; estratos superiores das profissões liberais, técnicas e equiparadas; grandes patrões das indústrias e dos serviços; grandes patrões agrícolas; grandes proprietários de ocupação (camada superior).

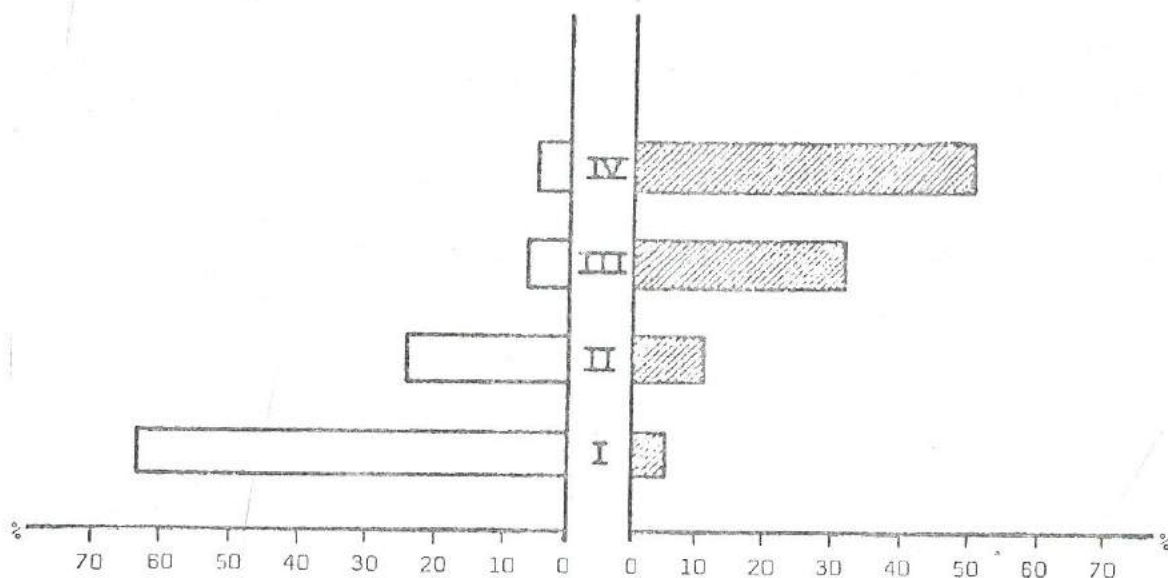
Grupo II - Pequena e média burguesia, comercial e industrial e proprietária; pequenos e médios patrões agrícolas (camada média).


Grupo III - Empregados, trabalhadores, independentes; estratos médios e inferiores das profissões liberais, técnicas e equiparadas (camada inferior-alta).


Grupo IV - Operários; camponeses; trabalhadores dos serviços domésticos pessoais e familiares (camada inferior-baixa).

O quadro permite-nos concluir com Rui Grácio, que mais de 4/5 dos alunos das escolas técnicas (84%) têm os seus pais situados nas camadas inferior-alta e inferior-baixa. Pelo contrário, a maioria dos alunos dos colégios; ou seja, mais de 2/3 (precisamente 70%) situam-se nas camadas superior e média.

GRUPOS SÓCIO-PROFISSIONAIS E ENSINO UNIVERSITÁRIO



 - Percentagens dos chefes de família de cada um dos quatro "grupos" relativamente ao total dos chefes de família da população residente activa.

 - Percentagens dos estudantes oriundos de cada um dos quatro "grupos" relativamente ao total dos estudantes.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS:

- Grupo I: trabalhadores (assalariados ou independentes) da agricultura, da indústria e da pesca.
- Grupo II: empregados ou auxiliares modestos de empresas particulares; membros de patente inferior das Forças Armadas (Exército, Armada, Força Aérea, Polícia, G.N.R., etc.); funcionários inferiores do Estado, dos organismos corporativos ou dos organismos de coordenação económica; professores do ensino primário.
- Grupo III: pequenos industriais ou comerciantes de retalho, empregados categorizadas de empresas particulares; proprietários rurais; professores do ensino secundário; oficiais das Forças Armadas ou da Marinha Mercante.
- Grupo IV: funcionários superiores do Estado, dos organismos corporativos ou dos organismos de coordenação económica; grossistas, directores ou funcionários superiores de empresas particulares; membros das profissões liberais (médicos, arquitectos, advogados, engenheiros, etc.) e artistas.

9. Por seu lado, a análise do organograma do sistema escolar e seu conteúdo permitir-nos-ia verificar:

a) a existência, a nível do ensino básico de três vias: o Ciclo Complementar do Ensino Primário (quinta e sexta classes), a via dos pobres; o Ciclo Preparatório TV (Telescola), que, em 1970-71, abrangia cerca de 10,8% deste nível de ensino, e que "é uma diferenciação do CPES, destinada a suprir dificuldades do Estado no ordenamento racional da Carta Escolar Portuguesa e na preparação dos professores necessários" (44); e o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que é o que mais facilmente possibilita o prosseguimento dos estudos no ensino secundário. Este "paralelismo" escolar tem equivalente no sector da saúde, nas formas paralelas e diferenciadas de assistência da Previdência;

b) O ensino técnico corresponde, como já verificámos, a uma real segregação social, em cuja continuidade se encontra o baixo estatuto social e profissional dos diplomas pelos Institutos Comerciais e Industriais;

c) a permeabilidade tanto horizontal como vertical é muito reduzida, contribuindo para estratificar escolarmente aquilo que, logo no começo da escolaridade básica é consequência e marca de uma estratificação económico-social. Deste modo se encontra muito afastado, o nosso sistema escolar, do ideal da escola única, valioso instrumento de correcção dos males que têm a sua origem e solução fora da escola.

CAUSAS DA SUA FALÊNCIA

A partir dos dados esparsos compulsados, podemos chegar a uma explicação fundamental da nossa situação cultural.

A maior e mais evidente de todas elas é que a herança educacional e cultural do regime que nos envergonhou por dezenas de anos é deplorável. E porquê?

Há dias, falando pela Televisão (6/11/74), o Sr. Secretário de Estado de Saúde, ofereceu-nos importantes e lúcidas afirmações e informações, a propósito do seu sector governativo. Disse ele, por exemplo:

"A saúde, juntamente com a economia e a educação, constitui a tríade motora do desenvolvimento dos povos."

Isto, que parece transparente, precisa de ser constantemente reafirmado e demonstrado, para que a consciência, tantas vezes dramática e trágica, da realidade se imponha às insinuações e tentações da venenosa propaganda ideológica burguesa e ela não arraste os menos despertos para ilusões que, em última instância, servem apenas os que gozam o seu paraíso na terra à custa daqueles a quem apontam o céu na sepultura.

"A correlação entre as contradições dos sistemas sociais e a impotência relativa dos sistemas educativos é um facto de evidência". (45) Direito à educação é inseparável do direito à saúde, do direito à habitação, do direito ao trabalho, do direito à cidadania total. As razões do insucesso cultural do fascismo português residem na sua falência global. São de natureza económica, social, política, ideológica.

Como poderia ter êxito um programa educacional, por mais progressivo que fosse, num país onde apenas 2,8% do P.N.B. era destinado à saúde e assistência, e os dinheiros da Previdência, pagos pelo povo, financiavam guerras e monopólios, onde "estar doente (...) representava um risco económico intolerável" (Secretário de Estado da Saúde, 6/11/74), onde há um médico para cerca de 1 100 pessoas, um enfermeiro para 2 290, 29,8% de nascimentos sem assistência médica, onde a mortalidade infantil é de 59,2%, a morte por tuberculose é de 23,8%, só há 346 pediatras (1971), onde em cada 100 habitações, 12 não têm cozinha, 58 não têm casa de banho, 72 não têm electricidade, 62 não têm esgotos (80% da população), 25% da população (mais de 2 milhões) vivem em barracas (Avante, 26/7/74), 1/3 do povo não dispõe de abastecimento de água ao domicílio (e dos que dispõem só 1/4

são servidos em condições satisfatórias), 60% não dispõe de um sistema higiénico para recolha de lixos, onde, em inquérito realizado sob o fascismo, se revelava que apenas 10 em 100 pessoas tinham rendimentos para suportar os encargos derivados do custo da habitação, porque 80% dos rendimentos familiares eram inferiores a 3 500\$00, onde, em 1970, mais de 10% do total dos jovens entre os 10-14 anos trabalhavam já, onde, "quando uma criança começa verdadeiramente os seus estudos, os dados estão lançados" (46).

Condições estas de vida que levaram a uma emigração legale e clandestina que, de 1960 a 1971, segundo as características oficiais, foi de 1 184 227. O dinheiro que estes trabalhadores enviam para a sua pátria era o grande suporte da Balança de Pagamentos do País e cobriam o défice crónico da Balança Comercial, mas, em cálculo obtido por comparação do custo de formação do homem que o país de origem perde, depois de nele ter investido bens e serviços, à custa do património nacional, revela-se que o fluxo emigratório da década de Sessenta representou para o país uma perda de capital humano no valor de 157 502 191\$00 (47).

Tudo quanto foi enunciado, e a mero título exemplar, constitui o conjunto das reais causas da queda inevitável do regime que Salazar pôs de pé. Todas se resumem, afinal, numa só: o capitalismo, que tem no fascismo a sua expressão política mais assassina, não pode resolver os problemas da formação e desenvolvimento do homem. Só os efeitos múltiplos e desumanos de um tal regime económico-social podem explicar, por exemplo, por que é que um homem, em seu pleno juízo, chega a matar a golpes de machado, na cama, um amigo, para se apropriar do dinheiro que o infeliz homem indefeso ganhara no trabalho a que fora sujeitar-se longe da casa e da terra dos seus pais...

Nenhum capitalismo, nem aquele que se apropria ideologicamente do prestígio da ciência e prestígio do socialismo para fascinar oportunistas e traições de toda a ordem, e conseguir sobreviver mais algum tempo, nenhum capitalismo contém no projecto das suas possibilidades a concreta liberdade e felicidade dos homens.

CONCLUSÕES

1. A democratização da educação é uma criação própria e fundamentada numa investigação das condições económicas, sociais, políticas e culturais de cada país, das necessidades e aspirações mais profundas do seu povo, e integra-se num plano de desenvolvimento global.

2. A educação democrática é a que assume a concepção mais consequente do homem e, os valores genuínos do povo e os derrama através de todos os meios de que hoje pode dispor a comunicação humana e social.

3. O carácter democrático da educação não é apenas uma finalidade, mas tem de ser um acto, acto permanente de cidadania esclarecida e total.

4. A melhor garantia da democraticidade do acto educativo e cultural é a ciência, que é por definição democrática, já que consiste na descoberta dos fundamentos reais dos princípios, das teorias e, portanto, constitui o critério da legitimidade e verdade ideológica e uma força produtora da felicidade.

5. A felicidade humana consiste na libertação da miséria, da doença, da insegurança perante qualquer futuro. Por isso, nenhuma democracia é possível sem a democracia económica.

6. O desenvolvimento acelerado das condições económicas e sociais do nosso povo através de uma progressiva e irreversível democratização da riqueza nacional insubstituível para que os portugueses atinjam uma vivência superior da democracia.

7. A cultura, um dos objectivos de um programa democrático, é, simultaneamente, um instrumento da consolidação da democracia. O governo e todas as instituições democráticas terão de emper-

nhar-se num esforço contra o tempo, tendo em vista levar às regiões do país mais desoladas e abandonadas pelo regime derrubado os meios de desenvolvimento espiritual de que só muito poucos têm usufruído, e pôr em marcha processos de formação intelectual e cultural adequados às condições de vida das gerações mais velhas - as que mais sofreram a política de opressão material e espiritual do fascismo.

8. O socialismo, com todos os seus pressupostos e consequências, é um objectivo para o qual, de modos variados, caminham os povos da terra, por ele se encontra no trajecto da humanidade para aquela forma de existência e convivência que se inscreve nas possibilidades e ideias mais íntimas da humanidade.



NOTAS

- 1 Álvaro Cunhal, "Rumo à Vitória", p. 21, edições "a opinião" 1
- 2 "Movimento", nº 3, em o "O Movimento das Forças Armadas e a luta pela libertação do povo português"
- 3 Salazar, em 1932
- 4 idem, 1934
- 5 idem, 1930
- 6 idem, 1988
- 7 idem, 1932
- 8 idem, 1933
- 9 Oliveira, Marques, "História de Portugal", p. 343 - II vol., pelas edit.
- 10 À excepção do P.C.P. que, enraizado nas lutas das camadas mais oprimidas do nosso povo, dirigindo a luta ideológica através dos destacados militantes intelectuais, prestigiado pela sua identificação profunda com as necessidades e anseios do povo de Portugal e pela vida e morte dos seus combatentes, escreveu o mais patriótico capítulo de luta contra o fascismo português, como seu infatigável coração clandestino.
- 11 "Não aprendeste, pedagogo, que o poder não pode auto-limitar-se!" - respondeu o czar da Rússia a Pestalozzi, quando solicitado por aquele a pedir-lhe qualquer coisa de que necessitasse, o pedagogo suíço caiu de joelhos para pedir a libertação dos servos na Rússia.
- 12 A que, numa introdução ao Decreto nº 27 279 de 24/11/36, se chama "forma embrionária da escola elementar".
- 13 Rogério Fernandes, "Situação da Educação em Portugal", p. 21, Moraes editores, 1973.
- 14 V. Magalhães Godinho, "Um rumo para a educação", p. 63, Cadernos República, 1974.
- 15 Salazar, 1909
- 16 idem, 1919
- 17 idem, 1919
- 18 João Ameal, em "A Voz", 1926, citado por Rui Grácio em "Os professores e a reforma do ensino", p. 56, Livros Horizonte
- 19 Alfredo Pimenta, em "A Voz", 1932, citado por Rui Grácio, p. 56
- 20 Carneiro Pacheco, ministro da Ed. Nac., 1936, citado por Rui Grácio, p. 74
- 21 Pinto da Mota, deputado, 1938, citado por Rui Grácio, p. 56
- 22 Salazar, 1938, citado por Rui Grácio, p. 56
- 23 Portaria nº 22 966 de 17/10/67. Algumas das anteriores citações encontram-se também no trabalho de António Teodoro "Professores: que vencimentos"
- 24 Citado também por António Teodoro
- 25 Salazar, citado por Maria Filomena Mónica em "A Meritocracia", jornal República, 16/7/74
- 26 Neves Rodrigues, O apresentador do conferente salientava que "ele conserva a superioridade de uma ideologia que o levou ao desterro (e que) razões de relevo obrigam, por conveniências gerais, a calar o melhor e mais saboroso da vida, digamos, intelectual, de Neves Rodrigues" e acentuou "este ambiente enuviado, que obriga a um simbolismo vago, nos pontos de mais merecida análise e observação".
Vivia-se num tempo que só acabou em 25 de Abril de 1974...
- 27 Bento de Jesus Caraça, "Conferências e Outros Escritos", p. 199, 1970
- 28 O texto é também do Decreto 27 279, onde se diz que "pondo termo a entorpecedoras utopias e as pirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, o problema da educação popular só pode ser resolvido - e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstituição nacional já aprovado - por meio de maior difusão de postos escolares".
- 29 Jofre Amaral Nogueira, em Tese colectiva de professores do Porto - "A democratização do Ensino"

- enviada ao III Congresso da Oposição Democrática, Aveiro, 1973
- 30 idem
- 31 Bento de Jesus Caraça, obra citada, p. 199
- 32 Viviane Isambert-Jamati, "Breve História de uma noção imprecisa: a democratização", revista "O professor", nº 1, Outubro, 1973
- 33 Citado por Maria Filomena Mónica em artigo no jornal República, j Julho de 1974
- 34 Como Francisco Xavier de Oliveira, estrangeirado do séc. XVIII, classificou o seu país
- 35 Oliveira Marques, obra citada, p. 324
- 36 Rui Grácio, revista Seara Nova, nº 1512, Outubro, 1971
- 37 Citações recolhidas nos três artigos de M. Filomena Mónica, no jornal República, em 16, 17, 18/7/74
- 38 "(...) Uma tal reforma, na melhor hipótese, estará para a satisfação do "direito à educação" nos mesmos termos em que se encontra a medicina das Caixas de Previdência para a satisfação do "direito à saúde", escreveu pitorescamente Jofre Amaral Nogueira
- 39 Artigos citados de M. F. Mónica
- 40 J. Galtung, "Structure sociale, structure educative et education permanente: le cas du Japon"-
- Exames des politiques nationales d'éducation - OCDE 1971
- 41 Em "Educação, Boletim do GEPAE, MEN, nº 10, 1972
- 42 Cálculo de Rogério Fernandes, obra citada, p. 44, não incluindo as verbas do MOP e das autarquias locais
- 43 Citação de Rogério Fernandes, obra citada, p. 45
- 44 idem, p. 49
- 45 "Apprendre à être", Unesco, p. 70
- 46 Citação de Rogério Fernandes, obra citada, p. 93/94
- 47 F. Ramos da Costa, "Emigração: fatalidade irremediável?", p. 27, 30 e 31

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela "ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES"
da ESCOLA SECUNDARIA de Val de Cambra

COIMBRA

1974

O ENSINO HERDADO DO FASCISMO

CARACTERISTICAS DO ENSINO EM PORTUGAL

O ensino herdado do fascismo contribuiu para o negativo desenvolvimento do povo português.

Dáí vejamos o que foi o ensino em Portugal, consideremos a título de exemplo e muito concretamente o papel que desempenhou e desempenha (com menor intensidade) a censura que com o auxílio dos monopólios criaram estudantes não formados para uma melhor exploração, e só assim se compreende a maneira como dependia o ensino de Imperialismo.

Sublinhemos o sacrifício dos explorados para poder dar aos filhos os primeiros estudos, sublinhemos também a contradição, os exploradores que mandam seus filhos estudar para o estrangeiro.

Vejamos a distribuição das escolas pelo País e as possibilidades de as frequentar ou seja as condições sociais: deficiência de transportes assim como alojamento e sobre tudo o problema financeiro, tudo em vias negativas para um possível acesso, não esqueçamos a percentagem de analfabetos como também a deficiência dos conhecidos "mestres" e dáí as torturas, mortes etc. aos alunos pela PIDE, a repressão sobre livros políticos, a negação ao diálogo, o direito à reunião etc. tudo impedido com barreiras criadas pelos conhecidos fascistas que sempre exploraram e exploram as massas estudantis, e para a deformação do estudante a necessidade de conservar tudo quanto se fez; continuidade da guerra que mata uma percentagem e traumatiza a restante, para quê? para manter todos aqueles a quem chamam Deus da terra e dizem dar dinheiro para o pão que comemos. Aquele que se julgar bem formado (salvo rara excepção) bem formado durante a ditadura fascista poderá dizer -estou vivo- e dáí o desenvolvimento do povo Português perante o mundo, o considerado país embrutecido.

Uma das características que bem define o ensino, como primeiro passo são: a tortura durante o ensino primário, início da sua deficiência, caminhando com os olhos vendados até ao ensino médio e superior, aí a vendação cai e surge a cegueira.

Para uma verdadeira democracia dos estudantes à política fascista no ensino devemos: "REFORMAR O ANTIGO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ASSIM COMO OS VELHOS PRINCÍPIOS E MÉTODOS, CONSIDEREMOS QUE O PROBLEMA ESSENCIAL NA REFORMA DO ENSINO É O DOS PROFESSORES, NÃO DEVEMOS AFASTAR TODOS OS ANTIGOS PROFESSORES MAS SIM MANTER OS QUE EFECTIVAMENTE SÃO CAPAZES, QUANTO AOS INAPTOS PODERÁ SER-LHES DADO TAREFAS DE PRODUÇÃO E AI TERÃO A OPORTUNIDADE DE SEREM REEDUCADOS, POIS DEVEMOS TER QUEM NOS AJUDE A INSTRUIR NÃO SO NO

PLANO CULTURAL MAS IGUALMENTE NOS PLANOS INDUSTRIAIS, AGRICOLAS E MILITAR
ETC. DEVEMOS CRITICAR A BURGUESIA, O DOMINIO DAS NOSSAS ESCOLAS PELOS
INTELECTUAIS BURGUESES NÃO PODE DURAR MAIS.

TEMOS QUE PARTICIPAR EM TODAS AS TAREFAS DA LUTA-CRITICA-REFORMA
E DIRIGI-LAS-EMOS PARA SEMPRE."

Trabalho elaborado pela Associação de Estudantes da Escola Secundária
de VALE DE CAMBRA

"A LUTA DOS ESTUDANTES PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM GERAL"

"A REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO, PROGRAMA DE ACÇÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES"

As Forças Armadas ao realizarem o 25 de Abril tomaram uma opção política e abriram uma porta quedá acesso a um trabalho novo em que o homem não seja mais objecto de exploração.

A população aderiu ao golpe, mostrando a sua negação por um sistema elitista e por demais impopular. O Povo despertado de um longo sono fascista, nega a uma minoria de pervaligiados a condução do país e lançou-se progressivamente num processo de transformação declaradamente revolucionário.

Esse processo é construir um futuro económico melhor no seio de um capitalismo internacional em crise mas mesmo assim jogando todas as cartas que conduzam a criar obstáculos e entraves à criação de uma verdadeira democracia.

É este o aspecto de luta em Portugal. E o excesso ao ensino só será uma realidade global quando forem resolvidos os problemas sociais das pessoas. Nunca será com o modo de produção capitalista que se resolverá os problemas sociais das pessoas, e sem a resolução destes o acesso à Escola estará sempre ameaçado. Como julgamos não ser possível, neste momento, estabelecer uma solução radical, há que avançar promovendo e solucionando os mais prementes problemas das pessoas: alojamento, alimentação, higiene e deslocações através de centros académicos, cantinas, transportes, subsídios, ect.

A Escola que até aqui por condição do capitalismo, "formava trabalhadores competentes" dando-lhes uma cultura e uma concepção do mundo intencionada, visando criar homens capazes de darem o maior lucro ao seu explorador, e só assim se compreende que a Escola em vez de se preocupar em formar trabalhadores conscientes, formasse trabalhadores competentes".

Assim havia motivo para que surgisse a necessidade de alguém com uma formação consciente - essa era dada ao estudante(?!).

Fácil é adivinhar porque existe o ensino técnico e o ensino liceal. A Escola Técnica naturalmente exportava os "trabalhadores competentes" e criou os "estudantes conscientes" (doutores). Daqui a subordinação dos doutores sobre os trabalhadores na vida real da empresa.

A Escola deve estar virada para resolver os problemas colectivos e não individuais, mas o ensino e a preparação que o estudante recebia servia somente para aspirar a um lugar ao sol, despertava-lhe a vontade de ser apregoiado pelo seu diploma e de "atingirem os postos elevados", saindo do comum e subtraindo-se ao trabalho produtivo. "A educação deve estar ao serviço da política do proletariado e estar combinada com o trabalho produtivo".

E duma vez por todas o fim da divisão classista entre o trabalho manual e intelectual será uma meta vencida.

Criar um programa de ensino que o estudante ao optar por uma profissão não seja levado a estudar matérias que além de nada terem a ver para o seu curso nada lhe dá na sua formação de homem consciente.

O conteúdo do novo ensino deve dar primazia à política do proletariado, educando os alunos ideologicamente. Ele deve estar virado para o concreto conjugando a teoria com a prática e assim, integrando-a com utilização na vida prática, como formação de pessoas conscientes e de um tra

balho efectivo.

A abolição das hierarquias;

A negação do professor como pessoa ditatorial que tudo sabe e ordena deverá ser substituída pela participação, pela crítica e pelo diálogo com o objectivo de nos situar no mundo real ou seja de nos mostrar tudo aquilo que nos foi negado pela optica capitalista. Um ensino capaz de formar pessoas com educação e consciência socialistas.

A avaliação de conhecimentos e de valor do aluno não deve traduzida em algarismos, mas sim em trabalho de grupo como fruto de rendimento, do estudo da disciplina.

O estudo prévio do programa bem como o método pedagógico deve ser o bjecto de um largo debate entre os alunos eo professor.

O controle efectivo do aluno durante a aula para que o programa não seja deturpado é condição indispensável.

A gestão democrática das escolas é condição indispensável de controle que garante o projecto democrático popular no campo educacional; é um aspecto de luta por uma nova política educacional, uma vez que dentro do actual sistema económico e social não é possível uma vitória radical ou seja o poder popular sobre a escola.

O controle exercido através dos alunos representativos incorporados nas Comissões de Gestão é condição base para bom funcionamento e perfeita organização das suas actividades.

A Gestão Democrática das Escolas deve ser exercida paralelamente com a representatividade dos alunos que são as Associações de Estudantes.

A educação permanente é uma necessidade nacional. As campanhas de alfabetização são um arranque, ainda que não sejam uma linha de educação permanente, para um processo de iniciação.

A promoção de seminários culturais nas escolas abertos ao povo que são principalmente os operários e os camponeses, bem como sessões culturais coloquios, cinema, etc., é a inspiração de um ensinamento célebre "os oficiais instruem os soldados, os soldados instruem os oficiais e os soldados instruem-se mutuamente".

A educação neste momento, deve ser uma arma contra a reacção ao lado da organização de massas para um Portugal Livre e Popular.

AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES NA LUTA PELA PAZ

E DEMOCRACIA

1 - PERSPECTIVAS ACTUAIS E FUTURAS

1. 1 - Lutar por uma democratização popular do ensino

a) O acesso a todos ao ensino.

b) O fim da divisão classista entre o trabalho manual e intelectual.

c) A abolição das hierarquias.

d) O poder popular sobre a escola.

e) A democratização do ensino

e)-1- Resolução das diferenças de alimentação, habitação e higiene.

e)-1- Democratização pedagógica. (negação ideológica do domínio social da burguesia.)

1. 2 - Garantir o controle por parte dos alunos

a) A criação duma Associação de Estudantes organizada e disciplinada.

b) A criação de colóquios e reuniões de esclarecimento a nível nacional ou internacional.

c) A criação de um programa de trabalhos

1. 3 - A criação de grupos de manifestação cultural, por parte da nossa Associação.

a) Biblioteca, jornal, visitas de estudo, teatro, música, ligação com outras Associações, publicação de textos de apoio, desporto, sistematização dos problemas sociais dos alunos com a Comissão de gestão, exposições e colóquios.

b) Manter a unidade entre os alunos das diversas secções da Escola. Secções: Liceal e Técnica diurna e nocturna.

- Podemos dizer que os trabalhos efectuados pelos alunos, queremos-nos referir, ao 1º jornal, que só com grande esforço foi feito; a Biblioteca que já conta com várias dezenas de textos; o 1º grande encontro efectuado em 19 de Outubro de 1974, que teve a participação organizadora dos grupos de teatro, música e desporto, baseado nos seguintes pontos:

- O nacional Cançonetismo

- Recitação de poemas alusivos à música popular de poetas de correntes mais representativas. (José Afonso, José Mário Branco, Gomes Ferreira, Luís Cília, António Gedeão, etc.)

- Realização de um jogo de futebol de 5, gincana de bicicletas etc.

- Apresentação da Comissão Pró-Associação de Estudantes.

Todos estes trabalhos tiveram e têm a participação activa de cinquenta alunos que encontram nos colegas estudantes a aceitação justificável pela continuidade dos trabalhos da Associação de Estudantes.

Acrescentamos que todos os grupos de trabalho estão funcionando dentro das suas possibilidades e capacidades de trabalho, para um bem comum a todo e qualquer estudante.

2 - COOPERAÇÃO INTER-ASSOCIAÇÕES A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

2.1 - Contactos regulares ou não a nível nacional e internacional, com promoção de colóquios e convívios.

a) Promoção de colóquios, afim de melhor elucidar o estudante português, que ainda está numa fase de arranque para os verdadeiros problemas do ensino em Portugal e no Mundo, é questão de primeira necessidade.

b) Convívios. Para que haja uma ligação entre as massas estudantis, pois com isso irão beneficiar deste intercâmbio de ideias e amizade, os próprios interessados, que são os estudantes e o país, é necessário que se efectuem convívios, tanto a nível nacional como internacional.

2.2 - Cooperação inter-associações, com troca de trabalhos, tais como: Jornal, trabalhos de estudantes, representação de peças de teatro, música, etc. Este intercâmbio entre as associações será a mola impulsora de uma verdadeira democratização do ensino em Portugal. Será de grande utilidade a ligação com associações internacionais, que devido a estarem num estado de democratização mais adiantado, terão muito a oferecer à juventude estudantil portuguesa.

A Associação de Estudantes da Escola Secundária de Vale de Cambra, ao sentir a necessidade de cooperação a nível de associações formou um grupo de trabalho para esse assunto ao qual deu o nome de "Ligação com outras Associações". Num primeiro esquema de serviços, este grupo tem vindo a oferecer o 1º jornal da Associação a várias Associações de Estudantes e outras instituições, num esforço para entubular uma ligação que seja: Social, Cultural e Desportiva, fazendo ao mesmo tempo uma tentativa para a troca de ideias e resultados, frutos de um trabalho árduo de todos os estudantes portugueses.

Trabalho elaborado pela ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA
SECUNDARIA DE VALE DE CAMBRA

SEMINARIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pelo INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
de Lisboa

COIMBRA
1974

19. TEMA

I - PARTE

O ENSINO HERDADO DO FASCISMO CARACTERÍSTICAS DO ENSINO EM PORTUGAL

A inexistência do ensino infantil, a fraca extensão regional do ensino primário e a divisão (desde os dez anos) entre o ensino liceal e o ensino técnico - profissional, a inexistência de meios económicos fornecidos pelo Estado aos jovens para ingressarem nos estabelecimentos de ensino foram, e são ainda, características fundamentais da estrutura escolar portuguesa. Elas garantiam ao fascismo a divisão cultural entre as cidades e os campos, lançando nestes últimos, com a persistência geral do analfabetismo e a defesa da ignorância secular das massas, o campo favorito para o exercício da dominação ideológica mais ignóbil dos trabalhadores rurais e dos camponeses portugueses. Nas cidades os filhos dos trabalhadores estavam, na sua maioria, condenados a prescindir de qualquer educação a seguir à 4ª. (ou 6ª. classe) enquanto alguns outros conseguiam obter os rudimentos duma qualificação profissional no ensino técnico que, ao mesmo tempo, lhe vedava o acesso ao ensino superior. Entretanto os filhos de famílias burguesas, um grupo cada vez mais engrossado por alunos provenientes da pequena burguesia, prosseguem os seus estudos num ensino teoricamente de elite, e dos liceus com o fim único de entrarem nas Universidades portuguesas. Progressivamente, por motivos pedagógicos e económicos, um número crescente de alunos, que é já de há muito esmagadoramente maioritário, inicia sem concluir os seus estudos liceais e encontra-se sem qualquer preparação profissional obrigado a entrar na enorme máquina de administração do Estado corporativo, nos sectores de prestação de serviços, ou, na

máquina de guerra. Tudo isto acabou por denunciar sem sombra de dúvida, o ensino liceal e como aquilo que ele realmente é: o mais completo logro pedagógico da sociedade portuguesa, próprio apenas para a "política do espírito" dos fascistas.

Finalmente, a influência da ideologia nacional - clauvinista no ensino da arte e das ciências - humanas e da ideologia positivista nas ciências da natureza, bem como a subordinação a uma disciplina escolar militarista e a utilização generalizada de várias formas de violência pedagógica, acabaram por transformar as escolas portuguesas em verdadeiras máquinas voltadas para a submissão ideológica do povo português ao fascismo e de bloqueio das potencialidades intelectuais e da actividade criadora da maioria dos jovens (e adultos) do nosso país.

O ensino superior confirma e completa este quadro. A um relativamente pequeno número de universidades e faculdades, onde abundaram os cursos de feição administrativa em detrimento dos de feição científica e técnica, era confiada a tarefa de formar aquilo que o regime chamava os elementos de elite, que em muitos casos iam ocupar cargos de administração pública ou privada.

Mas também aqui se faz sentir a política de obscurantismo cultural e de supressão das liberdades, foi criada e difundida uma ideologia altamente reaccionária, que, procurando desesperadamente alargar a base de apoio social do regime, tentava incutir miseravelmente sentimentos de superioridade intelectual e dividir os intelectuais do povo, os trabalhadores especializados dos trabalhadores manuais sem qualificação. Esta orientação foi sempre aplicada a custo dum apertado controle da administração escolar, dum severa fiscalização da função docente, feita à custa da sede ou da cátedra e da utilização sistemática da repressão policial contra as reuniões e organizações estudantis.

Entretanto os quadros em Portugal tiveram e têm ainda em muitos casos, uma situação económica e social altamente favorecida. Era embora já muitos dos privilégios estivessem em franco retrocesso, ainda o rendimento mensal médio dos engenheiros era de quase 20 mil escudos no sector privado e 12 mil escudos no funcionalismo, enquanto mais de 3/4 dos conjuntos dos engenheiros ganhava mais de 10.000\$00 por mês. Isto levou a que a Universi-

idade portuguesa representava sempre acima de tudo, aos ouvidos de muitos jovens com suficientes possibilidades económicas a promessa de se tornarem doutores, com proveitos práticos correspondentes.

Não admira por isso que ela se tornasse procurada por um número sempre crescente de alunos, especialmente provenientes duma pequena burguesia ameaçada, que ingressavam no ensino Universitário muitas vezes à custa dos maiores sacrifícios e deram origem, a partir do princípio dos anos sessenta, a uma evidente expansão da população Universitária, que no entanto não atingiu o nível existente nos outros países da Europa Ocidental.

Entretanto uma política de protecção aos grandes grupos económicos (apoio económico directo, contenção de salários e situações de monopólio no mercado interno) e de subserviência em relação ao imperialismo (que lhe permitisse contornar importantes recursos naturais e sectores industriais de ponta, no nosso país), criou as condições dum fraco desenvolvimento da tecnologia na produção económica nacional e conseqüentemente um pequeno mercado de emprego para os quadros científicos e técnicos de qualificação superior. Entre os cerca de onze mil engenheiros existentes em Portugal em 1972, mais de 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/5 cargos puramente administrativos ou comerciais e 1/3 cargos que nada tinham a ver com a profissão de engenheiro. E entre os cerca de quatro mil técnicos médios de engenharia, no mesmo ano, quase 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/7 cargos administrativos ou comerciais e mais de 1/4 cargos que nada tinham a ver com a sua qualificação profissional.

E, no entanto, apesar da explosão escolar e da exiguidade do mercado de trabalho, não se registaram problemas de desemprego nem os graves problemas de subemprego de quadros, comuns noutros países da Europa Ocidental. Em 1971 era de cerca de 1% o desemprego entre engenheiros, e de 0,2% em 1972.

Neste último ano o subemprego subjectivo era de cerca de 10%. Isto, porque eram relativamente muitos os que entravam na Universidade, eram poucos os que dela saíam com os seus anseios satisfeitos.

A exiguidade das instalações escolares, o pequeno número do pessoal docente, o tipo autoritário da pedagogia, o abstraccionismo reinante nos programas, a selectividade dos exames, fructo directos duma ideologia e duma po-

lítica obscurantistas para o ensino, agravados pelo desvio dos fundos públicos para a produção aos monopólios e mais tarde a manutenção duma economia de guerra, reduzira quase a zero a eficiência do ensino universitário. Os sucessivos impasses pedagógicos daí resultantes levam ao afastamento das escolas universitárias de muitos alunos. Todos estes efeitos eram já visíveis nos anos cinquenta. Em meados dos anos sessenta podia-se dizer que somente cerca de 1/3 dos alunos inscritos acabavam regularmente os seus cursos. E mais uma vez estes ex-alunos, apesar do seu início de formação superior, apenas encontram lugar na administração pública ou nos serviços.

Chega-se assim a uma situação em que a maioria dos jovens a quem prometeram ser doutores e engenheiros acaba por abandonar a Universidade e cair em burocrata. Sem dúvida esta é a principal condição objectiva que levou ao recente aparecimento de um certo espontaneísmo e primarismo estudantil que tem como objectivo acabar para e simplesmente com os exames e assegurar que todos os alunos que não conseguem ultrapassar as dificuldades pedagógicas existentes, consigam apesar de tudo obter o seu diploma. Solução fácil, mas profundamente falsa como se acabou de ver, porque a verdadeira solução consiste em modificar as estruturas e métodos de ensino, mais do que a avaliação de conhecimentos.

Sob o fascismo a Universidade Portuguesa era o local de ólite onde só tinham acesso uma minoria privilegiada e que só formava a minoria dessa minoria, com manifesto desprezo pelo facto de que para resolver os problemas económicos e culturais do povo português são necessários cientistas e técnicos.

Mas mesmo os cientistas e os técnicos que a Universidade forma são aqueles que são necessários. Servirão talvez para engenheiros - administradores, para engenheiros - burocratas, para engenheiros - capatazes. Mas não têm a preparação para ajudarem a resolver os problemas práticos que caíram ao povo português melhores condições de trabalho e de vida. Os jovens engenheiros portugueses não têm uma noção real do sistema de produção do país, e não aprendem o que é projectar, planejar ou investigar problemas concretos da vida. Muitos dos que vão para a produção limitam-se a manusear e aplicar tabelas técnicas e regulamentos.

E nada disto se dá por acaso. Foi imposto nos programas de estudo, pela política educacional do fascismo em defesa dos monopólios e do imperialismo internacional e é a sua resposta directa a uma economia fundada nos baixos salários e dominada pelas multinacionais. Sem muitas máquinas complicadas a manter, comprando-as quase sempre a preços fabulosos a empresas estrangeiras, construindo as fábricas portuguesas à custa de cópias de "know-how" obviamente comprados a altos preços, americanos ou alemães, certamente que basta que os engenheiros portugueses saibam administrar, dactilografar, dirigir operários ou manusear almanaques. Ao mesmo tempo mantém-se as condições de exploração mais desenfreada das massas trabalhadoras accelera-se a dependência nacional do nosso país.

Mas uma política, que se torna agora possível, de defesa das classes trabalhadoras, inscrita numa perspectiva anti-monopolista e de independência nacional, exige que se passara a preparar técnicas para a vida, conscientes ideologicamente das suas responsabilidades na construção duma sociedade democrática. E é com escolas como o novo I. S. T. que esta exigência pode ser satisfeita.

No regime anterior a Universidade portuguesa encontrava-se envolvida numa contradição profunda entre os interesses de estudantes e do povo em geral de que as escolas preparam todos os alunos para a vida na medida exacta das suas capacidades e os interesses do fascismo e dos monopólios de que as escolas produzem um pequeno número de técnicos burocratizados e isolados do povo. Uma crise académica surgiu inevitavelmente em 1961 e 1962, com grandes lutas das massas estudantis contra o fascismo, crise que desde o seu primeiro sinal não mais deixou de se agravar. Conscientes da sua situação e das suas responsabilidades, da identidade de interesses que mantinham com as classes trabalhadoras, os estudantes portugueses rapidamente se tornaram num dos destacamentos mais aguerridos da luta popular.

22. TEMA

E é esta consciência adquirida que permite hoje ao movimento estudantil integrar-se na luta popular ajudando a que prossiga ao fim a grande tarefa de: - democratizar o ensino, democratizar a sociedade.

Melhor do que em qualquer outro é no campo do ensino que se denuncia o obscurantismo cultural característico do que foi a dominação ideológica do fascismo sobre o povo português. Ora, apesar da importância das transformações já realizadas no país, é ainda o mesmo ensino que continua a existir nos seus traços gerais. E não é com ele que se consegue construir a democracia em Portugal. Há que criar para isso um sistema de ensino democrático inteiramente novo.

Sem dúvida, as possibilidades dessa construção se realizam que eram já grandes pela destruição do fascismo, aumentaram com o reforço das forças democráticas que se seguiu à crise governamental de Julho (e mais ainda após o desmantelamento da intentona de 23 de Setembro).

No momento actual este novo sistema de ensino constrói-se com a introdução dum Reforma Geral e Democrática do Ensino. Geral porque transformará o ensino em todos os graus e em todos os locais onde a educação do povo tenha lugar. Democrática porque virá a fornecer aos jovens portugueses (e no fundo à população portuguesa) a educação necessária à sua participação mas consciente e eficaz na construção económica e cultural e na defesa política intransigente dum novo país democrático com a conseqüente melhoria das condições de vida (cultural e económica) das massas trabalhadoras e do povo em geral.

As primeiras medidas tendentes à realização desta reforma foram já tomadas graças à iniciativa das massas estudantis e de largos sectores de docentes e encontram-se algumas delas já apoiadas por actuações e declarações do actual Ministro da Educação e Cultura.

Entretanto há ainda limitações que alguns podem procurar impedir a todo este esforço de democratização do ensino. Dificuldades que podem ser ultrapassadas, mas que se devem enunciar.

Uma vez assegurada a educação democrática dos cientistas e técnicos portugueses, e todos aqueles que entram na Universidade e a todos que nela queiram entrar, há que assegurar que realmente o seu trabalho vai ser útil à vida do nosso povo. Há que assegurar que essa grande maioria de diplomados não vai conhecer o desemprego e que pelo contrário se vai empregar nos lugares mais necessários ao desenvolvimento económico do país e à liberdade e progresso social da população.

Justamente, as necessidades neste campo no nosso país são grandes, e é um factor positivo que haja entre a juventude o grande desejo de frequentar o ensino superior.

Mas todo o trabalho de reforma do ensino terá pouca utilidade se a economia nacional continuar indefinidamente, como até aqui, controlada pelos monopólios e pelo imperialismo.

Primeiro porque não serão criados os empregos necessários a todos esses novos quadros. Os monopólios e o imperialismo, que durante o fascismo tiveram todas as facilidades políticas para os seus negócios, deixaram-nos neste capítulo, a situação que se viu. Agora manobram e procuram a sabotagem económica, o desemprego e a recessão. Assim, para não permitir o subaproveitamento, ou mesmo o desaproveitamento composto dos resultados concretos da reforma do ensino de engenharia e do ensino em geral, a actual situação económica deve mudar, e de imediato há que tomar medidas de control de actividade anti-democrática de monopólios, condição imprescindível de que a reforma seja profunda e haja estímulo para a sua própria concretização. Em segundo lugar o trabalho intelectual e manual dos novos cientistas e técnicos portugueses devem poder dirigir-se para os sectores onde ele seja mais necessário à satisfação dos interesses populares. E neste campo a situação ainda é mais grave. Minas há que estão fechadas porque a sua exploração não dá lucro aos seus patrões. Os problemas de alojamento são dramáticos e apenas se continua a construir casas para o grande e média burguesia. Uma grande parte da população não tem esgotos, nem condições higiénicas de vida e vivem em meios poluídos, nada se fazendo de sério neste capítulo. Na indústria electrónica continua-se a montar peças dos Estados Unidos e a comprar os aparelhos montados, vendidos pelos Estados Unidos. E estes são apenas alguns exemplos de como o trabalho dos

técnicos portugueses está a ser aproveitado pelos monopólios e pelo imperialismo contra os interesses do povo português. E denunciam já, sem deixar dúvidas no espírito de ninguém, que se a situação continuar como está, por muito boa que seja a reforma, o povo português pouco ganhará com isso. E os próprios estudantes também, por ficarem sujeitos a um futuro comprometido num trabalho sem finalidade.

A conclusão de todas estas ideias não é difícil de tirar, para que o R. G. D. E. seja realmente possível e completa há que empreender uma estratégia anti-monopolista e de independência nacional. E esta perspectiva está já aberta, e claramente aconselhada, no próprio programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório

Assim a participação dos estudantes na realização da reforma do ensino apresenta-se como uma grande tarefa nacional, com aspectos extra-escolares, de alcance e significados muito profundos para o futuro do país. Essa participação torna-se hoje possível e irá corresponder, sem dúvida é uma nova, mais estreita e consciente forma de unidade entre os estudantes e o povo português.

29. TEMA

II - PARTE

OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Com a queda do fascismo e o ascenso da luta popular de massas que se deu no nosso país nos últimos tempos, estão abertas as condições para realizar a R. G. D. E.

Essa realização, afinal, traduzirá apenas a extensão ao campo do ensino do processo democrático revolucionário que se vive actualmente em Portugal, e corresponde à etapa imediata de transformação do ensino.

Como todas as outras tarefas do momento presente a R. G. D. E. será acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas nesta tarefa particular, terá sempre um papel insubstituível o movimento das massas estudantis e dos professores de todos os graus de ensino, na medida em que contactam directamente com aquilo que é hoje a herança educacional do fascismo e se apercebem nesse contacto dos erros e problemas existentes. Trata-se dum grande responsabilidade que estes sectores são chamados a tomar, e que a consciência forjada num firme passado de luta anti-fascista não enjeitará.

Neste sentido há que procurar com vigilância e sentido objectivo que as medidas legais do Governo Provisório no campo do ensino, venham sempre ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de modo positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores de todos os graus de ensino.

Finalmente, na sua edificação a R. G. D. E. reger-se-á pelos se-

guintes princípios orientadores:

OBJECTIVO DO ENSINO

1 - O ensino terá como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permite uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa. Assim ele contribuirá para a evolução democrática e livre da situação das massas populares do país e para a sua crescente e decisiva intervenção na sociedade portuguesa.

Isto exige a destruição completa de todas as estruturas educacionais criadas pelo fascismo, bem como o combate à submissão do ensino aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

VIA ESCOLAR ÚNICA

2 - O novo sistema escolar deverá ser constituído por uma única via escolar, acabando com a divisão da data actualmente existente entre um ensino teórico - académico para os filhos da burguesia e um ensino prático - pragmático para os filhos dos trabalhadores dando um passo em frente, decisivo na abolição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Neste sentido há que proceder à fusão do ensino livre e técnico - profissional, abolição da diferença entre ensino médio e superior, nacionalização das escolas profissionais, privadas e dissolução das colégias.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

3 - Deverá ser assegurada a todas as crianças e jovens a frequência do ensino obrigatório, compreenderia este o ensino infantil e o ensino obrigatório, pelo menos até à 6ª. classe.

Neste sentido há que institucionalizar com o único critério de admissão às escolas e avaliação das potencialidades intelectuais o manual dos alunos, e criar o sistema de bolsas de estado que permita realmente assegurar a aplicação integral deste critério.

CONTEÚDO DO ENSINO

4 - O novo ensino, teórico e prático, deve preparar para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português. Assim a educação dos alunos, deverá constar além de sérios conhecimentos teóricos e técnicos específicos, de uma sólida formação democrática, ideológica e política, capaz de orientar toda a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa. Neste sentido há que trazer a vida real do país, tal como ela existe, para dentro dos programas e da prática escolar, recusando-se portanto a tentação tecnocrática de confundir a ligação à prática com um simples aumento de laboratórios, oficinas ou de trabalhos práticos, que, entretanto, é em muitos casos necessário.

MÉTODOS DE ENSINO

5 - O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades intelectuais, afectivas e físicas dos alunos, e, em particular, estimular a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

Neste sentido, a primeira prioridade deve ser dada à formação dos professores de todos os graus de ensino, segundo as técnicas pedagógicas mais avançadas e progressivas, enquadradas no novo espírito democrático.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRÁTICO

6 - Finalmente, como corolário e garante de tudo o que antecede, deverão imperar as relações democráticas em todos os níveis do trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de Estado.

Neste sentido as escolas terão de ser geridas democraticamente, com participação de todos os que a integram, especialmente estudantes e professores.

32. TEMA

REFORMA DO I. S. T. - PASSOS A SEGUIR

Dentro dos princípios atrás enunciados e com o objectivo de se proceder às modificações mais argentes, possíveis internamente ao Instituto especificam-se as seguintes medidas. Todas elas podem ser concretizadas durante este ano lectivo e constituem assim um programa mínimo de trabalho pedagógico imediato que é proposto, que abrirá caminho a futuras medidas de reforma mais profunda.

1. No capítulo de construção duma via escolar única.
 - a) Abrir o acesso ao I. S. T. dos alunos com o curso complementar das escolas industriais, realizando as modificações necessárias nos primeiros anos. Esta medida terá obviamente função transitória e deixará de ser necessária logo que haja fusão entre o ensino liceal e o ensino técnico-profissional.
 - b) Realizar uma reforma única com o Instituto Industrial de Lisboa, de modo a constituir duas escolas que forneçam a mesma qualificação profissional, acabando-se assim, neste campo, com a divisão classista entre ensino médio e ensino superior.
2. No capítulo da reestruturação dos cursos.
 - a) Introdução de dois graus. O primeiro, com a duração de 3 ou 4 anos, preparará essencialmente técnicos de produção, o segundo, técnicos de investigação e desenvolvimento e funções afins. Os dois graus realizam-se assim no mesmo estabelecimento de ensino e só podem frequentar o segundo os alunos que tenham concluído o primeiro.
 - b) Aumento do número de especialidades com a criação de especialidades necessárias à resolução de problemas sociais cuja resolução foi até aqui completamente ignorada. Apontam-se a título de exemplo: engenharia sanitária, engenharia bio-médica e aplicações de engenharia à indústria agrícola.

- c) Aumento ao leque de opções, que deixarão de ter a simples função de criar sub-especializações mas darão aos cursos de engenharia certas características interdisciplinares estabelecendo em cada um pontes de conhecimento para outros ramos de engenharia e permitiriam aos alunos ter uma concepção mais geral das possibilidades do seu próprio curso.
- d) Simplificação das cadeiras de ensino básico científico, no 1.º grau, com a supressão completa do abstraccionismo.
- e) Introdução de cadeiras destinadas à formação política e ideológica dos alunos, que substituirão as cadeiras de formação puramente académica "economia" e "sociologia". Estas cadeiras, além de fornecerem instrumentos de análise precisos para a compreensão das realidades concretas políticas e económicas do mundo actual e da sociedade portuguesa, educarão os alunos nos problemas de trabalho e sindicalismo dos sectores industriais bem como na administração da economia pública e planeamento.

3. No capítulo da modificação dos métodos de ensino

- a) Substituição do autoritarismo do ensino de cátedra pelo estímulo à criatividade intelectual e à crítica científica, individual e colectiva, dos conhecimentos difundidos. Isto exige maior número de docentes e a sua melhor preparação pedagógica.
- b) Introduzir na actividade escolar as condições de vida e as necessidades do povo português, pelo que a teoria deverá ter sempre como base concreta de referência, a sociedade portuguesa actual e a prática deverá consistir essencialmente em contributos para a resolução dos problemas que ela enfrenta. Construção paralela de mecanismos de intercâmbio entre a escola, por seu lado, e organizações populares, autarquias locais e certos departamentos do Estado

- c) Desenvolvimento do espírito cooperativo e do trabalho de equipa entre os alunos.
- d) Substituição dos exames por métodos de avaliação de conhecimentos inteiramente ligados ao processo de ensino e adopção dum critério de classificação submetido à vigiância colectiva das massas estudantis, que impeça tanto a existência de situações discriminatórias e injustas como o individualismo e o oportunismo fácil.
- e) Substituição de escala de classificação de 0 a 20 pela classificação "apto" ou "não apto".

IV - AS CONDIÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS DE REALIZAÇÃO DA REFORMA DOS CURSOS DE ENGENHARIA E O MÉTODO DE TRABALHO A UTILIZAR NO I. S. T.

Não é suficiente apontar princípios gerais de actuação e mesmo medidas imediatas. É necessário partir da situação concreta existente, isto é, o sistema escolar de ensino superior e a estrutura dos cursos de engenharia no Instituto, e escolher os meios melhores para transformar esta situação.

E sob este ponto de vista o trabalho não se apresenta fácil. A estrutura escolar que o fascismo criou é muito rígida e impossível de reformar sem a construção de instituições escolares inteiramente novas.

Toda a decisão sobre reestruturação pedagógica estava antigamente nas mãos do ministério. Além disso o ensino era dominado por um sistema vertical de relações pedagógicas e administrativas numa organização pirâmide: estudantes, assistentes, professores, catedráticos e M. E. N., que só nos últimos tempos se apresentou desagregada. Cada curso era, e é, constituído por um certo número de cadeiras, cada uma delas controlada em princípio por um catedrático, numa orgânica inflexível, pouco alterada pelo último rearranjo curricular, onde impera o obscurantismo intelectual, o divórcio entre os vários campos do conhecimento, o isolamento entre professores e alunos, o repúdio pela unidade pedagógica de todo o ensino.

A continuação desta estrutura escolar seria suficiente para impedir toda a transformação democrática do ensino. E o que se fez até agora, embora significativo e fundamental, é ainda muito pouco: substituição dos quadros superiores do Ministério, dissolução do conceito de professor catedrático, instituição de Conselhos de Gestão de escola democráticos em substituição dos conselhos escolares.

Para garantir a completa destruição do estado fascista em todos os aspectos da organização e funcionamento do ensino, além de realizar modificações nas relações pedagógicas (entre alunos e entre alunos e professores) e na prática escolar concreta, é necessário alcançar os seguintes objectivos:

1. Institucionalizar novas relações entre a escola e o M.E.C., pelas quais a escola, representada pela Comissão Directiva provisória.
 - a) Tem ampla autonomia na aplicação ao seu caso concreto da reforma do ensino prescrita para todo o país, a qual deverá ter sempre por base as conclusões do actual processo democrático em curso entre os estudantes e professores de todo o país.
 - b) É apoiada na resolução dos problemas materiais da educação.
 - c) É estimulada na investigação de novos e constantes aperfeiçoamentos pedagógicos.
 - d) É ouvida em todo o planeamento de acção educativa, as suas opiniões aceites se nenhum privado interesse da população portuguesa se lhe opuser.
2. Criar departamentos de ensino para substituir o actual sistema de organização dos cursos por cadeiras sem interacção mas com as outras. Os departamentos são unidades pedagógicas de disciplinas afins, com vida interna própria e autonomia na escolha concreta dos programas e métodos de trabalho de cada cadeira, uma vez especificadas as suas linhas gerais e tendo por base as sugestões e resoluções adoptadas pelos estudantes. Estes departamentos deverão englobar as discipli

nas que são afins, independentemente do curso ou especialidade a que pertenceu; por exemplo, deverão ser reunidas num mesmo departamento as disciplinas de sistemas dos cursos de engenharia electrotécnicas e mecânica.

Paralelamente deverá ser abolida no seio do departamento toda a hierarquia docente que não seja estritamente decorrente dos conhecimentos e da experiência pedagógica bem como da dedicação à construção dum ensino democrático.

O espírito crítico, e a vigilância das massas estudantis, assegurará entretanto que sejam sempre respeitados o funcionamento e os objectivos democráticos desta organização departamental.

A criação dos departamentos é uma medida urgente, porque só ela abre caminho, tecnicamente, à introdução das medidas de reforma imediata.

3. Organizar com flexibilidade a estrutura dos cursos, de maneira a permitir modificações constantes dos currículos e, consequentemente, a facilitar a reforma permanente do ensino, e a diminuir os casos de "insucesso" escolar.

Esta organização flexível exige a reformulação da utilização do tempo escolar. Neste sentido as aulas referentes a disciplinas dum mesmo departamento deverão ser realizadas num número psqueno de períodos semanais, mais longo do que as actuais uma ou duas horas de teoria e prática quase diárias para cada cadeira. Isto permite que durante um período de tempo razoável estudantes e professores realizem um trabalho colectivo e coerente numa única matéria ou em matérias semelhantes. Simultaneamente isto permite na arrumação mais racional dos tempos dispendidos na escola.

A mais longo prazo, os horários poderão ser organizados de modo a dividir em turmas não os anos de cada curso mas os alunos que se inscrevem em cada departamento. Assim, quando um aluno quiser obter um diploma de engenharia será-lhe comunicada a lista das cadeiras obrigatórias e de opção que

constam do ramo e da especialidade de engenharia escolhida. Apenas condicionado ao sistema de precedências indicativo ou obrigatório existente, o aluno elaborará entre o seu plano de estudos, escolhendo as disciplinas a estudar em cada um dos anos do seu curso, de acordo simplesmente com as suas disponibilidades de tempo. A única restrição a observar na organização dos horários será a de que tempos escolares destinados a departamentos da mesma especialidade não deverão coincidir. Além de permitir alterações muito fáceis nos currículos escolares e de estimular o estudo concreto e colectivo de problemas reais, este sistema de organização de horários aumenta muito as possibilidades de recuperação dos atrasos escolares devidos a reprovações.

Sugere-se ainda o seguinte método para o trabalho de massas na introdução das medidas imediatas de reforma:

1. Discussão generalizada entre todos os estudantes dos princípios que orientarão a introdução da reforma do ensino nos cursos de engenharia.
2. Formação dum grupo de trabalhos por cada ramo de engenharia existente já, ou a criar. Estes grupos incluirão estudantes do 1.º ao 5.º. ano e professores de todos os departamentos relevantes e estudarão os objectivos sociais e técnicos a fiscalizar cada um destes ramos de engenharia, bem como o respectivo currículo e o sistema de precedências indicativas. Não deverá haver, no entanto, qualquer preocupação em dividir o currículo por anos do curso.
3. Discussão generalizada e rotação em Reunião Geral de Alunos (ou Assembleias de Escola) dos planos de estudo elaborados por todos os grupos de trabalho.
4. Depois de ratificados pela Comissão Directiva, os planos de estudo serão enviados ao M. E. C.

Em caso de não aprovação o assunto voltará a ser discutido em Reunião Geral de Alunos (ou Assembleia de Escola).

5. Envio dos planos de estudo aos departamentos para elaboração dos programas. Os cursos acompanharão de perto este estado, e poderão votar os seus resultados.
6. Os métodos de ensino e de avaliação de conhecimentos reais a adequados ao ensino em cada cadeira serão escolhidos pelos alunos do respectivo curso em reunião conjunta com os professores do departamento em causa.
7. Os programas e métodos de ensino serão legitimados com a aprovação de Comissão Directiva, ou do Ministério quando necessário.
8. O segundo grau dos cursos de engenharia será elaborado posteriormente, segundo um método semelhante de acordo com as disponibilidades da escola.

Considera-se como desejável e possível que as etapas 2, 3 e 4 se concluam antes do fim de Dezembro de 1974 e que as etapas 5, 6 e 7 se concluam antes de terminado o 1.º semestre, de modo que em Abril, no 2.º semestre possam ser concretizadas todas as medidas imediatas de reforma indicadas anteriormente. Além disso, as etapas 2, 3 e 4 deverão ser realizadas, simultaneamente, e em constante intercâmbio de ideias, no Instituto Industrial de Lisboa.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

O ENSINO HERDADO DO FASCISMO

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO
LICEU NACIONAL DE PORTINHO

INTRODUÇÃO

O Ensino como preparação para a formação cultural e moral dum indivíduo que deve ser, não pode nunca deixar de estar estritamente ligado ao contexto social, económico e político duma dada sociedade. Como tal o Ensino é estruturado conforme os moldes da sociedade em que se vive.

ANÁLISE DO ENSINO FASCISTA

Seleccção de Classes:

Como é fácil de ver, num Estado Fascista, há um trabalho de selecção de classes desde os bancos da escola. Aliás, os miseráveis salários e condições de vida do Povo Português, onde a luta pela sobrevivência é factor essencial, bem demonstra o caminho aberto para a dita selecção de classes.

O acesso às escolas é extremamente difícil por parte da classe operária. O facto de existirem escolas primárias com ensino gratuito, não soluciona os problemas que se põem devido às necessidades de transportes, livros, cadernos e outros artigos, os quais são pagos, justificando-se, assim, perfeitamente a primeira afirmação.

Em contrapartida existe o ensino primário particular, o qual é pago com preços elevadíssimos permitindo somente que a burguesia goze deste.

É bem evidente as características sociais da frequência nas escolas particulares e oficiais.

Todavia a selecção continua através do Ensino Secundário e Universitário.

Estas diferenças a nível do Ensino Secundário, são marcantes com a existência de um Ensino Técnico e Liceal.

As necessidades de produção existentes no país, o Estado Fascista cria o Ensino Técnico para obter assim uma massa operária minimamente qualificada tecnicamente que possa servir a classe dominante. É bem declarada a camada social que frequenta o Ensino Técnico. No entanto nada disto sucede no Ensino Liceal. A este tem acesso quase nitidamente a classe burguesa, tendo objetivos totalmente diversos das Escolas Técnicas, tenta portanto conseguir quadros administrativos com vista a um maior lucro para a classe dominante - a Burguesia.

A entrada nas Universidades também é nitidamente controlada, em função das classes sociais e do poder económico. Para este controlo foram tomadas várias medidas, entre elas podemos citar a "reforma Veiga Simão". Estando

assim o ensino ligado ao capital monopolista e servindo unicamente a burguesia percebe-se as vantagens do Estado Fascista em manter a população inculta e grande percentagem analfabeta.

PROGRAMAS E MÉTODOS DE ENSINO

Não seria de modo nenhum seguro que o regime fascista se limitasse apenas a uma divisão de classes.

Havia que assegurar doutras formas o poder económico e político da burguesia, usando assim programas e métodos de Ensino que visassem este objetivo.

Em consequência disto existiam programas nitidamente fascistas como o caso de "Organização Política" e "Regulamentação do Trabalho". Não só estas cadeiras eram usadas com esse fim, podemos lembrar o caso de "História", Geografia, Filosofia e outras, as quais estavam completamente fora da análise concreta e real das sociedades e da ciência.

O exemplo flagrante da História, onde são omitidas as grandes revoluções socialistas deste século; a Geografia onde é omitido o nível de industrialização do nosso país e de outros; quem lucra dentro de determinadas sociedades, enfim, uma imensidade de coisas que nos revelam a preparação "cultural" que o regime fascista pretendia dar.

Além disto, não devemos esquecer outro ponto importante acerca dos métodos pedagógicos usados.

A estruturação do Ensino era feita de modo a que o aluno não tivesse participação activa nas aulas.

As matérias eram desligadas da prática e assimiladas à base da memorização, o que se explica através da desintegração dos programas nas realidades sociais, económicas e políticas. Os fins desta linha de conduta já foram debatidos atrás.

Tendo o Ensino um caracter somente informativo, o qual era deficiente, e desligando-se do caracter formativo, cria métodos de avaliação de conhecimentos estruturalmente errados, que visam uma formação puramente individualista, servindo deste modo, e perfeitamente ajustados, os objectivos da classe dominante - a burguesia.

O CONTRÓLO DOS PROFESSORES

Como vimos, todas estas manobras do Estado Fascista têm que ser bem asseguradas. Era como já dissemos na Introdução, o Ensino está directamente ligado ao regime social, económico e político em que se vive, como tal os professores que têm um papel importante no Ensino, deviam ser inseridos no contexto ideológico lhe servia.

Esta selecção ideológica que eles faziam está longe de ser, como eles queriam fazer parecer, a selecção pedagógica.

O Estado Fascista jogava com os professores, pois se eles demonstrassem ser progressistas, estavam ameaçados pelo desemprego.

Assim se compreende muitas vezes a posição de professores progressistas que não raro se viram obrigados a abdicar do ensino e inclusivamente a emigrar.

Não só os professores estavam sujeitos a medidas repressivas. Os alunos principalmente, eram brutalmente reprimidos, justificando-se assim as tomadas de posição relativamente ao Movimento Associativo dos Estudantes.

SEMINÁRIO

sobre

“**DEMOCRATIZAÇÃO** do **ENSINO**”

“CONTÉUDO DO NOVO ENSINO E TRANSFORMAÇÃO DOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS”

TESE APRESENTADA PELA AETSCSP

Novembro-74



pela participação activa no trabalho associativo ————— aetscsp

PROGRAMA DO SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO
DO ENSINO

DIA 13---

Abertura do seminário às 16 horas

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP, UIE, SYL, VDS, PAIGC, MEC, Sindicato dos professores, professor Rui Luis Gomes, prof. Teixeira Ribeiro (presidente)

Intervenções: Secretariado da pró-UNEP, prof. Teixeira Ribeiro, MEC, prof. Rui Luis Gomes, UIE, PAIGC, Sindicato dos Professores.

19 horas - Abertura das exposições "O Ensino no Mundo", "Movimento Associativo" e "Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária".

22 horas - Filme sobre as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária.

DIA 14 ---

10 horas - Sessão de trabalhos - 1ª Tema - O Ensino Herdado do Fascismo: Características do Ensino em Portugal. A sessão termina às 12 horas.

15 horas - Sessão de trabalhos - 1ª Tema (continuação)

18.30 horas - Leitura das conclusões do 1ª tema.

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP (Presidente), os outros elementos da mesa serão escolhidos entre os representantes de escolas que apresentarem teses sobre este tema que secretariarão e ainda possíveis convidados presentes na sessão de trabalho.

21.30 horas - Filmes "Escola Nova" e "Ensino em Cuba".

DIA 15 ---

10 horas - Sessão de trabalhos - 2ª Tema - A Luta dos Estudantes pela Democratização do Ensino, Parte Integrante do Processo de Democratização da Sociedade em Geral. Reforma Geral e Democrática do Ensino, programa de acção dos estudantes portugueses.

15 horas - Sessão de trabalhos - 2ª Tema - (continuação)

18.30 horas - Leitura das conclusões de 2ª Tema.

Mesa de trabalhos: Direcção Geral da A.A.C. (Presidente).

21.30 horas - Filme sobre o X FMIJE seguido de colóquio sobre

UIE.

O CONTEUDO DO NOVO ENSINO E A TRANSFORMAÇÃO DOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS

INTRODUÇÃO.

O poder político; em qualquer formação social, objectiva-se na posse, por determinada classe - a classe dominante - de um conjunto de meios susceptíveis de assegurar a manutenção e perpetuação da dominação de classe.

Esse conjunto de meios forma um aparelho simultaneamente complexo e centralizado, que é o Estado. O Estado surge pois como o conjunto de meios - de repressão e de persuasão - de que a classe dominante vitalmente necessita para a reprodução das relações sociais de produção dominantes.

A repressão corresponde o Aparelho de Estado em sentido estrito (ou Aparelho Repressivo de Estado): executivo, legislativo, tribunais, polícia, exército, etc. A persuasão corresponde o Aparelho Ideológico de Estado.

O Aparelho Ideológico de Estado, veiculando a ideologia dominante - imagem que a classe dominante dá, em correspondência com os seus interesses, do binómio natureza/sociedade - desempenha uma função de capital importância. São diversos os caminhos através dos quais a ideologia dominante é inculcada: a igreja, o ensino, a arte, a informação, etc. A cada um destes canais correspondem ramos, providos de autonomia própria, do Aparelho Ideológico de Estado.

Nas sociedades de Capitalismo Monopolista de Estado, os aparelhos ideológicos preponderantes são dois: o aparelho de informação e o aparelho escolar. Com efeito a escola ao mesmo tempo que forma os quadros necessários ao funcionamento do MPC é o veículo privilegiado da ideologia dominante.

O ENSINO FASCISTA:

O fascismo foi em Portugal a ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários, estreitamente associados ao imperialismo estrangeiro.

A sua função histórica foi a de, à custa da super-exploração das massas trabalhadoras e do povo em geral, acelerar a passagem de um capitalismo atomizado e disperso a um capitalismo altamente concentrado. A concentração e centralização de capitais, movimento só tornado possível pelas condições políticas criadas pelo regime fascista, cri-

ou as premissas necessárias para o controlo de toda a economia nacional por um punhado de famílias.

Foram dois os objectivos fundamentais da politica fascista no terreno do ensino e da educação - deter nas mãos da classe dominante a cultura e o ensino, e fazer destes, instrumentos eficazes da sua politica e ideologia.

Ao arredar do poder a pequena e média burguesias - base social do poder politico da 1ª República - o fascismo aniquilou todos os progressos realizados no campo do ensino pela República Democrático-burguesa.

Utilizando como pano de fundo um humanismo de raiz pequena burguesa, os homens da 1ª República haviam lançado algumas reformas que representavam um importante passo em frente no quadro do sistema educacional de então, intacto desde a reforma pombalina.

O ensino pré-primário official, os 6 anos de escolaridade obrigatoria, a gratuitidade total de um ensino primário alargado a 8 anos (elementar mais complementar mais superior), as missões moveis de alfabetização, as escolas normais superiores, etc..., são alguns dos elementos em que se traduziram as intervenções reformadoras da República. Também no plano do ensino superior, sem que tenha havido quebra de continuidade relativamente às modificações introduzidas em 1836 por Passos Manuel, se deram alguns passos. Reorganizando todo o ensino superior, a reforma republicana introduz o ensino a nível superior de Engenharia (IST e Faculdades Técnicas de Coimbra e Porto) e de matérias relacionadas com a economia (Instituto Superior de Comércio, ensino de Finanças).

Face ao fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas nesta época o grande capital que então toma o poder não necessitava de técnicos mas sim de abundante mão-de-obra não especializada, cuja força de trabalho comprava em condições vantajosas.

Daf que a grande maioria destes progressos seja posta em causa pelo fascismo, que numa primeira fase (até 1930, sensivelmente) tem como sua preocupação de base, no terreno do ensino, a liquidação parcial, dos aspectos que não correspondem aos seus interesses, da estrutura educacional legada pela República Democrático-Burguesa. (Ex: extinção do ensino pré-primário, encerramento das escolas de magistério primário, afastamento de professores progressistas, aumento da selecção académica, etc).

O obscurantismo cultural a que o governo fascista deliberadamente votou a esmagadora maioria da população portuguesa, reflectiu-se na fragor da extensão do sistema escolar português.

Sabendo que a ignorância era um poderoso sustentáculo de um regime que, para sobreviver, recorria ao terror e miséria organizadas, o fas

o mesmo, estava vitalmente interessado em perpetuar essa situação; daí a péssima distribuição de estabelecimentos de ensino pelo território; daí o analfabetismo que, em Portugal atinge o índice vergonhosamente mais alto da Europa capitalista.

Assim, Portugal registava em 1970 a mais baixa taxa da Europa de inscrição escolar, quer no ensino primário (85%), quer no ensino secundário (25%). De entre os países Europeus é também o que possui menor índice de frequência universitária.

A Universidade portuguesa é rigorosamente elitista. Devido ao fraco desenvolvimento das forças produtivas, às limitadas necessidades de quadros daí decorrentes, a ela só tem acesso um número extremamente limitado de estudantes, seleccionados de entre as classes dominantes.

Com o pós-guerra inicia-se um tímido surto industrial que ganha novo alento a partir da década de 60. Intensifica-se então a intervenção do Estado na economia com a elaboração de planos de fomento, renunciando a fusão, num mecanismo único, do Estado e dos monopólios (CME).

A partir de 1968, a pretensa "massificação" e "democratização" do sistema educativo faz-se de acordo com as novas necessidades então surgidas ao nível da formação de mão-de-obra qualificada, fruto do desenvolvimento das forças produtivas.

De facto a reforma Veiga Simão, marcando uma nova etapa no desenvolvimento do sistema escolar, não passa de uma medida demagógica que visa promover socialmente fracções da pequena e média burguesia, não alterando no fundamental as características estruturais.

A fraca extensão do sistema escolar junta-se o conteúdo vincadamente reaccionário de ensino ministrado nos diversos graus. A apologia das velhas ideias fundamentais do fascismo italiano - Deus, Pátria, Família - e uma concepção a um tempo ruralista e imperialista (tradicionalista) da sociedade portuguesa, impregnou todo o ensino desde o primeiro ao último ano.

Reprimindo severamente qualquer acção que lhe fosse contrária, era proibida a livre expressão de pensamento e impunha-se como única visão do mundo a "oficial". A defesa dos seus valores ideológicos, o combate torpe e calunioso às ideias progressistas eram as constantes do ensino ministrado. Em todos os graus, do primário ao superior, a situação era, sob este ponto de vista, idêntica.

No ensino básico eram utilizadas principalmente as cadeiras de História e Português. Em ambas ressalta uma visão fatalista da sociedade em que uns nascem inevitavelmente ricos e outros, a grande maioria, inevi-

tavelmente pobres. A apologia da cooperação de classes acrescenta-se a perspectiva individualista e idealista do processo histórico accionado por heróis e reis de que estão ausentes as grandes massas, autores reais da história. O elogio da "vocaçào colonizadora" do povo português, era também dos principais valores ideológicos quer nas lições de história quer na própria Geografia em que Portugal era apresentado como uma pátria multicontinental e multiracial, de que faziam legitimamente parte os territórios sob domínio colonial português.

O elogio directo do fascismo às suas principais personagens políticas e às pretensas "obras" que teriam feito, promovendo o "desenvolvimento" e o "bem estar" estabelecia a ponte entre o geral eo concreto criando as premissas justificativas da exploração do homem pelo homem, da repressão e arbítrio policiais, das guerras de genocídio movidas contra os povos das colónias.

Um ensino religioso obrigatório e enquadramento fascizante da juventude, através de organismos como a M.P., reforçava o controlo ideológico exercido sobre os estudantes também a nível da ocupação dos seus tempos livres. Criada em 1936, a MP foi durante os anos do fascismo um poderoso instrumento visando educar nos valores que constituíam a super-estrutura ideológica. A substituição da MP pelo Secretariado para a Juventude, mais não revelou que a total falência desta política face à viva repulsa demonstrada pela generalidade dos estudantes relativamente a esta.

O NOVO ENSINO.

Existe neste momento uma alternativa ao ensino fascista, uma alternativa ao ensino enfeudado aos interesses e exigências dos monopólios. Ao ensino "como processo de adaptação às relações existentes, adaptação que assegure aos filhos da classe dominante as vantagens e privilégios da sua classe e "adapta" os filhos da classe oprimida às condições de exploração da sua existência", contrapõem as forças democráticas e as massas populares um ensino virado para as necessidades reais do país, subordinado aos interesses das mais amplas camadas trabalhadoras, e assegurando a educação progressista de todos os cidadãos, o florescimento múltiplo da sua personalidade, formando cidadãos livres capazes de intervirem consciente e activamente na vida da sua comunidade.

A RODE corresponde e materializa os mais fundos anseios das massas trabalhadoras no campo do ensino. Trata-se duma antiga reivindicação popular, que exprime a única alternativa coerente ao ensino fascista.

e às pseudo-reformas, avançadas desde 1968 pelo governo ditatorial de Salazar-Caetano. Face a um sistema escolar estritamente enfeudado aos interesses e exigências dos monopólios, caracterizado por uma severa discriminação em relação às camadas trabalhadoras, a RODE surge-nos como um conjunto de medidas, visando a profunda democratização das estruturas escolares, do topo à base, que liquida a tutela ideológica sobre elas exercida pelo capitalismo monopolista.

O novo ensino, voltado pelo seu conteúdo para a realidade social e arma nas mãos das classes trabalhadoras para a sua transformação será radicalmente distinto daquele que o fascismo sustentou.

Ligará a teoria à prática - o estudo teórico será acompanhado da análise de problemas reais, chamando os estudantes a contribuir para a solução destes.

Será crítico, cientificamente actualizado e pedagogicamente equilibrado, de molde a formar não apenas técnicos aptos mas personalidades harmoniosas capazes de uma intervenção política consciente.

Não é possível, no entanto, desligar o conteúdo do novo ensino da transformação dos métodos pedagógicos. Os métodos, ao mesmo tempo que poderosos instrumentos que foram para a concretização da selectividade escolar, desempenharam igualmente uma função de primordial importância na veiculação da ideologia dominante. São eles, que com efeito criam as condições para que a ideologia objectivada nos conteúdos seja de facto assimilada. O modo como os conhecimentos são ministrados e os meios utilizados para averiguar como estes foram absorvidos, são de facto instrumentos fundamentais para a assimilação acrítica de uma ideologia deturpadora e escamoteadora da realidade social.

A pedagogia e os métodos fascistas desenvolveram-se no sentido de, através do autoritarismo, sustentar uma relação professor-aluno unívoca e uma relação aluno-conhecimento acrítica. Esta pedagogia baseava-se na "aula magistral" que se desenvolvia perante uma massa passiva de estudantes, no estímulo do individualismo da competitividade e da memorização. A culminar este sistema, o exame - método aleatório de avaliar numa hora os conhecimentos adquiridos ao longo dum ano.

A este estado de coisas devemos contrapor métodos capazes de desenvolver a capacidade criadora e crítica de cada estudante, que estimule o trabalho colectivo em não desvirtuando o esforço individual. Métodos ao serviço de conteúdos radicalmente diferentes e de preocupações qualitativamente novas. Métodos de ensino que, ao nível da transmissão dos conhecimentos, suscitem e possibilitem a intervenção activa dos estu-

dantes no processo da aprendizagem; métodos que permitam um aprofundamento constante dos conhecimentos; processos de avaliação que acompanhem a par e passo a aprendizagem dos estudantes e que reflitam o mais aproximadamente possível não só os seus conhecimentos como a sua capacidade; métodos que possibilitem a ligação real entre a teoria e a prática e a consequente ligação entre o ensino e a produção.

Esta nova pedagogia implica novas preocupações ao nível da preparação de docentes competentes o que torna necessário cursos de reciclagem e a institucionalização em Portugal do ensino superior da Psicologia e da Pedagogia.

A institucionalização da investigação, com carreiras e centros apropriados, é igualmente indispensável, como condição para desenvolver e aprofundar o conhecimento da realidade e como apoio e incentivo às actividades escolares.

Todas as transformações por que vai passando o ensino em Portugal enquadram-se num processo global de mudança da sociedade portuguesa, que avança cada vez mais decididamente, para o reforço das estruturas democráticas.

A definição de uma política global de ensino, que permita o aproveitamento de todas as iniciativas renovadoras parcelares é, tendo em conta que determinadas opções devem neste momento ser tomadas e prioridades definidas, a única forma de concertadamente desenvolver esforços para, no campo do ensino, levar avante uma política que favoreça de facto as classes trabalhadoras.

A DIRECÇÃO DA AELSESP

Breves considerações apresentadas pelos participantes da Escola de Artes Decorativas António Arroio ao Seminário sobre Democratização do Ensino, em Coimbra, de 13 a 17 de Nov.

Tema: A via escolar única: supressão da divisão entre o Ensino Técnico e o Ensino Liceal; entre o Ensino Médio e o Ensino Superior

Nota: para uma análise de confronto utilizámos apenas, por razões de tempo, os programas da disciplina de Português do Ensino Técnico e do Ensino Liceal, por nos parecer ser esta índice da situação, uma vez que é uma disciplina de formação.

A diferença que se verifica entre Ensino Liceal e Ensino Técnico produz e reproduz a divisão e hierarquização do trabalho, que compõem as nossas relações sociais e técnicas de produção, na formação social em que nos encontramos.

Nestes termos o Ensino Técnico tem-se destinado a reproduzir na Escola a classe explorada-trabalhadora, o "artífice" ou o "escriturário", os "obreiros modestos" de "mãos rudes" (1) cujo equipamento de conhecimentos não ultrapasse "a mera suficiência que lhes permita afrontar a Vida sem se mostrarem ignáreis ou ridículos" (2) o que porventura poderia

(1) Programas do Ensino Profissional - Imprensa Nacional-1966
págs. 4 e 5

(2) Idem, pág 11

susceptibilizar aquela "sensibilidade mais esperta para os esplendores da beleza formal e conceptual" (3) com que o Ensino Liceal pretendia apretechar os seus alunos.

É que o Ensino Liceal viaava fornecer não só os meios de domínio ideológico como também as zonas do saber que permitissem o domínio pela classe exploradora.

Este esquema decalca e reforça as condições sócio-económicas dentro das quais se fazia e ainda faz o recrutamento dos alunos para o Ensino Técnico e para o Ensino Liceal.

Esta ordem de contradições era de tal modo escandalosa nos tempos do antigo regime que na "Primavera Caetanista" se propôs um princípio de uniformização determinada, como não podia deixar de ser, pelas condições sócio-económicas que de modo nenhum se pretendiam alterar.

Senão vejamos: quando se aproximam os programas do Ensino Técnico aos do Ensino Liceal, está implícita a sobrevalorização do Ensino Liceal e da tal "cultura" elitista e academizante.

A classe dominante para não ser posta em causa, não poderia deixar de pôr a tónica no seu padrão de cultura, modelo a produzir efeitos numa Reforma de Ensino(4)

Ao pretendermos combater esta situação concreta, que como se viu é conivente com um sistema sócio-económico que repudiamos: exploração do homem pelo homem, sistema capitalista ao serviço dos monopólios, hierarquização profissional e cul-

(3) Programa do Ensino Liceal - pág. 23

(4) Uma análise mais aprofundada, nesta perspectiva, de todas as contradições agudizadas pela Reforma Veiga sinão, transcende o âmbito desta comunicação embora ela seja, de facto, fundamental e por isso deve ser, desde já, proposta como tema de discussão nas escolas.

tural, temos também que combater o sistema escolar que lhe serviu os interesses. E, conseqüentemente, criar outro que sirva e prepare uma sociedade cujo sistema de valores assente num novo modo de produção.

Nesta ordem de ideias uma via escolar única afigura-se-nos como a única proposta correcta.

Não a via única da reforma Veiga Simão mas sim, uma via que proponha a abolição da hierarquia profissional contrariando a divisão entre trabalho manual e intelectual, e servindo, sim, os interesses objectivos das classes trabalhadoras.

A Escola terá de veicular e engendrar um determinado tipo de cultura que vai de certo contrariar aquela que nos era imposta.

A estrutura desta escolaridade única visa proporcionar a toda a gente a apropriação dos meios de produção de conhecimentos apontando para a elaboração de uma cultura que seja expressão dos seus reais interesses.

Poder-nos-íamos alargar muito mais. A escassez de tempo não no-lo permitiu. Por isso ao apresentar este texto pretendemos apenas que ele seja uma colaboração que sirva para promover o debate neste Seminário e nas Escolas, e como pontos a debater apontamos os seguintes:

- 1- Análise da situação concreta em que nos encontramos, com todas as perspectivas novas que se nos abrem depois do 25 de Abril
- 2- Análise e concretização de propostas que visem transformar esta situação transitória, designadamente quanto o curricula e programas.
- 3- Estudo para uma oficialização imediata do Ensino pré-primário com ponderação das zonas dele mais carecidas -- como base para qualquer proposta que se quer eficaz de democratização de Ensino.

4- Estudo para uma urgente e prioritária transformação do Ensino Liceal, utilizando como modelo o Ensino Técnico, embora considerando as suas deficiências actuais.

5- Análise da articulação dos diferentes graus de ensino em termos de superar a hierarquização entre Ensino Médio e Ensino Superior.

6- Estudo de uma idade legal mínima, para efeitos de trabalho, pensada em termos de garantir uma eficaz fixação de escolaridade obrigatória.

7- Inserção da Escola no Trabalho e do Trabalho na Escola.

Lisboa, 12 de Novembro de 1974

SEMINÁRIO SOBRE A DIVERSIFICAÇÃO DO URSINO

TESE apresentada pela "ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES"
dos LICÍCIOS de PONTO

COIMBRA
1974

A- Um sistema educativo, ao mesmo tempo que vigoroso meio de intervenção social, éo reflexo da sociedade em que opera e da qual provem. Assim, em última análise, o carácter do ensino a ministrar é consequência das relações de produção existentes no regime em que ele se insere.

Isto, apesar de possíveis desfasamentos que, temporariamente, possam existir.

Numa sociedade dividida em classes, em que uma domina outra, o ensino necessariamente será o espelho da ideologia da classe dominante.

O ensino herdado do fascismo era evidentemente, instrumento de perpetuação de privilégios, de manutenção duma ordem social injusta e antidemocrática.

No essencial, acompanhava a evolução das forças produtivas, procurava adaptar-se a elas, e assim, servir melhor os monopólios, preencher o mais possível as falhas existentes, com vista a um maior lucro destes, com manifesto prejuízo para os estudantes e para o povo português em geral.

B- A discriminação dos ensinos, liceal e técnico, superior e médio, é também consequência e reflexo da estratificação social existente no nosso país.

O fosso que essa estratificação originou, foi, no entanto, ainda tantá mais aprofundado, quanto mais o governo fascista servilmente se vergava ante os interesses dos monopólios, que representava.

Esse fosso, esboçando-se desde o início da escolaridade, toma contudo mais forma quando se chega ao ensino secundário, e desenha-se depois mais profundamente com a entrada no ensino médio ou superior.

Os ensinos técnico e médio, na medida em que preparam mais rapidamente o aluno para uma profissão, têm despesas escolares mais baixas, têm um grau de dificuldade inferior aos liceal ou supe-

rior, são obviamente, no essencial, escolhidos pelos filhos das classes menos privilegiadas.

Os ensinos liceal e superior, sendo mais demorados na formação de profissionais qualificados e tendo despesas escolares mais elevadas, mas, apesar de tudo, correspondendo aos anseios elitistas das classes mais favorecidas, são, evidentemente, alvo preferencial destas.

Além disto, são postas grandes restrições à permuta dum ramo de ensino para outro, essencialmente dos técnico e médio, para os liceal e superior, respectivamente.

Por outro lado a análise do conteúdo das matérias dos diferentes ramos, conjugada com os factores atrás observados permite fundamentar as afirmações feitas no primeiro ponto.

Assim, nas escolas técnicas, o ensino ministrado é predominantemente prático e oficial, em que não se pretende qualquer tipo de desenvolvimento intelectual ou enquadramento do estudante na estrutura social, para o que as disciplinas de carácter humanístico eram eliminadas, mas onde se pretende a formação de quadros técnicos, de operários qualificados, mais obedientes e com menos possibilidades de contestação.

Aqueles (poucos) que todavia transitam para o ensino médio, não tendo possibilidades de acesso ao ensino superior, formam "quadros" ainda mais especializados, e se bem que muitas vezes tenham capacidades de chefia e orientação, esses tipos de lugares são-lhe geralmente negados.

Nos liceus, via mais rápida para chegar ao ensino superior, é ensinado um ensino demasiado teorizado, sem qualquer ligação à prática que não possibilita o acesso qualificado a qualquer tipo de profissão. Isto só será possibilitado depois da sua entrada na universidade e a consequente especialização.

Pretende-se, com este tipo de ensino, um alheamento completo da realidade social, incentivando nos estudantes um espírito elitista, preparando-os assim para os lugares de chefia para que estejam predistintos.

Assistimos assim a uma criminosa política de obscurantismo e alienação que visava enterrar por todos os meios as possibilidades de promoção das classes trabalhadoras a perpetuar a dominação das classes mais favorecidas.

Esta a herança que o fascismo nos legou.

II

Se por um lado esta catastrófica herança, impede, a curto prazo, a realização de reformas de fundo em relação a isto, por outro lado, importantes passos podem ser dados já na resolução de alguns destes problemas.

Assim, a supressão imediata da discriminação entre o ensino médio e superior, e no mais curto prazo de tempo possível do ensino médio e liceal, são medidas na obtenção das quais devemos empenhar os nossos esforços.

Temos consciência de que uma REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO e a sua realização, está estreitamente ligada ao prosseguimento do processo de democratização e descolonização. Sabemos no entanto, também, que aquilo que desde já adiantamos no que respeita à democratização da vida escolar, terá certamente influência na evolução do processo de democratização mais geral da sociedade.

A supressão da discriminação entre ensino técnico e liceal, da discriminação entre superior e médio só será plenamente conseguida com a instituição e alargamento do ensino pré-primário.

Assim, enquanto houver diferenças de carácter económico e consequentemente de carácter cultural entre crianças que vão para a escola primária, mesmo que esteja aberta a todas as crianças, necessariamente as suas possibilidades não poderão ser as mesmas.

O ensino pré-primário ajudará a criança a ultrapassar as diferenças da aculturação que o meio familiar e social lhe transmite; ele ajuda-la-á a desenvolver as suas capacidades de estruturação

A criação de um tipo de ensino de tronco único, resultante da unificação dos ramos liceal e técnico, a supressão da discriminação entre ensino médio e superior é o único garante de maior justiça, é necessário para acabar com uma severa estratificação, de evitar uma injusta separação de classes no acesso ao ensino, de acabar com as lacunas que existem em qualquer dos ramos acima mencionados.

A criação de um ensino de tronco único facilitará o acesso ao ensino, a constituição de uma sociedade onde cada indivíduo, sejam qual for as suas origens sociais, possa atingir o mais alto nível de cultura geral e de qualificação profissional, compatível com as suas qualidades e aptidões, o que, só por si, facilitará a atribuição a cargos de responsabilidade os filhos dos trabalhadores. Só o ensino Politécnico, tal como já existe em alguns países, possibilita pela diversificação das matérias e pela sua aplicação prática e à vida que o estudante, acabada a frequência do ensino secundário, possa optar por qualquer profissão.

Ademais é através da junção do teórico ao prático, dos aspectos e problemas técnicos, com os aspectos e problemas teóricos de forma profissionais verdadeiramente qualificadas, devotadas à cultura do país e edificação da democracia

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pelo PROF. VICTOR MARIA P. SILVA
membro da Direcção do Sindicato dos Profes
sores de Lisboa

COIMBRA
1974

EDUCAÇÃO PERMANENTE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Nas sociedades primitivas, o clã ou a tribo constituíam em si próprios autênticas "cidades educativas", miragem longínqua de alguns pedagogos contemporâneos. A vida quotidiana de tribo, desde a caça à construção da palhota, dos cuidados maternos com as crianças ao fabrico dos utensílios, da observação do céu à tradição oral contada pelos velhos junto das fogueiras, do conhecimento das estações e sementeiras à iniciação nos ritos religiosos, tudo era apreendido pelo indivíduo ao longo da sua existência, na vida da comunidade.

A dicotomia escola-sociedade aparece com a escrita, cuja aprendizagem impôs a escola como instituição, ao trazer a necessidade de o mestre se reunir periódicamente com os alunos.

Na antiguidade clássica, apenas uma elite minoritária era considerada como digna de receber educação, cultivando-se para essa minoria um ensino de alto nível (para os padrões e conhecimentos da época).

O mesmo modelo, com pequenas variantes, continuou a ser adoptado, no decurso dos séculos, desde a feudalidade até aos tempos modernos.

Na Europa pré capitalista, e à medida que, após a revolução burguesa, o processo técnico e económico implicava a necessidade de trabalhadores que soubessem ler, escrever e contar, a educação começa a alargar-se a camadas progressivamente mais vastas, trazendo a divulgação da imprensa novo impulso a esta necessidade.

Note-se que o acesso à instrução e à cultura, através dos séculos, estreitamente correlacionado com a lazer. A cultura

grega considerando o lazer como uma forma superior de vida, encarava a actividade laboral como infra-humana, destinada aos escravos: "Por que é bem certo o aforismo: não há repouso para o escravo" (Aristóteles, in Política).

O binário-lazer-cultura era patente no facto de a palavra grega que deu para os latinos escola, ter sido "scholê", que significa em grego lazer.

O ideal grego do cidadão que não trabalha de mãos, criou uma ciência quase exclusivamente verbalista, sem ligações com a prática, a qual se estendeu até aos dias de hoje.

Note-se que, no entanto, os gregos pareciam ter já consciência que a sábia utilização dos lazers e não só a afirmação de uma liberdade actual, mas fundamentalmente a preparação de uma liberdade futura. Só que, e isso continua a ser hoje quase tão verdade como então, a liberdade de alguns tem sido conseguida à custa da escravidão da maioria.

Na idade média, a influência da religião estendeu-se a todos os campos, e muito especialmente à educação. Estreitamente ligada a conceitos religiosos, a educação medieval respondia às necessidades da sociedade feudal. Certos aspectos de rígida hierarquização estenderam-se até aos nossos dias, não sendo no entanto senão uma reminiscência de tempos já passados.

A importância dada à educação pela sociedade capitalista não tem sido senão extremamente relativa. Para confirmar esta afirmação, mais não será preciso que comparar os orçamentos dos diferentes países no que diz respeito a armamentos e a educação. Esta tem sido essencialmente por finalidade formar os indivíduos de que necessita para se perpetuar, sendo tomada como sinónimo de condicionamento desses mesmos indivíduos, por forma a padronizá-los ao tipo de comportamento que é coerente com os objectivos dessa mesma sociedade.

Quer se queira quer não, a educação tem constituído um meio mais ou menos comodo para as classes dominantes perpetuarem o seu domínio sobre as classes exploradas. Com efeito, a através de uma "selecção natural", cada geração recruta a maio

ria dos seus quadros entre a sua própria descendência, agregando, para descanso da sua boa consciência uma minoria de indivíduos provenientes das classes desfavorecidas.

Assim, por exemplo, em Portugal de 1970, a probabilidade de um jovem oriundo das classes trabalhadoras ascender à Universidade era, em comparação com a dum indivíduo proveniente da burguesia, de 1 para 128. (Courrier de l'Unesco).

Embora em quase todos os países capitalistas se fale (de magogicamente) em democratização do ensino, as crianças provenientes das classes exploradas partem com enormes desvantagens em relação aos seus colegas burgueses. O menino da Praça de Londres, de barriga cheia, livros coloridos e explicador em casa e o miúdo do bairro da lata, com fome e miséria como companheiros do dia a dia, não tem com efeito, as mesmas oportunidades. Para além das dificuldades económicas, dos problemas da subalimentação e da necessidade de ganharem bem cedo a sua vida para ajudas dos pais, existe uma barreira linguística que coloca, logo à partida as crianças em condições desiguais. Nas escolas falava-se a linguagem que o menino burguês ouve falar em casa e que o miúdo do bairro da lata só com esforço apreende.

Minorar-se-á este tremendo handicap com a generalização do ensino infantil pré-primário, tornando-se necessário que esse primeiro período de aprendizagem compreenda o ensino da língua materna.

Note-se no entanto que, não sendo a escola uma ilha isolada, ela reflecte necessariamente as contradições da sociedade que a integra, e não será possível uma verdadeira democratização do ensino sem uma verdadeira democratização da sociedade. Ou, por outras palavras, o miúdo do bairro de barracas não terá jamais as mesmas oportunidades que o miúdo burguês enquanto existirem barracas.

Será também utópico pensar que as modificações que se desejam na sociedade serão conseguidas através da escola. Isto não quer dizer, evidentemente, que a escola não exerça qualquer influência na evolução dessa mesma sociedade. Existe uma inter-

racção dialéctica entre as duas. Nos nossos dias, mais uma contradição começa a surgir entre o produtor da educação e as necessidades da sociedade. Esta regeita já parte dos indivíduos formados pela educação que institucionalizou, facto que se explica pela desfazagem entre a infra-estrutura e supra-estrutura, e aparecendo como resultado de um processo desequilibrado de crescimento das sociedades capitalistas.

A escola, reflexo de uma sociedade altamente competitiva, tem sido o espelho dessa competição. Só numa sociedade onde a cooperação substitua a competição se poderá falar em ensino democrático.

	% das crianças de 6-11 anos inscritas na escola Primária	% dos jovens de 11-19 anos inscritos na escola Secundária.	% dos jovens de 19-24 anos inscritos em cursos Superiores
Europa	97	65	16,7
Oceânia	95	60	15,0
América Latina	75	35	5,0
Ásia	55	30	4,7
África	40	15	1,3

Marx e Engels utilizaram já, no Manifesto Comunista (1848), a fórmula "fusão da educação com a produção" que viria a ser a preocupação dominante da pedagogia socialista.

Paul Blonskiy, pedagogo soviético falecido em 1941, afirma:

"Na fábrica, que é ao mesmo tempo escola, o trabalhador recebe a sua educação. A fábrica é um tesouro onde se encontram os maiores triunfos do conhecimento do homem sobre a natureza e apenas uma objecta cupides fez dela (fábrica) um colector de ingorância, de indigência e de

suor (Blonskij, "A escola do trabalho, Moscovo, (1919).

O meio ambiente da fábrica e a comunidade são, para Blonskij, "o berço do novo homem".

Os reformistas ocidentais sustentavam, em sentido inverso, que uma sociedade nova apareceria através de uma educação nova numa nova escola, ignorando que uma nova sociedade apenas pode surgir na base das condições históricas da luta de classes.

Nos países socialistas tem havido a preocupação de ligar estreitamente o ensino à produção. Assim, por exemplo, "a educação democrática da juventude é feita no interesse do povo, partindo do pressuposto que a educação e formação profissional devem estar estreitamente ligadas à participação da juventude na vida da colectividade e na edificação do socialismo, a educação deve proporcionar uma formação concebida por forma a fazer dos aprendizes e alunos, jovens instruídos e altamente qualificados no plano profissional. Com tais objectivos existe uma unificação de toda a formação profissional com o sistema educativo, na base de esquemas polivalentes de profissões com vista a obter bons resultados da educação, da formação do trabalho" ("Formação Profissional da RDA", Berlim).

E falando ainda na R.D.A., e para se fazer ideia da ligação estreita que existe entre o ensino e a produção, em 1970, por exemplo, 99% dos jovens que completaram a escolaridade obrigatória receberam uma formação profissional. Para esta formação, e após 8-10 anos de escolaridade, existem duas vias:

- uma formação de dois anos, visando a qualificação como operários especializados
- uma formação profissional de três anos, formando trabalhadores altamente qualificados, que poderão depois ascender ao ensino superior.

A formação profissional é caracterizada pela tónica que é posta no desenvolvimento da personalidade, sendo encarada com o prolongamento natural da instrução generalizada de 10 anos. Só a título de exemplo, um operário qualificado da construção ci-

vil, tem, logo no início da sua formação profissional disciplinas como educação física, desportos, metodologia do trabalho intelectual economia industrial, etc.

Um laço estreito existe, nos países socialistas entre formação profissional e educação permanente de adultos. A formação de adultos é baseada em palavras de ordem como: "ninguém alguma vez aprendeu tudo", "continua sempre a aprender", "aprender durante uma vida inteira".

Estas são, com efeito não apenas frases mas um imperativo dos nossos dias, numa época em que as técnicas evoluem cada vez mais rapidamente, por tal forma que o somatório dos conhecimentos adquiridos nos últimos 50 anos ultrapassa o adquirido em todos os séculos precedentes, torna-se urgente resolver o problema das relações entre a educação escolar e extra-escolar.

O acréscimo de conhecimentos técnicos e científicos avoluma-se a tal situação a que se torna cada vez mais anacrónico pretender aprender na escola tudo o que será necessário na vida do indivíduo.

A educação extra-escolar deverá pois ser tão naturalmente integrada na vida da colectividade com o está hoje o ensino primário. O conceito da educação permanente aparece assim como única alternativa. A educação permanente deve pois ser a ideia - mestre de qualquer política educacional dos nossos tempos. A educação deve, finalmente, saltar os muros da escola, abrir-se a toda a colectividade, ir aos locais de trabalho. Só nesta acepção se poderá falar em democratização do ensino.

Victor Faria e Silva

Membro da Direcção do Sindicato dos Professores - Lisboa

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela SECRETARIA NACIONAL PROVISÓRIA de Assuntos
de Ensino Superior

COMBRA

1974

O MOVIMENTO SINDICAL DOS PROFESSORES

1. O movimento sindical dos professores não surgiu abruptamente a 25 de Abril. Apesar da extinção pelo fascismo de todas as organizações sindicais e associativas do professorado, que tão grande contributo tinham dado à difusão e aperfeiçoamento da instrução popular e à defesa dos interesses profissionais dos seus membros, sempre os professores mantiveram formas mínimas de associativismo onde, de algum modo, lutaram ao lado do povo pela libertação da Pátria.

Essa movimentação adquiriu formas bastante mais amplas nos últimos tempos do regime deposto, correspondendo, em parte, à agudização das crises do fascismo e ao ascenso da luta do povo português.

Assim, aproveitando taticamente a política demagógica do ex-Ministro Veiga Simão, particularmente quando da discussão do Projecto de Reforma do Ensino, realizaram-se diversas reuniões de professores de todos os graus de ensino, com especial relevo para as grandes assembleias de ensino primário que marcaram claramente a posição destes professores face à reforma e à sua situação profissional. A movimentação em torno da discussão de problemas pedagógicos e de educação permanente mobilizou igualmente grande número de professores de ensino primário e de educação pré-escolar.

Também uma parte dos docentes de ensino superior, com especial destaque para os assistentes, denunciaram vigorosamente o sentido demagógico da tão apregoada reforma do ensino, tendo-se colocado abertamente ao lado da luta dos estudantes nos momentos mais graves da vida académica. Reflexo desta tomada de posição, tentaram-se por professores, ainda que de forma irregular, institucionalizar por diversas vezes assembleias de docentes e grupos de trabalho, sendo germinou a intenção de uma movimentação associativa de características sindicais.

De entre toda esta movimentação geral do professorado que se registou na fase final do regime fascista, sobressaiu a actividade desenvolvida pela classe ao nível do ensino secundário e do CEGAS, iniciada no ano lectivo de 1968/69 em torno da reivindicação de contratos mínimos de 12 meses para todos os trabalhadores de ensino.

Com base nesta reivindicação da classe organizaram-se os Grupos de Estudo que rapidamente se alargaram a todas as categorias de pessoal

docente do ensino secundário e do GERS, promovendo uma ampla aglutinação da classe na luta pela revalorização da função docente, por um estatuto profissional, por uma associação de professores com orientação claramente sindical. Esta acção ganhou uma amplitude de verdadeiramente nacional através da revista "O Professor" que nos três números saídos desde Outubro de 1973 desempenhou importante papel no esclarecimento e aglutinação da classe.

Pela firmeza com que sempre desmascararam junto da classe e da opinião pública a política demagógica do ex-MEN, pela sua implantação junto dos professores, os GEPDESP foram uma força de resistência que o regime fascista temeu. Testemunho disso é a repressão desencadeada na fase final do anterior regime, que culminou no famigerado despacho 9/74 com que o ex-MEN pretendeu liquidar os GEPDESP. No entanto, esta tentativa de intimidação do fascismo teve como resposta o reforço da unidade da classe em torno dos GEPDESP que, em vésperas de 25 de Abril preparavam o desencadear de uma luta frontal pela conquista de uma associação a nível nacional que garantisse a defesa organizada dos interesses da classe.

O Sindicato dos Professores surge, pois, como atitude coerente da parte daqueles que, muito antes de 25 de Abril, já lutavam por uma revalorização da situação profissional de professorado, pelo direito de associação e sindicalização, por uma educação ao serviço do povo português, pela fim do fascismo e pela construção de um Portugal livre e democrático.

Um Sindicato é uma organização de trabalhadores destinada à defesa dos seus interesses comuns.

Em regime capitalista o patronato dispõe dos meios de produção e organiza o sistema produtivo para a obtenção de largas margens de lucro, o que implica necessariamente a exploração das massas trabalhadoras. Nessa oposição entre os interesses do Capital, apoiado pelo aparelho de Estado, e os interesses dos trabalhadores, estes apenas têm o poder que lhes vem da sua capacidade de organização. Uma das principais formas que esta organização reverte é, precisamente, o Sindicato,

Transportando estes conceitos gerais para o campo do professorado, logo que nos apercebemos da enorme importância que um Sindicato dos Professores pode (e deve) ter na defesa dos interesses profissionais, individuais e colectivos, dos seus membros, na elevação da consciência ideológica e política da classe, na participação

na definição de uma política educacional ao serviço do povo português, na construção de um Portugal livre e democrático.

Na unidade de todos os trabalhadores frente ao patronato e na independência dos sindicatos, em relação a credos e partidos políticos, reside a força e a capacidade actuante do Sindicalismo.

Se a independência é o pressuposto indispensável para um sindicalismo correcto e eficaz, a demissão perante os grandes problemas do povo e do país e as suas soluções políticas é em si própria, a negação do sindicalismo.

2. Para que o Sindicato dos Professores seja forte é necessária a unidade na acção de todos os professores. Uma unidade que, ferjada na acção, permita mobilizar a grande maioria dos professores em torno das seus objectivos comuns (sem esquecer os que são específicos de alguns), para além das diferenças de grau, como de tipo de ensino, para além das diferenças de categoria profissional. Só mediante esta unidade se poderá concretizar a defesa dos interesses socio-profissionais dos professores, através da dignificação da função docente, desvirtuada por 48 anos de corporativismo fascista; a efectiva capacidade de intervenção numa política educacional que se quer democrática e ao serviço do povo português; a correcta perspectivização das reivindicações por que lutam os professores e a sua inserção nos objectivos globais de uma luta de todos os trabalhadores por uma sociedade justa. Esta necessidade de unidade na acção aponta para que se coloque como objectivo a construção de um Sindicato Único, de todos os professores de todos os graus e tipos de ensino. Também nessa acção apontam as características e condicionamentos actuais da nossa movimentação:

- diferente grau de avança da organização a nível regional e em relação a certos ramos de ensino; o que exige que, no quadro de uma organização única, se façam todos os esforços para acelerar o processo de organização, ao vez de se abandonar os seus próprios sectores de ensino ou as regiões que sentem mais dificuldades;

- persistência de atitudes e comportamentos herdadas da situação criada pelo regime fascista: preconceitos elitistas, complexos de inferioridade e consequentes agressividades e desconfianças excessivas, de grau de ensino em relação a outro grau de ensino, de categorias profissionais em relação a outras categorias profissionais dentro do mesmo grau de ensino. Reizar estes factores desenvolve - ram-se à vontade é conduzir rapidamente a uma pluralidade de lutas intestinas, a uma multiplicação de reivindicações antagónicas, com dificuldades e poder-se mesmo paralisar a necessária acção unitária.

É evidente ainda que tais divisões não deixarão de ser aproveitadas e exploradas pela reacção que começa a reorganizar-se e que buscará lançar os professores uns contra os outros, desagregar a sua solidariedade e enfraquecer a sua luta.

Haverá quem receie que num Sindicato único não haja suficientes possibilidades para que as reivindicações específicas de cada grau ou ramo de ensino, de cada categoria profissional sejam ouvidas. Tal receio será infundado desde que se dinamize a iniciativa das várias bases na procura sistemática das suas reivindicações específicas, na definição das que são prioritárias e na ligação com os órgãos de coordenação e de execução.

A experiência de longos anos de lutas do sindicalismo operário, as vitórias na unidade e as derrotas sofridas na divisão reclamam um SINDICATO ÚNICO como instrumento capaz de reflectir e defender as aspirações e interesses dos professores portugueses. Cooperação com todos os trabalhadores, estudantes e demais forças progressistas

Se a luta dos professores deve ser unitária, devem os professores, como trabalhadores que são, compreender também que nada os deve separar dos outros trabalhadores e que a sua luta só ganha em ser solidária, pois será tanto mais forte quanto maiores forem as relações entrecruzadas, de solidariedade activa e de coordenação entre os vários sindicatos.

Nesse sentido parece poder-se assentar-se desde já na accitação das directrizes contidas no documento da Intersindical "Para uma estratégia do movimento sindical no momento actual!".

A cooperação e solidariedade com todos os trabalhadores deverá ainda alargar-se a todas as forças progressistas organizadas (nomeadamente o movimento estudantil) que busquem, na conjuntura actual, a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática. Existem agora condições mais favoráveis para que toda essa cooperação, confluindo num grande movimento de luta, possa ser mais necessária, porque o fascismo foi derrubado. Por outro lado esta cooperação e esta confluência são impostas como urgentes e primordiais, porque se a ditadura foi derrubada, a sua base económico-social mantém-se. Será muito importante compreender-se que essa manutenção é uma ameaça contínua àquilo que já está sendo conquistado e com mais razão, àquilo que ainda falta conquistar (e é muito), sendo especificamente um obstáculo à efectiva melhoria das condições

do trabalho dos professores e à elaboração de uma política educativa verdadeiramente democrática, que coloque o ensino ao serviço dos trabalhadores e, portanto, das verdadeiras necessidades do povo português.

Todas estas reflexões apontam um outro objectivo comum a todos os trabalhadores e forças progressistas: a consolidação das conquistas já alcançadas. Tal consolidação permitir-nos-á não só torná-las irreversíveis e impedir todas as tentativas de regresso ao anterior regime, mas também assegurar posições para que novos passos sejam dados, para que novas conquistas sejam alcançadas.

Consolidar, neste momento, não é só a melhor maneira de defender, é também a maneira mais segura de avançar. Consolidar não é estagnar e parar, não é imobilismo nem defensismo, é a maneira correcta e eficaz, neste momento, de estar em movimento.

A cooperação dos professores com os outros trabalhadores faz-se também em torno de determinadas objectivos comuns, que sendo claramente de ordem política, não se despartam, antes se interligam profundamente com as nossas reivindicações na frente económica, pedagógica e de administração e gestão escolar. São elas: a luta pelo fim da guerra colonial e o reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência, a luta pela independência nacional e a luta pelo progresso social.

3. Numa sociedade que se quer renovada, a educação, a investigação científica e, de um modo geral, todas as actividades culturais, adquirem uma importância que o obscurantismo fascista pretendia, desde sempre, ignorar.

O desenvolvimento vertiginoso da ciência e da técnica, verificado nos últimos decénios, trouxe a primeiro plano o conceito de educação permanente, que é urgente que, no nosso país, seja algo mais que um simples conceito.

O direito à educação permanente deve ser garantido a todo o trabalhador, a todo o indivíduo que pretenda adquirir uma formação cívica, literária ou profissional.

A escola, não podendo ser mais uma ilha isolada, desligada das problemáticas concretas da sociedade que a integra, deverá abrir as suas portas a todos aqueles que, pela suas qualificações, como docentes, ou pelas suas aspirações, como discentes, lhe irão permitir uma efectiva inserção na realidade portuguesa.

Nesta perspectiva, a consciencialização do professor para os problemas da sociedade que o rodeia é factor fundamental para a sua acção

beração numa efectiva obra de educação do povo português.

Só essa consciencialização, obtida através da inserção nos objectivos globais por que lutam os trabalhadores, permitirá que, deixando de ser veículo da ideologia burguesa dominante, a educação possa, efectivamente, contribuir para a edificação duma sociedade mais justa em Portugal.

Assim, a nossa estratégia sindical terá como pano de fundo o princípio de que as acções/iniciativas dos professores, em colaboração com os demais trabalhadores, deverão visar uma efectiva participação e "controlo" de toda a política educacional do povo português.

Nesse sentido, e atendendo ao subdesenvolvimento cultural existente na maioria das regiões do nosso país, lança-se que os professores possam a colaborar, juntamente com os estudantes e outras camadas da população, numa ampla campanha de alfabetização e de esclarecimento de adultos.

Assim, e sem prejuízo de outras acções a serem decididas pela base, propõem-se, desde já:

- 1- Lutar por que a abordagem de temas sociais como a da urbanização e habitação, do combate ao subdesenvolvimento à opressão sejam integradas como componentes das matérias ensinadas nas nossas escolas.
- 2- Lutar por uma completa revisão dos programas e métodos de ensino, bem como pela revisão das relações professor-aluno.
- 3- Lutar pela gratuidade do ensino, com inclusão de subsídios para material escolar, transportes e alimentação.
- 4- Lançar uma vasta campanha de alfabetização e educação de adultos nas regiões menos favorecidas.
- 5- Lutar pela eliminação progressiva dos condicionamentos económicos e sociais que limitam o acesso às escolas dos filhos dos trabalhadores.
- 6- Lutar por uma educação permanente, extensiva a todos os portugueses e que, ao invés de reverter como até aqui em benefício das empresas, tenha em atenção, apenas, os interesses dos trabalhadores.
- 7- Defender a abolição da compartimentação estanque entre o curso e a produção.
- 8- Lutar pela difusão da cultura, pelo estímulo à arte, à literatura e às actividades desportivas.

Tendo em conta que a resolução cabal de alguns dos objectivos enunciados não será possível no quadro duma sociedade onde as tremendas desigualdades são regra, propomo-nos, em perfeita identificação com a luta de todos os trabalhadores portugueses, combater a seu lado por uma sociedade justa e democrática em Portugal.

(DO PROGRAMA DA LISTA A, CANDIDATA ÀS ELEIÇÕES
PARA A Direcção DO SINDICATO DOS PROFESSORES

(Julho 74))

3.ª SESSÃO

AS ORGANIZAÇÕES DE PROFESSORES
E ESTUDANTES NA LUTA
PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA

UNEP

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

3º TEMA - AS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES NA LUTA PELA PAZ E
DEMOCRACIA

COMUNICAÇÃO DA A. E. FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA (H. CTULM)

Um dos aspectos fundamentais da ditadura fascista que durante 48 anos se desenvolveu em Portugal foi a política de sistemático embrotamento do Povo Português, nomeadamente da juventude. Para esse efeito, serviu-se o regime de posto de verdadeiros aparelhos de manipulação ideológica distintos, vulgares e relativamente autôctons, que actuando paralelamente ou de forma combinada a um violento aparelho repressivo, se destinava ao elogio e enaltecimento da ideologia fascista - corporativista, à deturpação caluniosa dos verdadeiros valores da cultura popular e ao brutal esmagamento dos defensores dos altos ideais da Paz e Democracia.

Neste contexto tinha particular importância todo o sistema educativo. Assim o conteúdo das matérias ensinadas, não era mais que simples propaganda política de alta tope vigente, como são prova, por exemplo, as cadeiras de Organização Política e Administrativa da Nação do curso liceal e de Higiene e Medicina Social do curso de Medicina, e os próprios cursos de Economia e Direito; os processos pedagógicos intencionalmente fomentadores do espírito individualista, da concorrência entre colegas; acriticismo acéfalo e a submissão cega à autoridade, são apenas algumas características do Ensino então ministrado.

Com o objectivo de por um lado simular interesse e atenção pelos problemas dos jovens, e por outro para inculcar no espírito dos estudantes a necessidade da defesa do Mundo Ocidental (sic), criou o Governo Fascista numerosas organizações de juventude desde a Mocidade Portuguesa ao mais recente Secretariado Para a Juventude. Os problemas nacionais eram apresentados aos jovens de uma forma contraditória, ora exarcebando-lhes o nacionalismo patrioteiro, ora menosprezando as potencialidades e capacidades do país e do Povo Português.

A tudo isto se associava o carácter profundamente elitista da Universidade, progressivamente agravado pelo isolamento a que se pretendia manter os estudantes, pelo desprezo a que era continuamente votado o trabalho manual.

Ao estudante começava apenas estudar as matérias previstas, prometendo-lhe uma sociedade ruidosa onde teria amplas possibilidades de ganhar a vida, servindo com os seus conhecimentos uma maioria de privilegiados.

A Escola em resumo, era o veículo das ideias de aceitação, resignação e colaboração, garante da reprodução dos quadros necessários à continuação da sua dominação.

O Movimento Associativo dos estudantes, a par do seu papel organizador, foi ao longo destes anos um educador democrático dos estudantes, lutando dia após dia contra tal embrotamento. Muitos e muitos estudantes foram conquistados para os ideais da Paz e Democracia através do Movimento Associativo; as lutas travadas pelos estudantes são disso a melhor prova.

Actualmente com o desenvolver do processo democrático, abrem-se numerosos campos de acção e criam-se grandes responsabilidades. O momento é de trabalho e exige proacção. Não devemos pactuar com aquelas para as quais a única solução é esperar pela nova geração, aquela que agora entra na Escola; nem com aquelas que ultrapassadas pelo actual processo negando-o obstinadamente, dizem que nada vale a pena fazer. Aos primeiros provaremos que não somos demissionistas; aos segundos diremos que se de facto a realização da Reforma Geral e Democrática do Ensino só será possível com a instauração de um regime amplamente democrático, a verdade é que a Democratização do Ensino é parte integrante da sociedade, processo no qual todos devemos participar.

As organizações de estudantes e professores na sua luta pela Paz e Democracia, no momento actual, sem perderem de vista objectivos e métodos específicos, devem conjugar a sua acção, tendo sempre presente que:

- primeiro, só inserido a sua luta na luta do Povo Português, colocando-se ao seu lado, é que a sua contribuição terá significado;

- segundo, que a Escola não é apenas um local de formação de técnicos, mas também um local de formação humanística, de jovens firmemente dispostos a defender e consolidar as liberdades alcançadas, a pôr ao serviço das massas trabalhadoras os seus conhecimentos, enfim, de jovens de consciencia democrática.

- terceiro, que os dois pontos assinalados exigem por um lado, uma escola de vida interna amplamente democrática, e por outro, que se termine com o isolamento da escola nomeadamente dos estudantes.

A realização destes pressupostos exige que a acção de estudantes e professores se exerça de modo paralelo e convergente pois qualquer deles transcende o âmbito das organizações referidas que só por si serão impotentes para se levar à prática. Por outro lado as acções desenvolvidas são-lhe a níveis diferentes, quer dizer exigir-se-ão a participação de estruturas distintas.

Deste modo a criação dos actuais ORGÃOS DE GESTÃO, modelos de representatividade e democraticidade, permite por um lado a uma vivência democrática na escola e por outro, que por iniciativa de estudantes e professores se altere o conteúdo de algumas cadeiras, se inclua nos diferentes cursos matérias directa ou indirectamente ligadas com os problemas do Povo Português e matérias que visem a formação integral do estudante, tais como o estudo da Arte e Literatura portuguesas; História Contemporânea, Sociologia, Economia Política, se modifiquem os processos pedagógicos na perspectiva de corrigir os vícios no ensino apontados e desenvolver no estudante o rigor científico e o gosto pelo trabalho colectivo.

Em relação ao isolamento a que o fascismo quis conduzir os estudantes, as iniciativas da Pró-UEFP representam o primeiro passo, nomeadamente as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária e mais recentemente os contactos tidos com o Ministério do Trabalho, que é urgente que se intensifiquem.

A necessidade de fazer jovens de firme consciência de uma crítica, positiva, para a luta pela Paz e Democracia entre que os estudantes se dê a conhecer a Cultura Popular, seja de expressão dos seus problemas e anseios, de seu modo de viver, de seus ideais, de sua luta e do seu trabalho.

A criação de SESSÕES CULTURAIS na dinamização das que já existiam, no sentido de serem verdadeiros Centros de pesquisa, recolha e irradiação e defensoras dos valores explicitados pela Cultura Popular, são tarefas que contribuirão para o fim desse isolamento e para a criação de uma consciência democrática nos jovens. Este objectivo, exige:

1) que se avance para formas concretas de colaboração com as massas trabalhadoras, quer pela participação directa na resolução dos seus problemas, quer pelo intercâmbio com grupos culturais oriundos dos meios laborais;

2) a formação de brigadas de campo, com o fim de conhecer directamente as origens e modos de expressão da Cultura Popular.

3) realização de sessões culturais e de convívio com a juventude trabalhadora, com o objectivo de estreitar os laços de união da juventude estudantil e trabalhadora.

5) participação na animação cultural que algumas organizações democráticas estão a levar a cabo, nomeadamente o M.F.A..

Finalmente a luta pela Paz e Democracia, para ser consequente, terá de ser encarada de um ponto de vista internacional. Daí a necessidade de desenvolver o intercâmbio com Associações e Organizações estrangeiras, de carácter cultural e educativo, com o objectivo de quebrar o isolamento Internacional em que nos encontramos, de dar a conhecer aos estudantes portugueses as conquistas de outros Povos, de proporcionar a colaboração fraterna com a juventude de outros Povos, nomeadamente da República da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, ligando assim os estudantes à luta Internacional pela Paz e Democracia.

Apontámos alguns pontos, que julgamos, se concretizados, contribuirão na luta pela Paz e Democracia.

Estamos certos, que estudantes e professores, fiéis às suas tradições democráticas, inseridos na luta do Povo Português, saberão contribuir para a conquista da PAZ e DEMOCRACIA.

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

(grupo de trabalho dos estudantes dos Cívicos)

TESE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SU-
PERIOR TECNICO:

-- 2º TEMA --

REFORMA GERAL E DEMOCRATICA DO ENSINO,
PROGRAMA DE ACÇÃO DOS ESTUDANTES

TESE DA DIRECÇÃO DA AEIST PARA O SEMINARIO

SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Melhor do que em qualquer outro é no campo do ensino que se denuncia o obscurantismo cultural característico do que foi a dominação ideológica do fascismo sobre o povo português. Ora, apesar da importância das transformações já realizadas no país, é ainda o mesmo ensino que continua a existir nos seus traços gerais. E não é com ele que se consegue construir a democracia em Portugal. Há que criar para isso um sistema de ensino democrático inteiramente novo.

Sem dúvida as possibilidades dessa construção se realizarem, que eram já grandes pela destruição do fascismo, aumentaram com o reforço das forças democráticas que se vem verificando. Existem assim condições para que se inicie e concretizem objectivos fundamentais na construção dum novo sistema de ensino com a aplicação duma Reforma Geral e Democrática do Ensino. Geral porque transformará o ensino em todos os graus e em todos os locais onde a educação do povo tenha lugar. Democrática porque facultará o acesso ao ensino de mais largas camadas da população assim como virá a fornecer a educação necessária à sua participação mais consciente e eficaz na construção económica e cultural, na defesa política intransigente do novo país democrático com a consequente melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e do povo em geral.

As primeiras medidas tendentes à realização desta reforma foram já tomadas graças à iniciativa das massas estudantis e de largos sectores de docentes, e, encontram-se algumas delas já apoiadas por actuações e declarações do actual Ministro de Educação e Cultura.

Entretanto há ainda limitações que alguns podem procurar impôr a todo este esforço de democratização do ensino. Dificuldades que podem ser ultrapassadas, mas que se devem denunciar.

Uma vez assegurada a educação democrática dos cientistas e técnicos portugueses, a todos aqueles que entram na universidade e a todos os que nela queiram entrar, há que assegurar que realmente o seu trabalho vai ser útil à vida do nosso povo. Há que assegurar que essa grande massa de diplomados não vai conhecer o desemprego, e que, pelo contrário se vai empregar nos lugares mais necessários ao desenvolvimento económico do país, à liberdade e ao progresso social da população.

Justamente, as necessidades neste campo no nosso país são grandes e é um factor positivo que haja entre a juventude o grande desejo de frequentar o ensino superior.

Mas todo o trabalho terá pouca utilidade se a economia nacional continuar indefinidamente, como até aqui, controlada pelos monopólios e pelo imperialismo. Estes durante o fascismo sempre tiveram todas as facilidades políticas para os seus negócios, sujeitando o ensino aos seus interesses e mantendo um controlo directo sobre o mercado de trabalho dos quadros saí

dos da Universidade, tendo em conta as suas necessidades e interesses.

Na nova situação política tentam manobrar e provocar a sabotagem económica criando o desemprego a todos os níveis. Assim para não permitir o sub-aproveitamento ou mesmo o desaproveitamento completo dos resultados concretos da reforma do ensino de engenharia e do ensino em geral, a actual situação económica deve mudar, e de imediato há que tomar medidas de controlo de actividade anti-democrática dos monopólios, condição imprescindível para que a reforma seja profunda e haja estímulo para a sua própria concretização. Além disso o trabalho intelectual e manual dos novos cientistas e técnicos portugueses deve dirigir-se para os sectores onde ele é mais necessário à satisfação dos interesses populares. E neste campo a situação é ainda mais grave. Minas há que estão fechadas porque a sua exploração não dá lucros aos seus patrões. Os problemas de alojamento são dramáticos e apenas se continua a construir casas para a grande e média burguesia. Uma grande parte da população não tem condições higiénicas de vida. Na indústria electrónica continua-se a montar peças dos Estados Unidos e a comparar os aparelhos montados, vendidos pelos Estados Unidos. E estes são apenas alguns exemplos de como o trabalho dos técnicos portugueses está a ser aproveitado pelos monopólios e pelo imperialismo contra os interesses do povo português.

É de denunciar já, sem deixar dúvidas no espirito de ninguém que se a situação continuar como está, por muito boa que seja a reforma, o povo português pouco ganhará com isso. E os próprios estudantes também, por ficarem sujeitos a um futuro comprometido num trabalho sem finalidades.

A conclusão de todas estas ideias não é difícil de tirar. Para que a R.G.D.E. seja realmente possível e completa há que empreender uma estratégia anti-monopolista e de independência nacional. E esta perspectiva está já aberta, e claramente aconselhada, no próprio programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório.

Assim a participação dos estudantes na realização da reforma do ensino apresenta-se como uma grande tarefa nacional, com aspectos extra-escolares, de alcance e significados muito profundos para o futuro do país. Essa participação torna-se hoje possível e irá corresponder, sem dúvida a uma nova, mais estreita e consciente forma de unidade entre os estudantes e o povo português.

OS PRINCIPIOS ORIENTADORES DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Com a queda do fascismo e o ascenso do Movimento Popular de Massas que se deu no nosso país nos últimos tempos, estão abertas condições para realizar a R.G.D.E..

Essa realização, afinal, traduzirá apenas a extensão ao campo do ensino do processo democrático revolucionário que se vive actualmente em Portugal, e corresponde à etapa imediata de transformação do ensino.

Como todas as outras tarefas do momento presente A R.G.D.E.

será acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas nesta tarefa particular terá sempre um papel insubstituível o movimento das massas estudantis e dos professores de todos os graus de ensino, na medida em que contactam directamente com aquilo que é hoje a herança educacional do fascismo e se apercebem nesse contacto dos erros e problemas existentes. Trata-se de uma grande responsabilidades que estes sectores são chamados a tomar, e que a consciência forjada num firme passado de luta anti-fascista não engertará.

Neste sentido há que procurar com vigilância e sentido objectivo que as medidas legais do Governo Provisório no campo do ensino, venham sempre ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de mais positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores de todos os graus de ensino.

Finalmente, na sua edificação, a R.G.D.E. reger-se-á pelos seguintes principios orientadores:

OBJECTIVO DO ENSINO:

1 - O ensino terá como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permitam uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa. Assim ele contribuirá para a evolução democrática e livre da situação das massas populares do país e para a sua crescente e decisiva intervenção na sociedade portuguesa.

Isto exige a destruição completa de todas as estruturas educacionais criadas pelo fascismo, bem como o combate à submissão do ensino aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

VIA ESCOLAR ÚNICA

2- O novo sistema deverá ser constituído por uma única via escolar, acabando com a divisão classista actualmente existente entre o ensino teórico-académico para os filhos da burguesia e o ensino prático-pragmático para as classes mais desfavorecidas, dando um passo em frente, decisivo na abolição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Neste sentido há que proceder à fusão do ensino liceal e técnico-profissional, abolição da diferença entre ensino médio e superior, nacionalização das escolas profissionais privadas, e dissolução dos colégios e laicização de ensino.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

3 - Deverá ser assegurada a todas as crianças e jovens a frequência do ensino obrigatório, compreendendo no mínimo o ensino infantil e o ensino primário.

Neste sentido há que criar o ensino infantil gratuito em todos os pontos do país, aumentar a rede das escolas primárias, e institucionalizar a alimentação gratuita, a criação de creches, cantinas e sistemas de transportes.

714111
714972

Medidas estas que deverão ser acompanhadas pela resolução dos problemas económicos das famílias mais pobres já que eles conduzem à utilização de trabalho infantil .

O desnivelamento educacional entre as zonas urbanas e as zonas rurais deve ser rapidamente resolvido pondo fim ao secular analfabetismo e ignorância, com vista a eliminar esta forte base de apoio à reacção e de modo que as populações rurais participem activamente no processo democrático em curso.

4 - O ensino, nos graus superiores, deverá ser frequentado por aqueles que deles mais necessitem para melhorar as suas capacidades de realizar um trabalho socialmente útil, negando-se portanto que o acesso e frequência escolar possam depender das capacidades económicas do aluno ou de critérios distintos do referido anteriormente.

Neste sentido há que institucionalizar como único critério de admissão às escolas a avaliação das potencialidades intelectuais e manuais dos alunos, e criar um sistema de bolsas de estudo que permita realmente assegurar a aplicação integral deste critério.

CONTEUDO DO ENSINO

5 - O novo ensino, teórico e prático, deve preparar os estudantes para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português. Assim a educação dos alunos, deverá constar além de sérios conhecimentos teóricos e técnicos específicos, de uma sólida formação democrática, ideológica e política, capaz de orientar toda a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa. Neste sentido há que trazer a vida real do país, tal como ela existe, para dentro dos programas e da prática escolar, recusando-se portanto a tentação tecnocrática de confundir a ligação à prática com o simples aumento de laboratórios, oficinas ou de trabalhos práticos, que, no entanto, é em muitos casos necessário.

MÉTODOS DE ENSINO

6 - O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades físicas, intelectuais e afectivas dos alunos, e, em particular, estimular a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

Neste sentido, a primeira prioridade deve ser dada à formação de professores de todos os graus de ensino, segundo as técnicas pedagógicas mais avançadas e progressivas, enquadradas no novo espírito democrático.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRÁTICO

7 - Finalmente, como corolário e garante de tudo o que antecede, deverão imperar relações democráticas em todos os níveis do trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de estado.

Neste sentido as escolas terão de ser geridas democraticamente, com participação de todos os que a integram, especialmente estudantes e professores.

CONCLUSÕES

1 -

1.1 - O derrube do fascismo e o reforço das forças democráticas criaram condições para que se iniciem e concretizem objectivos fundamentais na construção de um novo sistema de ensino com a aplicação de uma REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DE ENSINO.

1.2 - A realização da R.G.D.E. é acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas grande responsabilidade cabe ao Movimento das Massas Estudantis e dos Professores, nessa realização.

1.3 - A legislação no campo de ensino deve ir ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de mais positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores.

1.4 - É indispensável acompanhar a reforma do ensino de uma política anti-monopolista e de independência nacional.

2 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES NA EDIFICAÇÃO DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

2.1 - OBJECTIVOS DO ENSINO

O ensino deverá ter como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permita uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa.

2.2 - VIA ESCOLAR ÚNICA

Deve acabar-se com a divisão classista entre um ensino teórico-académico para os filhos da burguesia e um ensino prático-pragmático para as classes mais desfavorecidas.

Deve proceder-se à fusão do ensino liceal e técnico-profissional.

Abolir a diferença entre o ensino médio e superior.

Nacionalizar as escolas profissionais privadas. Dissolver os colégios. Laicizar o ensino.

2.3 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

2.3.1 - Deve assegurar-se a frequência do ensino obrigatório que compreenda no mínimo o ensino infantil e o ensino primário.

2.3.2 - O ensino nos graus superiores deverá ser frequentado por aqueles que dele mais necessitam para melhorar as capacidades de realizar um trabalho socialmente útil.

Negar-se-á que o acesso e a frequência escolar possam depender das capacidades económicas do aluno.

2.4 - CONTEUDO DO ENSINO

2.4.1 - O novo ensino deve preparar os estudantes para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português.

Dos currículos deverão constar além das cadeiras de conteúdo teórico e técnico específico

rico e técnico específico cadeiras de formação democrática ideológica e política, capaz de orientar a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa.

2.5 - METODOS DE ENSINO

O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades físicas, intelectuais e afectivas dos alunos, estimulando a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

2.6 - ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRATICO

As escolas deverão ser geridas democraticamente com participação de todos os que a integram, imperando as resoluções democraticas a todos os niveis no trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de estado

A DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS
ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR
TECNICO

O ENSINO QUE NOS DEIXARAM E A MANEIRA DE O TRANSFORMAR

(Tese a apresentar ao Seminário pela Direcção da AEIST)

A inexistência de ensino infantil, a fraca extensão regional do ensino primário, a divisão (desde os dez anos) entre o ensino liceal e o ensino técnico-profissional, a inexistência de meios económicos fornecidos pelo Estado aos jovens, para ingressarem nos estabelecimentos de ensino foram, e são ainda, características fundamentais da estrutura escolar portuguesa.

Elas garantiam ao fascismo a divisão cultural entre as cidades e os campos, lançando nestes últimos, com a persistência geral do analfabetismo e a defesa da ignorância secular das massas, o campo favorito para o exercício da dominação ideológica mais ignóbil dos trabalhadores rurais e dos camponeses portugueses. Nas cidades os filhos dos trabalhadores estavam, na sua maioria, condenados a prescindir de qualquer educação a seguir à quarta ou sexta classe, enquanto alguns outros conseguiam obter os rudimentos duma qualificação profissional no ensino técnico que, ao mesmo tempo, lhes vedava o acesso ao ensino superior. Entretanto os filhos de famílias burguesas, um grupo cada vez mais engrossado por alunos provenientes da pequena burguesia, prosseguem os seus estudos num ensino teoricamente de elite, e dos liceus com fim único de entrarem nas universidades portuguesas.

Finalmente, a influência da ideologia nacional-chauvinista no ensino da arte e das ciências humanas e do empirismo nas ciências da natureza, bem como a subornidação a uma disciplina escolar militarista e a utilização generalizada de várias formas de violência pedagógica, acabaram por transformar as escolas portuguesas em verdadeiras máquinas voltadas para a submissão ideológica do povo português ao fascismo, e de bloqueio das potencialidades intelectuais e da actividade criadora da imensa maioria dos jovens (e adultos) do nosso país.

Progressivamente, por motivos pedagógicos e económicos, o número crescente de alunos (que é já de há muito esmagadoramente maioritário) inicia sem concluir os seus estudos liceais e encontra-se sem qualquer preparação profissional obrigado a entrar na enorme máquina da administração do estado corporativo, nos sectores de prestação de serviços, ou, na máquina de guerra. Tudo isto acabou por denunciar, sem sombra de dúvida, o ensino liceal, como aquilo que ele realmente é: o mais completo logro pedagógico da sociedade portuguesa, próprio apenas para o "política do espírito" dos fascistas.

O ensino superior confirma e completa este quadro. No nosso país as relações de produção capitalistas desenvolveram-se plenamente mas o mesmo não sucedeu às forças produtivas. A formação e concentração de capitais, o aumento do proletariado industrial e rural não resultaram simplesmente da livre concorrência mas foram precipitados pela intervenção directa do estado fascista que impedia a defesa das classes trabalhadoras, impunha salários de fome e pesadas contribuições e apoiava os grandes capitalistas e agrários com medidas fiscais, financeiras e outras. Estas características do processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal criaram simultaneamente uma economia de fraca industrialização, de tecnologia baixíssima, pouco produtiva e um grande aparelho de estado corporativo, com largas necessidades burocráticas.

Paralelamente acentuou-se a dependência de Portugal em relação ao imperialismo. Empresas estrangeiras controlavam e controlam parte dos recursos naturais e da produção do país, além de posições importantes na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias.

Tudo isto determinou a política de ensino superior dos fascistas. A um relativamente pequeno número de universidades e faculdades era confiada a tarefa de formar aquilo a que o regime chamava os elementos de elite, que em muitos casos iam ocupar cargos de administração pública e privada.

Comparando com o de outros países capitalistas europeus, o ensino científico e técnico teve sempre uma importância menor.

A ideologia dominante conferia a estes elementos de elite um estatuto que a pouco e pouco deixou de corresponder à realidade. No entanto os quadros em Portugal tiveram, e têm ainda em alguns casos, uma situação económica e social altamente favorecida. Isto levou a que a universidade portuguesa representasse sempre, acima de tudo, aos ouvidos de muitos jovens com suficientes possibilidades económicas, a promessa de se tornarem doutores, com os proveitos práticos correspondentes.

Não admira por isso que ela se tornasse procurada por um número sempre crescente de alunos especialmente provenientes duma pequena e média burguesias ameaçadas, que ingressavam no ensino universitário muitas vezes à custa dos maiores sacrifícios. Isto deu origem, sobretudo a partir dos anos sessenta, a uma evidente expansão da população universitária, que no entanto não atingiu os níveis existentes nos outros países da Europa Ocidental.

Simultaneamente também aqui se fez sentir uma política de obscurantismo cultural e de supressão das liberdades. Foi criada e difundida pelo fascismo uma ideologia altamente reaccionária que, procurando desesperadamente alargar a base social de apoio do regime, tentava miseravelmente incutir sentimentos de superioridade intelectual e dividir os intelectuais do povo, os trabalhadores qualificados dos outros trabalhadores. Esta orientação foi sempre aplicada à custa dum apertado controlo da administração escolar, duma severa fiscalização da função docente, feita à custa da PIDE ou da cátedra, e da utilização sistemática da repressão policial contra as massas e organizações estudantis.

Entretanto o fraco desenvolvimento da tecnologia na produção económica nacional implicava um pequeno mercado de emprego para quadros científicos e técnicos de qualificação superior. Entre os cerca de onze mil engenheiros existentes em Portugal em 1972, mais de 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/5 cargos puramente administrativos ou comerciais, e, além disso 1/3 cargos que nada tinham a ver com a profissão de engenheiro.

E entre os cerca de 4000 técnicos médios de engenharia, no mesmo ano, quase 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/7 cargos administrativos ou comerciais e mais de 1/4 cargos que nada tinham a ver com a sua qualificação profissional.

É de salientar aliás, que muitos dos engenheiros classificados como quadros de produção e projecto têm na realidade uma actividade puramente burocrática e administrativa.

E, no entanto, apesar da explosão escolar e da exiguidade do mercado de trabalho não se registaram graves problemas de desemprego de quadros técnico-científicos, comuns noutros países da Europa Ocidental. Em 1971 era de cerca de 1% o desemprego entre engenheiros, e de 0,2% em 1972. Neste último ano o desemprego subjectivo era de cerca de 10%. Isto, porque se eram relativamente muitos os que entravam na universidade, eram poucos os que dela saíam com o diploma tirado.

A exiguidade das instalações escolares, o pequeno número de pessoal docente, o tipo autoritário da pedagogia, o abstraccionismo reinante nos programas, a selectividade dos exames, frutos directos de uma ideologia e duma política obscurantista para o ensino, agravados pelo desvio dos fundos públicos para a protecção aos monopólios e mais tarde a manutenção de uma economia de guerra, reduziu quase a zero a eficiência do ensino universitário. Os sucessivos impasses pedagógicos daí resultantes levam ao afastamento das escolas universitárias de muitos alunos. Todos estes efeitos eram já visíveis nos anos 50. Em meados dos anos 60 podia dizer-se que somente cerca de 1/3 dos alunos inscritos acabavam regularmente os seus

curso. E mais uma vez estes ex-alunos, apesar do seu início de formação superior, apenas encontram lugar na administração pública ou nos serviços.

Chega-se assim a uma situação em que a maioria dos jovens a quem "prometeram" ser doutores e engenheiros acabam por abandonar a universidade e "dar" em burocrata. Sem dúvida esta é a principal condição objectiva que levou ao recente aparecimento de um certo espontaneísmo e primarismo estudantil que tem como objectivo acabar, pura e simplesmente, com os exames, e assegurar que todos os alunos que não conseguem ultrapassar as dificuldades pedagógicas existentes, consigam apesar de tudo obter o seu diploma. Solução fácil, mas profundamente falsa como se acabou de ver, porque a verdadeira solução consiste em modificar as estruturas e métodos de ensino, mais do que a avaliação de conhecimentos.

Sob o fascismo a Universidade Portuguesa era um local de elite onde só tinham acesso uma minoria privilegiada e que só formava a minoria dessa minoria, com manifesto desprezo pelo facto de que para resolver problemas económicos e culturais do povo português são necessários cientistas e técnicos.

Mas mesmo os cientistas e técnicos que a universidade tem formado não são aqueles que são necessários. Servirão talvez para engenheiros administradores, para engenheiros burocratas, para engenheiros capatazes. Mas não têm a preparação para ajudarem a resolver problemas práticos que darão ao povo português melhores condições de trabalho e de vida. Os jovens engenheiros portugueses não têm uma noção real do sistema de produção do país, e mal aprenderam a projectar, planear ou investigar problemas concretos da vida. O seu trabalho limita-se a uma aplicação directa dos conhecimentos escolares, isto é, a um manuseamento de tabelas técnicas e regulamentos totalmente alheados das grandes e prioritárias necessidades do povo português.

E nada disto se dá por acaso. Foi posto nos programas de estudo, pela política educacional do fascismo, em defesa dos monopólios e do imperialismo internacional, e, é a sua resposta directa a uma economia fundada nos baixos salários e dominada pelas multinacionais. Sem muitas máquinas complicadas a manter, comprando-as quase sempre a preços fabulosos a empresas estrangeiras, construindo as fábricas portuguesas à custa de cópias de "Know-How" obviamente comprados a altos preços, americanos ou alemães, certamente que bastava ao fascismo que os engenheiros portugueses soubessem administrar, dactilografar, dirigir operários ou manusear regulamentos. Ao mesmo tempo mantinham-se as condições de exploração mais desenfreada das massas trabalhadoras e acelerava-se a dependência nacional do nosso país.

Mas uma política se torna agora possível, de defesa das classes trabalhadoras inscrita numa perspectiva anti-monopolista e de independência nacional, exige que se passem a preparar técnicos para a vida, conscientes ideologicamente das suas responsabilidades na construção de uma sociedade democrática. São escolas que satisfazam estas exigências que queremos construir.

No regime anterior a Universidade Portuguesa encontrava-se envolvida numa contradição profunda. Por um lado os interesses dos estudantes e do povo em geral de que as escolas preparem todos os alunos para a vida na medida exacta das suas capacidades e por outro lado os interesses do fascismo e dos monopólios, de que as escolas produzam um pequeno número de técnicos burocratizados e isolados do povo.

Uma crise académica surgiu inevitavelmente em 1961 e 1962, com grandes lutas das massas estudantis contra o fascismo, crise que desde o seu primeiro sinal não mais deixou de se agravar. Conscientes da sua situação e das suas responsabilidades, da identidade de interesses que mantinham com as classes trabalhadoras os estudantes portugueses rapidamente se tornaram num dos destacamentos mais aguerridos da luta popular.

É esta consciência adquirida que permite hoje ao movimento estudantil integrar-se na luta popular ajudando a que prossiga até ao fim a grande tarefa de:
- DEMOCRATIZAR O ENSINO, DEMOCRATIZAR A SOCIEDADE:

Hoje é já possível ultrapassar esta contradição da universidade e chegar a uma situação mais favorável tanto a estudantes como ao povo português.

Hoje é possível que as escolas passem a preparar os estudantes para a vida do nosso povo, conscientes ideologicamente das suas responsabilidades na construção da nova democracia.

Tudo isso exige que às velhas escolas do fascismo sucedam escolas regidas por princípios democráticos, com um ensino profundamente reformado. Tudo isso exige ainda uma política nacional de defesa das classes trabalhadoras, inscrita numa perspectiva antimonopolista e anti-imperialista. Só uma larga iniciativa de massas pode realizar estas tarefas e vencer as reais dificuldades existentes. Há pois que mobilizar e lançar na luta as várias centenas de milhar de estudantes, lado a lado com o povo português.

Defender os interesses estudantis, é hoje mais do que nunca, defender a democratização do ensino e das escolas, a liquidação do poder dos monopólios e o caminho da independência nacional do país.

A DIRECÇÃO DA A.E.I.S.T.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

1) A POLÍTICA FASCISTA DE ENSINO

A- Sublinharemos, desde já, que o fascismo em Portugal representou uma longa ditadura terrorista, exercida pelos monopólios, associados ao imperialismo estrangeiro, e pelos latifundiários.

Com o golpe militar de 1926 e a instauração da ditadura fascista, o aparelho de Estado foi posto ao serviço das forças reaccionárias do grande capital e dos grandes agrários, arredando do poder a pequena e a média burguesia e travando o desenvolvimento do movimento operário.

Através da acção compulsiva do Estado, apressou-se o processo de centralização e concentração de capitais, tornando-se o capital financeiro o senhor onipotente da economia portuguesa.

Mais, o desenvolvimento do capitalismo monopolista promoveu a fusão do poder do Estado com o poder dos monopólios, ou seja, conduziu à fase de capitalismo monopolista de estado.

No entanto, este elevado grau de desenvolvimento das relações de produção não encontrou um correspondente desenvolvimento das forças produtivas, que permaneceram a um nível extremamente atrasado. Esta é, aliás, uma das características originais de nosso país (derivada sobretudo do facto de Portugal ter sido, até agora, um país colonizado pelo imperialismo estrangeiro e simultaneamente um país colonizador).

B- Em segundo lugar, importa referir que a cultura dominante é sempre a cultura da classe dominante e é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de troca da sociedade.

Efectivamente, no caso português, o ensino vai veicular a ideologia da classe dominante, subordinar-se cada vez mais aos interesses dos grupos monopolistas e, sobretudo, vai ser moldado pela forma ditatorial de que se revestiu a sua dominação. Isto é, a política fascista de ensino para além de visar a formação de técnicos para o capitalismo e de ideólogos para o sistema, foi ditada no fundamental por objectivos predominantemente políticos.

Logo as primeiras medidas do regime, ao acabar com o ensino pré-primário oficial, ao perseguir e fechar as Universidades Populares e colectividades culturais, ao expulsar e prender inúmeros professores e estudantes, ao intensificar a propaganda fascista nas escolas, foram subordinadas ao objectivo político de manter as grandes massas populares mergulhadas no obscurantismo (e portanto presa mais fácil de exploração) e de tornar a juventude passiva e subserviente.

Como resultado da estruturação geral do ensino, da reduzida rede de instalações escolares e sua localização geográfica, do elevado custo dos livros e papéis, do número insuficiente de bolsas, dos mecanismos selectivos anti-democráticos (que expulsavam por motivos económicos uma percentagem elevada dos que apesar de tudo conseguiam ir chegando aos diferentes graus de ensino), bem como a existência de duas

vias de ensino médio perfeitamente distintas com carácter economicamente selectivo (que impossibilitava à larga maioria dos estudantes oriundos das camadas trabalhadoras o acesso ao ensino superior), as portas das Universidades estão abertas apenas a uma minoria privilegiada.

O domínio absoluto do fascismo sobre toda a vida escolar era garantido pela nomeação estatal dos reitores e directores, pela composição dos Conselhos Escolares, pelos critérios políticos de admissão de professores, pela imposição de formas de organização corporativas, traduzia-se também pela tentativa de cortar por completo as liberdades democráticas, corporizada quer numa extensa legislação anti-estudantil, quer na invasão permanente das escolas por forças policiais, quer na ameaça constante de incorporação militar para servir os interesses colonialistas.

Toda esta prática era ainda completada no plano ideológico pedagógico, pelo campear do autoritarismo catedrático, do obscurantismo, do carácter anti-científico, mistificador, crítico do ensino, agravado ainda pelas deficiências em instalações e laboratórios, pela super-lotação das aulas, pela escassez e má preparação dos professores.

C- Este panorama, acima retratado, conduziu a uma situação de completo caos, de crise profunda no ensino.

É assim que os atrasos do sistema de ensino em relação às exigências dos monopólios, e a agudização da luta estudantil, o seu carácter de massas, levaram o governo fascista a esboçar uma série de "reformas" que, por um lado, tentavam adaptar o ensino à nova fase do capitalismo em Portugal (o capitalismo monopolista de estado) e, por outro lado, dar uma resposta demagógica visando paralisar a luta estudantil e criar a expectativa nas massas populares.

Assim, e até retirando lições de fracassos anteriores, o fascismo elaborou nos últimos anos uma política mais coerente e possuía projectos mínimos que procurava efectivamente aplicar. Porém, acessado pelas próprias condições inerentes ao sistema capitalista em geral (em que a anarquia própria a este modo de produção impede grandes "previsões" e muito menos "planeamentos") agravadas por contradições e dificuldades específicas (como as provocadas pela guerra colonial e a dominação imperialista), a concretização dos seus projectos foi feita à base de atrasos e hesitações, de improvisos e remendos, e tendo sempre como pano de fundo uma ofensiva repressiva das mais violentas.

2) A NOVA SITUAÇÃO POLÍTICA SAÍDA DO 25 DE ABRIL

A queda da ditadura fascista, a destruição de alguns dos seus principais suportes, a instauração de liberdades democráticas essenciais, iniciada com o movimento de 25 de Abril, marca o início de uma nova era em Portugal.

O programa do Movimento das Forças Armadas - programa do Governo Provisório - é, sem dúvida, um programa limitado, não só por dizer respeito a um período transitório da vida nacional como também por congregar um vasto leque de forças sociais e políticas.

Porém, após o 25 de Abril, a experiência da vida política nacional

mostra que tal programa contém em si as premissas essenciais para um processo em bora irregular e complexo, abrir ao país o caminho da Democracia, da Paz, da Independência Nacional, e do Progresso Social. A atestar isto temos a existência e efectivação dos acordos de Argel e de Lusaka, que levaram respectivamente à reconhecimento da República da Guiné-Bissau e a um rápido processo de descolonização em Moçambique.

A agudização dos conflitos entre diversas forças do governo levou, depois da grande vitória das massas populares e do MPA em 28 de Setembro sobre a reacção à demissão de alguns elementos do Governo, da Junta de Salvação Nacional e à identificação das forças políticas reamente interessadas no cumprimento do programa do MPA. Estavam assim criadas os meios para grandes passos em frente no processo de democratização.

3) A CONCRETIZAÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO NA UNIVERSIDADE

A- A Reforma Geral e Democrática do Ensino

A alteração da situação política com o 25 de Abril abriu perspectivas de modificações também no sistema de ensino.

O ensino só servirá realmente o povo português com a efectivação de uma reforma Geral e Democrática do Ensino, que tenha por objectivos, nomeadamente:

-dar ao Ensino um conteúdo democrático na sua organização, nos métodos pedagógicos, nas matérias versadas, na sua interligação;

-estender o ensino às mais amplas camadas da população, particularmente aos jovens trabalhadores, modificar o critério de entrada nos escalões superiores, fazendo com que o acesso a estes escalões deixe de depender das possibilidades económicas da família do estudante;

-acabar definitivamente com o analfabetismo, aumentar a escolaridade obrigatória, criar o ensino pré-primário obrigatório, etc.

-democratizar os órgãos de gestão de ensino, fazendo depender as suas decisões da vontade do povo português e promovendo a participação de professoras e estudantes eleitos nas resoluções que directamente lhes interessam;

-o reconhecimento das Associações de Estudantes como órgãos representativos dos estudantes;

-aumentar radicalmente o orçamento para a educação, possibilitando a ampliação de quadros docentes, a sua melhor preparação, uma profunda melhoria dos aspectos técnicos (instalações, material didáctico e de investigação), o aumento radical de subsídios e bolsas aos estudantes e às suas famílias;

-transformar as escolas em centros de irradiação de cultura popular e de investigação, em particular no caso das escolas de Ensino Superior.

Embora o conjunto da Reforma Geral e Democrática do Ensino só possa ser

obtida definitivamente depois de transformações radicais da sociedade, é possível, no entanto, que o ensino deixe desde já, de estar completamente subordinado aos interesses monopolistas e que sejam dados, no imediato, passos na sua democratização.

Este trabalho tem de ser feito, e feito por técnicos, professores capacitados, profissionais competentes, com a participação concreta dos estudantes, e organizações políticas e sindicais, em estreita colaboração com o Governo Provisório.

B-A sua concretização imediata nas Faculdades

O ensino superior pode, a curto prazo, sofrer alterações mais ou menos profundas, quer na sua estruturação, quer nos mecanismos de acesso.

-As modificações dos métodos pedagógicos e dos conteúdos e interligação das matérias são pontos importantes de uma nova política de ensino.

O caminho correcto para a reestruturação do ensino consiste, essencialmente, na formação a nível ministerial de comissões específicas de técnicos e pedagogos progressistas que, em estreita colaboração com professores e estudantes e com as comissões de gestão das faculdades, tracem as grandes linhas mestras dessa reestruturação.

Há, no entanto, que manter uma grande vigilância quanto a tendências tecnicistas e cupulistas que pretendam fazer a reforma desligada das massas estudantis e populares e nas suas costas, assim como quanto a tendências burocráticas e autoritárias que pretendam que sejam unicamente os estudantes a fazer a reestruturação global do ensino em cada escola.

-O acesso ao ensino superior é outro ponto que pode sofrer, desde já, alterações radicais. A Universidade de classe que herdamos do fascismo pode e deve democratizar-se.

O libertar o ensino da dominação dos monopólios passa, forçosamente, pela abertura da Universidade a amplas camadas populares. O critério que deve nortear esta nova política tem de ser o de "ter direito ao ensino superior quem tenha capacidade" e não apenas "quem tenha dinheiro para tal".

Para que se efective este princípio é imperioso que se tomem medidas que passem, nesta primeira fase, pela destruição dos mecanismos essencialmente económicos nos quais se baseava o acesso anti-democrático à Universidade. Serão, pois, medidas socioeconómicas que permitam que tantos e tantos operários e trabalhadores, com reais capacidades de exercer outras profissões, ingressem urgentemente nas Faculdades.

Todo o tempo que se perca resulta em prejuízo dos interesses das massas trabalhadoras e dos interesses nacionais.

4) CONCLUSÕES

1ª- É possível e necessário que sejam tomadas desde já medidas que visem a democratização do ensino, favorecendo o acesso a todos os graus de ensino das mais amplas camadas da população, particularmente da juventude trabalhadora.

2ª- Como medidas imediatas desta nova política aponta-se:

a) Nas escolas em que, par este ano, seja impossível o ingresso de toda a população estudantil, o principal critério de entrada deverá ser o que dá preferência aos estudantes oriundos das classes trabalhadoras e, entre estes, os provenientes das regiões interiores. Para os que não forem admitidos deverá haver, em regime de voluntariado, serviços cívicos em que esses estudantes poderão dar o seu contributo válido para a construção do país;

b) programação e realização de provas de admissão especiais para trabalhadores que queiram ingressar na Faculdade;

c) aumento radical do número e quantitativo das bolsas de estudo, atribuídas segundo um novo critério que, tendo embora em conta o aproveitamento, se baseie fundamentalmente nas necessidades económicas do estudante e sua família;

d) redução e isenção de propinas segundo o mesmo critério da alínea anterior;

e) criação e apoio oficial a residências e cantinas para estudantes e redução dos preços de transporte;

f) criação e dinamização, no mais curto espaço de tempo possível, de novos estabelecimentos de ensino

g) contratação de pessoal pedagogicamente competente, com eventual convite a professores estrangeiros de comprovada competência;

h) apoio em cada Faculdade às Editoriais e Secções de Folhas de modo a permitir a aquisição de material didáctico a preços acessíveis;

e ainda:

i) obrigatoriedade das empresas cumprirem a legislação que faculta aos trabalhadores tempos livres para estudar;

j) criação imediata de cursos nocturnos.

Secção Pedagógica da Associação de Estudantes da Faculdade de
Engenharia da Universidade do Porto

SEMINARIO SOBRE A

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Tese apresentada pela
C.P.E. do Magistério Primário de
Lisboa

COIMBRA

1974

ANOS DE POLÍTICA ANTI-POPULAR

Uma Reforma Geral e Democrática do Ensino para ser realmente eficaz não poderá deixar de ter em conta qual a situação do Ensino em Portugal após 48 anos de obscurantismo e opressão. Assim sentimos a necessidade de fazer incidir este trabalho sobre o que foi a política do "Estado Novo" e quais as suas consequências no campo da educação e da Cultura. Será a partir desta análise que se poderão tirar ilações que permitam perspectivar o trabalho para a aplicação da Reforma Geral e Democrática do Ensino.

a) - Política Educacional da I República

A I República, incorporando aspirações de cariz democrática e socialista de alguns sectores do povo português, enfermava no entanto de um programa de acção limitado por circunstâncias internas a que não eram estranhas as tendências pequeno burguesas maioritárias no campo republicano. Assim, durante o período que medeia entre o 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926, iremos vendo uma grande parte dos preceitos legislativos desacompanhados de meios à sua realização, como aconteceu por exemplo com o decreto de 29 de Março de 1911.

No entanto, não obstante o que foi apontado, a primeira República não se limitou a estabelecer no "Diário do Governo" um programa de progresso educacional, antes pelo contrário, pois, em muitos aspectos deu passos que contribuíram para a melhoria do estado cultural e educacional do povo português.

Assim, durante o período em questão, foi estabelecido o ensino infantil oficial dos 4 aos 7 anos, o ensino primário geral em cinco classes, dos 7 aos 12 anos (obrigatório), o ensino primário superior dos 12 aos 15 anos (facultativo) e institucionalizaram-se as escolas-móveis que se revelaram de grande eficácia no combate ao analfabetismo.

No campo do Ensino normal criaram-se cursos de reciclagem para professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização para docentes das Escolas Primárias Superiores, cursos de especialização nas Faculdades para o seu pessoal docente e instituíram-se oficialmente conferências e congressos pedagógicos a fim de possibilitar a discussão sobre o ensino favorecendo intercâmbio de experiências.

Há ainda a destacar que a par deste desenvolvimento qualitativo houve uma preocupação de aumento quantitativo, tendo-se criado um FUNDO DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES com uma verba anual de 200 contos, originando isto, uma grande polarização escolar nomeadamente no interior do país.

b) - Política Educacional do "Estado Novo"

Com o advento do golpe reaccionário de 28 de Maio de 1926, toda a evolução educacional sofre uma transformação radical. Os resultados tornam-se mais evidentes a partir de 1933 com a aprovação da CONSTITUIÇÃO FASCISTA.

Em 1936 - 37 o ensino infantil - oficial é instinto, sendo as escolas infantis entregues á OBRA DAS MÃES pela Educação - nacional. Isto originaria que o numero de crianças inscritas no ensino infantil era em 1945-46 da ordem dos 959, muito inferior portanto ás inscritas em 1926-27 (2874).

Quanto ao ensino primário deram-se golpes sucessivos com inicio logo em junho

de 1926 com a extensão do ensino primário superior e com a redução do ensino primário geral para quatro classes. Em 1930, através de um diploma legal, reduz-se o ensino primário para três anos obrigatórios e extinguen-se as escolas móveis substituindo-as pelas "Escolas incompletas que em mil novecentos e trinta e um passariam a postos escolares confiados a regentes escolares com um grau de preparação menos que rudimentar.

Também um número mínimo de alunos por turma foi aumentado passando de trinta para quarenta e cinco o que originou uma baixa qualitativa no ensino bastante notória. Se algo já foi apontado acrescentarmos o enseramento, de 1936-1943 das Escolas do Magistério Primário com a consequência imediata de um déficite de 525 professores (não obstante a entrada de longas centenas de regentes), temos uma ideia aproximada das consequências da política educacional de Salazar e a sua especial incidência nos anos básicos da educação.

Graças a esta política não é pois de espantar que em 1960 as estatísticas indicassem que:

Não sabiam ler 36% da população com idade superior a 7 anos

Sabiam ler sem grau de ensino 28%

Possuíam o ensino primário 32%

Possuíam o ensino secundário 3,14%

Possuíam o ensino superior 0,74%

Se atendermos a que para possuir o ensino primário, bastava ter a 3ª classe que grande parte das vezes era ministrada por regentes escolares (que só tinham a 4ª classe como habilitações), e se pensando ainda que para saber ler se deverá exigir um pouco mais do que saber soletrar, chegaremos à conclusão que em 1960 80% da população era analfabeta ou semi-analfabeta.

Sabendo que a educação é parte de toda uma superestrutura social assente sobre uma base económica facilmente compreendemos o porquê de todo este estado de coisas. Num regime em que sómente 48% do produto nacional é atribuído ao factor trabalho (incluindo os quadros técnicos e os responsáveis de sectores) parecemos concluir lógica que esses trabalhadores não poderão ser quadros especializados, e portanto com necessidade de instrução.

É natural pois que uma necessidade de industrialização e consequente formação de quadros técnicos, tenha levado a algumas modificações no campo da educação nacional.

Permitiriam no entanto as estruturas da vida burguesa uma política educacional num sentido verdadeiramente popular e democrático? Ter-se-ia podido alterar o quadro penoso da educação nacional, no âmbito de um regime que nos seus traços essenciais (a exploração do homem pelo homem apoiado pelo terror policial), se mantinha inalterável?

Sintomática foi a pretensão "reformista" de Veiga Simão que, embora, apresentasse um ou outro aspecto digno de nota (como por exemplo uma certa descentralização do ensino) mostrou perfeitamente inoperante, e até incapaz de cumprir as funções que o próprio regime de então lhe reservava: a formação de quadros técnicos capazes de corresponderem a uma certa abertura da indústria portuguesa à Europa ocidental. Face à inoperância do demagogismo de uma tal "Reforma" uma só solução poderia servir o regime fascista: a militarização da Universidade com a utilização dos (vigilantes) "gorilas" e frequentes forças policiais.

Essa foi a política "educacional" que na prática se adoptou--- a repressão policial sobre os estudantes.

Analizemos, no entanto, mais premonitivamente a situação do ensino desde 1970 e as possibilidades que, com base nessa análise se nos oferecem para a instauração da escola democrática.

II - ANÁLISE DE ALGUMAS PERMISSAS EDUCACIONAIS

a) - Distribuição dos estudantes ao longo dos diferentes graus académicos.

Em Portugal sómente os filhos das classes mais privilegiadas têm acesso ao ensino o que determina a formação de uma pirâmide nos seguintes termos:

Ensino primário - 992 946

Ciclo preparatório - 153 710

Escolas comercial industrial e agrícolas - 128 297

Ensino liceal - 137 259

Instituto comercial e industrial, serviço social magistério e curso de educação física - 18 208

Ensino superior - 49 461

Destes dados podemos concluir que escolaridade básica de 6 anos temos 1.146.656 alunos, no ensino secundário 265.556, no ensino superior 49.461 e no ensino médio 18.206.

Verificamos pois um grande acréscimo de estudantes à medida que o grau de ensino vai aumentando, e podemos por curiosidade verificar também que a despesa do estado vai aumentando com cada aluno à medida que este avança do grau académico

Assim em 1970 o Estado gastou com cada aluno do ensino primário oficial 1.120\$00, 3.600\$00 com cada um do Ciclo Preparatório do ensino secundário (CPES) 3800\$00 nas escolas comerciais e industriais, 4800\$00 no ensino liceal, 7.200\$00 por cada estudante do ensino superior.

Sabendo (e veremos melhor mais adiante) que são os filhos das classes mais ricas que em geral conseguem chegar à universidade, e, vendo a distribuição de verba estatal verificamos que o sector de ensino figura como um imposto regressivo que pesa sobre os mais pobres em favor dos mais privilegiados.

b) - Escola única e a origem social dos estudantes.

Como já foi dito, o acesso ao ensino e a cultura depende em grande parte da origem social de um individuo e de facto é este que tem determinado até que ponto da estrutura académica, um dado estudante tem acesso.

O ensino infantil sendo particular, é para os que podem frequentar já um factor de privilégio à partida.

O ensino primário estando dividido em oficial e particular, oferece para aqueles que tiverem possibilidades de frequentar este ultimo a vantagem de melhores métodos pedagogicos e meios didáticos mais actualizados. Este é mais um factor de divisão em ordem à origem social e benefício dos já por si mesmo beneficiados.

A seguir ao ensino primário vêm as maiores divisões, quando surgem aos alunos três opções diferentes cada uma destinada a um extrato económico específico dos estudantes. Assim o ciclo complementar do ensino primário (5ª e 6ª classes)

tinham-se aos alunos filhos de trabalhadores de menores possibilidades materiais.

O Ciclo Preparatório do ensino secundário (CPES), embora gratuito propinas, pelas despesas que acarreta em material e até por uma série de conceitos a ele ligados, destina-se já a filhos de uma camada média mais menos possibilitada. A diferença entre um aluno que sai do S.P.E.S. e um que saia da 6ª classe do ensino primário é muito grande, pois enquanto o primeiro está apto a seguir um curso liceal o segundo dificilmente o estará. Existindo ainda o Ciclo preparatório T.V., parece-nos que pelo nº de alunos inscritos e pela fraca operância da sua estruturação não contribui de maneira alguma para melhorar o quadro do ensino pos-primário.

No ensino secundário estabelece-se a maior diferenciação quando um estudante opta pelo ensino técnico ou liceal. Enquanto que este último é em geral seguido por aqueles que querem continuar para curso superior, o primeiro destina-se aqueles que pela sua situação económica familiar necessitam de emprego a mais curto prazo.

Existindo ainda a via do ensino particular (colégios) mais ainda se diferenciam os estudantes, num mesmo grau de ensino, consoante a sua origem social e classe. A este respeito é sintomático o seguinte quadro:

Profissão do pai Escolas técnicas liceus colégios
Percentagem em relação ao nº de alunos
de cada tipo de ensino

Grupo	1	13	24
Grupo I	1	13	24
Grupo II	8	23	46
Grupo III	19	37	19
Grupo IV	65	26	6

Grupo I- Posições sociais elevadas. Profissões liberais.

Grupo II- Pequena e média burguesia.

Grupo III- Empregados; trabalhadores independentes.

Grupo IV- Operários, camponeses, trabalhadores de serviços domésticos e pescadores.

O ensino universitário embora tendo aumentado, o seu nº de elementos continua a ser por excelência o ensino aristocrático pois o aumento da taxa de escolaridade deu-se quase que exclusivamente no seio da classe dominante em seu exclusivo benefício.

Dos estudantes que em 1964 frequentavam a universidade; 85% eram oriundos do extrato social mais rico, o qual representa 11% da população, quer isto dizer, que 89% do povo português só tinha para os seus filhos 15% do número de estudantes universitários.

Conclusão: se pretendemos assegurar a democratização do ensino teremos que lutar pela obtenção de uma via escolar única, o que evidentemente não deverá excluir uma multiplicidade de opções dentro das capacidades próprias de cada indivíduo. Essas opções devem-se no entanto fazer no seio de um "tronco comum", sendo necessário para todos os portugueses o avanço na escolaridade em idênticas condições de partida e tendo como termo final as atualidades de cada um.

Tal transformação à semelhança de muitas outras só se obterá através de uma reforma escolar se houver uma transformação radical das estruturas da sociedade.

A fisionomia do país tem até agora apresentado duas faixas profundamente diferenciadas, indo diminuindo o teor educacional à medida que se entra para o interior sendo o analfabetismo maior no nordeste e no

	Centros urbanos	Zonas rurais
Com ensino primário	39%	29%
Sabiam ler sem grau de instrução	30%	8%
Não sabiam ler	20%	41%
Com ensino secundário	9%	1,4%
Com ensino superior	2%	0,3%

Sendo o ensino primário o de maior difusão ao nível do interior do país verificamos, no entanto, que também neste campo existe uma grande diferença entre os distritos mais industrializados e beneficiados economicamente e os de maior atraso.

Sendo a média de professores por cada estabelecimento deste tipo de ensino de 1,6 (o que já por si significa a coexistência de várias classes numa só sala de aula e com péssimas condições de ensino) verificamos em 54,5% dos distritos a média é ainda mais baixa do que a que já encontramos. Assim em Beja é 1,4, em Faro 1,4, em Santarém 1,3, Castelo Branco 1,3, Coimbra 1,3, Bragança 1,2, Guarda 1,2, Leiria 1,2, Viana do Castelo 1,2, Viseu 1,2, Vila Real 1,07.

Comparando estes índices com os de Lisboa e Porto, ambos de 2,6, verificamos a enorme desigualdade existente entre os meios urbanos e rurais, mesmo ao nível do ensino primário.

Estas desigualdades vêm-se a acentuar quando verificamos qual a percentagem existente ao nível do ensino secundário.

- Assim avendo um total de 452 estabelecimentos liceais, verificamos apenas 70 pertencem ao ensino oficial sendo portanto particulares restantes 382. A percentagem de liceus oficiais é pois de 15,4% agradecendo este número ainda mais pelo facto de que o ensino oficial se concentra quase todo em Lisboa e Porto,

As estatísticas de 1970/71 fornecem-nos os seguintes dados sobre percentagens de estabelecimentos do ensino liceal oficial ao nível dos distritos do país: Lisboa e Porto 20%, Castelo Branco 15%, Coimbra 8%, Faro 15%, Bragança 14%, Aveiro 13%, Santarém 10,7%, Viseu 7,1%, Beja 6,6%, Leiria 4,5%, Guarda 4,3%. Deste dados ressalta a predominância das regiões interiores e sul do país como as mais deprovidas de ensino oficial liceal.

Acrescente-se ainda que em 173 concelhos (57% do total) não há ensino liceal oficial.

Quanto as escolas comerciais e industriais a situação é inversa.

Das 146 escolas existentes no país, 121 são oficiais e existem em maior percentagem nas cidades do Porto e Lisboa, distribuindo-se portanto nos distritos do interior.

Quando observamos as disparidades entre o ensino oficial liceal e particular, o que constatamos é que se reserva à elite privilegiada dos centros urbanos a possibilidade de vir mais tarde a seguir um curso superior pois como já dissemos anteriormente, só o liceu facilita a continuação dos estudos.

Pela distribuição dos liceus e das escolas comerciais e industriais verificamos mais uma vez que a política educacional destina-se sobretudo a servir um sistema económico de exploração do povo Português.

Quanto ao ensino Universitário, basta dizer que ele só existe em Lisboa, Porto e Coimbra, e, que a grande maioria dos estudantes que aqui frequentam são oriundos das próprias cidades. Conclusão: do que atrás dito conclui-se a necessidade de numa futura política educacional acabar com a discriminação de acesso ao ensino existente entre as zonas rurais e urbanas, devendo-se para tal, descentralizar a educação e a cultura.

d)- OS OBJECTIVOS DOCENTES

A aplicação da reforma rural e democrática do ensino não será possível sem existência de um corpo docente devidamente preparado para o exercício da profissão. No anterior regime, mesmo no aspecto quantitativo era péssimo. Senão vejamos:

O nº de professores em 1970/71 (contados tantas vezes quantos os ensinamentos ministrados) era 58.897, situando-se no ensino sómente 47.161, distribuídos pelo ensino infantil (692), ensino primário (29.554), ensino secundário (26.440), ensino superior (2726), ensino normal (485).

Para esta enorme deficiência nº de professores apontamos os níveis de remuneração do professorado que ficam muito aquém do que seria desejável para fazer ingressar no ensino os quadros que este carece.

Obsevemos depois quais as remunerações nos diversos graus de ensino em 1972/73:

- professores primários- 3.200\$00 (quando entram) ou 4.200\$00
no fim de 30 anos, sujeitos a descontos.
- professores do CPES- 5.800\$00 (quando entram) ou 4.200\$00
se forem professores de trabalhos manuais
- auxiliares do CPES- 5.200\$00 (quando entram) ou 3.800\$00 se
forem professores de trabalhos manuais
- Professores do ensino liceal- do 1º ao 9º grupo 6.500\$00 (quando entram)
e técnico eventuais - 5.800\$00

Ensino Superior.

- catedrático 13.000\$00 com uma diturnidade.
extraordinários 11.600\$00
s/diturnidades
- Prof. de cadeira
anexas ou desenho
- leitores e primeiros assistentes 6.500\$00
- Segundos assistentes 5.800\$00

Como vemos é bastante baixo o vencimento do professor oficial em Portugal o que determina a leccionação particular ou as cumulações de funções.

Acresce que as disparidades de vencimento instauram desigualdades perfeitamente descabidas, pelo menos em função da importância pedagógica dos diferentes graus de ensino na formação dos alunos.

Objectar-se-á que a preparação não é idêntica. Pergunta-se porém por que motivo há-de um professor do C.P.E.S. ou do liceu "Rogério Fernandes"

Conclusão:

Consideramos ser parte integrante da luta pela reforma geral e democrática do ensino, a luta pela elevação do nível qualitativo e quantitativo do pessoal docente. Cabendo este aspecto da luta às organizações sindicais do professorado não devem no entanto os estudantes deixar de ter em conta este aspecto.

III --- Breves considerações sobre a forma de manobrar as permissas apresentadas.

Apresentados que foram alguns dos aspectos básicos do que foi e do que deverá ser a política educacional parece-nos do que foi trabalho ficaria incompleto e poderia ser incorretamente interpretado se não explicássemos que a resolução dos problemas apresentados não se resolverá nem conjunta nem disjuntamente por qualquer solução como:

Alteração dos sistemas pedagógicos, alteração das estruturas do ensino, alteração das condições de docência etc;


O ensino em Portugal não podendo suportar qualquer transformação reformista ou tecnocrática depende da capacidade de se alterarem radicalmente as estruturas económicas, sociais e políticas da vida portuguesa mas nunca no sentido de um capitalismo ou neocapitalismo europeu. só quando alcançarmos o pagamento de igual salário a igual trabalho aos homens, mulheres e jovens, a qualificação profissional e promoção dos jovens trabalhadores, a proibição de trabalho infantil, o respeito pela jornada de oito horas, o pagamento devido das horas suplementares, a segurança no trabalho, a protecção à mulher na gravidez e no parto, a assistência à infância, o estabelecimento de um sistema eficaz de assistência médica e seguros sociais na doença, desastre, invalidez e desemprego, estabelecimento de férias anuais pagas, melhoramento das condições habitacionais (baixa de rendas e uma nova política de construções) o estabelecimento de facilidades de estudo para os trabalhadores (jovens ou não), etc, só então conseguiremos e a partir das bases já apontadas, uma reforma geral e democrática do ensino que coloque o ensino ao serviço do povo português.

POR UM NOVO ENSINO DE ENGENHARIA

Tese da célula da União dos Estudantes Comunistas do
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA

Devido á grave situação em que se encontra neste momento o ensino em Portugal, pensamos que uma tese a apresentar neste encontro, deverá ser antes de mais, um guia para a acção, que lance as perspectivas imediatas para a saída do impasse a que certas escolas chegaram.

Foi neste sentido que a célula da união dos estudantes comunistas do ISEL decidiu apresentar esta tese, ainda que muito suscinta devido ao pouco tempo para a elaborar, pensando assim contribuir para o avanço do processo da construção das novas escolas que são os ISE.



No actual processo revolucionário que estamos a atravessar as grandes massas estudantis tomaram a seu cargo e nas suas próprias mãos o encabeçamento de toda a luta por um ensino antimonopolista e antilatifundiário, por um ensino popular. Toda esta luta desenvolvida por várias escolas atinge o seu ponto político mais específico nos ISEs antigos IIs (Institutos Industriais) devido não só às classes que neste momento ali estão representadas mas também pelo volume e qualidade de trabalho ali desenvolvido.

Neste momento e depois de toda a reestruturação levada a cabo dentro destas escolas elas são realmente escolas vivas e progressistas, escolas essas onde se deu uma forte machadada em toda a estrutura classista de ensino.

Com o desmoronar desta estrutura abre-se o caminho para a institucionalização de uma via única de engenharia, primeiro passo para a consolidação de um ensino unificado, um ensino verdadeiramente antimonopolista e antilatifundiário grande vitória das forças progressistas, pela R.G.D.E..

Assim têm estes Institutos importante papel a desempenhar na formação do técnico novo, do técnico altamente especializado e que uma vez no mundo do trabalho será verdadeiramente o técnico engenheiro tecnicamente capaz e politicamente consciente.

De tudo o que expusemos atrás deixamos transparecer todo o excepcional interesse que o País terá na formação destes técnicos, mas não deixaremos de lembrar que todas as conquistas alcançadas pelos estudantes poderão ser sabotadas ou inexoravelmente reduzidas, se as escolas não dispozerem do volume de verbas realmente necessárias ao bom funcionamento das aulas, nomeadamente no que respeita á contratação de professores.

Não foi só no ensino que encontramos situações caóticas pois elas verificam-se em toda a sociedade portuguesa daí os graves problemas que neste momento se levantam á efectivação de um funcionamento pleno dos ISEs, pois um dos problemas que se nos deparam é a falta de verbas que permitam a transformação radical nas nossas escolas.

Os estudantes dos ISEs estão conscientes que essas carências monetárias não poderão ser completamente sanadas enquanto não se banir toda a estrutura capitalista na sociedade portuguesa.

Não devem os estudantes neste momento servir-se de tal situação para a paralisação de tais escolas, mas sim apontarem para soluções que embora de caracter provisório possam permitir o funcionamento das mesmas, dando todo o seu contributo para a derrocada das classes que oprimem e exploram o povo português.

Assim parece-nos correcto neste momento o recurso a pessoas ligadas a outros estabelecimentos de ensino ou centros de investigação e á indústria controlada pelo estado para em regime de regência substituírem ou superarem as carências de pessoal docente e técnico, o que forçosamente iria aliviar o orçamento escolar permitindo assim a aplicação de dinheiros a material técnico.

Grande contributo poderia ser também dado pelos estudantes e professores se estes nas suas actividades laboratoriais e oficiais construíssem material técnico e não só que pudesse vir a ser utilizado por estas escolas e outras como material didático.

Para a defesa intransigente dos objectivos que as largas massas de estudantes dos IIs defeniram, torna-se necessário tomar medidas para que as novas escolas que acabamos de rejuvenescer não vinham a ser assaltadas pelas elites burguesas em decadência.

Para tal são objectivos imediatos.

1º-Que o acesso aos ISEs seja dado aos estudantes vindos dos cursos industriais e secções preparatórias, e ainda principalmente, aos trabalhadores estudantes que sempre lutaram pelo acesso ao ensino superior o que sempre lhes foi negado.

2º-Que a entrada aos estudantes que vêm dos liceus lhes seja condicionada de acordo com a sua preparação prática.

Tudo isto porque os estudantes trabalhadores e os estudantes das escolas técnicas vêm de um modo geral iniciados em toda a actividade industrial.

O ensino ministrado nestes ISEs, dentro do espírito do novo técnico que se pretende, deve ser um ensino virado a prática, que esteja especialmente ligado à produção.

Isto porque além de se desejar um técnico altamente qualificado se possa contribuir para o rápido desenvolvimento económico do país, através deste novo tipo de ensino, vai tomando contacto com as realidades nacionais, vai ser ganho para o lado do povo trabalhador, e sob a sua direcção, participar na luta deste por uma sociedade mais justa; a sociedade socialista.

Mas a formação deste novo técnico é impossível com a existência de um tipo de ensino essencialmente teórico e fechado.

O que propomos é que haja uma interligação entre a escola e a produção. Assim consideramos que todo o plano de estudo deverá ser acompanhado através de colloquios e aulas práticas por técnicos profissionalmente ligados ao campo industrial; variadas visitas de estudo; alguns mini-estágios; e principalmente o aproveitamento de parte do tempo de férias na resolução de projetos de carências imediatas das populações rurais.

Também no campo da investigação em Portugal muito há que criar. Até agora é quase inexistente uma investigação nacional, tem-se limitado a andar a reboque da investigação Imperialista.

Urge por termo a esta situação além de que para se poder ter um forte sector industrial nacionalizado é necessário a existência de técnicos votados à causa da revolução que possam assegurar o funcionamento em pleno desse sector.

É objectivo primordial ligar parte do ensino dos ISEs à investigação, iniciativa essa apoiada pelas empresas estatais que deverão por ao seu dispor tanto os meios materiais como técnicos especializados que irão colaborar em planos de estudo que defendemos sejam ligados à resolução de projetos dirigidos para os graves problemas nacionais.

É de realçar também a importância do intercâmbio de experiências e estudos com os institutos estrangeiros de preferência os dos países socialistas, pois nestes, devido ao seu sistema de ensino ser feito na base da ligação do trabalho intelectual com o trabalho manual podendo assim dar-nos uma ajuda preciosíssima no avanço da criação do novo ensino que se pretende.

Ensino esse que deve estar ao serviço do país e consequentemente do povo trabalhador.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA
DE COIMBRA.

COIMBRA
1974

O ACESSO AO ENSINO E AS OPORTUNIDADES DESIGUAIS

O Acesso em melhores condições de mais vastas camadas da população a um ensino renovado é esperança e objectivo que se polariza na mais em voga das expressões ao nível da escola portuguesa DEMOCRATIZAÇÃO.

Durante o fascismo estudantes e professores progressistas opunham sem hesitações a perspectiva da Reforma Geral e Democrática do Ensino à política escolar obscurantista e reaccionária do Salazarismo ou à opção tecnocrática e neo-capitalista do reformismo caetanista sabendo que só o derrubamento da Ditadura tornaria possível a sua concretização. Hoje porém o ter acontecido 25 Abril não foi bastante para que as escolas se abrissem como por encanto às massas populares colocando-se sem esforço ao seu serviço.

Tendo nós a noção básica de que em qualquer sociedade dividida em classes o ensino existente é forçosamente um ensino de classe, no Portugal actual, recém-saído duma ditadura terrorista dos monopolios e latifundiários, e ainda que se avancem e concretizem medidas antimonopolista, e de protecção em todos os campos das massas trabalhadoras, o ensino não conseguiu ainda libertar-se totalmente das características que o enformavam de conservador e reproduzidor da estratificação social e dos modelos culturais próprios do fascismo.

Dáí que uma questão se coloque: se todo o sistema de ensino pressupõe uma opção política que lhe é anterior e um modelo social que lhe está subjacente, por que meios conseguiremos a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino em Portugal Democrático que estamos a construir?

É que hoje ninguém separa já a construção duma nova Escola da consolidação duma nova sociedade democrática.

Da constatação sucessiva e penosamente provada, de que as formas e conteúdos dum saber que é transmitido não são neutros mas antes veiculam sempre a ideologia da classe em cujo proveito o poder político se exerce, e de que os moldes em que se processa o acesso ao ensino estão na imediata dependência do modelo prosseguido de estruturação sócio-económica, passaram os estudantes portugueses a perspectivar as suas lutas sob o fascismo por objectivos conscientemente políticos visando estrategicamente a transformação sócio-económica global como meio de alcançar as desejadas modificações democráticas da escola.

É conservando integra esta perspectiva que a tarefa que hoje se coloca como primeira realização das transformações sociais ainda necessárias à criação no nosso país das condições que levarão à resolução do problema da democratização do ensino nomeadamente no que se refere ao acesso ao saber e à cultura dos estratos populacionais deles tradicionalmente afastados.

Para iniciarmos a apreciação dos desequilíbrios verificados no acesso ao ensino de largas camadas da nossa juventude, introduzamos alguns números nesta exposição:

No ano lectivo de 72/73 o "funil" da desigualdade de oportunidades da Escola portuguesa ficou estruturado nos seguintes moldes:

Primário	970 000
Preparatório	202 000
Liceu	176 000
Escolas Técnicas	139 000
Universitário	54 000

ou mais esquematicamente:

Básico	1 173 000
Secundário	338 000
Superior	64 000

o que se pode interpretar, sabendo nós também que se estava já em pleno período de reformas caetano-simonianas, como revelando uma política educacional demagogicamente apresentada como liberal e democratizante mas que na realidade era restritiva, elitista e semeada de gargalos selectivos que reservavam o saber aos privilegiados pelas suas origens de classe. Era ao fim e ao cabo um ensino apenas preocupado com a formação dos quadros necessários ao desenvolvimento estável do sistema relegando para plano irrelevante a elevação do nível cultural e da formação humana e social de enormíssimas camadas da população condenadas a um analfabetismo absoluto ou apenas mitigado através da ilusão dum saber ler e escrever rudimentar.

É isto mais notório se torna se soubermos interpretar o significado do facto de no ano considerado (1973) ser de 1662 000 o total das crianças dos 5 aos 14 anos em Portugal e de apenas cerca de 1 300 000 de entre elas estarem matriculadas em estabelecimentos de ensino.

Ou então a disparidade mais flagrante do número de 3 026 000 pessoas entre os 5 e os 24 anos existentes no nosso país e de apenas cerca de 1 600 000 delas estarem a estudar.

Creemos que estes são números bem demonstrativos daquilo que o ensino fascista realmente não era - um ensino aberto e democrático; e bem ilustrativa daquilo que afirmamos - antes de 25 de Abril o ensino em Portugal limitava-se a colocar instrumentalmente os estudantes ao serviço dum sistema amoldado aos interesses dos monopólios e das suas necessidades e exigências ao nível do aparelho de estado.

É muito ligado ao que afirmamos está o facto de o desequilíbrio dos níveis de frequência escolar no nosso país coincidir exactamente com o grau de desenvolvimento regional de cada um dos seus distritos. Aliás sabendo-se quanto o sistema capitalista de exploração é gerador de desequilíbrios (entre indivíduos, entre países, entre regiões) os números que a seguir se apresentam provam que as percentagens regionais de acesso ao ensino longe de serem equilibradas por uma política educacional reformista que ao menos tentasse suprir as assincronias entre os níveis culturais de diferentes distritos, que todo o passado de subdesenvolvimento ajudou a acumular, antes e naturalmente se faziam coincidir com os distintos níveis de desenvolvimento económico regional português. É isto já para não entrarmos na análise específica dos abismos locais existentes entre as cidades e as zonas rurais o que nos revelaria números ainda mais dramáticos e incriminatórios para o fascismo e a sua política de ensino.

Assim, ponderando o número de jovens existentes em cada distrito entre os 5 e os 19 anos e simultaneamente o número de matriculados no ensino básico e secundário chegamos às seguintes distintas percentagens de escolaridade máxima:

Porto	82,6%
Lisboa	81,3%
Setúbal	69%
Coimbra	64%
Faro	64%
Santarém	63,4%

e em contrapartida às mínimas:

Angra do Heroísmo	47,9%
Beja	54%
Portalegre	54,6%

Bragança	55,3%
Vila Real	55,6%
Castelo Branco	56%
Viseu	56%

números estes que dispensam comentários e provam inequivocamente o que outras afirmamos.

Porém não basta que darmos-nos pela consideração de que há desigualdades no acesso à escola e aos diferentes graus de ensino, e nem sequer será suficiente o argumento que tal decorre naturalmente duma sociedade dividida em classes ao serviço dos interesses duma minoria que controla mecanismos económicos e políticos.

Se reduzissemos a tal a nossa perspectiva poderíamos avançar com propostas e sugestões reformistas de mais bolsas de estudo, mais facilidades de transportes, de alimentação, de residências sociais, etc., e nós sabemos bem quais os resultados de dezenas de anos de políticas deste tipo nas democracias burguesas europeias. Por exemplo em 72/73 as percentagens de estudantes oriundos da classe operária que frequentavam cursos superiores eram de:

3,7%	na Suíça
5%	na Áustria
6%	nos Países Baixos
7%	na Noruega
8,5%	na R.F.A.

(números do Conselho para a Cooperação Cultural na Europa)

Aliás é bem característico destes países capitalistas o facto de recorrerem frequentemente ao numerus clausus como meio de limitar o acesso ao ensino em certos ramos visando a adaptação do número e da qualidade dos futuros quadros técnicos às necessidades variáveis sa curto prazo da indústria e do aparelho de Estado.

Mas para além disso é normal também o número clausus vir acompanhado de diferentes formas genéricas de selecção social e até política.

É assim que em França hoje de 1 000 jovens provindos da classe operária apenas 34 alcançam a Universidade ao mesmo tempo que de 1 000 jovens filhos de quadros superiores e profissões liberais são 570 os que têm possibilidade de frequentar um curso superior.

Isto porque a escola burguesa, por mais correcções e reformas que lhe sejam introduzidas, acentua, reproduzindo-as, todas as desigualdades e contradições da sociedade. E daí que por exemplo a causa principal do chamado "mau aproveitamento escolar" não reside nem nos estudantes, nem nos professores, nem nas famílias, mas nas condições particulares criadas por um sistema que se baseia e se alimenta do desequilíbrio e da exploração. Logo a igualdade de oportunidades na escola e na sociedade capitalista sê-lo-á sempre de pura forma pois o que revelará é a desigualdade real gerada por um sistema social que obriga a que o filho dum trabalhador não possa nunca, salvo excepções raríssimas tornar-se director de empresa ou funcionário superior do Estado.

Há pois desigualdades insuperáveis nos quadros dum regime capitalista. Por mais aperfeiçoado sistema de bolsa que se institua e maiores benefícios sociais que se concedam aos estudantes, como sucede nas sociedades burguesas avançadas, como poderá entender-se que a inteligência continua "por nascimento" elevada para os filhos da alta burguesia e dos quadros superiores, razoável para os oriundos de pequena e média burguesia, e quase nula para os jovens originários dos meios rurais e zonas operárias?

O facto é que as ciências humanas opõe sérios desmentidos dos falsos teóricos do igualitarismo reformista na escola. É que não é possível ignorar que enquanto o aluno rico chega à escola aureolado de todas as facilidades, manuseia com à vontade a linguagem e os conceitos, utiliza já uma bagagem cultural que o ensino pré-primário e os seus contactos sociais lhe forneceram, bene-

ficia de bom ambiente familiar, recreios, alimentação, etc. os estudantes não privilegiados cujos pais são explorados como operários ou esmagados pelo sistema como pequenos funcionários, comerciantes ou agricultores, que vivem num "outro mundo" de preocupações sócio-culturais, que sobre privações, vivem em deficientes condições de higiene e tem alimentação insuficiente ou desequilibrada, estão à partida num nítido estado de inferioridade, dificilmente estarão atentos às lições, com mais dificuldade raciocinarão, a capacidade de trabalho será menos, etc.. Estes últimos serão sempre os desherdados do sistema por mais vantajosas possibilidades que eventualmente se lhes oferecem de progredir dentro dele.

Assim se explica que só soluções materiais imediatas (distribuição de bolsas v.q.) não se fazem de forma alguma suficientes, e que para além duma completa reestruturação do conteúdo e dos métodos do ensino (que sendo uma arma ao seu serviço, estão também sempre connexionadas com as preocupações e bagagem cultural de classe dominante) só profundar alterações sociais no nosso país possibilitarão a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino a todas as camadas da população.

Doutro modo seria como se insistisse em colocar sob o pretexto da democracia, todas as crianças duma determinada idade numa mesma piscina esquecendo o facto de algumas já saberem nadar e outras não, e utópico seria pensar-se na obtenção duma maior igualdade entre elas.

Ou seja, citando o pedagogo inglês Ronald Daves "pretender resolver o problema exclusivamente no sector da instrução é pura e simplesmente ignorar a evidência das suas extensivas ramificações causas e efeitos..."

Onde pois a solução?

Os países socialistas resolveram em princípio o problema da democratização do ensino, através da transformação revolucionária da sociedade. Criando-se condições para uma alteração completa do ambiente sócio-cultural de todas as camadas da população e das próprias famílias ficaram abertas as portas para o aparecimento das condições necessárias para a valorização das capacidades da sociedade no seu conjunto.

Preparando o estudante tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para a sua participação na gestão da sociedade, sem outra distinção que a das próprias possibilidades de cada um, a experiência da edificação do socialismo destruiu o mito, segundo o qual será inevitável o foro entre os homens que utilizam no seu trabalho as suas capacidades intelectuais e aqueles que nele empenham as suas energias físicas.

Cada um é orientado para onde se mostrar mais útil à sociedade e aí lhe são asseguradas todas as possibilidades de pleno desenvolvimento das suas aptidões e qualidades.

Velutine, Ministro Soviético da Educação, declarou por exemplo, numa entrevista em 1973 "*vi vemos numa sociedade planeada, onde não há excesso de profissionais. Conhecemos as nossas necessidades até à última pessoa com a possível excepção de cantares, músicos e outros cujo talento não pode ser planeado. O Ministro da Educação está agora a marcar o número de admissões nas Escolas Superiores para 1977 e os planos estão já estabelecidos até 1980*".

Além de que, recordamos, na URSS, a instrução é completamente gratuita a todos os níveis e 75% dos estudantes nos graus médio e superior, são mesmo remunerados, recebendo um pré-salário.

Que conclusões poderemos nós extrair desta experiência socialista, para o nosso caso português?

Hoje vive-se entre nós uma situação que politicamente se pode caracterizar, pela conquista e consolidação dum Estado amplamente democrático.

A luta anti-monopolista e anti-imperialista está na ordem do dia. Avança-se para uma política económica e social de protecção e auxílio às classes menos privilegiadas.

No ensino, grandes passos foram já dados: a gestão democrática das escolas, o saneamento em curso, a abolição de certas matérias e a reestruturação de muitas outras, a alteração dos métodos de transmissão e a avaliação de conhecimentos, são passos chaves para a conquista da R.G.D.E.. Porém grandes dificuldades se deparam ainda: desde a carência de professores habilitados e instala-

ções capazes de albergar todos quantos quizerem ascender aos benefícios da cultura, até ao perigo da deterioração da qualidade do ensino ministrado.

É impossível exigir que tudo se concretize em prazos limitados e ainda muito há que avançar em medidas gerais de ordem política e social que possibilitem que o acesso ao ensino se liberte da dependência de motivos de ordem económica.

Sem a execução de profundas alterações democráticas no campo da habitação social, dos transportes públicos, no controle do Estado sobre preços e salários, no auxílio ao desenvolvimento rural, na constituição de cooperativas e de empresas públicas, no avanço para medidas gerais de planificação económica e social e para profundas reformas e alterações na política fiscal de rendimentos, a completa democratização do acesso ao ensino não será possível.

Daí que devamos ter sempre bem nítido que tal democratização só será completa quando se conseguir libertar o acesso ao ensino dos condicionalismos de ordem sócio-cultural, que hoje largamente o rodeia entre nós e na generalidade dos países capitalistas, e tal objectivo, só o socialismo o concretizará.

E aos estudantes não compete o papel de reflectores desta desejável evolução.

Críticas inconsequentes e longinquis, teorias pseudo-iluminadas e ditas avançadas de soluções milagrosas, o desinteresse e a apatia inconscientes, apenas podem levar à paralização e ao retrocesso.

Os estudantes terão de se empenhar concretamente no levar às últimas consequências a Reforma Geral de Democrática do Ensino que se deseja, colocando-se ao lado das massas populares e do povo trabalhador na luta pelo alargamento da actual democracia política em Portugal, aos campos do económico e do social.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Os estudantes portugueses com o derrube do ditador fascista em 25 de Abril, vieram criadas as condições objectivas necessárias para avançar na concretização daquilo que foi a sua bandeira de luta durante o duro regime fascista: por um lado o reforço de estruturas associativas de tal forma organizadas que lhes permitisse uma efectiva intervenção no processo democrático; por outro lado a concretização de certos pontos sobre a democratização da estrutura do ensino.

É neste sentido que as A.A.E.C. decidiram promover um amplo debate a nível Nacional organizado no âmbito de Comissão Pró-Unap em que participem o maior número de estudantes em colaboração com outros sectores directa ou indirectamente ligados ao ensino. A materialização desta iniciativa será o Seminário sobre a Democratização do Ensino, cujos objectivos serão principalmente a clarificação e definição de certos pontos da Reforma Geral e Prática do Ensino, hoje, programa de acção dos Estudantes Portugueses.

A política fascista do ensino caracterizada pelo anti-cientifismo e o consequente obscurantismo pretendem sempre desenvolver uma falsa contradição estudante-professor (como duas posições antagónicas, "por natureza") querendo desviar a denúncia do que havia de essencialmente caracterizador nessa política; tentava confundir-se o essencial com o accesorio.

Mas os estudantes portugueses, na luta que desenvolveram contra a política fascista do ensino, sempre souberam denunciar os pontos essenciais dessa política anti-popular, autoritária e repressiva.

A situação política que vivemos exige nos estudantes uma ampla e efectiva participação na construção democrática de uma sociedade nova, de um ensino verdadeiramente ao serviço do povo português. Contudo, o fraco desenvolvimento do M.A. em certos sectores das massas estudantis impede-nos uma intervenção tão grande quanto necessária no avanço de medidas concretas que conduzam à materialização daquilo que os estudantes apontam como objectivo. Isto revela-se sobretudo no sector do Ensino Secundário, o que justifica de certa modo a pouca participação dos estudantes do Liceu e Escolas Técnicas neste Seminário. Pode mesmo dizer-se que a participação se reduz às escolas onde os estudantes se encontram minimamente organizadas.

Concluimos, no entanto, que a organização deste Seminário bem como as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária, grandes iniciativas da Comissão Pró-Unap, contribuiram decididamente para um mais amplo reforço do Movimento Associativo e a união das massas estudantis na acção de concretizar os objectivos por elas definidos.

**SEMINÁRIO SOBRE
DEMOCRATIZAÇÃO DO
ENSINO**

COIMBRA 13-17 DE NOVEMBRO

NO TEATRO S. VICENTE

**O SEMINÁRIO ESTÁ ABERTO À PARTICIPAÇÃO DE
TODOS OS ESTUDANTES INTERESSADOS**

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO É TAREFA DE TODOS NÓS

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

FESE organizada pelo Movimento Associativo da
Escola Comercial Oliveira Martins

COIMBRA

1974

A DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO AO ENSINO

Os estudantes têm o acesso ao ensino como um direito legítimo. No entanto, a intrasigência das massas estudantis é dificultada por barreiras sócio-económicas. A maior parte das famílias portuguesas não têm uma posição sócio-económica capaz de fazer face às avultadas despesas monetárias para sustentar o estudante.

Assim é dever da entidade estatual o auxílio e a abertura de acesso ao ensino das massas populares.

Como solução transitória para este problema limitamo-nos a apresentar uma saída a curto prazo, isto é, a instituição do pré-salário e o aumento de bolsas de estudo.

A VIA ESCOLAR ÚNICA: A SUPRESSÃO DA DISCRICÃO ENTRE ENSINO TÉCNICO E LICEAL

Ao pretendermos um ensino único, visamos a concretização dum bloco homogénio, constituído essencialmente por estudantes, para que a unidade como factor fundamental, surja reforçada, de tal modo que a maximização dos esforços necessários para a luta a travar em prol dum ensino renovado, seja plena.

Os estudantes não são uma classe, mas um grupo heterogénio, composto na sua maioria pelos filhos dos proletários - os verdadeiros produtores, e por filhos de capitalistas. Mas a luta dos estudantes consiste na total democratização do ensino, e o ensino único é um dos objectivos mais prementes a nível nacional.

Assim, e como só depois de um processo de ensino basilár único, surge a possibilidade de opção consciente. Por isso, propomos como solução, que achamos única a criação dos verdadeiros centros ou escolas politécnicas.

O CONTEÚDO DO NOVO ENSINO E A TRANSFORMAÇÃO DOS MÉ- TODOS PEDAGÓGICOS

Sintetizando o conteúdo actual do ensino, concluímos que todo o estudante era vítima duma pobreza na formação cultural, moral, consciente e pouco conhecedora dos importantes factos da vida nacional, o que contra põe o sobrecarregar de uma formação pré-profissional intensiva, servindo mais tarde no desempenho produtivo, como elemento facilmente manipulável pelos interesses de um regime político interessado na exploração fácil.

Propõe-se a nível imediato, uma reforma nos programas de ensino que esteja de acordo com o novo conteúdo para a formação de um estudante, de um trabalhador e acima de tudo de um cidadão consciente.

Mais uma vez, e dentro do contexto da reforma geral do ensino, assinalamos a luta contra os exames tradicionais, como medida principal e urgente a tomar.

Assim, apresentamos um processo que nos parece viável para a resolução imediata e transitória do problema fulcral pedagógico que são os exames.

Enquanto estes existirem, os estudantes deverão fazer parte dos juris de exame.

Cada jurí deve ser composto por professores e alunos. Os alunos serão eleitos no último mês de aulas, no âmbito associativo.

Poderemos assim nesta primeira fase, destruir as cunhas e separar de uma vez para sempre dois conceitos (aproveitamento e comportamento) que quando misturados, provocam as consequências mais drásticas no corpo discente.

Além dos exames, a nota quantitativa não corresponde ao verdadeiro grau de capacidade, grau esse que seria mais justo na nota qualitativa.

Também contrariamente às práticas tradicionais, é o ensino que deve adaptar-se ao educando e não este que deve submeter-se às regras pré-estabelecidas. Pretendemos com isto que o sistema pedagógico resulte da troca mútua de opiniões entre educadores e alunos.

Desde que a nível de ensino se verifique uma organização plena, o trabalho a desenvolver nesta linha, será no âmbito das organizações representativas (professores e alunos).

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS

A gestão da escola deverá ser feita nos moldes democráticos, em todos os seus sectores.

Como órgão central da administração da escola, ressalta em primeiro lugar, e em mútuo contacto com o M.A., o conselho de gestão.

Este conselho deve ser posto por igual número de professores e alunos, isto é, seis professores e seis alunos. Os empregados devem fazer-se representar por dois elementos do pessoal auxiliar, e dois do pessoal administrativo.

A eleição dos professores deve ser feita pelo corpo humano da escola em reunião magna.

Deste conselho devem sair elementos para o conselho administrativo.

O conselho disciplinar será única e exclusivamente da competência dos alunos. Sempre que o processo seja resolúvel a nível de turma, deverá sempre que possível ter a assistência do professor ligado à ocorrência. Todos os processos que não possam ser resolvidos dentro desta alínea, serão apresentados e resolvidos no âmbito associativo em R.G.A..

No sector social (cantina, bar e papelaria), a gerência e a administração dever-se-á efectuar num processo de auto-gestão.

NOTA: - Relativo ao ponto denominado "o conteúdo do novo ensino e a transformação dos Métodos", há ainda a acrescentar:

Acabar com o sistema de marcação de faltas.

É necessário em cada turma, responsável pela assiduidade dos colegas.

A priori este conselho será formado por todos os alunos da turma.

Em princípio, o processo relativo às faltas está integrado em toda uma linha que no campo educacional se pretende seja alvo de uma total reforma, obedecendo a uma descentralização plena com vista a um ensino novo, numa sociedade nova, e democrática.

EM DEBATE A EXPLOÇÃO ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR

1 - Dentro dos vários problemas que afectam o Ensino no nos so País, o problema da explosão escolar no Ensino Superior é incontestavelmente um dos mais delicados.

Como é bem conhecido, o terrorismo fascista a que o Movimento das Forças Armadas pôs cobro em 25 de Abril, visando a protecção dos interesses do capital monopolista e dos latifúndios, via-se na necessidade de assegurar a continuação da sua política de opressão das classes trabalhadoras; com este objectivo, e para além do controle de um aparelho de Estado assente em fortes estruturas repressivas (PIDE, Legião, GNR, PSP, etc.), a ditadura fascista assentava no controle firme do aparelho judicial, no apoio ao caciquismo religioso e à perpetuação do mais profundo obscurantismo através daquele, bem como a utilização do aparelho educativo para a continuação e desenvolvimento da ideologia fascista.

As estruturas educativas nacionais não entontavam, assim, qualquer estímulo ao seu desenvolvimento. A demagogia liberalizante de Veiga Simão, pretendendo lançar a poeira nos olhos e promover a adesão de mais amplos sectores da pequena e média burguesia, não enganou contudo quer as massas estudantis quer as massas trabalhadoras, que sempre souberam lutar contra um ensino ao serviço efectivo dos monopólios.

É, portanto, como herança do fascismo que o problema da explosão escolar no ensino superior deve ser enquadrado em primeira mão. Temos, actualmente, cerca de 28 mil alunos como candidatos à frequência dos diversos centros do ensino superior. No ano anterior esse número roçava pelos 11 mil alunos. De facto, a explicação deste extraordinário incremento não passa somente pelas profundas deficiências do sistema educativo legado do fascismo, em que as estruturas materiais (instalações, equipamento) e humanas (pessoal docente habilitado e em número suficiente) eram extremamente precárias; essa explicação passa também pela nova situação política criada em Portugal, em que como consequência inadiável se

coloca a deterioração das condições de acesso ao ensino superior (afluindo a este uma massa estudantil muito mais ampla que nos anos anteriores), além da afluência de alunos das colónias (principalmente militares) e do estrangeiro.

Que estruturas vêm estes alunos encontrar no ensino superior?

Para além de um ensino com péssimas características pedagógicas, desalocado da vida e das restantes actividades nacionais (características que aliás a massa estudantil, em conjunto com os professores progressistas já começou a modificar pelas suas mãos), aqueles deparam ainda com poucas e más instalações, com estabelecimentos mal apetrechados para as actividades educativas e de investigação, com pessoal docente escasso e mal preparado cientificamente na sua maioria.

A resolução do problema passa pela mobilização de todas as energias com vista a dar uma resposta breve à explosão escolar e suas consequências. Isto é, passa por exemplo pela construção acelerada de edifícios, pela ocupação de edifícios alheios às actividades educativas, pela readaptação dos já existentes, seu melhor apetrechamento, preparação em massa do pessoal docente, criação de novos cursos; passa pela aplicação ao ensino dos resultados de uma política de carácter claramente anti-monopolista, a qual urge dinamizar desde já. Será bom acentuar que qualquer medida para a solução a curto prazo do problema da super população escolar ficará gravemente incompleta sem uma intervenção rápida e enérgica nos moldes que indicámos.

Contudo, a situação económica que herdámos do fascismo é muito deficiente, se bem que algumas medidas do teor que indicámos já se tenham começado a pôr em prática, as possibilidades económicas subjacentes a uma resposta rápida ao problema da explosão escolar não são as mais optimistas. Além deste aspecto, e mesmo pressupondo a existência de meios económicos imediatos para atacar o problema há que referir que a resposta técnica não é passível pôr em prática em três ou quatro meses. Há que referir, por outro lado, o deficiente comportamento do MDC a respeito de um problema cujas pre

missas já eram conhecidas ou facilmente imaginadas pouco tempo após o 25 de Abril.

Começará a desenhar-se talvez um esboço de resposta. A entrada massiva dos estudantes inscritos para a frequência do primeiro ano nos estabelecimentos do ensino superior não se afigura como havia mais correcto. Para além das deficiências materiais humanas que apontamos, as quais obstatam tecnicamente a uma entrada massiva, deveremos referir um outro aspecto, tendo acesso ao ensino superior todos os candidatos, qual seria a capacidade da resposta a médio prazo dos centros do ensino superior ao problema da explosão escolar e ao problema mais geral da necessidade de levar avante uma Reforma Geral e Democrática do Ensino, que o coloca ao serviço efectivo das massas trabalhadoras?

2 - Deste modo, tendo como limites o carácter clacista do ensino, prespectivado em função dos interesses das classes possidentes quer no domínio económico, político-jurídico ideológico, parece-nos poder ventilar soluções como parcas hipóteses que "remendar" a nossa Universidade que a prazo imediato, continuamos na tônica de que uma verdadeira Reforma Geral e Democrática do Ensino terá de passar necessariamente pela coordenada fundamental: capital - trabalho.

Adiantamos prioridades sincronizadas com o processo de democratização e descolonização em curso, pois que só neste contexto a Universidade pode ser integrada. Se a Universidade não esgota a luta política em Portugal, o estudante poderá cumprir uma função importante no seio da classe verdadeiramente interessada na construção da sociedade livre, democrática, antilatifundista, antimonopolista e antiimperialista. Será no seio das classes trabalhadoras onde ele pode, livre do espectro da guerra colonial e das grilhetas do fascismo, ajudar a reconstrução de um país novo.

Por outro lado, dentro da ordem das prioridades, parece-nos de especial importância no que diz respeito às admissões ao ensino superior, dar especial relevância à aceitação dos estudantes trabalhadores, dos estudantes militares, bem como a aceitação generali-

zada de todos os estudantes cujos cursos se revestem de importância fundamental e imediata na sua função social: casos de Medicina e Agronomia. Quanto aos outros, parece-nos que não é 'agora' que se poderá fazer o balanço sobre a maior ou menor utilidade da sua participação nas tarefas de reconstrução nacional. Tendo em conta a situação nova e original de podermos praticar aquilo que é frequentemente teorizado, somos levados a admitir que as campanhas cívicas serão o melhor miolo para as suas aspirações e interesses.

3 - Nas circunstâncias indicadas atrás torna-se impossível materialmente o funcionamento da Universidade com a entrada de todos os candidatos ao 1º ano. A ser posta em prática, ela significaria a total paralisação da Universidade, num momento em que os estudantes estão vitalmente interessados na reestruturação dos cursos e em colocar o ensino ao serviço dos interesses reais do Povo Português. Significaria, na prática, que não haveria qualquer tipo de ensino universitário, dada a total confusão que seria provocada pela inexistência de instalações e docentes em número suficiente. Parece, assim, inevitável que nem todos os estudantes possam ter acesso este ano ao ensino superior. Contudo, é incorrecta a perspectiva de qualquer tipo de selecção, ainda que assente em factores económicos, e isto porque, antes de mais, qualquer tipo de selecção é injusta neste momento e sujeita aos maiores erros. Seria além de mais politicamente incorrecto, pois faria quebrar a unidade entre os estudantes, tão necessária à construção de uma escola nova e à sua incorrecta inserção no actual momento político. Consideramos assim como basicamente correcta a proposta recentemente adiantada de participação da massa estudantil candidata ao 1º ano do ensino superior (e não só) nas tarefas de reconstrução nacional, em que intervenha a importante experiência das Campanhas de Alfabetização e Sanidade. Esse serviço cívico, que poderá contar como tempo de serviço militar, contribuirá para ganhar os estudantes e a juventude para o processo revolucionário que se está a viver e fortalecerá enormemente a unidade dos estudantes portugueses com as massas populares. A participação estudantil nas tarefas de re-

construção nacional e de democratização do País, através de brigadas de trabalho para a electrificação das aldeias, a abertura de caminhos e estradas, a construção de casas, escolas e redes sanitárias, alfabetização e higienização, é uma iniciativa que corresponde às melhores aspirações da juventude e dos estudantes portugueses, bem como das juventudes mais progressistas do mundo.

CENTRO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Seminário sobre a

DENOCRATIZAÇÃO do ENSINO

UNEP

Coimbra

13 a 17 Nov. 1974

1º TEMA - "O ensino herdado do fascismo; características do ensino em Portugal"

- 1 - A discriminação social do ensino.
- 2 - A influência dos monopólios no ensino; ensino técnico-profissional e as empresas; a investigação científica e a dependência do imperialismo.
- 3 - A luta dos estudantes portugueses no combate à política fascista de ensino.

2º TEMA - "A luta dos estudantes pela democratização do ensino, parte integrante da democratização da sociedade em geral. A Reforma Geral e Democrática do Ensino (RGDE), programa de acção dos estudantes portugueses"

- 1 - A democratização do acesso ao ensino.
- 2 - O conteúdo do novo ensino e a transformação dos métodos pedagógicos.
- 3 - A via escolar única: supressão da divisão entre o ensino técnico e liceal; entre ensino médio e superior.
- 4 - A gestão democrática das escolas.
- 5 - A educação permanente e a democratização do ensino.

3º TEMA - "As organizações de estudantes e professores na luta pela paz e democracia"

Serão realizadas as seguintes iniciativas extra-seminário:

- No dia 13 às 21h30m far-se-á a inauguração das exposições "O Ensino no Mundo" e "Campanhas de alfabetização e educação sanitária", seguida da projecção do filme sobre as campanhas de alfabetização e de educação sanitária.

- No dia 14 às 21h30m será projectado um filme relacionado com a democratização do ensino

- No dia 15 às 21h30m haverá um colóquio sobre o tema "A UIE" vanguarda do movimento estudantil internacional, orientado por delegados da UIE. Segue-se a projecção do filme sobre o 10º Festival Mundial da Juventude.

- No dia 16 às 21h30m realiza-se um colóquio subordinado ao tema "A situação do estudante trabalhador perante o ensino".

- No dia 17 - Dia Internacional do Estudante - está prevista uma grande jornada de convívio de estudantes portugueses, onde serão lidas as conclusões finais do Seminário. O programa deste dia não está ainda completamente definido.

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Coimbra, 13 a 17 Nov. de 1974

Terminou no DIA INTERNACIONAL DO ESTUDANTE o seminário sobre a DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO, iniciativa das associações dos estudantes do país e da Comissão Pró-UNEP.

Em várias sessões de trabalho, que decorreram com a participação activa de algumas centenas de delegados — representantes de mais de 50 escolas do ensino superior, médio e secundário do país — houve um esforço sério no sentido de aprofundar o debate sobre os problemas do ensino, em encontrar as soluções e as vias mais correctas tendo em conta a actual situação política, em perspectivar os problemas existentes tendo em conta a herança do fascismo, e a necessidade de rapidamente construir o ensino novo que sirva o País e o nosso povo.

Partindo de uma análise aprofundada das características do ensino que nos foi legado pelo fascismo, e dos passos já dados nas escolas, desde o derrubamento da ditadura fascista, para o transformar — foram centrados esforços na discussão das medidas, que, a curto e a médio prazos, há desde já a apontar.

O problema que mais atenção mereceu foi o da eliminação do carácter de classe do ensino, e o do acesso a todos os seus graus, dos filhos das

classes trabalhadoras. Foi preconizada a prioridade de acesso ao ensino, em especial ao superior, aos filhos dos trabalhadores, através da adopção de medidas que, não só facilitem esse ingresso já como através de uma nova política social resolvam as principais carências sentidas (bolsas, habitação, alimentação, transportes, etc.).

Foi apontada a via escolar única, com um ensino básico unificado e obrigatório, a restrição e progressiva extinção do ensino particular, o fim da divisão entre o ensino teórico-académico e o ensino prático-pragmático, a extinção da divisão em ensino médio e superior, a criação de centros de estudo politécnicos, a abertura de cursos nocturnos.

As condições actuais do ensino, e problemas dele decorrentes — superlotação, falta de instalações e corpo docente habilitado — mereceu também uma viva atenção. Os delegados presentes vincaram bem que esta situação é resultado da política conduzida pelo regime fascista, e não das transformações democráticas operadas após 25 de Abril. Vincaram a necessidade de não perder tempo na adopção de medidas que melhorem o ensino, que permitam a sua democratização. Realçaram que só podem ser encontradas soluções

eficazes, se forem tomadas medidas antimonopolistas que façam pagar aos monopólios a resolução dos graves problemas existentes. Vincaram a necessidade de as escolas hoje funcionarem de molde a formarem os quadros novos que o País necessita — quadros que aliem uma boa formação técnico-científica com uma profunda dedicação à causa da democracia. Vincaram que o País necessita vitalmente desses quadros para construir a nova sociedade democrática. Por compreenderem bem a função dos estudantes no actual momento, e qual o melhor contributo que estes podem dar ao processo revolucionário que o país atravessa — os delegados das estruturas associativas do país condenaram firmemente todas as tentativas reaccionárias, que visam deteriorar as condições de ensino, impedir o seu funcionamento, promover o oportunismo e o facilismo com vista à obtenção rápida de um canudo.

Foi realçada a importância do papel consciencializador das associações de estudantes, a sua função mobilizadora e dinamizante da iniciativa dos estudantes, para que conjuntamente com o corpo docente progressista e autoridades académicas, se estudem as situações concretas, se adoptem as

medidas imediatas, se interliguem os vários problemas, perspectivando-os globalmente — para colocar, sem demoras, as escolas ao serviço do povo português. Para este objectivo, um importante papel cabe às organizações sindicais dos professores e às associações dos estudantes. Foi constatada como resultado da discussão, a necessidade de uma forte unidade de todos os estudantes portugueses, a necessidade de uma organização que unifique a sua acção a nível nacional. De realçar a presença nas sessões de trabalho de delegados do M. E. C., e ainda do Ministro do Trabalho.

As conclusões aprovadas neste seminário revestem-se de grande importância, constituem um magnífico contributo para o trabalho que estamos empenhados em levar a cabo. Chamamos vivamente a atenção de todos os estudantes portugueses para o seu significado, para que nas nossas mãos as conclusões aprovadas sejam um guia para a nossa acção.

Trabalharemos para a democratização do ensino, para que este sirva os interesses nacionais — tal é o melhor contributo que os estudantes podem dar para a instauração da democracia em Portugal.

Depois de aprovadas as conclusões do seminário, a sua sessão de encerramento decorreu num grande comício realizado em Coimbra, no qual se encontravam cerca de 4000 estudantes, comemorativo do DIA INTERNACIONAL DO ESTUDANTE, com a presença do conjunto chileno Quilapayum; do Coral dos Trabalhadores Agrícolas de Cuba (Alentejo); do Coral Universitário de Lisboa, e do Grupo de Acção Democrática Guiné-Cabo Verde e em especial com a presença da delegação que veio representar a União Internacional de Estudantes, constituída por delegados do P. A. I. G. C., Chile, Finlândia e R. F. A. Milhares de jovens conviveram sob o lema «UNIDADE ESTUDANTIL COM O POVO TRABALHADOR», manifestando também a sua solidariedade fraternal à luta dos povos de todo o mundo contra o fascismo e o imperialismo.

1970
UNEP

Mensagem do ministro da Educação e Cultura aos estudantes portugueses, reunidos em Coimbra no Seminário para a Democratização do Ensino, organizado pela Comissão Pró-UNEP

Impossibilidade de acompanhar os vossos trabalhos e de estar presente na sessão de encerramento do colégio, como tanto desejava, por ter de representar Portugal na Conferência Geral da UNESCO, apresento-vos as minhas cordiais saudações. Faço votos para que os vossos relatórios e debates contribuam para o processo de Democratização em que a nossa Pátria está empenhada e para que nos saiamos com uma Escola onde sejamos profissionais competentes e cidadãos lúcidos e conscientes.

Se na simplicidade e pelo trabalho árduo, obedecendo a exigências de extremo rigor com os próprios, servirmos os direitos desse futuro por que lutamos.

Coimbra, 17 de Novembro de 1974.

O QUE É A

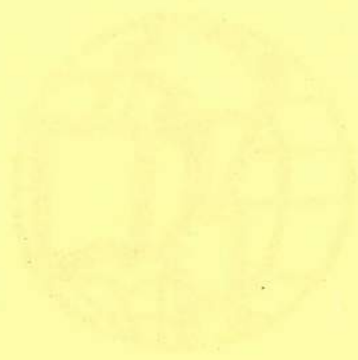


UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES?

SUMÁRIO

- OS MEMBROS E A ESTRUTURA DA U.I.E.
- A U.I.E. E A LUTA PELA PAZ.
- A U.I.E. E A LUTA CONTRA O COLONIALISMO, O NEO-COLONIALISMO, O IMPERIALISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E O PROGRESSO SOCIAL.
- A DEFESA DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES.
- A REFORMA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.
- A IMPORTÂNCIA DO TURISMO ESTUDANTIL.
- AS NECESSIDADES E O BEM-ESTAR DOS ESTUDANTES.
- O PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DA U.I.E.
- O MOVIMENTO DESPORTIVO ESTUDANTIL.
- AS ACTIVIDADES CULTURAIS E A FACULDADE.
- AS ACTIVIDADES DE IMPRENSA E INFORMAÇÃO.
- OS FESTIVAIS MUNDIAIS DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES.

0 310 8 A



INTERNATIONAL
STUDY CENTER

STUDY PLAN

A large rectangular box with rounded corners, containing faint, illegible text and lines, likely representing a study plan or form.

Handwritten mark or signature at the bottom center of the page.

B R E V E I N T R O D U Ç Ã O

Em 1941, durante os dias mais sombrios da segunda guerra mundial, foi criado em Londres um conselho internacional de estudantes. Este Conselho reunia representantes dos estudantes e das organizações estudantis que estavam em luta contra o fascismo, nos diversos países do mundo, Tinha como função principal a coordenação das suas lutas contra o fascismo. Foi nesta altura que o dia 17 de Novembro foi proclamado dia Internacional dos Estudantes. No dia 17 de Novembro de 1939, na Checoslováquia, as forças de ocupação nazi ordenaram o encerramento de todas as escolas superiores do país e executaram ou aprisionaram estudantes e professores, ao mesmo tempo que exerciam represálias contra as manifestações estudantis antifascistas checoslovacas.

Imediatamente após a guerra, o Conselho Internacional de Estudantes decidiu formar uma comissão internacional provisória, com vista na constituição da União Mundial de Estudantes. Esta comissão provisória reuniu-se em 1945 em Praga, e decidiu convocar um Congresso Internacional de Estudantes para Agosto de 1946, também em Praga. Participaram neste Congresso representantes de 43 organizações estudantis de 39 países. Foi aqui, que por decisão unânime, foi fundada a União Internacional dos Estudantes.

A determinação dos estudantes foi exprimida no preâmbulo da Constituição da U.I.E.: "Fiéis ao exemplo dos melhores de entre nós, que tombaram na luta democrática dos povos pe-

la liberdade, afirmam a nossa vontade de reconstruir um mundo melhor - ávido de liberdade, de paz e de progresso, de nos mantermos na vanguarda da juventude do mundo inteiro, lugar que tivemos tantas vezes no decorrer da história. Com este fim constituimo-nos na União Internacional dos Estudantes". Decidiu-se também, estabelecer a sede da U.I.E. em Praga, uma vez que, depois da experiência do 17 de Novembro de 1939, esta revestia-se de um significado particular para o movimento estudantil internacional.

A U.I.E., sempre considerou, que os estudantes são, em primeiro lugar, cidadãos da sociedade em que vivem, com todos os direitos e todas as responsabilidades que daí advêm. Esta concepção de base, que foi claramente expressa na constituição da U.I.E., está em ligação directa com o motivo que mais fortemente levou à criação da U.I.E. - o desejo profundo da geração de estudantes que eram os pioneiros em garantir uma paz duradoura no mundo e de lutar contra o fascismo e a agressão imperialista. Estes pioneiros, que saíram directamente da frente da grande batalha contra o fascismo, nunca consideraram os estudantes como um sector à parte, isolado da sociedade e da realidade da vida. Pensavam eles, que os estudantes enquanto parte da juventude, deveriam, para além de adquirir conhecimentos e educarem-se, trabalhar conjuntamente com as forças vivas dos povos, para preservar a paz, combater o imperialismo e o colonialismo e lutar pela democracia, pela justiça social e pelo progresso.

Estas são as razões da Constituição da U.I.E. - a qual exprime objectivos de natureza estudantil tais como, o direito ao ensino, o benefício das liberdades universitárias e a promoção da cultura nacional - define por outro lado, objectivos mais largos, tais como a abolição da discriminação racial e social, e a luta contra o colonialismo e o imperialismo, pela independência e pela paz do mundo.

O S M E M B R O S E A E S T R U T U R A D A U. I. E.

São membros da U.I.E. as organizações nacionais de es tudantes, e não os estudantes a título individual; estas tor nam-se membros por intermédio da filiação da sua própria união nacional. As organizações de estudantes que podem tornar-se mem bros com plenos direitos da U.I.E. são, por um lado as uniões ou conselhos de estudantes a nível nacional, por outro uma ou mais organizações de um país, desde que não haja uma união nacional ou conselho nacional de estudantes; ou ainda as or ganizações representativas dos estudantes no estrangeiro, que agrupem o maior número de estudantes de um dado país ou devã rios países.

As organizações de estudantes que podem tornar-se mem bros com plenos direitos, mas que não desejam aceitar, senão algumas obrigações e beneficiar por seu lado de certos direi tos, podem ser *membros associados*. Estas obrigações e direi tos são definidos através de um acordo bilateral entre o Co mitê Executivo da U.I.E. e a organização em questão, sendo a filiação mais tarde rectificada pelo Congresso da U.I.E..

As organizações estudantis de caracter específico (cul turais, desportivas, de auxílio social, de faculdade, de im prensa ou de turismo) podem ter o *estatuto consultivo* junto da U.I.E..

Os observadores podem ser convidados para assistir aos Congressos da U.I.E., por proposta do Comité Executivo, mas na condição daquele convite ser aceite pelo Congresso.

Os membros com plenos direitos e os membros associados têm direito a voto, dispondo cada organização de um voto. No Congresso, as moções são aprovadas por maioria simples de votos, se estiver presente um quorum de 2/3 dos membros com ple nos direitos dos membros de associados da U.I.E.. Os observado

res e as organizações com o estatuto consultivo, não têm direito a voto.

Os pedidos de filiação na U.I.E. podem ser aceites pela Comité Executivo da U.I.E., sendo sujeitos a rectificação no próximo Congresso da U.I.E..

O Congresso é o supremo organismo dirigente da U.I.E.. O Congresso reúne-se de três em três anos e elege o Comité Executivo, o Secretariado e a Comissão Financeira. O Congresso define a política e o programa da U.I.E., supervisiona o trabalho efectuado depois do último Congresso e aprova o orçamento da U.I.E..

O Comité Executivo é responsável perante o Congresso e é mandatado para aplicar a sua política e tomar decisões entre dois Congressos. Deve seguir com atenção o desenvolvimento da situação no movimento estudantil mundial, e actuar sobre este dentro do espírito de mandato e das decisões do Congresso. Reúne-se pelo menos três vezes entre dois Congressos. Presentemente, das 61 organizações estudantis que formam o total dos membros da U.I.E., 47 delas são membros da Comité Executivo. Isto significa que mais de 50% dos membros da U.I.E. fazem parte do seu Comité Executivo. Uma tal percentagem garante maior representatividade e democraticidade no funcionamento dos órgãos dirigentes da U.I.E..

O Secretariado está encarregado de levar a bom termo o programa de actividades da U.I.E. e de aplicar as resoluções tomadas pelo Congresso e pelo Comité Executivo. O Secretariado é formado pelo Presidente, pelo Secretário Geral, e por um Tesoureiro. Estes dirigentes (representantes das uniões nacionais) da U.I.E., não são eleitos a título individual, uma vez que são as suas uniões, que são eleitas para estes cargos.

O orçamento da U.I.E. é gerido pela Comissão Financeira e pelo Tesoureiro eleito pelo Congresso. A Comissão Finan

ceira é responsável perante o Congresso, ao qual deverá apresentar um relatório sobre as origens das receitas, sobre as despesas feitas ao longo do período de três anos e o projecto de orçamento para os três anos seguintes. A U.I.E. é financiada por quotas anuais versadas pelas organizações filiais, sendo estas quotizações fixadas por acordo bilateral entre o Comité Executivo e cada organização-membro, e em função das receitas devidas de Campanhas, colectas, fundos e vendas das publicações da U.I.E.. Nenhum país tem mais do que um posto nos organismos dirigentes da U.I.E..

A U.I.E. E A LUTA PELA PAZ

Uma das razões fundamentais que levaram à criação da U.I.E., reflectindo uma profunda convicção da geração de estudantes do após guerra, era de que a paz, devia ser preservada e que para isso, os estudantes se deviam unir e coordenar a sua luta, contra o fascismo. As explosões atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, mostraram ao mundo inteiro o perigo que representava um a nova guerra ao mesmo tempo que expunham a natureza inumana do imperialismo.

A evolução da situação nos anos de após guerra, demonstrou, mais uma vez, a necessidade urgente de haver uma união dos estudantes de todo o mundo, assim como uma união de todos os povos desejosos de paz, e prevenção contra os perigos da guerra. As forças imperialistas e reacionárias, em particular as dos E.U. empenharam-se numa estratégia geral, organizada através da criação de bases militares e a assinatura de pactos e acordos militares, dirigidos contra os países socia

listas e os movimentos de libertação nacional dos povos coloniais e semi-coloniais. Foram eles que conceberam e alimentaram a guerra fria, esforçando-se também por fazer renascer o militarismo alemão e japonês.

Com a produção massiva de armamento nuclear, da criação da OTAN, do CENTO e da OTASE, que conduziu à assinatura do pacto defensivo de Varsóvia, surgiu o perigo de uma confrontação nuclear. Os estudantes e os povos do mundo desejosos de paz, compreenderam a necessidade imperiosa que havia em dissipar este perigo, que poderia ser conseguido através da intensificação do desarmamento das bases militares, com vista a uma política de coexistência pacífica entre os Estados de sistemas políticos diferentes.

No decorrer dos anos, a U.I.E. e as suas organizações membros, realizaram grande número de acções para alcançar os seus nobres objectivos. Organizaram uma campanha a nível mundial para que a solidariedade dos estudantes se exprimisse em favor dos estudantes e do povo Coreano em luta contra a agressão americana, e para a reunião pacífica dos seus países. A U.I.E. deu o seu apoio aos estudantes japoneses na sua luta pela paz, contra o traidor militar nipo-americano. Sustentou a luta dos estudantes, pela paz e pela coexistência pacífica e participou nas marchas de Aldermaston, organizadas pelas forças defensoras da paz, na Grã-Bretanha, contra a guerra e as armas nucleares, a favor do desarmamento. A U.I.E. e as suas organizações membros, deram apoio constante à luta dos estudantes da Grécia, de Espanha e de Portugal, contra os regimes de ditadura fascista e contra as bases militares instaladas pelos E.U. e pela O.T.A.N. nestes países.

Logo que principiou a agressão americana no Vietnam e no Sudoeste Asiático, a U.I.E. e as suas organizações membros, organizaram uma campanha mundial de protesto; tal a maneira de exprimirem o seu apoio incondicional à luta heroica

dos povos vietnamianos, laocianos e cambodjanos. Ao mesmo tempo a U.I.E. e as suas organizações membros, lançaram-se num largo movimento de protesto contra os bombardamentos bárbaros e massivos dos americanos sobre Hanoi, Haipong, outras cidades e centros económicos e industriais do Vietnam, que nos mostraram mais uma vez a natureza inumana do imperialismo.

Graças à vontade indomável do povo vietnamiano, a política da paz do governo da R.D.U. e do Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnam do Sul, graças à grande determinação do sector socialista e a campanha mundial de solidariedade, os imperialistas americanos foram forçados a assinar nos finais de 1973, um acordo sobre o Vietnam. A U.I.E. e as suas organizações membros, regozijaram-se de todo o coração por esta vitória, à qual deram a sua contribuição no plano da Campanha mundial da juventude e dos estudantes, pela vitória final dos povos do Vietnam, de Laos e do Cambodja, pela liberdade, independência e paz; e exprimiram a sua determinação em fazer o máximo dos esforços de modo a assegurar que os imperialistas americanos e os seus cúmplices, respeitem e apliquem estritamente o acordo, em todos os seus pontos.

A obstinada determinação das autoridades israelitas apoiadas pelos E.U. em manter a ocupação dos territórios Árabes, de exercer repressão sobre o povo Árabe-Palestiniano, desprezando as resoluções das Nações Unidas sobre o problema, é um obstáculo sério para o estabelecimento da paz e da segurança no Médio Oriente. A U.I.E. e as suas organizações membros organizaram conferências, meetings de solidariedade, manifestações de protesto, e deram e darão apoio constante à luta dos povos e dos estudantes árabes, pela libertação dos territórios árabes ocupados e pela restauração dos legítimos direitos dos Árabes na sua própria pátria.

A Europa é uma das zonas, em que a actividade da U.I.E. mais fortemente se tem sentido, no que respeita à luta pela paz. Com efeito é na Europa que os principais sistemas sociais do mundo, o capitalismo e o socialismo, se confrontam directamente, havendo por isso, o perigo latente da corrida a armamentos, do armazenamento do armamento nuclear, e a ameaça de em certos países capitalistas ressurgir o fascismo. Por esta razão, a U.I.E. e as suas organizações membros empreenderam um grande número de acções, destinadas a contribuir e a alcançar, as soluções dos problemas, herdados da segunda guerra mundial, por meio do conhecimento das realidades existentes na Europa e o estabelecimento da segurança e da cooperação entre os diferentes países europeus.

A U.I.E. tem sido o sustentáculo e a força organizadora de um sem número de manifestações da juventude e dos estudantes, destinados a promover a paz e a cooperação entre os países europeus. Citamos, entre outras, as Conferências e os encontros da juventude sobre a Segurança na Europa, efectuadas em Helsinquia em 1972, e a Reunião Internacional dos Estudantes, sobre a Paz, a Segurança e a Cooperação na Europa, realizada em 1972, em Varsóvia.

A U.I.E. e as suas organizações membros exprimiram a sua satisfação perante a evolução positiva que recentemente se tem vindo a verificar na Europa. A conclusão do Tratado de Moscovo entre a URSS e a República Federal Alemã, o Tratado entre a R.F.A. e a República Popular Polaca, e o Tratado entre a R.F.A. e a República Democrática Alemã, o reconhecimento da República Democrática Alemã por um enorme número de países do mundo, são resultados obtidos em consequência de uma longa luta dos países do mundo, que desejam sinceramente a paz, dos quais fazem parte, os estudantes. Estes acordos pavimentaram a via, que levou à convocação duma Conferência sobre a Segurança e a Cooperação Europeias. A U.I.E. prosse-

guiu e intensificou ainda mais os seus esforços, ao lado das outras forças empenhadas na paz, na Europa e no mundo, para assegurar que este Continente conheça uma paz duradoura, e que venha a ser um modelo de coexistência pacífica, entre Estados de diferentes sistemas sociais.

Além da influência positiva na luta geral contra o imperialismo, a luta pela paz teve influência directa sobre a vida dos estudantes. Efectivamente, parte das grandes quantias de dinheiro destinadas à corrida aos armamentos, pode e deve ser concedida, à tarefa urgente da reforma e democratização do ensino superior na maior parte, senão em todos, os países capitalistas europeus, e também, para melhorar as condições de vida e de estudo, dos estudantes e dos docentes desses países.

A U.I.E. E A LUTA CONTRA O COLONIALISMO. O NEO-COLONIALISMO, O IMPERIALISMO E A DESCRIMINAÇÃO RACIAL. PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E O PROGRESSO SOCIAL.

Desde o princípio da sua existência, que a U.I.E. defende que a vitória na luta contra o colonialismo, o neo-colonialismo, a discriminação racial, pela independência nacional e pelo progresso social, assegurariam as condições essenciais para satisfazer as reivindicações fundamentais e as aspirações dos estudantes no seu conjunto. Declarando-se contrário a esta opinião da U.I.E. (na qual que se entende os problemas estudantis estão estreitamente ligados ao conjunto dos problemas sociais, da sociedade em que se vive, e que a independência nacional é a condição primeira para o progresso,

e o desenvolvimento do ensino), certas organizações de estudantes, do mundo ocidental, avançaram com a teoria de que o movimento estudantil devia ser apolítico. Era seu desejo que a U.I.E., não se ocupasse senão de problemas profissionais e puramente estudantis, tais como viagens, desporto, teatro etc... que não se preocupasse nunca com problemas, tais como a luta pela independência nacional e a luta contra o imperialismo.

Uma vez que a maior parte das organizações estudantis rejeitaram estas ideias, insistindo em manter e defender os princípios da U.I.E. na luta pela independência nacional e contra o imperialismo, várias organizações da Europa Ocidental, assim como a Associação Nacional dos estudantes dos Estados Unidos (a USNSA) abandonaram a U.I.E. para fundar em 1952 a Conferência Internacional de Estudantes (CIE) conhecida mais tarde pelo nome de COSEC. A CIE deveria ser uma plataforma apolítica de cooperação estudantil, mas os acontecimentos não tardaram em revelar, tratar-se na realidade, de um centro disfarçado com actividades reacionárias e de guerra fria, financiado e controlado pela C.I.A..

Os constantes esforços da U.I.E. e das suas organizações membros, tiveram como resultado, o reforço e o alargamento da cooperação estudantil internacional, na base dos princípios fundamentais da política da U.I.E., estabelecidos na sua Constituição; uma vez suficientemente conhecidas a natureza e as actividades da C.I.E., certo número de organizações nacionais de estudantes, que inicialmente apoiaram a C.I.E., romperam com ela e juntaram-se à U.I.E., vendo nesta a única plataforma autêntica e sincera para uma cooperação estudantil, a nível mundial.

Este desenvolvimento deu-se principalmente, devido em grande parte, ao facto da U.I.E. ter apoiado sem equívocos a causa dos estudantes e dos povos da África, da Ásia e da Amé

rica Latina, a sua luta contra o colonialismo, o neô-colonialismo, a discriminação racial e a agressão imperialista, e por uma verdadeira independência nacional.

A U.I.E. e as suas organizações membros, organizaram e desenvolveram campanhas de solidariedade, ajuda moral e material, em favor dos estudantes de Indonésia, da Coreia, da Argélia, do Egipto, do Sudão e de Chipre, e mais recentemente em favor dos estudantes do Vietnam, do Laos, do Cambodja, do Bangladeshe e da Índia.

A U.I.E. levou a bom termo, numerosas acções de solidariedade para com organizações estudantis africanas, empenhadas na luta contra o colonialismo e o neô-colonialismo. Contribuiu eficazmente para a luta da Federação dos Estudantes da África Negra em França (F.E.A.N.F.), a União dos Estudantes da África Ocidental em Inglaterra, a W.A.S.U., e as uniões nacionais de estudantes da Túnisia, de Marrocos, do Senegal e de outros países. Tentando também um apoio substancial às organizações estudantis que lutam contra o domínio colonial nas colónias portuguesas da Guiné-Bissau, das ilhas de Cabo-Verde, de Angola e de Moçambique, e àquelas que combatem os regimes coloniais racistas na África do Sul, da Namíbia e do Zimbabwê. A Conferência Internacional Estudantil de Solidariedade para com o movimento de libertação africano, organizada pela U.I.E. e a União Nacional dos estudantes Finlandeses (S.Y.L.) em Helsinquia, em 1971, é um exemplo deste apoio e desta assistência moral.

A U.I.E. tem expresso, continuamente, a sua solidariedade para com os Estudantes do Iraque, da Síria, do Líbano, da Palestina, da Jordânia e da República Popular Democrática do Yemem.

A U.I.E. esteve, desde sempre, ao lado das organizações estudantis da América Latina, que vêm lutando contra a dominação e agressão imperialista americana. Deu a sua ajuda

moral e material aos estudantes da heroica Cuba, assim como aos do Chile, do Perù, da Colombia, de Porto Rico, da Costa Rica, do Haiti, da Venezuela, do Panamá, do Equador, do Uruguai e de S. Salvador. Do mesmo modo deu o seu apoio às organizações estudantis que lutam contra os regimes reacionários e ditatoriais instalados pelos Estados Unidos no Brasil, no Paraguai, na Nicarágua, na Guatemala e na República Dominicana.

Depois do 10º Congresso da U.I.E., em Bratislava, em 1971, a maior parte das suas actividades foram conduzidas no âmbito da campanha mundial "A juventude e os estudantes acusam o imperialismo". Foram organizadas várias e numerosas Conferências Internacionais, reuniões e seminários, como os da Túnísia, da R.F.A. e da Índia. Esta Campanha serviu, entre outros aspectos, para ganhar novos sectores do movimento estudantil para a luta anti-imperialista em geral, e em particular para as acções de solidariedade com a luta dos povos da Indochina, dos países árabes e de outros países da Ásia, da África e da América Latina.

A DEFESA DOS DIREITOS UNIVERSITÁRIOS E DEMOCRÁTICOS DOS ESTUDANTES

Um dos principais objectivos da U.I.E. é a defesa dos direitos universitários e democráticos dos estudantes. A U.I.E. esforça-se por atingir estes objectivos, tal como estão definidos na Constituição da U.I.E., e para assegurar:

- O direito e a possibilidade dos jovens receberem uma instrução primária, secundária e superior, sem dis-

tição de sexo, de fortuna, de convicções políticas, de religião, de cor ou de raça; um sistema alargado de bolsas dadas pelo Estado e de alojamentos familiares, livros e material escolar gratuitos, facilidades na assistência à doença e todos os outros meios, que melhorem as condições de vida dos estudantes.

- Um melhor nível de ensino, liberdades universitárias, a autonomia da universidade, assim como o respeito pelos direitos estudantis.

Sempre que estes direitos forem violados, todas as vezes que os estudantes sejam expulsos das universidades, atacados pela polícia, presos, julgados e condenados, por terem exercido os seus direitos, a U.I.E. alerta imediatamente a comunidade estudantil mundial, e organiza vários tipos de acções de protesto, solidarizando-se com os seus camaradas em luta.

Por várias ocasiões, a U.I.E. organizou acções de solidariedade para com os espanhóis, vítimas da perseguição e opressão constantes, por parte do regime ditatorial fascista do general Franco. A U.I.E. deu todo o seu apoio aos estudantes espanhóis na sua luta pelas liberdades universitárias, pelo direito de livre associação nas uniões estudantis independentes e pela abolição da adesão obrigatória à S.E.U. (organização fascista imposta aos estudantes).

A U.I.E. apoia igualmente os estudantes portugueses, sujeitos a um regime ditatorial de opressão, que se obstina contra os direitos democráticos e universitários. A U.I.E. ajudou a organizar conferências de solidariedade para com os estudantes portugueses e espanhóis. Enviou a estes dois países, uma missão de inquérito, encarregada de entrar em contacto com os estudantes a presenciar a sua situação. O Relatório desta missão foi publicado na revista "Estudantes do Mundo" e distribuído a todas as organizações estudantis na-

cionais.

O apoio da U.I.E. vai também para os corajosos estudantes da Grécia que lutam contra um governo ditatorial fascista, pró-imperialista, que dissolveu todas as uniões nacionais de estudantes, e consequentemente a E.F.E.E., prendendo estudantes, professores e patriotas anti-fascistas. submetem numerosos estudantes e professores, à tortura e a uma repressão inumana. Em campanhas, especialmente organizadas com esta intenção, a U.I.E. mobilizou a opinião pública estudantil de todo o mundo, para exprimir a sua solidariedade com os estudantes e os patriotas gregos, exigindo o retorno da democracia e da liberdade à Grécia.

Em numerosos países da África e da Ásia, a solidariedade com a luta dos estudantes, pelos seus direitos democráticos e universitários, manifestou-se imediatamente e duma maneira eficaz, sempre que os regimens reacionários e ditatoriais pró-imperialistas, lançavam uma nova vaga de repressão sobre as movimentações estudantis ou populares.

Testemunham-no as acções de apoio da U.I.E. para com os estudantes de Marrocos, do Sudão, do Senegal, da Turquia, da Indonésia e das Filipinas, que lutam pela restauração da democracia, por um funcionamento democrático e livre das suas uniões de estudantes, e pelo respeito dos direitos cívicos e universitários dos estudantes.

A U.I.E. deu particular atenção à causa dos estudantes da África do Sul, do Zimbabwê, da Namíbia e das colónias portuguesas, que lutam pelos direitos fundamentais do homem, contra os regimens que violam arbitrariamente todos os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e impõem pela força, a sua política racista e fascista. É por de mais evidente que estes regimens que espesinham os direitos do homem e os princípios da igualdade social e racial, violam e suprimem os direitos democráticos e universitários dos

estudantes. A experiência das lutas estudantis nestes países têm dado novas provas de que os problemas estudantis, são parte integrante e produto, das condições sociais existentes nos respectivos países.

Este facto manifesta-se claramente em numerosos países latino-americanos, submetidos da dominação económica e política dos Estados Unidos. Tendo em vista assegurar uma estabilidade necessária, para continuar a pilhagem e a exploração dos países latino-americanos, os imperialistas dos Estados Unidos usam as suas marionetes civis e militares e reforçam os regimes ditatoriais e repressivos da Guatemala, do Brasil, do Paraguai, da Bolívia, da República Dominicana, do Equador e da Colombia. O seu principal objectivo é esmagar o movimento popular e democrático e sobretudo abafar a voz do movimento estudantil democrático e anti-imperialista. É por esta razão que os estudantes são detidos, presos, torturados e assassinados, na Guatemala, no Brasil, na Bolívia, no Paraguai e noutros países deste continente. As uniões e as actividades estudantis são assim interditas. Os princípios das liberdades universitárias reivindicadas e definidas na América Latina, desde o tempo do Manifesto de Córdoba, são quotidianamente violados. A situação dos professores é idêntica à dos estudantes. A U.I.E. dá sempre grande atenção aos estudantes da América Latina, organizando com eles numerosas campanhas, e divulgando nas suas publicações, a causa destes jovens que lutam pelos seus direitos democráticos e universitários e contra o domínio económico, político e cultural dos Estados Unidos.

A REFORMA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Ao longo da sua história, a U.I.E. lutou sempre por reformas eficazes dos programas de estudos, e das estruturas

dos estabelecimentos de ensino, de modo a que o ensino pudesse corresponder às exigências do povo e às necessidades da sociedade. Apoiou a ideia, de que o ensino devia estar estreitamente ligado às reais necessidades do desenvolvimento e do progresso social, e que nele deveriam estar incutidos os ideais da paz, da democracia e da amizade entre as nações. A luta contra todas as teorias e ideais fascistas, chauvinistas, vingativas e militaristas, e contra o ódio racial e a opressão nacional, constitui uma parte vital desse ensino.

A U.I.E. é de opinião que a luta dos estudante dos países em via de desenvolvimento, pela reforma e pela democratização do ensino, deve estar estreitamente ligada à luta geral pela libertação nacional, e, pelo desenvolvimento da economia e da sociedade no seu conjunto. Com o intuito de perpetuar a sua dominação e a sua exploração nos países coloniais recentemente independentes, o imperialismo procura manter esses países num permanente estado de atraso econômico e cultural. Eis porque o imperialismo, apoiado pela reacção local, procura limitar o mais possível o ensino geral e o ensino superior. São muito poucas as escolas que formam o pessoal técnico ou os trabalhadores científicos, necessários para o funcionamento dos serviços, mesmo dos mais simples. É por isso que não é de espantar que em vários países da África e da Ásia mais de 90% da população seja analfabeta. As universidades e os estabelecimentos de ensino superior são raros e não são acessíveis senão à pequena elite, necessária para a direcção do aparelho de estado e dos raros serviços públicos.

É por isto que a U.I.E. sempre apoiou a luta dos estudantes dos países que recentemente se tornaram independentes, ao reivindicarem um ensino geral para todas as crianças em idade escolar, e a reforma das estruturas e do conteúdo do ensino superior. A U.I.E. apadrinhou o seminário sobre o "Ensino em África", organizado em comum pela U.N.E.M. - Marro-

cos e pela U.E.D. (Senegal) em Rabat. Deu igualmente a sua ajuda no seminário organizado pela K.U.S.U. - Sudão sobre "A África e o neó-colonialismo" no qual se focou com maior intensidade a questão de ensino. Recentemente organizou em comum com a U.G.E.T. - Tunísia um seminário sobre "A universidade ao serviço do desenvolvimento económico, social e cultural, nos países em vias de desenvolvimento".

Os participantes nestes seminários sublinharam o perigo que constituía a infiltração néo-colonialista nas esferas do ensino e da cultura, nos países de recente independência. Insistiram sobre o facto de os programas do ensino e programas de estudo dos estabelecimentos de ensino superior, deverem estar adaptadas às necessidades do desenvolvimento social, económico e cultural destes países.

A U.I.E. deu igualmente o seu apoio moral e material às organizações estudantis cujos países lutam contra o analfabetismo. A U.I.E. participou na reconstrução da escola de Sakiet Sidi Youssef, tunisiana, destruída pelas bombas dos colonialistas franceses. Respondeu também afirmativamente à U.N.E.A. - Argélia logo após a sua solicitação de ajuda para a construção de um centro de alfabetização. A U.I.E. ajudou também a C.U.B. - Bolívia, sob a forma de manuais e de material escolar, no decorrer das campanhas de alfabetização naquele país. Enquadrando-se na campanha nacional cubana contra o analfabetismo, a U.I.E. apadrinhou um seminário organizado pela F.E.U. - Cuba. Participou igualmente na construção de uma escola em Havana, que tem hoje o nome da U.I.E., e à qual esta forneceu equipamento completo para um laboratório de física. Apoiou a campanha contra o analfabetismo organizada pela organização nacional estudantil do Chile e também aí, ajudou a construir um centro cultural. Recentemente a U.I.E. em cooperação com a União Geral dos estudantes da República Democrática e Popular do Yemem, organizou um seminário interna

cional que teve uma vasta participação e que tratou pormenorizadamente as causas do analfabetismo e dos meios que levam à sua liquidação.

A U.I.E. consagrou uma particular atenção aos problemas do ensino nos países ainda submetidos a uma opressão colonial directa, tais como a África do Sul, a Namíbia, Zimbabwe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo-Verde. As autoridades coloniais racistas, deram aos sistemas de ensino deste países um carácter francamente fascista. Dividiram a população local em função da cor e da origem étnica, e limitaram estritamente o acesso de jovens africanos, às escolas e aos estabelecimentos de ensino superior.

A América Latina serve de exemplo para mostrar a infiltração imperialista, que levou à destruição de reformas do ensino já em vigor, impedindo assim todo o seu desenvolvimento. Desde 1916, que as universidades latino-americanas se inspiraram no famoso Manifesto de Cordova que definiu os princípios da reforma e da estrutura das universidades latino-americanas e da democratização do conteúdo do ensino. A reforma de Cordova, propunha-se abolir o tradicional, irracional e aristocrático tipo de Universidade e criar uma universidade ao serviço do povo. Mas a penetração imperialista impediu e travou a aplicação de tais reformas e levou as universidades deste continente a ficarem como anteriormente, com um ensino de características irracionais e tecnocráticas.

A U.I.E. apoiou incondicionalmente os estudantes da Bolívia, da Argentina, do Brasil, da Colômbia e de outros países latino-americanos em luta por uma reforma fundamental da universidade, contra a penetração imperialista e pela concretização dos direitos universitários e democráticos dos estudantes.

No decorrer destes últimos anos, os estudantes de numerosos países capitalistas avançados, tais como a França, a

Répubblica Federal Alemã, a Inglaterra, a Itália e outros, realizaram uma luta consequente com vista a mudanças fundamentais nas universidades tradicionais e conservadoras dos seus países. As necessidades da investigação, os resultados da revolução científica e técnica, e as necessidades da economia, exigem uma mudança radical nas estruturas caducas das universidades e do conteúdo dos estudos. As propinas do ensino superior devem ser bastante reduzidas de modo que o ensino superior seja acessível às largas massas da população, especialmente aos filhos das famílias pobres.

Entretanto as classes capitalistas detentoras do poder nestes países, nunca permitiram tais mudanças e rejeitaram sempre, quaisquer tentativas sérias de investimentos no sector do ensino. Assim nestes países os encargos mais pesados continuam a cair sobre a camada mais desfavorecida, pois recusaram diminuir o orçamento militar em favor do desenvolvimento do ensino, exigindo assim, que o povo pague impostos cada vez mais elevados para cobrir as taxas suplementares do ensino.

A U.I.E. apadrinhou e apoiou numerosos seminários sobre este assunto, organizados pelas uniões nacionais de estudantes destes países, tais como o seminário organizado em comum com a União dos Estudantes da República Federal Alemã (V.D.S.), em Hamburgo, e o organizado conjuntamente pela U. N.E.F. - França e pela V.D.S. R.F.A. em Strasburgo (França).

Os países socialistas oferecem-nos exemplos flagrantes das transformações profundas e das verdadeiras reformas do ensino, introduzidas depois da tomada do poder pelos trabalhadores. O analfabetismo foi definitivamente eliminado dos países onde ainda existia, o ensino tornou-se acessível aos filhos dos operários e dos camponenses, que tinham sido até ali privados deste direito, e os programas de estudo foram transformados de modo a servirem os nobres objectivos da de-

mocracia e da paz, e de satisfazer as necessidades dum desenvolvimento rápido e do progresso.

A U.I.E. apadrinhou numerosos seminários e conferências sobre a reforma do ensino, organizados pelas uniões nacionais de estudantes nos países socialistas e que permitiram estudar a fundo, as ricas experiências destes países no domínio da democratização do ensino. Destes seminários fazem parte aqueles que se realizaram sobre a luta pela democratização do ensino, organizadas pelo Centro de Estudantes Checoslovacos da S.S.M., sobre "O Leninismo e o ensino", organizado na Polónia pela Associação de Estudantes Polacos (Z.S.P.), e sobre os estudantes das escolas secundárias, pela Comissão Nacional das Organizações de Estudantes Húngaros (N.C.H.S.O.) na Hungria, e ainda os Cursos de Verão organizados todos os anos pelo Conselho de Estudantes da U.R.S.S..

Com o fim de poder informar sobre as actividades estudantis nestes domínios, e dar a conhecer os problemas dos estudantes, a U.I.E. publica a revista "D E" - Democratização do Ensino" -, revista especializada, que sai de três em três meses e que foca questões referentes à democratização do ensino.

AS VIAGENS E O TURISMO ESTUDANTIL

A U.I.E. considerou sempre como uma das suas tarefas fundamentais, o estabelecimento de contactos estreitos e amigáveis, e ligações regulares entre os estudantes e os povos de diferentes países. Estes contactos e ligações com os diferentes povos têm uma grande influência social e educati-

va (no que respeita ao principal); ajudam, sem dúvida alguma a aumentar a compreensão entre os jovens e a reforçar a paz mundial, a amizade e a cooperação.

A U.I.E. deu sempre grande atenção à maneira como se processam as viagens estudantis e as trocas culturais nelas inerentes. Agindo de acordo com a decisão tomada no seu Congresso constituinte, a U.I.E. emitiu o Cartão de Estudante Internacional. Desde 1946, que o Cartão Internacional de Estudante vem ajudando milhares de estudantes a viajar por outros países, em condições muito vantajosas. Desde esta data, o número de Cartões de Estudantes distribuídos anualmente, aumentou de seis vezes, o que demonstra claramente a popularidade crescente do Cartão Internacional de Estudante. Em cooperação com numerosas organizações estudantis membros da U.I.E., esta conseguiu alargar o leque das reduções dos preços das viagens e das vantagens postas à disposição dos portadores do Cartão da U.I.E.. Em numerosos países o Cartão Internacional de Estudante proporcionou ao seu portador, descontos que vão até 50% sobre os preços dos bilhetes de comboio de viagens internacionais. Dá também direito a descontos nas entradas de museus, de teatros, de encontros desportivos, e em certos casos, a redução nos preços das rendas em casas de estudantes.

Com o fim de promover o desenvolvimento de viagens estudantis, a U.I.E. apoiou e organizou várias conferências, reuniões e seminários sobre esse tema. Em seguimento de uma decisão tomado pelo 5º Congresso da U.I.E., em 1950, foram organizadas em Varsóvia, Budapeste, Sófia e Bruxelas, reuniões com as pessoas mais experientes das agências de viagens das organizações membros da U.I.E.. De acordo com os princípios e a política da U.I.E., estas reuniões eram abertas às agências de viagens de todas as organizações estudantis nacionais, que desejassem cooperar com a U.I.E. neste campo. A U.I.E.

teve sempre como objectivo organizar grandes conferências internacionais, sobre as viagens estudantis, abertas a todas as agências estudantis sem fins lucrativos, e criar um Cartão Internacional de Estudante único.

Com a criação da Agência Internacional de Viagens de Estudantes da U.I.E. em 1960, abriram-se novas perspectivas para as actividades da U.I.E. neste domínio. Esta Agência facilitou grandemente o intercâmbio entre grupos de estudantes e a coordenação das actividades das organizações membros da U.I.E., no que respeita às viagens e ao turismo. Entre 1965 e 1972, lucraram com os serviços da Agência de Viagens da U.I.E., aproximadamente 60 000 estudantes.

É conveniente mencionar um acontecimento importante neste campo, a realização de um seminário internacional, organizado especialmente, em Dezembro de 1972, pela U.I.E., sobre o "turismo estudantil, seu papel, fins e as suas perspectivas". Participaram nele representantes de 21 uniões nacionais de estudantes assim como a Agência Internacional de Turismo e Trocas de Jovens (B.I.T.E.J.) ligada à Federação Mundial da Juventude Democrática. Os participantes no seminário debateram longamente o papel do turismo estudantil na promoção e cooperação estudantil internacional, a contribuição das uniões nacionais de estudantes e as agências de viagens estudantis no desenvolvimento posterior do turismo estudantil, nas experiências já tidas, e as perspectivas ulteriores para o turismo estudantil em novas regiões, e em cooperação com elas.

A expansão do turismo estudantil que se verifica actualmente na Europa e outras partes do mundo tem proporcionado aos estudantes melhores condições para visitar outros países, reforçando a cooperação e a compreensão neste sector.

AS NECESSIDADES E O BEM-ESTAR DOS ESTUDANTES

Em 1948, a U.I.E. decidiu criar, no âmbito do seu Secretariado, um departamento especial encarregado dos problemas referentes às necessidades e bem-estar dos estudantes. Utilizando, o melhor possível, as disponibilidades existentes, a U.I.E. desempenhou um papel importante no conjunto das actividades estudantis para o aumento do nível de vida e do ensino.

As actividades do Departamento Económico e Social englobam os sectores da saúde dos estudantes, as condições de estudo e material escolar, o material das secretarias das uniões de estudantes, e a ajuda em caso de necessidades urgentes. Graças às colectas de fundos e ao trabalho voluntário das nossas organizações membros, foram abertos pelas organizações membros da U.I.E., dois sanatórios para estudantes tuberculosos. Até 1953 foram tratados 478 estudantes doentes no Sanatório de Trabetov (Checoslováquia) inaugurado em 1948. Perto de 800 estudantes de 9 países asiáticos puderam continuar o tratamento entre 1954 e 1956, no Sanatório para estudantes asiáticos e africanos. A U.I.E. forneceu também equipamentos médicos e dentários, medicamentos à Casa de Saúde dos Estudantes em Calcutá, à faculdade de Medicina da Universidade de Rangum (Birmânia) e à Federação Estudantil do Estado da Baía (Brasil).

Em cooperação com a Secção estudantil da F.D.J. da República Democrática Alemã, a U.I.E. forneceu à K.U.S.U. (Sudão) um equipamento para laboratório de química. Posteriormente o laboratório foi doado à Faculdade de Ciências da Universidade de Kartum, tendo-se revelado de grande utilidade para os estudantes.

Há uns anos atrás, quando um tremor de terra devassou o Chile e o tufão "Flora" caiu sobre Cuba, a U.I.E. organizou

de urgência, campanhas de apoio aos sinistrados. Enviou também roupas, leite e alimentos à G.U.P.S., para que fossem distribuídos pelas crianças palestinianas vítimas da agressão israelita, que vivem em campos de refugiados.

A U.I.E. enviou a numerosas uniões nacionais de estudantes, equipamento de secretaria como máquinas de escrever, magnetofones, e também equipamento desportivo, projectores de cinema e câmaras.

Todas estas formas de ajuda material oferecida aos estudantes necessitados não poderiam ser concretizadas sem as actividades de beneficência e sem o entusiasmo das organizações membros da U.I.E., e em particular as dos países socialistas. Tanto os campos de trabalho voluntários, como as brigadas estudantis e outras formas de actividades de beneficência, permitiram colectar dinheiro e meios materiais necessários para a realização de uma ajuda real da U.I.E. aos estudantes de países em vias de desenvolvimento.

É contudo o programa das bolsas de estudo da U.I.E., que provavelmente constitui a mais importante contribuição da U.I.E. no domínio da ajuda concreta.

O PROGRAMA DAS BOLSAS DE ESTUDO DA U.I.E.

A Constituição da U.I.E., afirma que a U.I.E., ao defender os direitos e os interesses dos estudantes, luta pelo "direito e a possibilidade dos jovens receberem uma instrução primária, secundária e superior, sem distinção de sexo, fortuna, convicções políticas, religião, cor ou raça".

Como em numerosos países da África, da Ásia e da Amé-

rica Latina, a maioria dos estudantes não dispõe de meios adequados e possibilidades necessárias para prosseguir os estudos superiores, criou-se em 1956 o Programa de Bolsas de Estudo, para ajudar os estudantes necessitados a fazerem os seus estudos superiores. Ainda que este Programa preveja sobretudo a ajuda aos países coloniais e em vias de desenvolvimento, este tem-se alargado -também aos estudantes da Grécia, Portugal e Espanha, como expressão de solidariedade para com a sua luta.

As bolsas não são atribuídas directamente aos candidatos a título individual, mas sim às uniões nacionais de estudantes. São estas que escolhem os futuros bolseiros, que continuarão os estudos nos estabelecimentos de ensino superior nos países doadores. Os candidatos deve apresentar o certificado de como acabaram os estudos secundários e que os qualifica para serem admitidos no ensino superior. Devem evidentemente serem recomendados pela sua união nacional de estudantes.

Nestes últimos anos as bolsas foram outorgadas pelas organizações membros da U.I.E., da República Democrática Alemã, da Búlgaria, da Checoslováquia, da Hungria, da Polónia e da União Soviética. As organizações nacionais de estudantes da Finlândia e da Sérvia ofereceram mais recentemente algumas bolsas de estudo nos seus países. As uniões membros destes países informam a U.I.E. do número de bolsas que serão postas à disposição do Programa de Bolsas de estudo da U.I.E. para o próximo ano lectivo, e o Departamento Económico e Social da U.I.E. elabora um projecto de distribuição que submete à discussão e à aprovação por parte do Secretariado da U.I.E.. A decisão é do Secretariado e seguidamente comunicada às uniões nacionais beneficiadas, que fazem uma selecção dos seus candidatos. A U.I.E. remete para os países doadores, os formulários e todos os documentos dos candidatos recomendados pelas uniões nacionais.

As bolsas da U.I.E. têm uma duração que vai de 4 a 7 anos de estudo. Como a língua em que as aulas são dadas é a do país hospedeiro, naquele período de tempo está incluído também um curso de língua com a duração de 1 ano.

As bolsas da U.I.E. cobrem todas as despesas de inscrição, de livros, de alojamento num lar de estudantes, as refeições numa cantina universitária e gastos pessoais. Os tratamentos médicos, hospitalização e os medicamentos em caso de doença são gratuitos. O pagamento das viagens até ao país doador tem que ser feito na maioria dos casos, pelo candidato ou pela união nacional beneficiária; as bolsas da U.I.E. não comportam o pagamento das viagens de regresso do estudante ao seu país depois de ter acabado com sucesso os estudos.

O número de bolsas disponíveis anualmente varia entre 120 e 150. Antes de se proceder à distribuição final das bolsas, o Secretariado da U.I.E. toma em consideração as suas limitadas possibilidades e procura coordená-las com as necessidades sempre crescentes das nossas uniões membros e dos estudantes visados. O Secretariado leva também em conta a actual situação internacional e as suas repercussões sobre as necessidades estudantis.

Durante a vida relativamente curta do Programa de Bolsas de estudo da U.I.E., aproximadamente 500 bolseiros tiveram acesso aos estudos superiores. Dada a importância das considerações políticas e económicas acima mencionadas, é necessário aumentar substancialmente o número de bolseiros da U.I.E. para que o ensino superior seja acessível aos estudantes que não dispõem dos meios necessários para prosseguir os seus estudos. A U.I.E. estando consciente disto, procura constantemente melhorar este programa. Isto exige entre outras coisas, contactos regulares com os bolseiros e o controle sobre o seu trabalho.

O MOVIMENTO DESPORTIVO ESTUDANTIL

Reconhecendo a importância dos desportos, para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo e para a promoção internacional, a U.I.E. apoiou sempre fortemente, o movimento desportivo estudantil. Apoiou eficazmente a Federação Internacional de Desporto Universitário (F.I.S.U.) e apadrinha regularmente os Jogos Universitários Mundiais, conhecidos actualmente com o nome de Universiadas realizadas todos os anos, no verão, e de dois em dois anos no inverno.

Organiza todos os anos, conjuntamente com a Federação Internacional de Xadrez - F.I.D.E. - o Campeonato do Mundo de Xadrez Universitário por Equipes, em países como a Polónia, a Roménia, a Checoslováquia, a Austria, a República Democrática Alemã e o Porto Rico. Organiza também em cooperação com a organização nacional de estudantes da Checoslováquia o Torneio Internacional de Volleyball que se realiza todos os anos a 17 de Novembro na cidade de Praga, em comemoração do Dia Internacional do Estudante, e apoia as competições de atletismo - Académica de Praga - organizada regularmente em Praga, pelos estudantes checoslovacos.

Os campos de esqui, organizados pela U.I.E. e pelas associações de estudantes de Grenoble, França, e da Checoslováquia, tornaram-se acontecimentos muito populares do movimento desportivo estudantil mundial. Estes campos são organizados todos os anos, tendo enorme participação. Conjuntamente com as organizações desportivas estudantis da Bulgária e da Hungria, a U.I.E. organiza campos desportivos de verão. Na Checoslováquia realiza-se todos os anos um campo de canoagem.

Independentemente destas actividades, a U.I.E., ajudou numerosas organizações nacionais membros, da África, da Ásia e da América Latina, a obter equipamento desportivo ne-

cessário à promoção do movimento desportivo nos seus países.

AS ACTIVIDADES CULTURAIS E A FACULDADE

Posteriormente à fundação da U.I.E., as actividades culturais dos estudantes conheceram um enorme impulso. Um número sempre crescente de estudantes da Ásia, da África, da América Latina, da América do Norte e da Europa, participam cada vez mais nas actividades culturais, que aumentaram em numero e tomaram novas formas para exprimir a luta dos estudantes por um mundo melhor. Diferentes tipos de criação artística (grupos dramáticos, coros, orquestras de música folclórica, grupos de folclore, cinema, clubes estudantis, etc). tiveram como denominador comum uma atitude activa relativamente aos problemas sociais e políticos e uma consciência realista dos objectivos da cultura estudantil e da responsabilidade desta última perante a sociedade.

As diferentes formas das actividades culturais dos estudantes, tais como festivais, encontros, seminários, exposições, concursos etc. - contribuem para aprofundar e alargar a compreensão mútua, a cooperação e a amizade entre os povos. São estas as razões que levam a U.I.E. a apoiar e a ajudar activamente numerosas actividades culturais estudantis a nível nacional, regional e internacional, e a dar-lhes ajuda financeira, material e organização, a publicar programas, cartazes documentos de trabalho e folhetos, e a oferecer prémios. A U.I.E. desenvolveu e enriqueceu igualmente, a sua cooperação com as organizações culturais internacionais de estudantes, como por exemplo a União Internacional de Teatro Universitário com a qual a U.I.E. organiza os festivais internacionais

de teatro Estudantil em Zagreb, Jugoslávia e em Leeds, Inglaterra.

Nos últimos anos, a U.I.E. prestou ajuda a numerosos acontecimentos culturais estudantis tais como:

- O Festival Mundial de Teatro Universitário, organizado todos os anos pelo Centro de Teatro Universitário em Nancy, França;

- O Festival Internacional de Teatro Estudantil, organizado pela T.M.T.F. em Istambul, Turquia;

- O Festival Internacional de Teatro, organizado pela Z.S.P. em Wróclaw, Polónia;

- O Festival de Filmes Estudantis, organizado pelo Conselho de Estudantes checoslovacos em Mariánskê, Checoslováquia;

- O Festival Internacional de Filmes Estudantis, organizado pela Fundação Cine-Estúdio em Amesterdão, Holanda.

Não estão aqui senão alguns exemplos dos acontecimentos culturais apadrinhados e organizados com a ajuda da U.I.E. independentemente das actividades culturais realizadas no quadro dos Festivais Mundiais de Juventude e dos Estudantes.

Por outro lado a U.I.E. dá activo apoio a actividades especializadas dos estudantes, actividades que ajudem a alargar os horizontes dos interesses dos estudantes e a elevar o seu nível profissional. Apoia igualmente, numerosos seminários e encontros específicos, organizados pelas suas organizações membros.

A U.I.E. procura intensificar a sua cooperação com organizações internacionais como a União Internacional dos Estudantes de Arquitectura, a Federação Internacional dos Estudantes de Medicina, a Associação Internacional dos Estudantes de Agronomia, a União Internacional dos Estudantes de Medicina Veterinária, a Associação Internacional dos Estudantes de Ciências Económicas e do Comércio, etc..

AS ACTIVIDADES DE IMPRENSA E DE INFORMAÇÃO

A Secção de Imprensa e informação da U.I.E., têm como objectivo, popularizar entre os estudantes do mundo, os princípios e as actividades da U.I.E. e, paralelamente, as acções e os acontecimentos inesperados no movimento estudantil internacional. A U.I.E. procura constantemente elevar o nível das suas actividades de imprensa e de informação dado que estas constituem uma arma importante da luta dos estudantes pela paz, contra o imperialismo e o colonialismo, pela democratização do ensino e pelo bem-estar da comunidade estudantil.

A U.I.E. publica uma revista mensal "Estudantes do Mundo". Esta revista é o órgão oficial da U.I.E., e sai em inglês, francês, espanhol e alemão. Os leitores regulares da revista "Estudantes do Mundo" apercebem-se que o nível desta revista, tanto no seu conteúdo, como na sua apresentação gráfica, melhoram constantemente. A revista goza aliás de grande popularidade no seio dos estudantes do mundo inteiro. Mas não é esta certamente a opinião dos governos reacionários, pró-imperialistas como os da Espanha, Portugal, Brasil e da África do Sul, que confiscam os exemplares da revista e apontam como perigosas todas as publicações da U.I.E..

A U.I.E. publica igualmente a revista "Cinema e Teatro Jovem", consagrada às actividades dos estudantes e dos jovens, do domínio da arte dramática e da cinematografia. O "Boletim Informação", bimensal que é publicado em inglês, francês, espanhol e árabe, leva aos estudantes informações e notícias precisas da actualidade e dos acontecimentos importantes do mundo estudantil.

Para além destas publicações a U.I.E. edita periodicamente os Boletins de Informação que trazem informações sobre

as actividades estudantis em diversas regiões; citemos de entre outros os Boletins de Informação latino-americanos, europeus e africanos e um Boletim especial sobre o Vietnam.

Das actividades de Imprensa da U.I.E. fazem também parte a publicação de brochuras e de panfletos sobre assuntos específicos como conferências, seminários estudantis internacionais e sobre outras questões que preocupam o movimento estudantil mundial.

Como comemoração dos dias e dos acontecimentos estudantis importantes, a U.I.E. publica em cooperação com as suas organizações membros, cartazes, postais e outro material de publicidade de elevada qualidade artística.

Organiza e apadrinha por último, seminários internacionais sobre imprensa estudantil que se debruçam sobre os problemas com que encara a imprensa estudantil em geral. Em 1972 a U.I.E. ajudou a sua organização membro da Bulgária, a organizar uma conferência internacional de redactores estudantis. A U.I.E. procura sempre, evidentemente com a ajuda das suas organizações membros, intensificar e enriquecer as suas actividades de imprensa e de informação.

OS FESTIVAIS MUNDIAIS DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

Os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes que despertaram até a esta altura, o interesse de milhões de jovens, tornaram-se das mais prestigiosas actividades na nossa época e uma componente vital da luta pela paz e pelo progresso, contra o imperialismo e pela liberdade. A história do movimento dos Festivais começou a mais de 1/4 de século, no

dia da abertura da Conferência Mundial da Juventude, em Outubro de 1945 em Londres. A ideia da realização de Festivais internacionais da juventude e dos Estudantes, foi apresentada como um importante fórum de cooperação internacional da juventude e dos estudantes. Os organismos dirigentes da Federação Mundial da Juventude Democrática foram encarregados dos preparativos do 1º Festival Mundial da Juventude Democrática e dos Estudantes. Desde a sua criação em 1946, a U.I.E. sempre se comprometeu bastante com o movimento destes Festivais. Foram organizados num período de 26 anos entre 1947 e 1973, nove Festivais Mundiais, com a participação de aproximadamente 200 000 delegados de praticamente todos os países do mundo, sem contar com os milhares de jovens da Checoslováquia, da Hungria, da R.D.A., da Romênia, da Polónia, da U.R.S.S., da Áustria, da Filândia e da Bulgária, os países hóspedes dos nove Festivais. Um número impressionante de jovens e de estudantes participaram no movimento dos Festivais, nos seus encontros políticos, nas suas manifestações, nas suas marchas, nas suas corridas de estafetas, nos seus concursos artísticos e nas suas competições desportivas, organizados no quadro dos Festivais.

Setenta e dois países estiveram representados no 1º Festival Mundial, realizado em Praga, em 1947 - ao passo que no 9º Festival que teve lugar em Sófia no ano de 1968, participaram 138 países. As Comissões Nacionais Preparatórias, formadas na maior parte dos países e encarregadas dos preparativos dos Festivais, transformaram-se em centros de coordenação das organizações da juventude, e tiveram um papel muito importante na vida política dos respectivos países. Festivais nacionais e bilaterais tiveram lugar em numerosos países, antes da maior parte dos Festivais Mundiais precedentes.

Estes Festivais encorajaram o desenvolvimento da luta de todas as forças progressistas e democráticas do mundo, no período do pós-guerra. As suas palavras de ordem exigem o

fim da guerra fria e de agressão imperialista na Coreia e na Indochina, interdição dos ensaios sobre armas nucleares e a abolição dos regimes coloniais na Ásia, na África e na América latina. Os participantes nos diferentes festivais manifestam a sua solidariedade com os povos em luta pela vitória no mundo.

A imensa popularidade das Festivais é devida ao facto dos seus ideais serem convenientes às aspirações e ao talento dos jovens. Numerosos artistas, numerosos grupos artísticos mostraram, num ambiente de competição amigável, realizações de um notável nível. Os concursos literários, organizados por ocasião dos Festivais, revelaram mais do que um jovem poeta e do que um jovem prosador. As numerosas exposições e concursos artísticos feitos no quadro dos programas dos Festivais, reuniram dezenas de milhares de obras de arte, pinturas, esculturas e obras de arte gráfica, filmes e peças do teatro.

A U.I.E. participou sempre activamente na organização dos Festivais da Juventude e dos Estudantes. Participou no trabalho da Comissão Internacional Preparatória. As suas organizações membros de 56 países de todas as partes do mundo, participaram activamente na criação das Comissões Nacionais Preparatórias e nos preparativos dos mesmos Festivais.

Os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes constituíram uma plataforma regular para os notáveis acontecimentos culturais, organizados pela U.I.E.. Seminários, conferências e ciclos de discussão foram problemas científicos, culturais económicos e políticos de interesse geral para os estudantes. O Clube Estudantil Internacional que tem um papel importante no quadro do programa do Festival, é centro permanente de actividades culturais políticas especializadas e outras, dos estudantes participantes nos Festivais. São aqui realizados seminários estudantis internacionais, encontros de amizade e outras actividades.

Mais de 25 anos de existência provaram que a U.I.E. é a única organização estudantil internacional capaz de unir os estudantes do mundo na sua luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neó-colonialismo, a discriminação racial, o fascismo e contra todas as formas de reacção, e pela libertação nacional, a democracia e a justiça social. O seu princípio guia, segundo o qual os estudantes são parte integrante da sociedade, com todos os direitos e todas as responsabilidades inerentes, passou o teste da experiência. Está claramente demonstrado, que os problemas estudantis nos países em que existem, não podem ser resolvidos fora do contexto mais largo da solução dos problemas da sociedade na qual vivem. Também está claramente demonstrado que a solidariedade estudantil internacional é um elemento de peso na luta dos estudantes do mundo inteiro.



Realizou-se a sessão de abertura do Seminário para a Democratização do Ensino a decorrer em Coimbra de 13 a 17 de Novembro numa organização da Comissão Pró-Unep.

Na mesa encontravam-se:

Prof. Dr. Teixeira Ribeiro, Reitor da Universidade de Coimbra em representação do MEC, que presidiu

Vergílio Manuel Rocha, em representação do Secretariado da Comissão Pró-Unep

Alexandro Rojas, Presidente da União dos Estudantes Chilenos, deputado da Unidade Popular no Governo de Allende, em representação da UIE (União Internacional de Estudantes)

Dr. Fernando Sampaio e Castro, em representação do Sindicato dos Professores

Matti Renitainen, em representação da União dos Estudantes da Finlândia

Manfred Schäncke, em representação da União dos Estudantes da República Federal Alemã

As 18 horas encontram-se em Coimbra perto de 300 Delegados em representação de Comissões de Gestão e Associações de Estudantes de Escolas do Ensino Secundário, Médio e Superior.

Iniciam-se amanhã os trabalhos com a primeira sessão às dez horas. Tema "O Ensino Herdado do Fascismo".

Teses apresentadas para este tema: Revista o Professor, Departamento Pedagógico da Comissão Pró-Unep, Associação de Estudantes da Escola do Magistério Primário de Lisboa, Liceu de Portimão, Escola Comercial e Industrial de Beja.

Espera-se que participem já amanhã nos trabalhos os representantes do M.F.A. e do P.A.I.G.C. que hoje não puderam estar presentes.

UNIDADE ESTUDANTIL COM O POVO TRABALHADOR